

TINTA SOBRE PAPEL:
Livros e Leitura na Capitania de Pernambuco
entre 1759 e 1808

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

TINTA SOBRE PAPEL:
Livros e Leitura na Capitania de Pernambuco
entre 1759 e 1808

Gilda Maria Whitaker Verri

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho

Recife,
2005

Verri, Gilda Maria Whitaker

Tinta sobre papel : livros e leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808 / Gilda Maria Whitaker Verri. – Recife : O Autor, 2005.

2 v. : il., fig., tab., gráf., mapas, quadros

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2005.

Inclui bibliografia e Catálogo de livros.

1. Livros – História – Pernambuco – Brasil (1759-1808). 2. Leitura – História – Pernambuco – Brasil – (1759-1808). Pernambuco – História – (1759-1808). I. Título.

**002.2(813.4)
002.98134**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

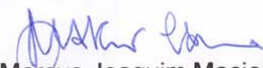
**UFPE
BC2005-128**

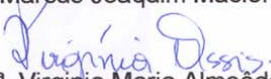


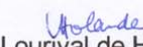
ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA GILDA MARIA WHITAKER VERRI

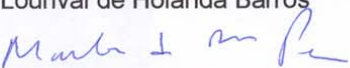
Às 14:00 h do dia 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Gilda Maria Whitaker Verri** intitulada **“Tinta sobre Papel: Livros e Leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **“APROVADA COM DISTINÇÃO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Orientador), Virginia Maria Almoêdo de Assis, Lourival de Holanda Barros, Marlos de Barros Pessoa, Denis Antônio de Mendonça Bernardes. Assinam, também, a presente ata a Vice-Coordenadora, Prof^a. Suzana Cavani Rosas, e a Assistente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

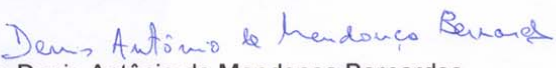
Recife, 25 de fevereiro de 2005.

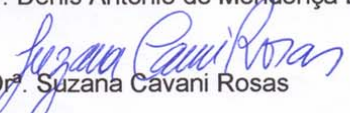

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

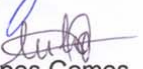

Prof^a. Dr^a. Virginia Maria Almoêdo de Assis


Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros


Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa


Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes


Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas


Marta Lopes Gomes

Resumo

Pernambuco, na primeira metade do século XVIII, teve forte presença da Igreja representada pelo aumento das construções eclesiásticas e dos Colégios dos Jesuítas. Expulsa a Ordem de Santo Inácio, em 1759, a Congregação do Oratório passou a exercer influência no ensino das primeiras letras, da filosofia, das ciências. A reforma pombalina do ensino instituiu a Mesa de Censores Régios, para controlar a produção editorial, o fluxo de livros e leituras no Reino, nas Capitanias, modificando também a Universidade de Coimbra. Cresceram os assuntos publicados e o mercado livreiro. Problema ou questões centrais: qual a política de Portugal para a leitura na Colônia? Quais autores e livros eram autorizados para estudo, leitura entre os residentes na capitania de Pernambuco? Quais assuntos chegaram à capitania? As luzes que iluminavam a Europa chegaram a Pernambuco? Hipótese: foi suposto que o direcionamento e o controle dos livros, que vieram trazer contribuições em vários campos do conhecimento, das práticas materiais e simbólicas e, mesmo aqueles não autorizados a promover o acesso à finalidade social da leitura, caracterizaram o processo de formação da história cultural em Pernambuco, com repercussões até os dias atuais. Conclusão: rarefeita, a presença de livros na Capitania correspondeu à produção editorial em Portugal, com incidência de livros religiosos nas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII e o encaminhamento para as ciências, começo do século seguinte.

Abstract

In the first half of 18th Century, Pernambuco had strong presence of the Church. When Saint Ignacio Order was banished in 1759 the Congregation of the Oratory started to exert influence in the education, philosophy, sciences. The Pombal's education reform instituted the Table of Regal Censors, to control the publishing production, the book flow and readings in the Kingdom, in the Captainships, also modifying the University of Coimbra. There was an increase of published subjects and of the bookseller market. There are some crucial questions: what was the Portugal politics for the reading in the Colony? Which authors and books were authorized for studying, reading among the residents in Pernambuco Captainship? Which subjects had arrived at the captainship? Had arrived at Pernambuco the Lights that Illuminated Europe? Some hypotheses were considered: it was a presumption that the books aiming and control had characterized the formation process of cultural history in Pernambuco. Books brought contributions to some fields of knowledge, material and symbolic practices even those who were not authorized to promote the access to social purpose readings, with repercussion until the current days. Conclusion: the book presence in the Captainship corresponded to the publishing production in Portugal, with a religious book incidence in the first decades of the second half of the 18th Century and the guiding for sciences, in the beginning of the nineteen.

Sumário

Resumo	
Abstract	
Tábua cronológica	
Lista de ilustrações	
Abreviaturas das ordens religiosas	
Agradecimentos	
Introdução.....	15
A Capitania de Pernambuco.....	30
Presença da Igreja Católica: Bispos em Pernambuco.....	63
A leitura entre a escrita e a censura.....	123
Livros conclamando mudanças.....	157
Professores em Pernambuco.....	179
A criação da Real Mesa Censória.....	210
Livros em 1769.....	226
Intervalo para leitura entre 1770-1794.....	251
Do lado de cá do Atlântico.....	266
Livros em 1795.....	288
Livros em 1796.....	307
Livros em 1799.....	333
Palavras em números.....	358
A biblioteca imaginária, quase real.....	371
Conclusão.....	387
Lista de requerentes.....	392
Estudantes pernambucanos na Universidade de Coimbra.....	398
Portugal. Alvará.....	402
Referências bibliográficas.....	404
Anexo	
Livros para a Capitania de Pernambuco: Complemento [1769-1807]	

Tábua cronológica

Marcos na História do Livro em Portugal
e na Capitania de Pernambuco

1536	Criação do Santo Ofício da Inquisição em Portugal
1537	Privilégio ao escritor cego: Baltazar Dias.
1539	Primeiros livros portugueses censurados.
1540	Chegada dos Jesuítas em Portugal. O Cardeal Infante Dom Henrique confia a censura disciplinar dos livros a três Dominicanos.
1541	Censura do opúsculo de Damião de Góis, <i>Fides, religio, moresque Aethiopum</i> .
1547, 1551	Primeiros rois portugueses de livros proibidos.
1559	Primeiro índice romano: três classes de livros proibidos.
1561	Terceiro índice português: contém o núcleo de livros “em romance” [português e castelhano], publicado no Índice Espanhol de 1559.
1564	Índice tridentino: as regras que o precederam foram redigidas por Frei Francisco Foreiro, dominicano português.
1581	Índice português contendo uma lista elaborada por Frei Bartolomeu Ferreira de “Avisos e Lembranças” que esclareciam ou ampliavam as regulamentações do Concílio de Trento.
1597	Novo índice romano: o índice português continua em vigor.
1618	Publicação do <i>Diálogo das Grandezas do Brasil</i>
1624	Índice Expurgatório: o Livro de Ouro da censura portuguesa.
1694	Publicação do <i>O Tratado Pestilencial de Pernambuco</i> , de João Ferreira da Rosa
1712-28	Publicação do primeiro dicionário desenvolvido da língua portuguesa, <i>Vocabulário Portuguez e Latino</i> , de Rafael Bluteau
1715	Primeiro periódico com continuidade, <i>Gazeta de Lisboa</i>
1720	Fundação da Academia Portuguesa em Roma. Fundação da Academia Real de História Portuguesa
1725	Fundação da Academia dos Secretos, Rio de Janeiro, sessão única, 30 de janeiro
1728	Término da construção da Biblioteca da Universidade de Coimbra
1735-49	Publicação da <i>História Genealógica da Casa Real Portuguesa</i> , de D. Antonio Caetano de Souza
1741-59	Publicação da primeira bibliografia geral

	portuguesa, a <i>Bibliotheca Lusitana</i> , de Diogo Barbosa Machado
1746	Edição do <i>Verdadeiro Método de Estudar</i> , de Luís Antonio Verney
1747	Proibição do funcionamento de tipografias no Brasil, carta régia de 06 de junho
1752	Fundação da Academia dos Seletos, Rio de Janeiro
1752-54	Extinção da Capitania de Itamaracá, pelo Marquês de Pombal
1754	Fundação da Academia dos Renascidos, Salvador
1755	Consolidação em Portugal de uma nova ideologia política: o absolutismo esclarecido ou iluminado. A censura literária passa a cuidar da defesa política.
1759	- Supressão da Companhia de Jesus em Portugal - Alvará nomeando o diretor geral dos Estudos do Reino e seus domínios D. Thomaz de Almeida - Extinção da Universidade de Évora. - Fundação da Academia Brasílica dos Renascidos, Salvador
1759-72	Reforma do Ensino.
1761	Criação do Colégio dos Nobres da Corte e da cidade de Lisboa
1762	<i>O Uruguay</i> , por José Basílio da Gama
1763	Supressão da Companhia de Jesus na França
1768	Criação da Imprensa Régia.
1768	Criação da Real Mesa Censória. Regimento de 18 de Maio
1770	Edital de 24 de Setembro: proíbe 122 obras. Queima de livros na Praça do Comércio. <i>Catálogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente, para servir de expediente da Casa da Revisão [1768-1814]</i>
1771	- Alvará passando à Mesa Censória a administração e direção dos Estudos Menores, compreendendo o Colégio dos Nobres - Fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro
1772	Reforma da Universidade de Coimbra
1774	<i>O desertor</i> , por Silva Alvarenga
1775	Edital de 6 de dezembro: pena de laceração e de fogo, a que foi condenado o livro <i>Le Vraie Sens du Système de la Nature</i> , na Praça do Pelourinho
1776	Aprovação dos estatutos de um curso superior público de Filosofia e Teologia no Convento de Santo Antônio, Pernambuco
1779	- Aprovação dos Estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa - <i>Caramuru</i>, por Santa Rita Durão
1785	<i>O Reino da Estupidez</i> , por Francisco de Melo

	Franco
1786	Criada a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, por Luís de Vasconcelos e Souza
1787	A Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame dos Livros [1787-1796] substitui a Real Mesa Censória [1768-1787], em virtude do receio das idéias “perniciosas” vindas de França
1788	<i>Cartas Chilenas</i> , por Thomaz Antônio Gonzaga
1789	<i>Dicionário de Língua Portuguesa</i> , por Moraes e Silva
1792	<i>Marília de Dirceu</i> , por Thomaz Antônio Gonzaga
1794	<i>Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias</i> , por Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho
1795	- Regresso à censura tripartite do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição - Extinção da Sociedade Literária do Rio de Janeiro
1796	Fundação do Seminário de Olinda
1797	<i>Memória sobre o Melhoramento dos Domínios da América</i> , por Dom Rodrigo de Souza Coutinho
1798	<i>Princípios de Direito Mercantil</i> , por José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu
1799	<i>Glaura</i> , por Silva Alvarenga
1800	Inauguração do Seminário de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, por Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho
1801	Instalação da primeira loja maçônica Simbólica Regular [“Reunião”], filiada ao Grande Oriente da França, no Rio de Janeiro
1802	Fundação da loja maçônica “Virtude e Razão”, na Bahia
1804	- <i>Discurso sobre o estado Atual das Minas do Brasil</i> , por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho - <i>Descrição Curiosa das principais Produções, Rios e Animais do Brasil</i> , por Joaquim José Lisboa - <i>Princípios de Economia Política</i> , por José da Silva Lisboa.
1808	- Chegada do Rei e Corte ao Rio de Janeiro. - Instalação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro - <i>As Observações sobre o Comércio franco no Brasil</i> , por José da Silva Lisboa - <i>Análise sobre a Justiça do Comércio do resgate dos Escravos da Costa da África</i> , por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho - Criação da Escola de Cirurgia do Hospital Militar, Salvador - Criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro - Criação do Museu Real, Rio de Janeiro

	- Circulação da <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>, periódico oficial do governo, - Circulação do <i>Correio Braziliense</i>, de Hipólito José da Costa Pereira, Londres
1810	- Instalação da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, na Igreja dos Terceiros do Carmo - <i>History of Brasil</i>, por Robert Southey [v. 1]
1811	- Abertura da Real Biblioteca do Rio de Janeiro - Abertura da Biblioteca Pública de Salvador - Autorização para a fundação de uma tipografia em Salvador - Circulação de <i>A Idade de Ouro do Brasil</i>, primeiro periódico baiano e segundo brasileiro, Salvador - Criação do Jardim Botânico, Rio de Janeiro - Criação do Jardim Botânico, Olinda
1816	<i>Travels in Brazil</i> , por Henry Koster
1817	Primeira tipografia do Recife, pelos republicanos, com a impressão do manifesto <i>Preciso...</i>
1820	Revolução Liberal.
1821	- Extinção do Santo Ofício da Inquisição. - Decreto que estabelece em Portugal a abolição da censura prévia e regula o exercício da liberdade de imprensa. - Circulação de <i>Aurora Pernambucana</i>, periódico, Recife
1823	- Circulação de <i>A Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco</i>, periódico, de Cipriano Barata - Fim da circulação do <i>Correio Brasiliense</i>, de Hipólito José da Costa Pereira, Londres
1827	Criação do Curso Jurídico, Olinda
1831	Extinção da Congregação de S. Felipe Néri.

Lista das ilustrações

Planta genográfica da vila de Santo Antonio de Pernambuco.....	14
Demonstração geográfica da vila de Santo Antonio do Recife.....	29
Lista de livros do testamento de Dom Thomaz da Encarnação.....	62
Página de rosto do <i>Index Librorum Prohibitorum</i>	122
Ordem régia proibindo imprimir no Brasil.....	156
Página de rosto do <i>Verdadeiro Método de Estudar</i>	178
Página de rosto de <i>Flos Sanctorum</i>	209
Livros do século XVIII.....	225
Mapa de carga de exportação para Lisboa.....	250
Página de rosto de livro proibido do Abade Mably.....	265
Porto do Recife.....	287
Página de rosto de A. Genovesi.....	306
Página de rosto do <i>Novo Atlas</i>	332
Página de rosto de <i>Breves Instruções</i>	357
Ordem régia instituindo o <i>Subsídio Literário</i>	370
Lista dos alunos do Seminário de Olinda.....	386

Abreviaturas das Ordens Religiosas

C. O.	Oratorianos Filipinos [Congregação do Oratório de São Felipe Néri]
C. R.	Teatinos [Clérigos Regulares]
O. C.	Carmelitas
O. C. D.	Carmelitas Descalços
O. Cist..	Cistercienses
O. C. S. O.	Trapistas [Cistercienses reformados]
O. E. S. A.	Agostinianos, Eremitas
O. F. M.	Franciscanos [Frades menores]
O. M.	Mercedários
O. P.	Dominicanos [Frades pregadores]
O. S. M.	Servitas [Servos de Maria]
O. S. B.	Benedictinos Ordem de São Bento
O. S. S. T.	Trinitários [Ordem da Santíssima Trindade]
S. J.[I]	Jesuítas [Companhia de Jesus]

Fonte: VATICANO. Biblioteca Vaticana. *Normas para catalogação de impressos*. 2.ed. bras. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1962. p. 84-90.

Agradecimentos

A confiança recíproca entre o professor orientador e a orientanda marcou o ingresso no Curso de Pós-Graduação. Um precioso, inesquecível sentimento para a aluna do Dr. Marcus J. M. de Carvalho.

Ao longo da pesquisa histórica, muitos livros, folhetos, revistas, bibliografias, manuscritos, imagens, microfilmes, fotocópias e mapas adquiriram valor de troca e de compra. Não apenas porque os papéis falam, mas porque foram obtidos com a ajuda de Amigas, que se dispuseram a localizar e transportar grandes e pesados livros do Antigo Reino para o Ultramar. Esther Caldas Bertoletti e Maria Luisa Cabral fizeram das folhas impressas laços de amizade. Do além Pirineus vieram os livros trazidos de *La Brèche* por Flávia Quintiliano e Beatriz Verri. Do Rio de Janeiro, a cada nova referência bibliográfica a conhecer, contei com a busca cuidadosa de Gisela Verri de Santana.

No silêncio das bibliotecas e dos arquivos houve sempre, mais do que profissionais, colaboradoras e colaboradores, descobrindo entre estantes e prateleiras o material desaparecido ou fora do lugar, ou os artigos de periódicos preservados em lugares distantes. De A a Z seria infindável a lista com os nomes dessas pessoas que utilizaram e usam os conhecimentos para propiciar momentos de alegria aos pesquisadores.

Há de ter destaque os que trabalharam nas máquinas copiadoras, encadernando textos de várias procedências, inclusive dos obtidos *on-line*, fazendo fotocópias que facilitaram a leitura, o manuseio, em horários nem sempre compatíveis com os instituídos nos espaços de preservação da memória.

Para as leituras dos textos antigos, as aulas da professora Vera A. Costa e o auxílio de jovens de futuro promissor, Karine F. Vilela, para a localização das obras raras, Elaine Cunha e Cristóvão Cadiz, para as transcrições, tornaram mais curto o tempo de consulta aos manuscritos.

A busca documental e apresentação dos resultados sempre envolvem cooperação e amizade encontradas ao longo dos anos, nas professoras Ana Maria Ferracin e Maria Cristina Oliveira, no Curso de Biblioteconomia.

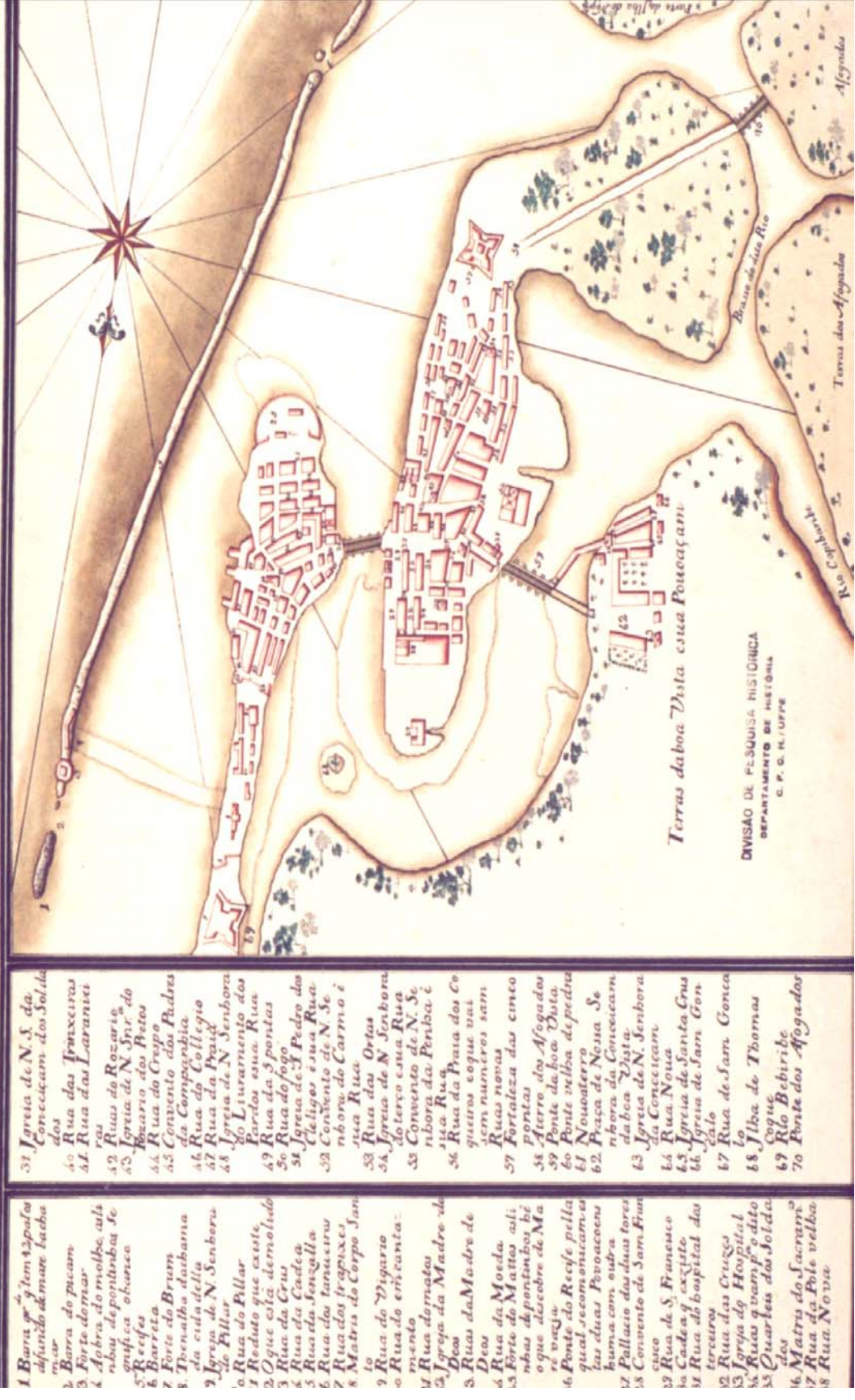
Nas etapas de produção dos textos as intermediações dos leitores de áreas conexas foram primordiais. A sagacidade de Jomard Muniz de Britto aliada à condição de grande professor foi fundamental. Importantes indicações e ponderações do ponto de vista urbano e geográfico foram feitas por Geraldo Santana e Paola Verri de Santana e, nas artes gráficas, por Marília Verri de Santana.

Em reclusão quase obrigatória, as notícias do Brasil e do mundo ficaram distantes. As atualizações foram feitas por Rachel Whitaker Verri, ouvinte atenta das rádios, com as suas “94 primaveras”. Não poderia esquecer Lucidalva Felix de Andrade que fez a “casa andar”, durante o período entre teclado, tela e folhas de papel.

As sempre simpáticas secretárias da Pós-Graduação Luciene Costa Borba, Marta Lopes Gomes, Marly de C. Uchoa Cavalcanti e Carmem Lúcia de Carvalho dos Santos, merecem aplausos, pelos lembretes regimentais.

A validade de uma pesquisa requer leitores criteriosos, assim o trabalho poderá crescer, incorporar sugestões, adquirir dimensão própria. Aos examinadores-professores Virgínia A. de Assis, Lourival Holanda, Marlos Pessoa, Denis Bernardes, Marcus Carvalho, o reconhecimento por terem ampliado as possibilidades de consulta aos livros do século XVIII na Capitania de Pernambuco.

Planta genográfica da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco cituada em 8 graos 4 minutos de latitude e 348 graos 46 minutos de longitude a-Sul da Linha na America meridional a



- 1 Barra q^{da} 9^{ta} l^{ta} 12^{ta} pul^{ta} defuncta de mare lacha mar
- 2 Barra do Tucum
- 3 Forte do mar
- 4 Abra do molhe, ali n^{ba}u de pontões se enfiça obanico
- 5 Recife
- 6 Barreta
- 7 Forte do Brum
- 8 Trenatha da hama da cidadella
- 9 Igreja de N. Senhora do Pilar
- 10 Rua do Pillar
- 1 Reduto que existe
- 2 Oque esta demolido
- 3 Rua da Cruz
- 4 Rua da Cadea
- 5 Rua da Senglla
- 6 Rua dos tanucurru
- 7 Rua dos trapiceis
- 8 Matris do Corpo San to
- 9 Rua do Vigario
- 10 Rua do ericanta mento
- 11 Rua dosmotos
- 12 Igreja da Madre do Deus
- 13 Rua da Madre de Deus
- 14 Rua da Moeda
- 15 Forte do Mattos ali n^{ba}u de pontões h^e o que decobre de Ma re vinda
- 16 Ponte do Recife pella qual recomoniam os lus duas Povoacons huma com outra
- 17 Pallacio das duas torres
- 18 Convento de Sam Frun cisco
- 19 Rua de S. Francisco
- 20 Cadea q^{da} existe
- 21 Rua do hospital dos terceiros
- 22 Rua das Cruzes
- 23 Igreja do Hospital
- 24 Rua q^{da} v^{ta}mp^{ta} e dito
- 25 Quarteis dos Solda dos
- 26 Matris do Sacram^{to}
- 27 Rua da Pole velha
- 28 Rua Nova
- 31 Igreja de N. S. da Conceicao dos Solda dos
- 32 Rua das Trancexas
- 33 Igreja de N. S. do Rozario
- 34 Igreja de N. S. do Rozario dos Betos
- 35 Rua do Crespo
- 36 Convento dos Padres da Companhia
- 37 Rua do Collegio
- 38 Igreja de N. Senhora do Livramento dos Pardos e sua Rua
- 39 Rua da 3 pontas
- 40 Rua do fogo
- 41 Igreja de S. Pedro dos Claligos e sua Rua
- 42 Convento de N. Se nhora do Carmo e sua Rua
- 43 Rua das Orlas
- 44 Igreja de N. Senhora do terço e sua Rua
- 45 Convento de N. Se nhora da Penha e sua Rua
- 46 Rua da Praia dos Co queros eoque vai em numeros sam
- 47 Rua novas
- 48 Fortaleza das cinco portas dos Afogados
- 49 Ponte da boa Vista
- 50 Ponte velha de pedra
- 51 Nouaterro
- 52 Praça de Nova Se nhora da Conceicao da boa Vista
- 53 Igreja de N. Senhora da Conceicao
- 54 Rua Nova
- 55 Igreja de Santa Cruz
- 56 Igreja de Sam Gon calo
- 57 Rua de Sam Gon ca
- 58 Ilha de Thomas
- 59 Rio Beberibe
- 60 Ponte dos Afogados

DIVISAO DE PESQUISA HISTORICA
DEPARTAMENTO DE HISTORIA
C. P. G. H. UFPE



Introdução

Ao descortinar as longas e densas páginas da monumental obra de Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*¹, uma surpresa foi revelada. Apenas duas passagens deixaram entrever a existência dos procedimentos punitivos adotados pela Mesa de Censores Régios ou Real Mesa Censória [1768-1787], instituída por D. José I, renomeada Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame dos Livros [1787-1796], no reinado de D. Maria I, por fim, chamada Real Mesa Censória [1796-1821], durante a regência e o reinado de D. João VI.²

Em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda³, as diferenças entre as Américas Espanhola e Portuguesa foram assinaladas em nota: o México tivera livros impressos desde 1535. O Brasil reprimira a tentativa de Antônio Isidoro da Fonseca em 1747. Mesmo a imprensa dos Jesuítas em 1724, mencionada por Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, era limitada “para uso privado do Colégio e dos padres”.⁴ No índice, nenhuma palavra para dizer *censura* ou *Mesa Censória*.

Diante desses dois exemplos, que significado teria a censura dos livros para uma sociedade predominantemente oral? A diversidade das línguas faladas que se misturavam no Brasil levara as autoridades da

¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 443-6; v. 6, p. 291.

² Para facilitar o entendimento, vez que as funções foram idênticas, a última denominação será usada preferencialmente.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 85-6.

⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugal, 1943. v. 6, p. 26.

Corte a determinarem o uso do idioma português como instrumento de domínio, de integração e homogeneização cultural, e de demarcação territorial. Mas a alfabetização não se expandiu para todos e o uso do livro era restrito, raro.

Na Metrópole, os manuscritos, sob controle, eram submetidos a julgamento antes de impressos. Livros proibidos foram indexados sem possibilidade de circulação. As bibliotecas particulares deveriam ter listas do acervo disponíveis à averiguação da Mesa. As autoridades censoras emitiam editais divulgando ou queimando obras interditas, proibindo fossem instaladas oficinas tipográficas no Brasil.

Em nome da propagação da Fé e da salvação das almas, ações repressivas encontraram no arcabouço jurídico os instrumentos para governar certa porção da sociedade⁵. As idéias contrárias aos preceitos da Igreja deveriam ser banidas, portanto, não adquirindo a forma de livro, seriam mais fáceis de represar, antes mesmo de circular. A matéria com que os censores lidavam era restrita, interessava a poucos. Uma ínfima camada da população podia apropriar-se das leituras. Contudo, competente e preparado, o grupo encarregado de “proibir Livros, Papéis perniciosos, e estabelecer penas pecuniárias, e corporais contra os transgressores das proibições”⁶ precisava ter sólida formação intelectual, serem doutores ou lentes, para julgar e guardar sigilo, mantendo “um dos invioláveis segredos do referido Tribunal”.⁷

Na Capitania, essas questões ficavam à distância. Importavam a expansão, a construção e a ocupação do espaço, as formas de auferir lucros, rendimentos, vinculados aos interesses mercantilistas portugueses.

⁵ SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito português: fontes de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian*, 1985. p. 264.

⁶ LEI criando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros, que houverem de correr no Reino, de 05.04.1759.

⁷ IANTT, Lisboa. RMC. Cx. 1, MF: 6263, de 18.05.1768. [Regimento da MCR].

Predominava a leitura presa à Bíblia, ao ritual e à proteção das palavras sagradas e suas histórias. As vidas dos santos eram repassadas como bálsamos para as dores do corpo e da alma, norteando os sentidos, as ações de religiosos, proprietários, administradores, representantes do governo, comerciantes e escravos. Unidos ou desunidos traçavam suas vidas com poucas leituras. As folhinhas de reza completavam o quadro de Piedade e Fé católica.

Afinal, era reduzido o número de letrados. Da atividade religiosa e intelectual cuidavam os clérigos, alguns funcionários da Corte. Os sentimentos poéticos passavam por sonetos, odes, sermões, escritos para demonstrações em pequenos grupos. De modo diferenciado, a leitura do texto ou a leitura do mundo produziram efeitos, sentidos, configurações ou representações diversas.

Para tanto, no plano educacional ou da cultura letrada, o controle do Estado foi exercido de forma rigorosa pelo Conde de Oeyras. A poucos indivíduos foi dado o domínio do alfabeto ou o acesso aos suportes de idéias que circulavam na Europa ou em Portugal, entre os eruditos ansiosos por reformas administrativas e educacionais.

Os Jesuítas, a quem foi atribuído todo o atraso intelectual no Reino e seus Domínios, alvo das críticas dos “estrangeirados”⁸, expulsos, não mais ensinavam a ler e a escrever ou a manter a Universidade de Coimbra, para onde iam alguns estudantes de Pernambuco. Para atingir todo o Reino, a reforma do ensino precisaria de textos didáticos e científicos, de dicionários impressos na Régia Oficina Tipográfica, nas oficinas da Universidade de Coimbra, na Academia Real das Ciências. Assim, em Lisboa, cresceram as impressões em tipos móveis, facilitando aos mercadores-livreiros o traçado de novas rotas para as vendas. Para o

⁸ Entre os “estrangeirados”, alguns religiosos que estudaram fora de Portugal, escrevendo e divulgando idéias reformistas.

embarque e transporte, as obras impressas precisavam de autorização, portanto, eram submetidas aos critérios de julgamento da Mesa Censória, pela segunda vez, para alcançar os leitores do além-mar.

Ao longo do que se segue, em *Tinta sobre Papel: Livros e Leitura na Capitania de Pernambuco*, foi sendo visto que as obras enviadas poderiam ter sido lidas nas academias, nas bibliotecas dos conventos, em residências, possibilitando abrir pequenos espaços de leitura, ou horizontes novos às vezes mal delineados, para cada comunidade de leitores. Identificar quais foram os livros e papéis autorizados pela censura para ultrapassar as alfândegas, formar, caracterizar acervos e preservar ou transmitir idéias, que pudessem influenciar direta ou indiretamente a produção do conhecimento nas cidades de Olinda e do Recife, foi o objetivo deste trabalho. A partir daí foram sendo cruzados os fios para a composição do tecido a ser analisado.

Quais foram os livros e os papéis enviados? A escolha desse material fazia parte de uma política da leitura? Quais os autores aceitos pela Mesa Censória? Quais os assuntos mais freqüentes? Onde haviam sido impressos? Quantos exemplares de cada título foram trazidos? O responsável pelo transporte desse material seria o próprio leitor? Quem fora e o que fazia o leitor desse material? A essas perguntas seguiram-se buscas bibliográficas na tentativa de localizar documentos primários e estudos correlatos. Na historiografia, raros casos de leitores portugueses-brasileiros documentaram as práticas da leitura como hábito de estudo ou deleite.⁹

⁹ Ver: FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Como era Gonzaga? E outros temas mineiros. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981. Ver tb.: ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, BA: Editus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 1999. Ver tb.: VEIGA, Gláucio. A biblioteca dos Oratorianos. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 50, p. 51-65, 1978.

Para nortear os caminhos, foi pressuposto que os livros a serem identificados atenderam e direcionaram a proposta política do Reino de Portugal para a construção da história da cultura letrada, na Capitania de Pernambuco. Assim, essas obras permitidas trouxeram atualizações em alguns campos do conhecimento, alterando as práticas e o acesso à finalidade social da leitura, também caracterizando as condições de acesso e o processo de apropriação da leitura, com repercussões até os dias atuais.

A pretensão de percorrer a trajetória dos livros exigiu primeiramente uma grande atenção às tarefas de busca e levantamento documental, de preferência, às preciosas fontes primárias, àquelas ainda não trabalhadas, ponderação sempre repetida. Na verdade, não poderia ser diferente neste estudo. Às etapas iniciais somaram-se outras, ao longo de todas as fases de elaboração e, com certeza, continuarão a perseguir o objetivo de complementar as inúmeras lacunas que uma proposta desta natureza envolve.

A consulta às fontes primárias existentes em Portugal tornou-se imprescindível. O manuseio do precioso acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa foi garantido pela bolsa de pesquisa oferecida pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, em protocolo com a Biblioteca Nacional, em 2000.¹⁰

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, estavam os fundos da Mesa Censória relativos à Capitania de Pernambuco, papéis que guardaram os nomes, o rol dos livros e as assinaturas dos requerentes à autorização das encomendas. Daí porque passaram a ter significado as petições à Mesa, fontes primárias, ainda não trabalhadas. Uma relíquia. A reprodução desses documentos foi primordial.

¹⁰ Projeto coordenado pela Dra. Dulce Perdigão. BN, Lisboa.

Outros documentos também foram localizados na Academia das Ciências, no Arquivo Distrital de Évora. As livrarias ofereciam estudos recentes sobre o tema, que se atualizava, na Universidade Nova de Lisboa.

No Arquivo e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foram feitos levantamentos, sempre encontrando dificuldades em identificar livros ou questões sobre leitura, no âmbito das preocupações da política colonial. Livros, periódicos, como os *Anais* da BN, ou as Revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro tiveram suas coleções percorridas e as matérias estudadas. Reproduções de textos originais foram algumas das preciosidades localizadas.

No Recife, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e na Divisão de Pesquisa Histórica, do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, conferindo manuscritos, foi possível saber quão poucas foram as preocupações com livros para a Capitania. No Arquivo foram compulsados todos os livros manuscritos de “Correspondência Régia Enviada e Recebida” concernentes aos períodos em estudo [1759-1808].

No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano [IAHGPP] foram compulsadas várias fontes impressas, documentos relativos aos assuntos disponíveis em meio digital, pelo *Projeto Resgate de Documentação Histórica sobre o Brasil Colonial Existente no Exterior “Barão do Rio Branco”* [1590-1825], do Ministério da Cultura. Ali foram feitos levantamentos em todos os inventários *post-mortem* do final da segunda metade do século XVIII até 1820, da coleção do Tribunal de Justiça, em condições de serem lidos e folheados.

Da compilação desses documentos resultou *Referências para a História da Leitura entre os séculos XVIII e XX*. Uma bibliografia de mais de 400 itens editada em número reduzido, para a *Série: Levantamentos Bibliográficos*, 3, do Departamento de Ciência da Informação, desta

Universidade, trabalho que recebeu a colaboração da bolsista Karine Falcão Vilela, do PIBIC/CNPq em 2001.

Outra diretriz foi localizar e referenciar todos os livros publicados no século XVIII existentes nas Bibliotecas da Faculdade de Direito, Fundação Joaquim Nabuco, Pública Estadual, Arquivo Público, Gabinete Português de Leitura. Levantamento realizado com a colaboração da referida bolsista do PIBIC/CNPq, a ser editado.

Em seguida ao recebimento dos microfilmes da Torre do Tombo, começaram as leituras e transcrição para o papel, pela aluna de História, Elaine Cunha. Conhecer os “livros” mencionados nos requerimentos endereçados à Mesa Censória passou a ser fundamental, ou seja, poder identificar e colocar em ordem as referências bibliográficas permitiria saber quais autores e títulos foram enviados à Capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Para completar, foram incluídos os livros enviados até 1808, data de chegada da família Real ao Brasil e marco para a impressão régia.

Nessa etapa, um trabalho de “longa duração”, de paciência e vontade de saber quem se responsabilizava pelo transporte dos livros, quais eram os autores e títulos trazidos para o outro lado do Atlântico consumiu todo o tempo medido em cronograma. Durante um ano, quase diários, oito a dez horas por dia, foram gastos na localização de 2 088 itens mal discriminados gravados à tinta nas petições. A expectativa de que servissem para estudos futuros impulsionava o desalento ocasional, quando 184 itens não puderam ser localizados. A busca e a comparação das referências bibliográficas só puderam ser feitas devido à existência do excelente catálogo *on-line* das Bibliotecas Nacional de Lisboa, Nacional de Paris, Nacional de Madrid, Nacional Central de Florença, da Apostólica Vaticana.

Devido à incorreção ortográfica de autores ou títulos, transcrição incompleta do latim para o português, datação trocada ou nomes ilegíveis ou sem nexos, constantes nos requerimentos, alguns critérios foram adotados para a escolha das referências bibliográficas: a) quando havia várias edições de um mesmo título foi escolhida aquela em que a data se aproximava do ano assinalado como entrada ou despacho da Mesa Censória. b) quando as palavras foram traduzidas para o português, mas não havia tradução, foi escolhida a edição original. c) quando as referências encontradas no catálogo *on-line* tiveram edições anteriores ou posteriores à solicitada foram indicadas essas diferenças de datas. De acordo com as normas de catalogação das bibliotecas nacionais, alguns títulos tiveram atualizações ortográficas, o que teve que ser mantido, pela impossibilidade de comparação com o original.

Assim, a compilação do catálogo bibliográfico, em anexo, permitiu reconstituir os autores lidos à época, o modo de compor os títulos, os tamanhos dos livros preferenciais para leitura, as informações tipográficas, ou seja, o nome das oficinas tipográficas, a cidade em que foi dado ao prelo, em que ano foi dado a correr. Esses protocolos de descrição e formas de controle bibliográfico propuseram uma nova dimensão ao catálogo:

Longe de ser um saber limitado e auxiliar, destinado ao inventário e à interpretação de dados formais, posto a serviço da edição de textos, a bibliografia assim redefinida tornou-se uma disciplina central. Essencial para reconstituir como uma comunidade dá forma e sentido às suas experiências mais fundamentais a partir da decifração dos textos múltiplos que ela recebe, produz e dos quais se apropria.¹¹

¹¹ McKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Apud CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: EDUFRS, 2002. p. 247.

Por isso, tornou-se presente uma ausência, pela própria confecção do catálogo. A *representação* substituiu um objeto visível, o livro, com seus signos e enigmas. Essa *representação* revelou quais autores foram autorizados a divulgar suas idéias e quais assuntos puderam ser entrevistados pelos títulos permitidos à leitura, porque determinados pelos interesses de grupos que forjavam as representações do mundo social do qual os livros faziam parte.¹²

As questões que disseram respeito ao significado político do envio das peças bibliográficas também alcançavam tipógrafos, livreiros-impressores, mercadores, leitores, interessados em comercializar esse tipo de mercadoria e deveriam se ajustar às recomendações do princípio orientador da Mesa Censória. Portanto, poderiam circular na Metrópole ou atingir as terras do além-mar os “famosos autores iluminados e pios”, que os Jesuítas não haviam permitido divulgar.¹³

Em oposição ao ensino ministrado pelos Jesuítas, as reformas e o empenho em ter, no Reino, tipografias sob controle para difundir novos conhecimentos eram propostas do Iluminismo, que permitiram ampliar o número de títulos. A oferta firmou-se um pouco mais, quando algumas obras de sucesso tiveram várias edições à época, impressas por diferentes oficinas, indicando que podiam ocupar lugar nas preferências de leituras naquele momento, aqui aparecendo repetidas vezes. A obra de Baltazar Gracián, *A Arte da Prudência* foi um desses casos, sendo reeditado em 2003.

¹² CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. p. 17.

¹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Alvará de 5 de abril de 1768; *Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros*, que houverem de correr no Reino. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva*. Lisboa: Typografia Maignense, 1829. Legislação de 1763 a 1774. p. 333-337.

Eram os portadores das encomendas os leitores dessas obras? Eis uma pergunta difícil de responder. Da maioria ficou apenas o nome isolado, não identificado, podendo ser de um religioso, de um profissional ou mercador-livreiro, ofício complexo, cheio de meandros, envolvendo, autores, impressores, compradores até leitores. Alguns foram identificados em inventário *post-mortem*, outros como patriotas, depois de 1817.

Sem ter sido possível constatar como se davam as práticas, ou as formas de *apropriação* da leitura, os textos pareceram sem significação, sem as condições de estabelecimento das competências de leitura. Isto é, sem definições quanto às comunidades de leitores, aos usos dos livros, às maneiras de ler, aos instrumentos utilizados e aos procedimentos da interpretação. Formas e definições que

Encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática da leitura. Dessas determinações que governam as práticas dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito.¹⁴

Portanto, ler e interpretar um livro, que passara por canais de julgamento e aprovação do conteúdo, significava submeter-se à legislação gerada e outorgada nas instâncias superiores de poder e saber. Mas,

¹⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Rio de Janeiro: EDUNB, 1998. p. 13.

Não basta que um autor diga a verdade: é necessário que a narração dela seja competente, própria, tempestiva, decente e irrepreensível.¹⁵

Registrara, em 1768, um censor da Real Mesa Censória, em Lisboa. Assim o leitor faria uma troca previamente determinada e aprovada, por uma

Componente disciplinadora que tem por si só uma importância intelectual assinalável, por constituir um esforço de demarcação de gêneros, de disciplina identificação das culturas: a censura pretende reproduzir uma ordem de saberes.¹⁶

Na Capitania de Pernambuco, a herança das atividades agrícolas ou manuais dispensava orientações transmitidas em páginas impressas, porque letras e palavras não substituíam a natureza viva e tangível. Era o que tentou demonstrar o Governador e Bispo Dom Azeredo Coutinho, a propósito dos caixotes com mais de cem livros enviados pela Coroa, para venda na Capitania:

Parece nos muito deficit que a grande quantidade de livros, que temos recebido tenha breve extração, pelo que rogamos a Vossa Excelência a suspensão de nova remessa entretanto. Para se dar extração aos muitos que ainda existem tomamos o Arbitrio de os fazer distribuir em diminutas porções por aqueles a quem provemos de Officiaes de Melicias, e Ordenanças, e que os querem receber Voluntariamente, porque sendo a maior parte deles Agricultores poderão tirar proveito daquelles livros, que dizem Respeito á Agricultura, e deles he o maior numero. Achão-se ainda tres Caixoes por abrir, e por isso não sabemos se as Listas que os

¹⁵ NOTA ao *Epítome Analítico*, R. M. C. Censuras, 1768, cx. 115. Apud SANTOS, Piedade Braga. *Actividade da Real Mesa Censória: uma sondagem*. Lisboa : Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1983. p. 377-440.

¹⁶ TAVARES, Rui. *O labirinto censório: a Real Mesa Censória sob Pombal [1768-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1997. p. 6. [Dissertação].

acompanhaõ estão conformes: a proporção que se forem vencendo os ditos Livros iremos remetendo o seu importe ao Official Mayor da Secretaria de Estado de Vossa Excelência, como nos ordenou nos mesmos Régios Avizos.¹⁷

Assim os objetos tipográficos só se caracterizariam e adquiririam valores “espirituais”, caso fosse “o papel pedagógico, aculturador, disciplinador, atribuído aos textos colocados em circulação”.¹⁸

Circulação que se daria nas cidades, pela oferta e procura, dando ao livro um lugar nos grupos sociais, na sociedade, como um “objeto investido de espírito”, conforme conceituação de Husserl. Portanto, incluído na categoria de “objetos que não existem pela simples existência física, ‘corporal’, tendo impregnado na matéria algo a mais, por exemplo, a função e o uso depreciado pela matéria em si, porque subordinada à sua própria instrumentação”.¹⁹

O acesso, a posse, os usos e a redação de textos definiam as comunidades em leitoras e não leitoras, ou mais diretamente, em grupos alfabetizados e não alfabetizados. No Antigo Regime, os “espaços de saber” eram quase sempre ocupados por representantes da Coroa, da Igreja ou por comerciantes instalados em áreas urbanas. Entre esses letrados, indivíduos que foram considerados, desde a Idade Média, como “artífices do poder nas cidades”²⁰, onde estaria ou circularia um repertório bibliográfico impregnado de intenções e significações, que as autoridades censórias haviam julgado apropriadas para leitura.

¹⁷ APEJE, Recife. MS. CC -12, fl. 241, 243.

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: EDUNB, 1998. p. 25.

¹⁹ HUSSERL, E. *Recherches phénoménologiques pour la constitution*, §56 h. Paris: PUF, 1982. p. 324. Apud BENOIST, Jocelyn. Introduction: qu'est-ce qu'un livre? Création, droit et histoire. In: KANT, Emmanuel. *Qu'est-ce qu'un livre?* Paris: Quadrige/PUF, 1995. p. 23. [Trad. G. V.]

²⁰ LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 11.

Esse foi o meio de controlar a difusão do conhecimento entre os grupos sociais que formavam e ou reproduziam o sistema colonial na Capitania. Contudo, a proibição a determinados textos em Portugal não impediu fossem estampados fora, mas lidos no Reino e fizessem parte de coleções particulares. A forma burocrática de submeter e ordenar o rol dos textos levados à censura abria exceção para um “pequeno número de livros destinados apenas às pessoas munidas de licenças da Mesa”²¹, desde que apresentada carta explicativa. Modelo que se estendeu aos domínios do Ultramar.

De acordo com as normas adotadas pelos censores para a impressão de livros e autorização para leitura, a Capitania recebeu aproximadamente 2.088 títulos identificados, podendo ter havido outros tantos, desviados ou não localizados por falta de documentação. Essas obras poderiam ter sido incorporadas aos acervos dos conventos, que não foram estudados por razões metodológicas. Algumas poderiam ter pertencido a particulares, evidenciando, para diferentes leitores, oferta e demanda de títulos, mesmo com repetições em anos subseqüentes. Porém, no total, as quantidades de eram pequenas, unitárias.

Embora não tendo sido possível localizar onde esses exemplares estiveram ou por quem foram lidos, seria fácil imaginar que um professor precisaria de um exemplar de uma obra didática, podendo suprir as necessidades de estudos em classes de dez ou quinze alunos. A raridade de exemplares, portanto, desvendou um reduzido numero de leitores.

O trabalho comportou três partes. Na primeira, “Caracterização da Capitania”, houve a intenção de identificar o espaço construído e alguns costumes em uso onde o governo português implantou uma sociedade que

²¹ SANTOS, Piedade Braga. *Actividade da Real Mesa Censória: uma sondagem*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1983. p. 6.

pretendeu ser “um pequenino Portugal”, como dizia Ribeiro Sanches. Incluído também um capítulo dedicado a alguns aspectos da forte presença da Igreja no espaço habitado, onde os letrados [alguns iletrados também] estavam em missão de propagação da Fé Católica.

Na segunda parte, “Leitura, Escrita e Censura”, ficaram as questões relativas à subordinação do texto à censura. Na terceira parte, “Livros na Capitania de Pernambuco”, foram analisadas as listas dos títulos enviados para Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII. Os resultados dos inventários *post-mortem* aí foram avaliados. Em complemento, o catálogo de livros enviados para Pernambuco entre 1769 e 1808, constante dos fundos da Real Mesa Censória, na Torre do Tombo.

No corpo do texto, por força da legitimidade das assinaturas dos requerentes, dos manuscritos ou das citações provenientes de fontes primárias, foi mantida a ortografia original. Aqui, uma explicação e um pedido de desculpas aos leitores: será mantida a duplicação de referências bibliográficas em notas de rodapé. Por uma questão de facilidade de localização, nem foram usadas palavras nem abreviaturas latinas *Idem*, *Ibidem*, *Loc. Cit.*, *Op. cit.*, como recomenda a norma da ABNT para citação bibliográfica.

A Capitania de Pernambuco

Nova Lusitânia era um solo no Ultramar, que possibilitava aos homens portugueses a expansão política em áreas demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Castela [1494], na geografia do Novo Mundo. Domínio que permitia a exploração de riquezas, a propagação da fé cristã, a divulgação da língua portuguesa. Espaço para a realização de acontecimentos históricos “posto que com muito trabalho e com assaz fadiga”¹ firmara o início de uma história de conquistas e derrotas. Avanços e retrocessos. Rupturas e continuidades. Uma terra, significando nome, valor e honra para o donatário Duarte Coelho [?-1554]. Uma Capitania onde os homens se misturavam à natureza em busca de descobertas e experiências. Um campo de interação entre práticas sociais e culturais e costumes inovadores.

A Capitania de Pernambuco também estava em Olinda que, erigida nas colinas, abrigava e fixava os desbravadores dos mares, das terras, das matas, dos sertões. Dos pontos mais elevados, a perspectiva encontrava limites entre o mar e a areia. À distância, desenhado na paisagem, um porto “ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita que não cabe mais de uma nau enfiada após outra e entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, aonde vêm acabar de carregar as naus grandes, e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas ou pouco mais”.²

¹ MELLO, J. A. Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir [Ed.]. *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*. Recife: Imprensa Universitária, 1967. p. 45.

² SALVADOR, Vicente do, frei. *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 114.

Ao nível do mar, beirando Olinda, um traço de terra crua estendia-se por uma légua. Um istmo, tendo na outra extremidade, desde 1587, uma capelinha dedicada ao São Frei Pedro Gonçalves, “cosida em ouro e seda de ricos ornamentos, donde celebram os ofícios divinos com toda a perfeição”³, a que os mareantes deram o nome de Corpo Santo ou Santelmo dos Navegantes⁴. Marítimos ou pescadores abrigavam-se ali como habitantes da “povoação do Recife”: uma área de restinga diante do “mar furado”, na língua indígena, significando Pernambuco.

A vila de Olinda construída da relação entre colina e planície abrigava “a feitoria do governador, a primitiva alfândega, os passos e ancoradouros, as fortificações e instalações militares, os alojamentos e as tabernas para os navegantes e pescadores, e também as casas de Deus para assistência religiosa àquela gente”⁵. Os varadouros abertos eram resultantes do rio Beberibe que fazia a meia cercadura das terras, permitindo a navegação de batéis e barcas, atravessando as recentes plantações de cana, os engenhos, as áreas de várzeas, na primitiva forma geográfica, correndo para fazer a divisa natural entre o campo e a “cidade.”

Em defesa do território, nas encostas e nos cimos das colinas, como em um abrigo estratégico contra índios e invasores, foram levantadas as primeiras casas de moradas dos colonizadores: do donatário, dos produtores, daqueles que cuidavam do comércio de importação, exportação e da construção dos primeiros templos. Lá estavam homens que faziam surgir uma outra sociedade, com acentuadas características portuguesas.

³ MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 282, 1979.

⁴ VIANA, Hermógenes. *A fundação do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1959. p. 5.

⁵ SANTANA, Geraldo J. Mauritiópolis: breves notas para uma história da cidade efêmera: nov. 1639 – jan. 1654. In: VERRI, G. M. W.; BRITTO, J. M. B. [Org.]. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Edições Bagaço, 2003. p. 66.

Em busca de possibilidades de convergência aos preceitos ético-morais, igrejas de várias ordens foram edificadas a pequenas distâncias umas das outras. No alto da colina central, o Colégio dos Jesuítas, fundado em 6 de janeiro de 1576, preparava jovens para o sacerdócio e conversão dos gentios, bem como “letrados”, para estudos em postos avançados. Transplantadas do Estado monárquico, as instituições jurídicas direcionavam a sociedade colonial civil, embora não pudessem evitar que ocorressem dois momentos históricos.

O primeiro, o da tendência de ruptura, quando os habitantes tomavam consciência de que “já vigia também entre os colonos a crença no papel messiânico a ser desempenhado pelo Brasil nos destinos de Portugal”⁶. O segundo, o da universalidade da cultura, quando a forma de pensamento vinda da Metrópole para a Colônia tornava-se objetiva e real pela necessidade de estruturar um Estado orgânico, regido por leis e instituições⁷, que refletiam as ligações com o Velho Mundo e reproduziam o poder e a ordenação social do sistema colonial. Sistema em que as relações da Coroa com a Capitania eram mantidas mediante a acumulação primitiva, estruturada em mecanismos de exploração de mão-de-obra escrava e de concentração do capital comercial e financeiro voltado para “as camadas dominantes”.⁸

Como povoação, vila ou burgo talvez possa ser dito que Olinda e o Recife, depois dos holandeses, nos “momentos históricos iniciais de implantação da empresa colonial/mercantilista [...] representa [...] o marco inicial da expansão de uma fronteira agrícola ou de mera ação predatória,

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Uma nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme [Org.]. *Viagem incompleta: a experiência brasileira [1500-2000]*. São Paulo: Senac; Sesc, 2000. p. 97.

⁷ HEGEL, G.W. F. *Principes de la philosophie du Droit*. Paris: Gallimard, 1963. p. 257. In: ANSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René [Org.]. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Archives d'Architecture Moderne, 1989. p. 174.

⁸ NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975. p. 27-48.

visando abastecer mercados externos”⁹. Portanto, não se podia falar em “cidade”, advertiu Antônio Jorge Siqueira. Um “entreposto/povoação umbilicalmente ligados à produção, apropriação e exportação de mercadorias e, mais tardiamente, à incipiente administração dos interesses fazendários da coroa lusitana”¹⁰ era o que existia em Pernambuco. Às características agro-exportadoras de produtos naturais da Colônia somavam-se as múltiplas atividades do clero, incluindo as agrícolas e as educacionais, no Colégio dos Jesuítas em Olinda e no Recife.

O mapa religioso da Capitania assinalava, desde 1551, a igreja do Salvador – atual Sé de Olinda, e a ermida de Nossa Senhora da Graça [1550] construída por Duarte Coelho, para a instalação de uma comunidade de sacerdotes. Por lá passaram o padre Manuel da Nóbrega [1517-1570], acompanhando o padre Antônio Pires¹¹, o que permitiu a esse único sacerdote a missão de efetuar uma visita pastoral à Capitania, com autorização do primeiro prelado do Brasil, Dom Pêro Fernandes Sardinha [1551-1556]¹². Em 1560, outro provincial, padre Luís da Grã [1560-1570], decidido a reativar a Companhia de Jesus, enviou os padres Gonçalo de Oliveira, Rui Pereira e João Ditio¹³. Aumentado o número de casas religiosas, havia membros da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco e do Patriarca São Bento.

⁹ SIQUEIRA, Antônio Jorge. Questionamentos acerca do espaço urbano na Colônia: Recife-Olinda. *Clio: revista do Curso de Mestrado em História*, Recife. n. 10, p. 77, 1988.

¹⁰ SIQUEIRA, Antônio Jorge. Questionamentos acerca do espaço urbano na Colônia: Recife- Olinda. *Clio: revista do Curso de Mestrado em História*, Recife. n. 10, p. 77, 1988.

¹¹ VASCONCELOS, Simão de, *padre. Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Lisboa, F. Lopes, 1865, p. 65. Apud COUTO, José Jorge da Costa. O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. p. 2. [Dissertação]

¹² NOBREGA, Manuel da, *padre. Cartas do Brasil*. Apud COUTO, José Jorge da Costa. O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. p. 2. [Dissertação]

¹³ COUTO, José Jorge da Costa. O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 1, p. 3. [Dissertação]

Mas foi a partir de 1602, que o povo não consentiu a presença, para fundarem mais casas, de dois outros religiosos de Nossa Senhora da Graça, da ordem de Santo Agostinho, trazidos pelo oitavo Governador do Brasil, Diogo Botelho, contou o Frei cronista Vicente do Salvador¹⁴. Observação semelhante em relação a Lisboa, foi feita por F. Almeida¹⁵, quando havia, na segunda década seiscentista, aproximadamente um eclesiástico ou religioso para cada 36 habitantes. Em Pernambuco, a diocese só foi criada em 1676, tendo o bispado sede na Bahia, desde 1550, mandada erigir pelo Papa Júlio III¹⁶. Este conjunto de informações lembrava também uma outra e antiga orientação:

Para fundar uma vila ou um império, o rei deve escolher, se lhe for possível, uma região temperada.¹⁷

Da recomendação, o dominicano Tomás de Aquino [1225-1274] poderia ter tido comprovação, porque os portugueses se identificaram com as colinas de Olinda, “onde estava o ar mais puro” para dar início à construção de um povoado, como fora há muito sugerido. Nesse sentido o sábio dominicano alertara:

Os charcos são muito úmidos, melhor seria fosse a localização de uma vila longe dos terrenos alagados. Se ar puro é necessário à vida, a água não o é menos [...] nada importa tanto à saúde, depois da salubridade do ar, que a pureza da água”. [...] Não basta o lugar escolhido para construir a vila seja são para conservar

¹⁴ SALVADOR, Vicente do, *frei. História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 281.

¹⁵ ALMEIDA, F. *História da Igreja*. T. 3, p. 519-20. Apud GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia [s.d.] p. 69.

¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 71.

¹⁷ AQUINO, Tomás de, *São*. Opuscules de Saint-Thomas d'Aquin. Traduit par Védrine, Bande et Fournet. Paris: Louis Vivès, 1857. p. 257-260, 262-265, 385-391: Les manières d'urbaniser. In: ANSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Archives d'Architectures Modernes, 1989. p. 149, 150. [Trad. G. V.].

a saúde de seus habitantes, será preciso produzir suficientemente o que é necessário para a vida. Há duas maneiras de alimentar uma vila. A primeira consiste em tirar do solo tudo o que for necessário para a vida humana. A segunda, ter garantia de comércio e de transporte dos produtos. Entretanto, melhor seria ter a segurança do próprio território sem depender do comércio. Por isso, o local deveria ser agradável, embelezado por árvores frutíferas, lembrando sempre que se a vida for muito cômoda os habitantes põem a vila em perigo.¹⁸

Olinda estava em localidade estratégica, parecia ter conseguido os atributos e seguido as prescrições feitas pelo dominicano. Organizada para oferecer certo conforto e tranquilidade aos seus habitantes, que podiam beber água doce, apreciar os pomares, ter “um cinturão de hortas em que se cultivava toda sorte de vegetais da metrópole, inclusive diversas variedades de frutas de espinho”¹⁹. Ao mesmo tempo, a tendência mercadológica ampliava-se, dando prioridade ao porto natural do Recife, elo de comunicação entre a Capitania e o Reino. Ponto para obtenção de lucros e de medida do tempo em distâncias oceânicas, requisitos indispensáveis para as relações comerciais.

Nos arredores desse atracadouro natural, a terra, o solo plano, alongava-se. Por lá estavam e funcionavam vendas e tabernas autorizadas pelo Reino²⁰. Na geografia, o burgo aparecia como uma possibilidade econômica: matas nativas nos arredores, plantação de cana de açúcar nas várzeas dos rios Capibaribe e Beberibe, engenhos, mão-de-obra escrava,

¹⁸ AQUINO, São Tomás de. Opuscles de Saint-Thomas d'Aquin. Traduit par Védrine, Bande et Fournet. Paris: Louis Vivès, 1857. p. 257-260, 262-265, 385-391: Les manières d'urbaniser. In: ANSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Archives d'Architectures Modernes, 1989. p. 149-150. [Trad. G. V.]

¹⁹MELLO, Evaldo Cabral de. Uma nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme [Org.]. *Viagem incompleta: a experiência brasileira [1500-2000]*. São Paulo: Senac; Sesc, 2000. p. 85.

²⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia [s. d.]. p. 60.

minerais talvez. Em terra firme, apenas suaves elevações. Uma combinação de fatores que eram divulgados e mereciam a atenção de piratas ou estrangeiros com ou sem reservas de capital²¹. Um atrativo econômico para a Companhia das Índias Ocidentais, navegando e atracando com “uma das maiores armadas que já cruzou a equinocial”.²²

Em 15 de fevereiro de 1630, aproximando-se da costa de Pernambuco, os holandeses fundearam âncoras em Pau Amarelo, tomando a vila de Olinda, saqueando, confiscando, incendiando casas e propriedades, transformando a paisagem, deixando ficar apenas as funções religiosas, o colégio dos Jesuítas.²³

Em lado oposto ao mar, o istmo se fazia pelas águas do Capibaribe que havia formado a “ilha do porto dos navios”, ou *Antonio Vaz*, denominação dos portugueses, onde um pequeno núcleo de toscas habitações definia o lugar. Mais tarde, dois marcos se destacariam nas extremidades: a Fortaleza das Cinco Pontas e o Palácio Friburgo, conhecido depois como Palácio das Torres, do Conde João Maurício de Nassau-Siegen²⁴, o convento de Santo Antônio confiscado e transformado em forte Ernesto.

Do outro lado, os terrenos encharcados do Recife e após as descidas das águas dos rios em marés-vazantes, além do Capibaribe, uma extensa área conhecida como Boa Vista. Durante um ano, os holandeses fizeram fortalezas e baluartes. Na descrição do Governador D. Van Waerdenburch,

²¹ MELLO, J. A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Recife: Fundaj, Massangana, 1987. p. 35.

²² MELLO, J. A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Recife: Fundaj, Massangana, 1987. p. 35.

²³ ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: uma trajetória secular*. Recife: Artelivro, 2003. p. 24.

²⁴ PLANO da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco em escala de 400 braças. Desenho aquarelado... In: FERREZ, Gilberto. *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Recife: Fundarpe, 1984. p. 23-35.

registrada em Antônio Vaz, aos Estados Gerais Holandeses, havia “falta de tropas, de munições de guerra, de víveres, necessidade de toda espécie de materiais, os ataques contínuos do inimigo, os pontos abertos que tínhamos de prover de guarnições, o tamanho e a irregularidade da cidade, os meses chuvosos extraordinários”²⁵. Mas os chefes militares da Companhia das Índias Ocidentais apontavam as condições naturais daquele espaço como propícias à construção de um núcleo urbano.

Por isso, em 8 de agosto de 1636, Johan Maurits Van Nassau-Siegen foi nomeado para comandar e defender os interesses da Companhia em operações econômicas e militares, tendo chegado em janeiro de 1637. Ocupando a ilha de Antonio Vaz, cuidou de “fabricar a sua nova cidade, que para afervorar os moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa”, contou Frei Manoel Calado, que tudo acompanhara e registrara.²⁶

Todas as diretrizes de arquitetos, geógrafos, pintores, escultores eram destinadas a transformar o espaço em um traçado moderno, mapeado, com ruas, edificações majestosas, palácios, jardins botânico e zoológico, pomares, armazéns, fortificações, um observatório e um local adaptado “para a piedade e o serviço divino” dos calvinistas, incluindo a sinagoga. Ainda, paliçadas em volta do núcleo residencial e administrativo, pontes para pedestres que, mediante o pagamento de pedágio poderiam utilizá-las. Para complementar, “mandou desenhar cartas geográficas com grande cuidado e a sua custa, nas quais se representavam as cidades, vilas, povoações, fortalezas, currais, lagoas, igrejas, conventos, plantações, posição das regiões, suas longitudes e latitudes e outras cousas, sendo

²⁵ BRASIL. MEC. *Documentos holandeses*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1945. p. 95.

²⁶ CALADO, Manoel, frei. *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. 4. ed. Recife: Fundarpe, 1985. v. 1, p. 111.

autor delas J. Marcgrave, exímio geógrafo e astrônomo. [...] Cuidou ainda de implantar a cobrança das décimas do arrendamento das casas e regulou por lei a arquitetura”.²⁷

Na ilha de Antônio Vaz e no Recife passaram a residir os governadores, altos magistrados, ou melhor, os Altos e Secretos Conselheiros e mais os Conselheiros Políticos da Companhia das Índias Ocidentais para os Estados Gerais, ainda, neerlandeses, franceses, ingleses, judeus, alguns portugueses. Armazéns de mercadorias em geral, de artilharia, tabernas pertencentes aos holandeses compunham os serviços comerciais. A economia do açúcar fazia florescer o lugar e a conseqüente demanda por outros produtos.

No primeiro relatório organizado pela administração holandesa, o *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande situadas na parte setentrional do Brasil*, escrito em 1639, são mencionadas as mercadorias que saíam para a Holanda: açúcar e pau-brasil, tabaco, couros, doces confeitados, trabalhos em madeira. Quanto ao recebimento de produtos não há informação precisa.²⁸

O *Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen Van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam*, em 4 de abril de 1640, assinala os interesses dos habitantes por artigos franceses, em especial os panos de linho fino, de seda e tafetá de cores claras, para coser e bordar, botões, além de gêneros alimentícios secos e molhados. Não são mencionados papéis, tintas, livros ou opúsculos para uso dos moradores ou da administração local. As escolas de ensino elementar e a circulação de livros sobre religião, bem

²⁷ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. p. 321.

²⁸ MELLO, J. A G. [Ed.]. *Fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: MEC, Fundação Pró-Memória, 1981. 1. A economia açucareira. p. 110.

como alguns folhetos garantiam breves leituras, embora predominasse, no espaço pernambucano, a forte tradição oral.²⁹

Após a expulsão dos flamengos, reconduzida ao domínio português e à atuação da Igreja Católica, em particular dos Jesuítas, a Capitania retomou os antigos métodos de gestão para alcançar todas as dimensões de sua jurisdição. Isto foi demonstrado, na segunda metade do século XVII, pelo testemunho do escrito. Pelo uso de tintas para traçar e fixar as letras e “fazer a história”, segundo o intérprete da época, Gregório Varela de Berredo Pereira, talvez natural de Pernambuco, com alguma imprecisão no apelido, mas autor de um manuscrito sobre o governo de Câmara Coutinho.

O documento concluído em torno junho ou julho de 1690, constatou o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, embora fosse uma cópia mal conservada encontrada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, era um instrumento que assegurava o relato das ocorrências. Um meio para apresentar “uma verdade lisa e verdadeira”, no dizer do próprio autor, militar da “guarda da residência do Governador”³⁰, ao tomar da palavra escrita para expressar a vitalidade política e urbana daquele momento.

Ao começar o manuscrito, intitulado *Breve Compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das Comendas de São Miguel de Bobadela, Santiago de Bonfé, São Salvador de Majorca, Almotacé-mor do*

²⁹ VERRI, G. M. W. Entre as linhas da história. In: VERRI, G. M. W.; BRITTO, Jomard Muniz de. [Org.]. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Edições Bagaço, 2003. p. 115-128.

³⁰ MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 257-59, 1979.

*Reino e Governador das Capitanias de Pernambuco e suas anexas*³¹, o autor sentia e alegava:

Como a incapacidade do meu trabalho é tosca e grosseira, pois não continuei os estudos, que são os meios que fazem os sujeitos políticos para a narração de suas obras, por esta razão será esta mais grosseira que política; mas direi com Aristóteles que o orador mais se há-de esmerar em contar a história com correnteza, que não no concerto das palavras políticas e delicadas dos gramáticos, que só se deve advertir na sustância da história e não nos acidentes, que são as palavras esquisitas, que às vezes sucede tirarem o gosto da obra”.³²

O narrador do *Compêndio* possuído de comoção sabia estar diante não de uma criação literária, mas de um registro histórico. Um procedimento que se aproximaria posteriormente da ordem régia a ser divulgada em 1723, para serem dadas:

Notícias das aldeias do termo, do número dos vizinhos que têm, e mais coisas notáveis que nelas há, sabendo-se se há em algumas alguns papéis, pergaminhos, privilégios ou [...] Deve dar notícias se há nessa terra pessoas curiosas, que tenham memórias antigas, ou livros manuscritos tocantes à história, e antiguidade dela, e quem são”.³³

³¹MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 257-300, 1979.

³² MELLO, J. A. G. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51, p. 259, 1979.

³³ REGISTRO de um papel que mandou o Vice-Rei do Estado ao Governador desta Capitania e este a Câmara desta Cidade sobre o que se deve remeter à Academia [Real da História Portuguesa]. APEJE, Recife, OR. 01, fl. 98v a 99, 1534-1824. Data provável: novembro 1723.

Assim, Gregório Varela de Berredo, ao “fazer história”, além de acompanhar de perto a situação política, social e religiosa da Capitania, propunha convencer o leitor que Pernambuco era:

A terra de maior nobreza que há em todo o Brasil, que assim como é o mais salutar e estremado clima que há em todo ele, assim gozavas regalias da nobreza e gente autorizada, doméstica e afável que há de pólo a pólo da América toda.³⁴

Nessa ordem acrescentava, “tem este governo debaixo de sua jurisdição muita quantidade de gente e famílias muito nobres, de que é metrópole e cabeça a Cidade de Olinda”³⁵. Mais adiante continuou: “esta cidade foi antigamente muito populosa, rica e autorizada, com grandes e formosas casarias de pedra e cal, todas de dois e de três sobrados [...] É a maior e mais bem fundada que houve em toda a América, que era comparada a Lisboa”.³⁶

Diante de tanta grandeza, estava explicado porque Sua Majestade mandara assistir a pessoa do Governador o Senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que chegara de Lisboa no porto do Recife, em 17 de maio de 1689, e fora acolhido no Colégio da Cidade de Olinda, um dos mais respeitados da Ordem. A cerimônia de posse, portanto, teria que ser grandiosa e simbólica, em 25 de maio de 1689. Assim, do Colégio o representante do Rei saiu caminhando sob um pátio acompanhado de oficiais da Câmara até a Sé:

³⁴ MELLO, J. A. G. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51, p. 279, 1979.

³⁵ MELLO, J. A. G. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51, p. 279, 1979.

³⁶ MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 281, 1979.

Donde estava um batalhão de luzida infantaria tremulando bandeiras ao som de caixas e requintadas trombetas, flautas e charamelas, e por outra parte a estrondosa harmonia dos sinos, acompanhando-o todo este luzido aparato da nobreza da terra e o mais povo, que não cabia nas praças, com demonstrações de alegria, pelo desejo de ver quem os governasse.³⁷

Olinda, esvaziada, estagnada durante o período holandês, naquele momento precisava se impor e dar visibilidade à estrutura política do poder monárquico, diante de “uma terra tão cheia de calamidades, tão abundante de soberbas e violentas mortes [...], vivendo cada um à eleição de sua vontade, sem haver quem desse castigo aos malefícios”.³⁸

A Igreja Católica romana se fazia representar por igrejas, conventos, colégios para os habitantes das vilas, ou em missões nas aldeias indígenas. Alunos que estudavam Filosofia no Colégio da Companhia de Jesus podiam ingressar na Universidade de Coimbra, suprimindo um ano de curso, para isso, teriam que obter aprovação perante o Ouvidor Geral, incluir justificações ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, e informar o resultado ao Reitor daquela instituição.³⁹ A respeito da vila em crescimento, Gregório Varela de Berredo lembrava:

É o Recife a corte de Pernambuco, com o título de povoação, donde o Flamengo, quando o possuiu, formou uma formosa cidade bem na pancada do mar, com ruas e casarias de três e quatro sobrados, com torres e capitéis, e com o lugar ser pequeno, mora

³⁷ MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 259, 1979.

³⁸ MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 260, 1979.

³⁹ REGISTRO da Provisão porque Sua Majestade faz mercê aos moradores da Capitania de Pernambuco: que aos naturais que contiverem Filosofia no Colégio de Olinda, se leve um ano em conta na Universidade de Coimbra. Passada a 28 de julho de 1687. APEJE, Recife. D. III-01, 1696-1801. Cartas e provisões régias de Olinda [Ms], fl. 55-55v.

nele muita gente, com muitas riquezas, por ser a parte donde tudo acode e vêm as frotas de Portugal a buscar os açúcares e mais drogas da terra, donde estão as alfândegas e armazéns d'El Rei.⁴⁰

No breve comentário, acrescentava que podiam ser encontradas no istmo as fortalezas e a praça de armas, enquanto o bairro do Recife estava marcado pela visível “construção maciçamente holandesa”⁴¹ e por “outra praça de casarias maior que o Recife, a qual o Flamengo tinha por corte com o título de Cidade Maurícia, com ricas ruas e ricos arcos e virações, com muitas hortas e parreiras, com um suntuoso Colégio da Companhia de Jesus e outro de Santo Antônio dos Capuchos [...]. Está a praça do Recife fechada de fortalezas, como é a do Brum de São João Batista, que o Senhor Governador mandou acabar de novo com 30 peças de bronze”.⁴²

Na Capitania, desde 1570, o tamanho da população era avaliado em 6.000 brancos, “talvez o dobro disso em 1585, metade dos quais seriam cristãos-novos”⁴³. Quanto ao aumento da população escrava, o historiador Marcus Carvalho esclareceu: para a “década de 1580, fala-se da existência de 2 a 5 mil africanos na capitania, número que aumentaria com o correr do tempo. Dos 30 mil portugueses que vieram para a América no século XVI, 12 mil teriam vindo para Pernambuco”.⁴⁴

⁴⁰ MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 282, 296, 1979.

⁴¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 36.

⁴² MELLO, J. A. G. de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 282-3, 1979.

⁴³ CARVALHO, Marcus. Pernambuco, Capitania de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da [Org.]. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. p. 629.

⁴⁴ CARVALHO, Marcus. Pernambuco, Capitania de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da [Org.]. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. p. 627-630.

Aumentaram também os habitantes civis de Olinda, alguns “pela maioria do sangue e pela grandeza do talento”⁴⁵, outros, na condição de escravos. No final do século seguinte, perto de 2.000 moradores de Viana, Porto e Lisboa acorrem a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, número crescente em meados do XVIII, chegando entre 8.000 a 10.000 por ano⁴⁶. – As variáveis demográficas eram indícios da expansão da população no sistema colonial escravista que, mantendo a maioria analfabeta, sem o respaldo do ensino público, resultava em grande desproporção entre a oferta e demanda por leitura e livros.

Problemas econômicos e políticos concernentes à natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidências de doenças, formas de alimentação e *habitat* suscitaram a idéia de “população”⁴⁷ no século XVIII. Daí a questão ter sido sistematizada e divulgada no *Ensaio sobre o Princípio de População*, publicado em 1798, por Thomas Robert Malthus, elaborado por inspiração de Godwin⁴⁸ e por trabalhos de Hume, Wallace, Adam Smith⁴⁹. – Autores dificilmente encontrados nos catálogos de livros impressos no Reino à época, contudo, Dom Azeredo Coutinho era conhecedor da obra.⁵⁰

⁴⁵ MELLO, J. A G. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho [1689-90]. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51, p. 259, 1979.

⁴⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, [s.d.] p. 43-44.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 28.

⁴⁸ GODWIN, William, [1756-1836]. *Enquiry concerning political justice and its influence on moral and happiness*. 2 th ed. corr. London: G. G. and J. Robinson, 1796.

⁴⁹ MALTHUS, Thomas Robert. *Essai sur le principe de population*. Pref. et traduction par le docteur Pierre Theil. Paris: Gonthier, 1963. Disponível em:

<http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>

A questão foi também tratada por Platão e Aristóteles, quando identificaram a pobreza e a miséria como responsáveis pelo rápido crescimento da população. Montesquieu, James Stewart, Townsend, Arthur Young estavam entre os autores a abordar o assunto.

⁵⁰ AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 231-295, jan./mar. 1973.

Para Portugal, a preocupação com o censo dos moradores das capitanias e suas anexas se fez sentir, repercutindo mediante solicitação de informações diretas. Ordem régia assinada por Martinho de Mello Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, especificava que, de seis em seis meses, deveriam ser remetidos os “mapas do estado de cada um dos Regimentos pagos dessa Capitania”, acrescentado: “mandar igualmente outra relação do numero dos Habitantes da mesma Capitania”, segundo divisões predeterminadas⁵¹. Feita a coleta de dados sobre os habitantes, com o auxílio da diocese, em 1774, o documento foi elaborado e enviado ao secretário, pelo Governador e Capitão-General José Cezar de Menezes.

Os dados eram relativos a quatro classes de habitantes, sendo a primeira de crianças de zero a sete anos completos. A segunda, incluindo rapazes até quinze anos completos, não mencionando as mulheres. A terceira, englobando homens até 60 anos completos. Na quarta inseriam-se os velhos acima de 60 anos. Os números apresentavam grande diferença entre os habitantes de Olinda e os do Recife, vindo demonstrar o poderio econômico da “cidade portuária.” Em grandes traços, poderiam ser encontradas 683 crianças em Olinda e 1.341 na vila do Recife. Rapazes até 15 anos eram 394 em Olinda e 1.070 no Recife.

A população economicamente ativa se restringia a 2.542 em Olinda e 4.814 indivíduos no Recife. Uma drástica redução de números marcava os idosos, sendo 175 em Olinda e 310 no Recife⁵². As dificuldades na coleta de dados, como constatavam os governadores⁵³, resultaram na

⁵¹ APEJE, Recife. OR-15, fl. 11 [17. 07. 1774]

⁵² IDEA da população da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, 1918. p. 99.

⁵³ Ver: BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. *Of. do governador José César de Menezes ao Marquês de Pombal sobre a impossibilidade de se remeter o mapa da população das diversas regiões da capitania devido a diferenças de tamanho*. Cx. 118. Doc. 9057. Ver tb.: *Of. do Bispo dom frei Diogo de Jesus Jardim ao secretário de*

precariedade dos censos, não indicando com precisão quantas pessoas estavam localizadas no campo ou demais vilas.

Além do censo populacional, fora preciso conhecer a relação dos lugares e povoações com seus nomes, distâncias em léguas, ou dias de jornada entre umas e outras, a descrição das condições naturais e de navegabilidade dos rios⁵⁴. As informações sobre a geografia dos lugares retratavam a situação da Capitania e justificavam melhoramentos para o porto do Recife. Era visível que o atracadouro natural havia necessitado de um molhe, mandado construir por carta régia de 14 de dezembro de 1728, sob a direção do Coronel João da Costa Monteiro. Para isso, tinha-se recorrido às fintas⁵⁵ cobradas nas freguesias do Recife, Muribeca, Cabo e Ipojuca, como descreveu Pereira da Costa, citando Fernandes Gama⁵⁶. O autor dos *Anais Pernambucanos* lembrou que as fintas ou capitações eram muito usadas, as *Ordenações do Reino* as facultavam, conforme o Livro I, Título 66, “sempre que as rendas do Conselho não bastassem para as coisas que os oficiais das Câmaras eram obrigados por seus Regimentos prover e fazer e não houvesse para elas dinheiro do Conselho”.⁵⁷

No espaço urbano, de fortes características coloniais, o porto atlântico fora ocupado por edificações para atender à administração burocrática que controlava o comércio de produtos de exportação. Açúcar, tabaco, couraria, goma, algodão, melaço, aguardente, bem como outras mercadorias, eram colocados em compartimentos separados à espera de navios. Mercadorias a embarcar, conforme os traçados cuidadosos dos

estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre a necessidade de recensear a população para arrecadação de cônica... Cx, 159, Doc. 11437.

⁵⁴ APEJE, Recife. OR-10. *Carta régia*, de 13. 06. 1756, a Diogo Corte Real, Governador de Pernambuco.

⁵⁵ Finta ou capitação era um tributo proporcional ao rendimento de cada cidadão.

⁵⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 388.

⁵⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 388.

Mapas que Mostravam as Cargas e suas importâncias, que conduzirão as Embarcações".⁵⁸

Próximo ao porto, instituições começaram a funcionar com objetivos fiscais: alfândega real, casa dos contos, arsenal. Incluindo, por decisão da Coroa e aprovação do Papa, construções para expansão das ordens religiosas: o convento dos padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, iniciado em 1679, a igreja com a invocação da Madre de Deus, onde funcionariam cursos avançados de Filosofia. Mais: habitações, edificações de pedra para defesa da capitania, constituídas pelos Fortins do Matos e do Bom Jesus, o Forte do Brum, conhecido como São João da Barra, o Forte do Mar, chamado de Santa Cruz da Barra. Não parecia haver um local apropriado para guarda da documentação administrativa local.

Além do porto, estendendo e unindo as duas povoações, a do Recife e a de Antonio Vaz, a lembrança dos holandeses⁵⁹, que haviam assentado uma ponte sobre pilares de pedra e cal, uma parte sobre vigas e traves grossas de madeira, para serventia de pedestres e transportes. Ao longo do seu comprimento foram erigidas "30 casas de cada lado, de cal e tijolo", tendo "nos dois arremates [...] dois famosos arcos de pedraria lavrada, cada um com seu nicho aberto na mesma pedra e neles duas imagens, uma de Nossa Senhora da Conceição e outra de Santo Antônio, pelos quais tem Deus Nosso Senhor feito bastantes milagres; motivo do grande concurso que acode a visitá-la"⁶⁰. No conjunto, a vila guardava ainda

⁵⁸ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 208, Doc. 14155.

⁵⁹ Os traçados e as construções feitas por engenheiros holandeses foram vistas por viajantes, que passaram e deixaram, publicados na Europa, importantes relatos de observações sobre modos e costumes. Ver: Augustus van Quelen, Pierre Moreau, Johannes Nieuhof. – Sobre o porto, ver: SMITH, Robert C. *Igrejas, casas e móveis*, ilustrando como, durante um longo período, as madeiras eram deixadas à inclemência do tempo. Razão para construir, em agosto de 1788, um armazém destinado ao abrigo, organização e conservação dos toros.

⁶⁰ SANTOS, Manuel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Recife, Fundarpe, 1986. p. 13.

alguns feitos e efeitos da presença holandesa, mesmo após 24 anos de lutas. Era “uma das melhores partes da América”, no dizer do médico português Manuel dos Santos⁶¹, em obra histórica, *Calamidades de Pernambuco*. A ilha, que recebera tantos nomes: Ilha dos Navios, depois Marcos André, mais tarde Antônio Vaz, e Belchior Alves, foi batizada em honra do Glorioso Santo Antônio, por causa do convento dos franciscanos construído em 1606.⁶² – Um nome que ficaria inscrito na paisagem urbana igual ao padroeiro de Lisboa. Em crescimento, a capitania tornara-se atraente para a ocupação de reinóis:

Gente de condição social modesta e também humilde, das cidades e dos campos portugueses [...] mercadores, comissários volantes, ‘mascates’, oficiais de ofícios manuais.⁶³

Artesãos, chegaram para investir seus saberes em práticas que possibilitassem lucros ou fortunas. Para esses indivíduos, o objetivo era trabalhar, produzir, enriquecer e retornar à terra de origem para lá constituir família.⁶⁴

Aos que encontravam dificuldades em obter licença legal, o caminho era o mar e a profissão marinheiro até chegar ao porto desejado. Eram formas de alcançar as chances que só a *polis* promovia, evidenciando realizações pessoais⁶⁵. Um lugar de passagem também para os funcionários da Corte como súditos do poder real e os da Igreja de Roma,

⁶¹ SANTOS, Manuel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Recife, Fundarpe, 1986. p. 11.

⁶² MELO, Mário. Chorographia de Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico Histórico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 24, n. 115-118, p. 138, 1922.

⁶³ MELLO, José A. Gonsalves de. Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 53, p. 114, 1981.

⁶⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia [s.d.] p. 150.

⁶⁵ ARENDT, Hannah. Condition de l’homme moderne. Paris: Calmann-Lévy, 1983. In: ANSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René [Org.]. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Archives d’Architecture Moderne, 1989. p. 161.

como missionários ou bispos que, dos centros de decisão, recebiam delegação para o cumprimento e difusão de normas, dogmas e missões.

No plano econômico, em defesa da expansão do mercado, a metrópole formulava e aplicava a doutrina mercantilista⁶⁶, tendo por base dinâmica as atividades produtivas da Colônia, garantindo a unidade pelo mar. Mas a inadaptação ao clima, ou as precariedades do meio⁶⁷, suscitavam em alguns, tão logo pudessem obter autorização, o desejo de retornar a Lisboa, como indicam os requerimentos que compõem as correspondências enviadas ao Reino, no decorrer do século XVIII.⁶⁸

Mais para dentro do Brasil, Minas Gerais exercia forte atração. Em busca do ouro acorria parte da população do Reino e das capitanias. Uma grande variação demográfica e redução da força de trabalho interna para a Capitania de Pernambuco. Alerta, Alexandre Gusmão, secretário de D. João V, percebeu o despovoamento das províncias e a conseqüente queda da produção agrícola. Medidas de contenção do êxodo foram tomadas, para sanar a emigração de portugueses para a Colônia⁶⁹, sendo a primeira em 25 de novembro de 1709, a segunda, em 28 de março de 1712, com a proibição do envio de degredados. Em 14 de março de 1720, foi disciplinado o controle de passaportes, na tentativa de estancar o movimento de evasão do Reino⁷⁰. Por outro lado, fazia-se necessária a presença feminina européia e a volta das mulheres para Portugal

⁶⁶ NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975. p. 9-25.

⁶⁷ ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997. p. 29-60.

⁶⁸ APEJE, Recife. Correspondência para a Corte. OR 10 – 1700.

⁶⁹ RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas & Debates, 2000. p. 144, 145, 148.

⁷⁰ RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas & Debates, 2000. p. 144, 145, 148.

preocupava, tanto que, por alvará de 10 de março de 1732 foram proibidas as viagens de retorno.⁷¹

Mas no conjunto do sistema escravista-mercantil, no começo do século XVIII, as corridas individuais ou coletivas para as Minas Gerais, em busca dos “veios de ouro e dos jazigos de diamantes nos próprios distritos do Sul, monopolizando todas as energias capazes de um arranco pela fortuna”⁷², satisfaziam as ambições da Corte e da economia européia. Nas palavras duras de Oliveira Lima:

O Brasil substituíra por este fato a Índia, perdida sem remissão, na interesseira afeição de Portugal, que em ciumenta tutela o segregava de todo contacto estrangeiro e o privava mesmo de uma indústria balbuciente e de uma imprensa infantil.⁷³

A diretriz da Coroa reforçava a produção extrativista de mercadoria valiosa e mesclava a exploração do trabalho ao comércio de abastecimento de escravos. Percebia-se a obtenção de ganhos em vários níveis ou setores da economia e da sociedade especialmente dos senhores, “a metrópole até nadava em dinheiro”⁷⁴, enquanto administradores, funcionários, militares e religiosos, podiam ser vistos e considerados “categorias secundárias [...] para produzir para a metrópole [...] e a massa de produtores diretos, escravos, vivendo fora das relações mercantis”.⁷⁵

O direcionamento da mão-de-obra escrava enquanto mercadoria e força de trabalho para o ouro provocou a ocupação e a valorização das

⁷¹ RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas & Debates, 2000. p. 153.

⁷² ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997. p. 209.

⁷³ LIMA, M. de Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. 3. ed. Recife: Fundaj, 1997. p. 209.

⁷⁴ LIMA, M. de Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. 3. ed. Recife: Fundaj, 1997. p. 209.

⁷⁵ NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975. p. 74.

novas áreas. Deixando a produção do açúcar de Pernambuco, item básico na lista de exportação destinada à Metrópole,⁷⁶ perder o impulso inicial. No plano econômico, as elites entre as quais estava a nobreza da terra e, em menor proporção os pares eclesiásticos⁷⁷, mantinha-se a estrutura agrária. O cultivo de plantações e a produção das mercadorias eram obras artesanais feitas por mãos escravas, sendo as relações econômicas mantidas apenas com a Metrópole, para onde tudo escoava. A queda de preço do açúcar no mercado internacional ampliou a crise na empresa colonial, tornando-a “incapaz de manter a aristocracia enquanto grupo dominante”.⁷⁸

Acordos e alianças foram feitos entre proprietários agrícolas e comerciantes de pequeno porte para evitar a acumulação mercantil, “no sentido de prevenir o crescimento dos grandes mercadores” e evitar a “modernização que eles porventura pudessem implementar”⁷⁹. Isso alterava e contrariava o caráter da ordem vigente na Europa que, para obtenção de maior produção, requeria investimento em pessoal habilitado, mais horas de trabalho, maior volume de recursos financeiros, para novos equipamentos e atividades. Assim, economia e sociedade tentavam ajustar-se aos princípios políticos de um “verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais”⁸⁰ com valores não-capitalistas, que permitiriam manter a hierarquia dos membros da aristocracia. Ainda que, em uma monarquia

⁷⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Cepe, 1997. p. 97.

⁷⁷ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c1790-c1840. 4. ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 41.

⁷⁸ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c1790-c1840*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998. p. 27.

⁷⁹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c1790-c1840. 4. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 51.

⁸⁰ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c 1790-c1840*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998. p. 52.

absolutista, diria William Doyle, analisando a obra de Denis Richet, “levantar dinheiro mediante a venda de cargos [ou de títulos de nobreza] enfraquece o controle do rei sobre os próprios subordinados”.⁸¹

O porto-vila do Recife, pela necessidade de reconstrução depois da expulsão dos holandeses e, dada a importância que estava adquirindo, fora elevado à categoria de vila, por intervenção do Governador Sebastião de Castro Caldas, desde a carta régia de 19 de novembro de 1709, assinada por D. João V⁸². O ato considerado desrespeitoso aos esforços despendidos pelo donatário Duarte Coelho e ofensivo à aristocracia de Olinda não poderia ser aceito sem protestos junto ao Senado.

Enquanto isso, o Recife passou a receber instruções para a criação de novos tribunais, cargos ou funções públicas, ou seja, a definição estrutural de atuação do sistema de poder. Os postos de burocratas ou letrados podiam ser ocupados por imigrantes ou pelos naturais da terra. As construções deveriam oferecer condições para as atividades públicas, portanto, haveria material apropriado para a execução das ordens régias. As instituições políticas e as administrativas proporcionaram maior concorrência local ou em Portugal, aos quadros do funcionalismo, instituindo uma categoria de homens letrados, a saber:

Excelentíssimos Governadores, os Ouvidores Gerais, para o crime e cível; Juizes de Fora e Órfãos, Provedores e Procuradores da fazenda real, e coroa, seis Escrivães do cível, e crime; dois de Órfãos, e um de defuntos, ausentes e capelas, vinte advogados, e todos os mais oficiais de Justiça para a boa administração dela. Também neste mesmo lugar assistem o coronel, Tenente Coronel, Sargento Maior, Capitães, Tenentes, Alferes, e mais oficiais do luzido

⁸¹ RICHET, Denis. *La France moderne: esprit des institutions* [1973]. Apud DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1991. p. 33.

⁸² SILVA, Leonardo Dantas. Notas do editor. In: SANTOS, Manuel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1986. p. [10].

Regimento da sua guarnição; e nestas duas povoações que chamamos Recife habitam mais de vinte mil pessoas.⁸³

Por isso, recortado e destacado do lugar, o espaço central da ilha de Santo Antônio passou a demonstrar, por meio dos suntuosos e simbólicos monumentos do poder civil e eclesiástico quem definia e controlava o território. Um, representado pela construção do Senado da Câmara e Cadeia iniciados em 1729⁸⁴, com o trabalho de oficiais mestres-de-obras e carpinteiros. O outro, pela edificação de inúmeras igrejas e moradias de religiosos, tornando sagrado o espaço público⁸⁵. Os edifícios de grande porte, construídos em pedra, argamassa, cal e madeira, contribuíam para demonstrar os valores da cidade: a organização política das instituições administrativas e os refúgios para as necessidades espirituais da alma e dos homens entre si.⁸⁶

Após os holandeses, o Recife voltara à fé do catolicismo romano e foram nos locais próximos ao rio Capibaribe, na *Ilha de Santo Antônio* onde estavam as maiores demonstrações de reverência, em composições de igrejas e conventos de várias ordens religiosas, fincados em honra e fervor aos santos e padroeiros ou em pagamento de promessas pessoais. Multiplicaram-se as construções religiosas que, à entrada, guardavam um espaço diferente, o adro, que levava à porta, o claro símbolo de “solução de continuidade do espaço, de um veículo de passagem” ao recinto sagrado.⁸⁷

Assim, a igreja de São José do Ribamar em 1653, o Colégio Jesuíta em 1655, no mesmo ano, o convento de Nossa Senhora da Penha. A igreja do Espírito Santo, dos Jesuítas em 1689, a de Nossa Senhora do Carmo

⁸³ COUTO, Domingos do Loreto, dom. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 156.

⁸⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 388.

⁸⁵ MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

⁸⁶ LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 262.

⁸⁷ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 29.

em 1667, imponente, com altar e cadeiral em madeira pesada. A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em 1678, utilizada também pelas irmandades para danças e pastoris. Um hospício dos Capuchinhos, igreja do Paraíso e Hospital de São João de Deus em 1686, igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Pardos em 1692, Capela da Ordem Terceira de São Francisco, com a resplandecente Capela Dourada em 1696. Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em 1702. São Pedro dos Clérigos em 1728, que recebera como preciosidade barroca, o conjunto de altar e retábulo em madeira entalhada. Igreja do Santíssimo Sacramento em 1752. Igreja de Santa Rita de Cássia em 1773, dos Martírios em 1782.⁸⁸

Muitas dessas edificações foram elevadas em agradecimento aos santos de devoção, outras demonstravam, pela riqueza dos altares ou de ricas obras de arte, o reconhecimento de indivíduos ou das famílias às graças recebidas e à expectativa de garantir um bom lugar *post-mortem*. Algumas, pequenas, iam até a área chamada São José, onde ficavam igrejas menores e menos luxuosas, como a Nossa Senhora do Terço. O número de igrejas e capelas em homenagem às santas ou aos santos de devoção veio comprovar as mudanças e o direcionamento religioso na vila depois dos holandeses.

O conjunto arquitetônico que demarcava o centro do poder foi visto com destaque e entusiasmo, pelo frei do convento franciscano, depois monge beneditino, Dom Domingos do Loreto Couto⁸⁹, em texto concluído em 1757, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*⁹⁰:

⁸⁸ BERNARDES, Denis A. de M. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em História Social, 2001. [Tese].

⁸⁹ MELLO, J. A. Gonsalves de. Loreto Couto e os agravos do Brasil e glórias de Pernambuco. In: ____, ____. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. 2. ed. aumentada. Recife: Fundarpe, 1986. p. 195-224.

⁹⁰ COUTO, Domingos Loreto, dom. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 156.

O magnífico Palácio dos Il.m^{os}, e Ex.m^{os} Senhores Governadores, e Capitães Gerais, que com três quadras, e duas excelentes torres representa majestade e grandeza. Por face tem o suntuoso Convento de S. Antônio dos Religiosos do Patriarca S. Francisco, a que está unida a grandiosa Capela da Venerável Ordem Terceira com seus claustros, Hospital, consistórios, e mais oficinas, o que tudo junto faz magnífico aparato. Ocupam seus braços, e corpo todo o terreno, em que se contam mais de duas mil casas com seus quintais, ou jardins com poços de água clara, e doce, que serve para rego das plantas, e gasto dos moradores. Quatro maravilhosos conventos, casa da Misericórdia, dez grandiosas Igrejas, e sete praças capazes de nelas correr touros, termina-se a sua opulência com a Real Fortaleza das cinco pontas que lhe fica ao meio dia.⁹¹

O sítio guardava, ainda, a uma pequena distância, o apego dos “Militares do Regimento de Guarnição desta praça fundaram uma formosa igreja, que dedicaram a Senhora da Conceição, a quem servem com grande devoção, e dispêndio. A grandeza do edifício, o primor do seu asseio, e riqueza do seu adorno lhe dá a primazia sobre todas as capelas, que tem os militares de Portugal, ou Brasil”.⁹²

Nas maiores e mais adornadas igrejas eram realizadas missas solenes, com a leitura da Bíblia em latim, representando a distante, divina e incompreensível linguagem de Deus, que só podia ser traduzida em sermões. Nesses recintos sagrados foram organizadas, pelo Governador da Capitania, Capitão-General Luís Diogo Lobo da Silva, as celebrações em ação de graças pelo frustrado atentado sofrido por El-Rei D. José I. Na ocasião, a igreja da padroeira do Reino, a dos Militares, ricamente

⁹¹ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 158.

⁹² COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 158.

adornada contou com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e dos dois Regimentos de Linha, o do Recife e o de Olinda, para a missa pontifical, onde os “mais destros instrumentos” e quatro coros de músicos cantaram Louvores a Deus, o *Te Deum*⁹³. Porém, a imponência do monumento e das cerimônias contrastava com a antiga e freqüente queixa da tropa, de falta de pagamento dos soldos, sempre em atraso.⁹⁴

Em terra plana, alguns trechos centrais abriam-se em largas ruas ladeadas de casas térreas de frontispício, com sobrados caiados de branco e sacadas pintadas em verde. Eram a burguesia comercial que antes desembarcara sem vintém⁹⁵, se instalara na vila, e depois de muito trabalho e economia, passara a fomentar a economia colonial.⁹⁶

Por ali as pessoas circulavam a pé. Em algumas ruas do centro, outrora pavimentadas pelos holandeses, as mulheres, quando sozinhas, andavam em cadeirinhas carregadas por escravos, com se fossem liteiras⁹⁷. Carruagens, que haviam chegado em 1785, apenas as graves, para homens e mulheres, que também se serviam dos palanquins. Em comemorações religiosas, as procissões, entoando cânticos, desfilavam em ritual litúrgico, carregando em carro, o andor, ornado de ricas e preciosas sedas, que deslizava precedido das autoridades da igreja, dos representantes civis e da classe média seguidos pelo povo descalço.

⁹³ LANGE, Francisco Curt. Documentação musical pernambucana. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 350, 1979.

⁹⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 326. Ver: RODRIGUES, Antônio Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas & Debates, 2000. p. 145. Ver tb.: BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*.

⁹⁵ LIMA, M. de Oliveira. *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*. 3. ed. Recife: Fundaj, 1997. p. 202.

⁹⁶ “Burguesia e cidades são termos inter-relacionados, dizem os textos de história”. Ver: MELLO, José A. Gonsalves de. Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 53, p. 114, 126, 1981.

⁹⁷ COUTO, Domingos Loreto, dom. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 156.

Matinas, missas e vésperas eram celebradas com frequência diária, sob a luz do sol. À noite, as ruas escuras eram ameaçadoras.

A localização e o controle dos adros, isto é, das áreas privilegiadas, reservadas em frente às igrejas, para a concentração de fiéis ou de festas, bem como o uso do solo em torno, tudo fazia parte das prerrogativas do clero na feitura do tecido urbano. O traçado de ruas e largos, construção de capelas, de igrejas e clausuras eram também questões ligadas ao poder outorgado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, conforme o Livro 4º, Título 8, artigo 659, transcrito por Murilo Marx:

E quando houver para obras públicas, cujo uso é comum aos Clérigos, & aos leigos, como são fontes, pontes, reparação dos muros, & das ruas, & lugares em que vivem, ou concorrer outra causa publica, a que seja justo acudir também os Clérigos e pessoas Ecclesiasticas a remediar as taes necessidades publicas”.⁹⁸

As *Constituições* conferiam imunidade aos espaços sagrados, ou seja, aos “lugares pios”, onde eram realizados os “officios e ministerios Divinos”, definidos pelas leis eclesiásticas, estando incluídos: igrejas, adros, cemitérios, capelas bentas, mosteiros, claustros e pátios, hospitais fundados pelas Ordens e palácios dos arcebispos. A imunidade estendia-se aos católicos “que tivessem cometido algum delito e fossem perseguidos pela justiça secular”⁹⁹. Para a obtenção da “proteção da Igreja era suficiente que se apegassem aos ferrolhos das portas das igrejas, capelas ou ermidas, ou se encostassem em suas paredes e portas, ou se

⁹⁸ CONSTITUIÇOENS primeyras do arcebispado da Bahia feytas & ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, 5 ° Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva impressor de sua Magestade, 1719. Livro 4º, Título 8, artigo 659, p. 244. Apud MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989. p. 30-31.

⁹⁹ MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. p. 69. Disponível em: www.tdx.cesca.es./TESIS_UPC/AVAILABLE/TDX-1019104-163925/04aLRC04DE07PDF.

recolhessem debaixo de seus alpendres ou em seus adros”¹⁰⁰. Porém, a imunidade não era para hereges, blasfemos, feiticeiros, judeus, mouros ou infiéis¹⁰¹. Nem era para escravos, ainda que fossem cristãos, ou estivessem fugindo do cativeiro.

Dessa forma, o processo de expansão da população transcorria em torno da Igreja. Primeiro, pela construção de uma capela, depois a localidade se transformava em paróquia ou freguesia, podendo a capela ser transformada em igreja matriz, quando o número de habitantes justificava a categoria de vila. A partir daí, era composta a câmara. Na paisagem, o destaque cabia às torres da igreja matriz. As *Constituições* também disciplinavam os calendários, os horários, a organização das procissões, a identificação das imagens dos santos, os cuidados e veneração da cruz.

Todavia, os interesses dos representantes da Igreja e das autoridades pelo controle religioso e político às vezes se misturavam. Refletiam-se na expansão urbana. Em públicas demonstrações, ampliavam-se em doações de terrenos, de imóveis urbanos, ou rurais, repassados em nome da Igreja, resultando em formas concretas de intervenção na paisagem, que precisava ser estendida. Uma nítida concentração de renda desenhava a situação econômica da Capitania,

¹⁰⁰ CONSTITUIÇÕES primeyras do arcebispado da Bahia feytas & ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, 5 ° Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva impressor de sua Magestade, 1719. In: Livro 4º, Título 32, artigos 749, 750, 751, p. 271.

¹⁰¹ CONSTITUIÇÕES primeyras do arcebispado da Bahia feytas & ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, 5 ° Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva impressor de sua Magestade, 1719. Livro 4º, Título 32, artigos 747, 755, 758, p. 270, 272-3. Apud MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. p. 69. Disponível em:

www.tdx.cesca.es./TESIS_UPC/AVAILABLE/TDX-1019104-163925/04aLRC04DE07PDF.

diferenciando os novos cidadãos dos primeiros proprietários dos meios de produção agrícola.

De Olinda, onde o palácio do bispo, igrejas e respectivos padres e frades estavam instalados, o Bispo Dom Frei Luís de Santa Thereza, passou a vir, a partir de 1739, ao Recife para erigir uma nova sede: o palácio [Episcopal da Soledade] para que pudesse dividir-se entre as duas localidades no acompanhamento das obrigações eclesiásticas. Ao mesmo tempo, defronte, começou a levantar um edifício destinado ao convento de religiosas professoras, com as devidas licenças de D. João V. – Ainda que, na ilha de Santo Antônio também houvesse um recolhimento de donzelas situado em um arraial ao pé da Fortaleza das Cinco Pontas, próximo à igreja do Divino Espírito Santo¹⁰², uma vez que não havia conventos para as mulheres.

O tamanho do Estado Eclesiástico, conforme informações escritas por Dom Loreto Couto em 1757, era composto de quatro povoações também chamadas cidades: dez conventos de religiosos, com oito colégios de Filosofia, Teologia e Moral. Dois hospícios, dois recolhimentos de donzelas, quarenta e três igrejas, dezoito capelas, em um total de duzentos e trinta e seis altares com missas diárias e quinhentos e vinte e seis sacerdotes.¹⁰³

Sob o peso das normas eclesiásticas, residiam em conventos cento e cinquenta e oito “religiosos em virtude e letras singulares”. Incluíam-se ainda cento e cinquenta e um clérigos presbíteros, seis diáconos e quatro subdiáconos muito virtuosos que, pelas letras, davam “o maior lustre a

¹⁰² COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 160.

¹⁰³ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 161.

sua Pátria”¹⁰⁴. Eram sessenta e seis irmandades que congregavam mais de quinhentos até 2.000 irmãos dedicados às obras de caridade e devoção, que exerciam influência decisiva sobre a vida dos indivíduos. Essa presença resultava em ações diretas ou indiretas na cidade. Alguns, dedicavam-se às leituras, às letras, outros, ao magistério.

A população tendo crescido, foi abrigar-se em ruas estreitas abertas “sem obedecer a planos predeterminados, ao contrário do que ocorreu no período de Nassau”¹⁰⁵. Na perspectiva de expansão desordenada de construções e sob o argumento maior de falta de condições financeiras para a sustentação dos imóveis, o Rei D. João V havia proibido, em 27 de abril de 1709, a edificação de conventos ou hospícios sem que houvesse autorização expressa.

Proibira também às Câmaras de vilas doarem terras ou igrejas a religiosos, sem que fossem ouvidos os prelados do convento mais próximo, para evitar contendas ou “perturbarem as consciências, e atropelarem as minhas leis e fazerem gastar aos Religiosos pobres o que não têm”¹⁰⁶. A medida foi reforçada em 12 de maio de 1742, vindo assinada pelos conselheiros Thomé Gomes Moreira e Martinho de Mendonça de Pinna e Proença, do Conselho Ultramarino.¹⁰⁷

¹⁰⁴ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 156.

¹⁰⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: CEPE, 1997. p. 89.

¹⁰⁶ NÃO devem consentir se edifiquem conventos sem ordem de Sua Magestade como se vê da ordem seguinte. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28 [13], p. 154-5, 1906.

¹⁰⁷ NÃO devem consentir se edifiquem conventos sem ordem de Sua Magestade como se vê da ordem seguinte. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28 [13], p. 154-5, 1906.

Atraídos pelas “virtudes magnéticas”¹⁰⁸ do lugar cresciam a população e as necessidades de melhoria da cidade. Porém, o alcance do poder administrativo, fiscalizador, da autoridade real era formado por limites institucionais, financeiros, militares e de meios técnico-administrativos, como demonstravam as freqüentes solicitações de livros, papéis e selos, para registro de cartas, e de acompanhamento das movimentações financeiras. A solicitação de moeda e de pagamento de funcionários fazia parte dessa correspondência, como evidenciam os documentos para a corte¹⁰⁹. Em 8 de julho de 1747, os oficiais da Câmara do Recife escreveram a D. João V representando a “suma pobreza deste Senado, e que se acha sem patrimônio com que possa suprir as despesas precisas”.¹¹⁰

A falta de recursos financeiros fizera com que a ponte Velha mandada construir pelos holandeses, para ligar a ilha de Santo Antônio à Boa Vista, tivesse os consertos iniciados em 1742¹¹¹, mediante donativos populares, sendo os trabalhos finalizados no ano seguinte, sob os cuidados do Governador Henrique Luís Pereira Freire. Alargada a ponte, puderam passar veículos e foram reconstruídas sessenta e quatro lojas. Instaladas, as lojinhas eram para venda de “quinquilharias, louça da índia, ferragens, fazendas, jóias e chapéus e outras mercadorias”.¹¹²

¹⁰⁸ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 160.

¹⁰⁹ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU_ACL_CU_015.

¹¹⁰ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU_CX. 66. Doc. 5585.

¹¹¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 6, p. 98.

¹¹² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 5, p. 383-4.

Não foi esclarecido se as lojinhas vendiam livros, o que talvez pudesse ocorrer¹¹³. De acordo com a tradição, o comércio era feito ao retalho, no varejo. Crescera também o comércio nas proximidades do porto, o que levou Pereira da Costa a assinalar:

O comerciante, em geral, tinha o nome de *mercador*, e ainda que proprietário de um bom estabelecimento, de grande movimento e elevado capital, e mesmo que fosse *apatacado*, não era tido lá em grande conta e nem mesmo lhe chegavam as posições sociais e nem tão pouco os galões de milícia. Onde, porém, tinha uma certa representação era nas irmandades e confrarias.¹¹⁴

Com a reconstrução e o alargamento da ponte, o Governador Henrique Luiz Pereira Freire [1737-1746] fez a ilha de Santo Antônio ser ampliada em direção a Afogados. Mangues ou manguezais¹¹⁵ confrontantes com a Boa Vista foram aterrados, criando solo para novas moradas também para a construção, com o necessário distanciamento, da Casa da Pólvora, destinada ao depósito do produto enviado pelo Reino, que antes ficava no forte das Cinco Pontas.

Foi a partir desse tempo de construção de uma cidade, de pessoas e grupos de raças diversas ajustando-se às mudanças de comportamento, enfrentando diferenças culturais, dificuldades e medos, que uma ponte passou a simbolizar o ordenamento de um espaço criado. Um meio de levar e trazer pessoas e pensamentos a “lugares” de produções sócio-econômicas, culturais e políticas.

¹¹³ Devido à ínfima quantidade de exemplares enviados por meio do controle da Mesa Censória, não houve registros de vendas.

¹¹⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 20.

¹¹⁵ Mangues, locais de águas de marés, lama e uma espécie de vegetal nativo da família das rizoforáceas. In: HOUAISS. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. 2003. [Palavra usada em *Cartas* de Afonso de Albuquerque, 1513].

Uma imagem que pôde representar, ampliar ou limitar a função do livro: unir, organizando, ou desunir, desarrumando pensamentos, ou permitir atingir novos espaços. Em um permanente movimento de trocas, os livros puderam ser considerados objetos desejáveis ou indesejáveis, benéficos ou nocivos. Ponte e casa de pólvora são figuras emblemáticas, representando o livro entre ligações e explosões.

O olhar que perpassou por uma cidade que se construía ao longo do tempo esteve à procura dos nexos que entrelaçassem pequenos espaços onde pudessem estar pousados ou escondidos objetos raros: livros. Nada fácil, em um lugar dividido entre os interesses mercantilistas e políticos da Coroa portuguesa e os da Igreja de Roma, em busca da expansão da Fé Católica. Talvez a Bíblia se fizesse presente em muitos cantos, talvez nem houvesse em casas onde cadeiras e bancos eram escassos, uma mesa para todos os serviços, armários não havia. Em mobiliário não era muito, o que havia nas casas, deduzindo tudo pelos inventários. Contudo, a trajetória pelos mares e a morada dos livros em terra firme precisaria ser revelada a partir de um quadro de referência. Foi isso o que foi feito.

Zoon der den de latie

- 288.00 Periti Theolog. Dy. cipl. by komz 700000 ..
 286.00 Aguirre in Conc. Dy komz 700000 ..
 287.00 Laurent. Merati Com. Dy komz 700000 ..
 208.00 Morevi Decretum Eborico Dy komz 700000 ..
 85.00 Caballero. nat. Valenz. 700000 ..
 488.00 Cathelin Sermon. Episcopo Dy komz 700000 ..
 280.00 Anna Dy Eccl. Spondani. by komz 700000 ..
 280.00 Komz Decplin. Eccl. by komz 700000 ..
 480.00 Nataly Alexandre in conc. Dy komz 700000 ..
 708.00 Vanysem Dir. Canonico Lima komz 700000 ..
 88.00 Bertram Delon Houerf. coetro komz 700000 ..
 180.00 Creijum Conn. ad rectuade 700000 ..
 328.00 Boherium Romano quatuor komz 700000 ..
 687.00 Pontific. Romano by komz 700000 ..

Presença da Igreja Católica: Bispos em Pernambuco

Igreja Católica, o termo usado no título do capítulo, uniu o amplo entendimento sobre a atuação e os procedimentos oriundos da ideologia católica, que representantes firmados pela Igreja de Roma e pelos reis de Portugal difundiram na Colônia. Os bispos da Diocese de Olinda ocuparam lugares, tiveram peso político, representaram papéis, desempenharam funções na estrutura administrativa da Capitania de Pernambuco.

Diferentes, mas às vezes compartilhando de propósitos comuns, a Igreja e o Estado propiciaram informações que foram registradas, entendidas como documentos referentes a acontecimentos singulares, contingentes e separados, embora, articulados a uma pluralidade de fatores¹. Informações que foram tomadas como indícios de uma realidade política e social que se estruturou na Colônia, estendeu-se durante a crise até a ruptura entre os poderes do Estado monárquico e o do Papa.

Os pontos assinalados dizem respeito ao resultado e à materialidade das ações realizadas, alguns como fatos históricos² daquele momento, conforme identificação dos registros em fontes primárias de acesso próximo. Os critérios adotados para o recorte foram, na medida do possível, os traços da formação intelectual dos atores históricos, as articulações que poderiam existir entre os eclesiásticos e os representantes do poder monárquico que atuavam na Capitania. Bem como outras atividades que, para reforçar o espírito religioso, contribuíram de forma direta ou indireta para alargar ou estreitar o espaço da leitura.

¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994. v. 1, p. 295.

² DUMOULIN, O. Fato histórico. In: BURGUIÈRE, André [Org.]. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 323-4.

Considerados homens de letras, os bispos escreviam sermões, cartas, alguns tiveram seus textos autorizados para imprimir. Portanto, uma pequena biblioteca deveria fazer parte dos objetos pessoais de cada um, o que foi impossível de identificar. Apenas a biblioteca de Dom Thomaz da Encarnação ficou registrada, assim mesmo, com títulos ou autores incompletos e incorreções ortográficas, que inviabilizaram o conhecimento da coleção como um todo.³

Quase sempre, aos eclesiásticos foram atribuídas ações e muitas conseqüências: a expansão das escolas de ler e escrever, grande parte da produção de manuscritos e letras impressas, a formação do hábito da leitura, aprofundamento e difusão do trabalho intelectual e científico, intervenção e ocupação do espaço físico para a construção ou reprodução das formas simbólicas. Porém, nem sempre foi fácil delinear como, quando e onde as leituras e os livros formaram o lastro cultural além da Teologia, ou fizeram parte da vida pessoal ou coletiva desses clérigos, ou se houve repercussão imediata ou remota do conhecimento ou dos saberes acumulados. Nem foi possível recolher, coligir ou perscrutar os manuscritos ou impressos produzidos ou divulgados por esses representantes da Igreja Católica.

Teria sido preciso localizar e compulsar documentos que, porventura, existam sob a guarda de instituições européias de pesquisas, para deslindar esses problemas. Neste quadro feito a pinceladas, não puderam ser focalizados projetos políticos individuais, nem destacados os elementos e as condições existentes à época para indicar onde e como eram realizados os trabalhos intelectuais. A demonstração de interesses

³ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. *Ofício do desembargador e ouvidor geral da Capitania de Pernambuco*, Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leite ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando cópia do inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima. Lisboa: AHU. Cx. 151, Doc. 10957.

particulares por determinados assuntos ou a situação econômica desses indivíduos poderia apontar os critérios de seleção ou revelar os momentos em que livros ou objetos foram adquiridos ou recebidos por doação, passando a fazer parte das coleções particulares. Difícil saber, por exemplo, se havia e quais os recursos disponíveis para compra de livros em uma diocese ou de um bispo individualmente. Ou como as bibliotecas dos conventos eram formadas e organizadas.

Dessa forma, não serão vistos como as ordens religiosas e a Diocese de Olinda se mantiveram e se estruturaram, nem quais as práticas concretas, nem quais doutrinas, idéias ou projetos políticos fizeram ou levaram os representantes da Igreja a pensarem ou agirem no espaço social, no plano econômico ou no campo político da Colônia. Tampouco alianças, rivalidades, lutas internas ou externas travadas entre pessoas, ou entre as diversas ordens, ou entre a Coroa e o Papado, fizeram parte do estudo desse conjunto de episódios que marcaram a presença do clero na Capitania durante o século XVIII.

A presença da Igreja Católica era formada pela diocese dirigida por um bispo, o deão, o cabido, o vigário geral e, de certa forma, unia-se ao Estado, na organização e na luta contra ameaças religiosas, políticas, sociais. Portanto, se fazia visível na Diocese de Olinda, incluídas as Capitanias anexas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, por estar integrada ao Bispado do Brasil, por sua vez regido pelas *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, decretadas em 1536. Anos mais tarde, em 1676, assembleias eclesiásticas separaram Lisboa das demais dioceses, sendo criada no Brasil, a Província Eclesiástica da Bahia composta por quatro Dioceses Sufragâneas: Rio de Janeiro, Olinda, São Tomé, Angola.⁴

⁴ LORSCHIEDER, José Ivo, *dom. Jubileu de ouro da CNBB (1952-2002)*. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/estudos/encar626.html>>

Estado e Igreja encontravam modos particulares de atuar nos espaços físicos, espirituais e políticos, cabendo a decisão da jurisdição episcopal ao Estado monárquico. Daí ser conveniente, para a organização eclesiástica, fosse elaborado um único código legislativo que pudesse fazer valer os direitos, os valores, os rituais da Igreja, de forma a compatibilizar os estatutos católicos romanos às necessidades da sociedade colonial.

A iniciativa de elaborar esse documento coube ao Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide⁵, nascido em 1643, em Monforte, no Alentejo e que, em Évora, havia começado a vida religiosa na Companhia de Jesus, continuado os estudos na Universidade de Coimbra, onde se formou em Cânones. Em Lisboa exercera os cargos de prior da Igreja de Santa Marinha, desembargador da Relação Eclesiástica e arcebispo. Em 1701, foi nomeado por D. Pedro II, o quinto arcebispo da Bahia, de onde pôde escrever a *Historia da vida, e morte da Madre Soror Victoria da Encarnação...* publicada em Roma, na Estemparia de Joam Francisco, 1720, texto com 142 páginas. Ainda, para identificar o quadro religioso na Bahia, organizou o *Catalogo dos Bispos que teve o Brasil até o anno de 1676 em que a Cathedral da Cidade da Bahia foi elevada a Metropolitana*, obra em 32 páginas, publicada provavelmente em Lisboa, sem indicação precisa do ano [176-].⁶

Instruído e experiente, Dom Sebastião Monteiro da Vide determinou em 1707 convocar o I Concílio Provincial para a Festa de Pentecostes. O sínodo do Arcebispado da Bahia contou com a presença do Bispo de Angola, Dom Luis Simões Brandão. Assim foram escritas, sob a coordenação de Dom Sebastião, que mandou fossem impressas no Reino, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Das edições, uma foi

⁵ Dom Sebastião Monteiro da Vide. Disponível em:

<<http://www.aac.uc.pt/~sfaac/sebastiaovide.php>> Ver tb.: COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 260.

⁶ PITTA, Sebastião Rocha. *História da América portuguesa*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1976. p. 186. Ver tb.: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe>>

publicada em Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, em 1765, com 618 páginas divididas em cinco livros: Fé, Sacramentos, Clero, Irregularidades e Penas, Questões Pastorais, incluindo o regime das paróquias, a liberdade dos índios, o bom trato e a catequização dos escravos. No todo, contavam com 279 títulos.

As normas e regulamentos eclesiásticos da Colônia deram suporte legal ao funcionamento de todos os bispados do Brasil, tendo merecido menções de grandes canonistas. As *Constituições* eram complementadas e aplicadas como um verdadeiro código de processo. O *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Metrópole do Brasil*, vigorando desde 8 de setembro de 1704, teve uma edição impressa na Officina de Miguel Rodrigues, em 1765, com 187 páginas. Em função das muitas causas que corriam no foro da Igreja, o *Regimento* tornava-se necessário, daí haver para as paróquias um vigário forâneo com poderes judiciais, sendo na Bahia o Tribunal das Relações Eclesiásticas. – Pereira da Costa informou ter havido quatro edições das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*: Lisboa, 1719, Coimbra, 1720, Lisboa, 1765, São Paulo, 1853.⁷

Ainda sem contar com esses instrumentos legais, o alvorecer do século XVIII encontrou a Diocese de Olinda sendo administrada por Dom Frei Francisco de Lima, carmelita “observante, confirmado pela bulla ‘*Hodie siquidem*’ dirigida a D. Pedro II pelo Papa Inocêncio XII, a 22 de agosto de 1695”⁸. Havia chegado àquela vila, em fevereiro de 1696, quando o Governador era o Capitão-General Caetano de Mello e Castro, tomando posse no dia 24 do mesmo mês e logo se dedicando à caridade, à catequese dos índios. “Em visitas pastorais às freguesias e aldeias andou

⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 112.

⁸ BARATA, José do Carmo, cônego. Apontamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 361-2, 1922.

mais de 300 léguas, sem que lhe fosse de obstáculo a sua provecta idade que já passava dos 70 anos. Em uma dessas visitas chegou até o Piauí, à freguesia de Oeiras, por ele criada em 1696”⁹. Trabalhando em prol das missões faleceu a 23 de abril de 1704, tendo pedido para ser sepultado na igreja dos carmelitas de Olinda.¹⁰

A partir de 1704 começou Pernambuco a defrontar-se com a falta de bispos. Um intervalo de quase seis anos separou a morte de Dom Frei Francisco de Lima da chegada de seu substituto. Entretanto, em 1705, Dom Manoel Álvares da Costa, formado em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação Eclesiástica de Lisboa, fora eleito bispo de Olinda. Confirmado em consistório pelo Papa Clemente XI, veio tomar posse da diocese, em 1710, conforme elucidou Pereira da Costa.¹¹

No entanto, em 1707, ainda em Lisboa, Dom Manoel tomou conhecimento da provisão por cômguas para a catedral de Pernambuco assinada por El-Rei D. João V destinadas aos deão, dignidades, cônegos, capelães, coadjutor, sacristão e mais quatro moços do coro, ao Mestre de Capela, ao tangedor de órgãos, ao subchante, ao porteiro e às esmolas¹². Valores a serem repassados, que constituíam e caracterizavam parte das responsabilidades da Coroa nos negócios financeiros, que mantinham o clero não mais vivendo de esmolas, como antes ocorria.

⁹ BARATA, José do Carmo, *cônego*. Apontamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 362, 1922.

¹⁰ BARATA, José do Carmo, *cônego*. Apontamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 362, 1922.

¹¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 85.

¹² LANGE, Francisco Curt. Documentação musical pernambucana. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 335-406, 1979.

Aportando em 5 de fevereiro de 1710 e embarcando num bergantim para chegar diretamente a Olinda pelo rio, Dom Manoel Álvares da Costa¹³ não só quebrou a tradição de recompor-se da viagem, como trazia uma grande novidade: a carta régia que elevava a povoação do Recife à categoria de vila¹⁴. Diploma que seria mal recebido pela população mais afortunada da Capitania, que há muito fazia crescer a economia canavieira nas terras circunvizinhas, erguendo e mantendo residências nas colinas de Olinda, lembrando os casarios de Lisboa. Pernambucanos ali batizados guardavam, mesmo à distância, títulos nobiliárquicos.

Por isso, conhecidos e considerados como os nobres da terra, freqüentadores de festas e ofícios religiosos, onde cânticos e músicas faziam parte e engrandeciam as cerimônias, prolongando o costume dos reis de Portugal que, desde 1603, se faziam Protetores Perpétuos da Irmandade de Santa Cecília dos Músicos e Cantores de Lisboa. – Daí a importância do Mestre de Capela, do coro, do subchante, que faziam parte de várias igrejas de Pernambuco e demais capitanias, como em Minas Gerais.¹⁵

No Recife, os portugueses que lá viviam, comerciantes fixos, e os que estavam de passagem, mercadores ou mascates, possuindo e ostentando riqueza, pleiteando benefícios econômicos e diferentes rumos políticos para a vila, se contrapunham à Olinda, acirrando a rivalidade. Dom Manoel Álvares da Costa sabia que encontraria um lugar dividido. Uma luta que se travava entre a terra duradoura que fornecia estabilidade, posse sem

¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

¹⁵ LANGE, Francisco Curt. Documentação musical pernambucana. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 337, 1979. Ver tb.: CRESPO, Júlia Paletta. *Música no Brasil colonial*. Disponível em: <http://www.pus.ufjf.br/opus_4/Musica%20%Brasil%20%Colonial.htm> Ver tb.: A música barroca. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. v. 2, t. 1, p. 121-144.

ostentação e o comércio que flutuava, mobilizando o dinheiro, fomentando o lucro, exibindo riqueza. Eram nobres contra mascates em Pernambuco.¹⁶

Partindo de pessoas diversas, circulou a notícia sobre o documento régio, que transformaria o Recife em vila. Sem alarde, o Governador e Capitão-General Sebastião de Castro e Caldas [1707-1710] conseguiu, nas caladas da noite, ou na elegante expressão de Evaldo Cabral de Mello, “nas horas mortas da noite de 14 para 15 de fevereiro na principal praça do Recife, que era do Corpo Santo”¹⁷, transformar o Recife em vila. Para surgir pela manhã, construiu o marco, ou pelourinho, uma coluna de pedra colocada em praça, usada para exibição e castigo de criminosos. A essa ação noturna seguiram-se os comentários dos pernambucanos, incrédulos quanto à decisão e ordem régia para a criação da vila. Os vassalos obedientes não puderam deixar de estranhar as atitudes do governador, comentou Rocha Pita.¹⁸

Dom Manoel Álvares da Costa pelo tempo que levava para assumir o cargo talvez tivesse preferido ficar em Lisboa. Mas estando em Olinda teve que tomar partido na disputa política, apresentar-se e ausentar-se do palácio episcopal, para poder manter o equilíbrio espiritual e temporal requerido pela função e ainda acumular o cargo de governador interino da Capitania, em lugar de Castro e Caldas. Posto entre discórdias, aguardara, para administrar Pernambuco, a chegada de Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos [1711-1715], que seria recebido em 6 de outubro de 1711.

O mais alto cargo da Capitania foi transmitido dois dias depois, em Olinda, na catedral, local adequado para missas solenes, reuniões

¹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 226.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 227.

¹⁸ PITA, Sebastião Rocha. *História da América portuguesa*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 248.

episcopais e protocolares posses de governadores. Na ocasião, na catedral também foi celebrada a festa em honra a Nossa Senhora do Ó. Durante três dias houve cavalhadas, representação teatral de três comédias sobre assuntos do momento, que depois se alternaram defronte do palácio do governador e no largo do palácio do bispo, “por serem para um e outro ato os lugares mais acomodados”.¹⁹

As manifestações sociais em forma de peças teatrais, encenadas sempre ao ar livre, eram usadas para transmitir mensagens de fé, esperança e caridade, em oitavas rimas. Homenagens, algumas ao Bispo, Dom Manuel Álvares da Costa, foram apresentadas, em 1714, em texto romanceado, perto da igreja de São Sebastião, no Varadouro. As demais foram por trás da igreja de São Pedro Mártir, outra, nos Quatro Cantos e ainda uma quarta encenação na rua, no largo de Nossa Senhora do Amparo.²⁰

O recém empossado governador – encarregado de concluir a torre da catedral de Olinda – e os ouvidores, representantes e administradores civis da Corte passaram a perseguir politicamente o Bispo Dom Manoel Álvares. Se as razões das contendas aqui não serão assinaladas, porque profundamente estudadas na obra de Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos*,²¹ valeria dizer que o bispo foi afastado, transferido para Penedo até ser chamado para Lisboa, em 1715. Venerado por uns, afrontado por outros, sua história perpassou pela guerra dos mascates. Para o seu lugar foi nomeado governador do Bispado, o Padre Carmelita Frei Manuel de Santa Catarina, tendo conseguido bom entendimento com

¹⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 223-4.

²⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 224.

²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco 1666-1715. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

o Governador da Capitania, Lourenço de Almeida [1715-1718] e ficado no cargo até 1 de julho de 1714.²²

O sucessor, Dom Frei José Fialho, filho do Capitão João de Seixas e de D. Antonia de Andrade, nasceu em um distrito de Braga, em 13 de dezembro de 1672. Foi monge beneditino no Mosteiro de Santa Maria do Douro, da Congregação do Alcobaça, depois, mandado para o Colégio de Santa Maria de Seiza, por fim, cursou e obteve o doutorado em Teologia, em Coimbra. Como regente das cadeiras de Filosofia e Teologia nos colégios da Ordem, firmou-se pela erudição e oratória. Assim, quando D. João V o nomeou para bispo de Olinda, obteve a consistória confirmada pelo Papa Bento XIII, de 20 de fevereiro de 1725. – Não foram encontrados vestígios dos seus livros.

Por dez anos a diocese estivera sem o representante eclesiástico. Chegando ao Recife, em 13 de maio de 1725, Dom Frei José Fialho, frade bernardo²³, isto é, da Ordem de Cister, fez entrada pública em Olinda no dia 21 daquele mês. Assim, foi posto diante de muitas dificuldades e viagens para o sertão. Por isso, em carta *Pastoral* registrou com surpresa e constrangimento: “por nos constar com evidência, estarem ordenados nesta nossa diocese, muitos sujeitos totalmente iletrados e contra as disposições do Sagrado Concílio Tridentino”.²⁴

O catolicismo nas capitanias acentuava o caráter clerical da Igreja, e por ter sido desenvolvido sob a proteção do padroado²⁵ português, com

²² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 275-259.

²³ Bernardo, relativo à Ordem de Cister criada por são Bernardo de Clairvaux [1090-1153]. In: DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

²⁴ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 53. Obs.: Seria necessário localizar e identificar quem era, por que e em que condições atuavam esses “sujeitos iletrados”.

²⁵ Padroado, instrumento para subordinar os interesses da Igreja aos da Coroa, podendo ser considerado regalismo, sujeitando o clero secular à condição de “funcionários da

nítidas características medievais manteve-se leigo por muito tempo, alertou Riolando Azzi²⁶. A esse respeito, seria também preciso notar, não apenas a falta de cursos preparatórios para os futuros padres, como o reduzido número de títulos impressos em Portugal, reproduzidos em quantidade de exemplares que talvez nem chegasse aos mil, tornando difícil a estimativa por falta de dados, impossibilitando saber quais os tipos de livros religiosos destinados ao clero, ou como e se chegavam à Capitania.

Ainda, em meio a uma população formada por brancos, negros, mulatos e pardos analfabetos ou semi-analfabetos, aqueles que estivessem em conventos poderiam ter maiores possibilidades de acesso aos livros. Diferentemente, os que estivessem vivendo em missões, não sendo bem preparados talvez regredissem na leitura, ou tivessem o vocabulário alterado pela convivência e diferenças ou trocas de palavras usadas por outras etnias. A situação constatada por Frei Fialho à época, talvez tenha sido modificada. Porque, em textos posteriores cronistas dirão, como Tollenare:

Não é esta a primeira vez que noto que entre os frades, mesmo mendicantes, se encontra mais espírito e instrução do que nas outras classes²⁷,

Os frades também sabiam e comentavam sobre a Revolução Francesa, demonstrando instrução, isto em 1816. Contudo, ampliando sua visão sobre o Recife, o mesmo viajante constatará que havia frades capuchinhos pedindo esmolas pelos cantos da cidade, pelos engenhos,

monarquia". In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 466-7.

²⁶ AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. *Religião e sociedade*, São Paulo, n. 1, p. 125-149.

²⁷ TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 26.

vivendo humilhados, diminuídos²⁸. [Talvez gostassem de perambular pela cidade.]

Portanto, diante dessa surpreendente constatação, que se opunha aos preceitos da formação religiosa e intelectual recomendados pelo Concílio de Trento e aceitos por Portugal, Dom Frei José Fialho entendia ter que fazer revigorar o centralismo da atuação da Igreja entre os fiéis, combater os vícios, moralizar, suspender todos os que tivessem se ordenado entre 1718 e 1726. A religião católica que havia sido implantada de forma monolítica, encontrava-se abalada, em crise, com repercussões nas vilas, nas zonas rurais. Portanto, seria preciso instruir o clero, o que significava organizar cursos talvez fundar um seminário, ou preparar um quadro de professores especiais para suprir a carência de religiosos e melhorar o nível de instrução dos existentes.

O bispo verificou, ainda, que nos recintos das igrejas, capelas e adros eram apresentadas peças teatrais, com rituais profundamente leigos. Não concordando com formas e textos, Dom Frei José Fialho, em 13 de março de 1726, por *Pastoral*, mesmo sem a devida competência e jurisdição para tanto, proibiu aos párocos as representações, reforçando a proibição de comédias em outra *Pastoral*, em 1727.²⁹

Com essas medidas poderia “promover o culto divino com toda a pompa e decência, velando com particular cuidado que todos os atos e solenidades eclesiásticas fossem celebrados com aquela majestade que lhes era devida”³⁰. Era o entendimento de que as expressões sociais da população deveriam estar coligadas às festas oficiais, religiosas, que

²⁸ TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 94.

²⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 224-5.

³⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 341.

consagravam a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo, lembrou Mikhail Bakhtin.³¹

A ordem das hierarquias, das normas, dos tabus religiosos, dos valores políticos e morais deveriam conter verdades dominantes e eternas. O receio, o perigo, era o teatro ameaçar a sociedade, acreditava Dom Frei José Fialho. Encenações deveriam ser eliminadas, ou substituídas por verdadeiras, insuspeitas, palavras da Teologia católica, que dariam uma unidade religiosa, sendo acordadas e representadas em cerimoniais simbólicos, ritualizados, formais, embora enigmáticos para os estranhos, e não considerados teatrais para a Igreja. Por isso, as cerimônias e as festas religiosas sempre foram respeitadas. Realçadas pela presença do bispo.

Dentre as atividades a desenvolver, a Igreja precisava conservar todos os símbolos, dando atenção à construção e manutenção da catedral de Olinda, como forma de preservar e destacar o recinto consagrado. Por outro lado, não podia esquecer ou deixar de apoiar, acudir e franquear “as portas do seu palácio, da sua dispensa, e prodigalizando tantos outros benefícios”³², diante da epidemia que grassou a região em 1733. Desse modo, Dom Frei José Fialho contribuiu com alimentos para a alma e para o corpo, conforme as regras da Igreja.

Além disso, teve que enfrentar a crise, a penúria mesmo, em que estavam as outras paróquias: Paraíba, Maranguape, Tacoara, Tejucupapo, Goiana, Igarassu, Itamaracá, Santo Antônio de Tracunhaém, São Lourenço da Mata, Nossa Senhora da Luz e Santo Antônio da Mata. Nesses locais faltavam paramentos litúrgicos, os altares estavam abandonados, a pobreza dos moradores era gritante. Essas questões haviam levado à diminuição de cerimônias religiosas, de assistência espiritual. Dentre os

³¹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1987. p. 8.

³² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 342.

habitantes aumentara o desgaste e o descrédito pelas estruturas da Igreja, que deixara de cumprir as funções institucionais. Enquanto isso, mesmo estando diante de representações, a Fazenda Real recebia regularmente os “vultosíssimos Dízimos do Senhor”³³, sem que houvesse o repasse acordado entre a Coroa e o Altar.

Os problemas da diocese requeriam encaminhamentos e soluções diferenciadas. Assim, em 24 de agosto de 1727, foi autorizada, por carta régia, a elaboração de novos estatutos do Bispado de Olinda – finalizados em 1728 –, onde haveria a criação de outras prebendas e aumento da cômputa do corpo capitular, seguindo-se uma ordem do bispo para a elaboração do “*Regimento para o Serviço do Coro*”³⁴. – Modificações que se fizeram sentir nos períodos seguintes.

Viagens e missões às freguesias e às aldeias indígenas eram partes das atribuições do bispado. Dom Frei José Fialho disso não descuidou: a catequese deveria ser assistida, com evangelizadores junto às aldeias, mesmo as longínquas, o que nem sempre era fácil de manter. Os trajetos, ele os fazia acompanhado do religioso pernambucano Frei João da Purificação Campelo, franciscano, da Reforma do Carmo³⁵, a quem foram atribuídos vários trabalhos publicados no campo científico e literário, segundo Pereira da Costa³⁶. – Valeria registrar que Dom Domingos Loreto Couto refere-se de passagem a Frei João da Purificação. No entanto, deu ênfase, a um outro, em nota biográfica, o Frey João da Apresentação [sic] Campelli, nascido em 1690.

³³ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 27.

³⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 4, p. 124-5, 137.

³⁵ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 262.

³⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 341. Referências bibliográficas não localizadas na BN [Lisboa; Rio de Janeiro]. Menção a: PURIFICAÇÃO, João Baptista da, O. F. M., fl. 1818. *Discurso pela fausta aclamação d'El Rei Nosso Senhor, que no plausível dia 13 de Maio recitou em a Matriz do Recife...* Lisboa: Na Imp. Regia, 1818. 32 p., 15 cm.

Em a opulenta villa do Reciffe. O sublime gênio, que logo descobrio nos primeiros annos para as letras, moveo a seu pay, para que o mandasse estudar no seminário de Bethlem, quinze legoas distante da cidade da Bahia, em que naquelle tempo estudavão muitos filhos de Pernambuco. Sahio egregiamente instruído na latinidade, e letras humanas, e tendo ouvido dous annos filosofia no collegio dos padres jesuítas da dita cidade, resolutio a deixar o século, recebeo o austero habito de S. Francisco em o convento de Santo Antonio de Paraguassu desta província do Brasil a 20 de novembro de 1708, e professou solememente a 21 do dito mez do anno seguinte.³⁷

A presença do Frei Campelli em Pernambuco, pelos sermões citados na *Bibliotheca Lusitana*³⁸, fez Dom Domingos Loreto continuar:

Acabada a carreira dos estudos escolasticos, em que sahio com applausos de grande estudante, subio a ler filosofia, e theologia nos conventos do Reciffe, e Olinda com grande credito da sua literatura. Não se limitou o seu estudo as especulaçoens escolasticas, dilatou-se pelos vastos campos da historia sagrada, e profana, e tal foy o conceyto, que fez o excellentissimo Bispo de Pernambuco D. Frey Jozé Fialho da sua religiosa modéstia, maduro juízo, e profunda sciencia, que o elegeo para seu confessor, examinador synodal, e missionário, cujos ministérios exercitou pelo espaço de oito annos; acompanhando a este prelado nas vizitas exercitou exactamente as obrigaçoens religiosas, e consiliou grande applauso pelos seus sermoens, com que penetrava os coraçoens, e

³⁷ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 364.

³⁸ MACHADO, Diogo Barbosa, *abade*, *Bibliotheca Lusitana*, t. 2, p. 729. Apud COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 364.

reformava os costumes. Sendo promovido o dito prelado ao arcebispado da Bahia, e delle ao bispado da Guarda...³⁹

Entre suas obras figuravam, conforme Dom Loreto Couto: *Vida do Excellentissimo e reverendissimo D. Frey Joze Fialho, no tempo de Bispo de Pernambuco, Arcebispo da Bahia, e Bispo de Guarda*. Ainda, *Prolusiones Sacra ad Perfectam aliquarum Vocabularum Sacrae Scripturae Intelligentiam*.⁴⁰

Após 13 anos em Pernambuco, Dom Frei José Fialho foi transferido por mérito, para o Arcebispado da Bahia, confirmado por bula em 31 de julho de 1738. Sobre a ida e posse para Salvador, Pereira da Costa disse: “em 2 de fevereiro embarcou para o seu destino [...]. Em 5 tomou ele posse do arcebispado, e fez a sua entrada pública na cidade do Salvador. Mal se tinha orientado nos negócios da sua nova diocese, quando em 14 de julho chega a frota trazendo comunicações da secretaria de estado, em que S. Majestade ordenava que se recolhesse à corte, a fim de esperar bulas de sua transferência para o bispado da Guarda...”⁴¹. Tendo adoecido em Lisboa faleceu em 18 de março de 1741.

Três livros abordaram sua vida e obra, como Pereira da Costa⁴² cuidou de documentar. Assim, anotou: o primeiro foi escrito pelo franciscano pernambucano Frei João da Apresentação⁴³ Campeli, com o título que se diferencia do citado por Dom Loreto Couto, *Epítome da vida, ações e morte do Ilustríssimo e Reverendíssimo Bispo de Pernambuco*,

³⁹ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 344-6.

⁴⁰ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 365. Obras não localizadas na BN [Lisboa].

⁴¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 345.

⁴² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 345.

⁴³ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. Na p. 364 aparece “Frey João da Apresentação Capelli”, no índice elaborado por J. A. Gonçalves de Mello, p. 591, consta “João da Apresentação Campeli.” Trata-se de pessoas diferentes, com nomes aproximados.

*Arcebispo da Bahia e Bispo da Guarda, D. Fr. José Fialho*⁴⁴. O segundo teve um *Elogio* incluído na *Historia Sebástica: contem a vida do... D. Sebastião, Rey de Portugal...*, obra do Frei Manuel dos Santos, O. Cist. [1672-1760], publicado em Lisboa Ocidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, em 1735, com 504 páginas⁴⁵. O terceiro é um opúsculo, contendo *Oração fúnebre* pronunciada pelo carmelita Frei Manuel Ângelo de Almeida, durante as exéquias do Dom Frei José Fialho.⁴⁶

Da Ordem dos Carmelitas Descalços veio, em 2 de fevereiro de 1739, Dom Frei Luiz de Santa Thereza [1739-1754], que no século se chamava Dom Luiz Salgado de Castilho, nascido em Lisboa, de família nobre. Ao contrário do seu pai, Antonio Salgado, oficial superior do exército português e Governador de Chaves, Dom Frei Luiz seguiu as letras, cursando as Humanidades e Direito, na Universidade de Coimbra, trabalhara no Desembargo do Paço, depois de formado, sendo provido corregedor de Coimbra⁴⁷. Com o hábito da Ordem de Cristo foi condecorado e as experiências civis anteriores foram trocadas pelo ingresso na Ordem e atividades no Convento dos Carmelitas Descalços onde assumiu a regência da cadeira de Teologia Moral:⁴⁸

Sahio depois a illustrar todo o Reyno, com as enchentes da sua doutrina, de que forão claros argumentos os muitos sermoens que recitou em os mais authorisados púlpitos, e o ardente zelo da salvação do próximo que o levou por todo Reyno discorendo a pé sem algum gênero de viatico tanto numero de legoas sendo o seu mais appetecido alimento introduzir nos coraçoens humanos com a

⁴⁴ Referência bibliográfica não localizada na BN [Lisboa]

⁴⁵ Referência bibliográfica localizada na BN [Lisboa]

⁴⁶ Referência bibliográfica não localizada na BN [Lisboa]

⁴⁷ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 196.

⁴⁸ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 462-3.

efficacia dos seus brados a brevidade da vida, a incerteza da morte, o rigor do Juízo, os tormentos do inferno, e as delicias da Gloria.⁴⁹

Em seguida, recebeu a incumbência de fundar um convento da ordem, em Coimbra. Lá, recebeu a nomeação de D. João V para Bispo na Diocese de Olinda. Para isso:

Foy necessário instar ElRey, e mandar a obediência para que consentisse na eleyção, e se sugeitasse a carregar o baculo Pastoral, que humildemente entendia, não ter forças para suster.⁵⁰

Como de praxe, remetidas e aceitas pelo Papa as apresentações, depois lavradas em consistório, pôde Dom Frei Luiz embarcar para o Recife, trazendo o conhecimento das letras, o dom da oratória e uma imensa capacidade de construir. Ainda que não tenha ficado registrada a sua biblioteca particular.

Acompanhava-o Dom Frei Francisco de São João Marcos, nomeado para ser provisor, isto é, um cargo de responsabilidade pelas diligências sobre “a vida, os costumes e o patrimônio dos jovens que se apresentavam para receberem as ordens sacerdotais, depois que o bispo os tinha admitido”⁵¹. O registro das experiências da tormentosa viagem de vinda a Pernambuco, “porque enfermarão quase todos os navegantes”⁵², bem como a descrição de atividades e acontecimentos que ocorreram na diocese, foram básicos para a narrativa de Frei Francisco de São João Marcos. Um

⁴⁹ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 197.

⁵⁰ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 197.

⁵¹ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 47.

⁵² COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 197.

texto que se chamou *A Relação*, impressa em Lisboa, em 1742, segundo Pereira da Costa.⁵³

No Recife, vindo de Lisboa, Dom Frei Luiz foi recepcionado pelo Governador de Pernambuco, Capitão-General Henrique Luís Pereira Freire [1737-1746], a quem Dom Domingos Loreto Couto chamou de Henrique Luiz Pereyra Freyre de Berredo⁵⁴, lembrando que, mais temido que amado, não deixou saudades quando partiu.

Em 13 de agosto de 1739, Dom Frei Luiz entrou solenemente “na cidade episcopal de Olinda, sendo esse ato o mais aparatoso de quantos até então se tinham celebrado”⁵⁵. Mas o contato direto, a observação e análise dos dados e fatos, foram desvendando as inúmeras irregularidades e dificuldades na diocese, evidenciadas, sobretudo, “a respeito da vida e dos costumes dos clérigos da sua diocese de Olinda: basta dizer que idôneos e probos, como convém, são pouquíssimos”⁵⁶. – Questões, aliás, identificadas por Dom Frei José Fialho. A percepção das obrigações a cumprir, a busca de soluções que não agravassem os problemas, o fez enviar relatório aos superiores de Roma. Contar, inclusive, como não era de:

Grande edificação a vida de muitos religiosos existentes na diocese, passando fora dos conventos, sem as necessárias licenças, obrigando o bispo a ordenar aos parochos não permittissem que elles celebrassem nas matrizes.⁵⁷

⁵³ Referência bibliográfica não localizada na BN [Lisboa].

⁵⁴ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 213-4.

⁵⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 464.

⁵⁶ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 51.

⁵⁷ BARATA, José do Carmo, *cônego*. Apontamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 370.

Faziam parte do clero: Carmelitas da Reforma, Carmelitas da Observância Provincial, Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas Descalços. De Olinda, onde o palácio do bispo, igrejas e respectivos padres e frades estavam instalados, o Bispo Dom Frei Luiz de Santa Thereza passou a vir, a partir de 1739, ao Recife para erigir uma nova sede: o palácio [Episcopal da Soledade] para que pudesse dividir-se entre as duas localidades no acompanhamento das obrigações eclesiásticas. Ao mesmo tempo, defronte, começou a levantar um edifício destinado ao convento de religiosas professas, com as devidas licenças de D. João V. – Ainda que, na ilha de Santo Antônio, porque não havia ordem religiosa feminina instalada na Capitania, houvesse um recolhimento de donzelas situado em um arraial ao pé da Fortaleza das Cinco Pontas, próximo à igreja do Divino Espírito Santo.⁵⁸

O Estado eclesiástico, conforme informações escritas por Dom Loreto Couto, era composto de quatro povoações também chamadas cidades: dez conventos de religiosos, com oito colégios de Filosofia, Teologia e Moral. Dois hospícios, dois recolhimentos de donzelas, quarenta e três igrejas, dezoito capelas, em um total de duzentos e trinta e seis altares com missas diárias e quinhentos e vinte e seis sacerdotes.⁵⁹ Sob o peso das normas da Igreja, residiam em conventos cento e cinquenta e oito “religiosos em virtude e letras singulares.”

Incluía-se ainda cento e cinquenta e um clérigos presbíteros, seis diáconos e quatro subdiáconos muito virtuosos que, pelas letras, davam “o maior lustre a sua Pátria”⁶⁰. Eram sessenta e seis irmandades que congregavam mais de quinhentos até 2.000 irmãos dedicados às obras de

⁵⁸ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 160.

⁵⁹ COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 161.

⁶⁰ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 156.

piedade e devoção, que exerciam influência decisiva sobre a vida dos indivíduos. Essa presença resultava em ações diretas ou indiretas na cidade, em espaços sagrados ou profanos.

As festas eram uma das formas de uso temporário do espaço, para demonstrações de sociabilidade, em que uniam objetivos, valores e normas em torno de um altar consagrado ou a consagrar em nome dos interesses da Igreja e da administração régia. Uma forma também da população expressar a fé cristã. Assim, ao tempo do Bispo Dom Frei Luiz de Santa Thereza e do Governador Capitão-General Henrique Luiz Pereira Freire ocorreram aparatosas festas e representações teatrais, incluindo a celebrada em 12 de setembro de 1745, na capela de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos do Recife, em louvor de São Gonçalo Garcia.

Na solenidade pregou o franciscano que faria editar em 1761, o *Orbe Serafico novo Brasilico, descoberto, estabelecido, e cultivado a influxos da nova luz de Italia...: parte primeira da chronica dos frades menores*, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão⁶¹. O panegírico foi impresso em Lisboa, como sermão e apologia da cor parda, a qual o orador pertencia, *Discurso histórico, geográfico, genealógico, político e encomiástico, recitado em a nova celebridade, que consagraram os pardos de Pernambuco ao santo da sua cor o beato Gonçalo Garcia, na sua igreja do Livramento em Santo Antonio do Recife aos 12 de setembro de 1745*, publicado em 1751. Nova edição foi impressa, com título diferenciado: *Jaboatão místico em Correntes Sacras dividido. Corrente primeira, panegírico e moral*, Lisboa, 1758. Oferecido ao novo Governador, Luiz José Correia de Sá [1749-1756].⁶²

⁶¹ Ver tb. <<http://www.arqnet.pt/dicionario/jaboatao.html>>

⁶² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 53.

Às celebrações religiosas seguiam-se as festas profanas, para que se buscasse alegria, confraternização. Era a participação dos habitantes nos eventos religiosos, buscando os benefícios das preces coletivas feitas nos recintos familiares ou públicos, daí porque as novenas tinham precedência, depois a celebração da missa, seguida da procissão. Foi grandiosa a festa consagrada a São Gonçalo Garcia, com bandeiras e fogueiras.

Depois da missa houve desfile de andores, carros triunfais, figuras e grupos alegóricos vestidos a caráter, danças populares e músicas, incluindo a cavalhada, com a cerimônia de abertura ao som de dois ternos de charamelas e clarins, jogos de equitação, representações teatrais, tendo à disposição “a força necessária para o policiamento da festa”⁶³, ou seja, a presença de uma imponente força estatal.

Para culminar a celebração uma *Academia Literária* foi instalada na igreja do Livramento. A descrição da festa foi feita pelo franciscano Manuel da Madre de Deus, dada à estampa com o pseudônimo de Sotério da Sylva Ribeiro. Oculto, mas atraindo o leitor e suscitando curiosidade logo na folha de rosto do opúsculo, o narrador das celebrações apresentou a

Summa Triunfal da nova, e grande Celebridade do Glorioso e invicto Mártyr S. Gonçalo Garcia: Dedicada e offerecida ao Senhor Capitaõ Jozé Rabello de Vasconcellos, por seu autor Sotério da Sylva Ribeiro: com huma Colleção de varios folgedos, e danças, Oração Panegírica, que recitou o Doutissimo, e Reverendíssimo Padre Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam, Religioso Capucho da Provincia de Santo Antonio do Brazil, Na Igreja dos Pardos da Senhora do Livramento, Em Pernambuco no primeiro de Mayo do anno de 1745, em Lisboa, Na Officina de Pedro Pereira, Impressor da Augusttissima

⁶³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 57.

Rainha Nossa Senhora, Anno de 1753, com todas as licenças necessárias.⁶⁴

Conta Pereira da Costa⁶⁵, baseado na *Summa Triunfal*, que a sessão acadêmica em honra do glorioso mártir São Gonçalo Garcia deu-se em 19 de setembro de 1745, na rua do Livramento. À entrada do prédio, músicas eram tocadas por charamelas, trompas, atabales e trombetas. Na porta, a polícia controlava os convidados pela distinção e convites. A cerimônia foi realizada no salão:

Coberto de sedas e damascos, com assentos distintos para os oradores, vendo-se ao pé da cadeira do presidente um bofete [sic] guarnecido de seda, com salvas de prata em que o secretário ia depositando os manuscritos das peças acadêmicas, e um altar de bela decoração artística, com a imagem de S. Gonçalo.⁶⁶

O cenário dignificava a festa da palavra escrita, ou recitada em versos. Louvado o mártir, pelo presidente da sessão, os demais membros apresentavam peças poéticas: sonetos, décimas, epigramas em latim e uma redondilha. Os partícipes da irmandade eram, dignificando a cor, padres, compositores, músicos, artistas pretos ou mulatos que dominavam a teologia, os ofícios manuais, as artes da palavra, dos pincéis, dos instrumentos sonoros.

Com efeito, piedade e fé, em rituais e funções, levavam os habitantes a ficarem em torno do altar de um santo, dando ânimo a Dom Frei Luiz, sentindo haver muito em que trabalhar por Pernambuco, sendo em Igarassu, onde estava em construção o recolhimento para o Santíssimo

⁶⁴ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A redenção dos pardos; a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: JANCÓS, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001. v. 1, p. 417-444.

⁶⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 59.

⁶⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 59.

Sagrado Coração de Jesus, bem como na Paraíba⁶⁷. Havia que se dedicar a assentar um recolhimento para mulheres, conforme licença concedida pelo Governador Henrique Luiz Pereira Freire ao jesuíta italiano Gabriel Malagrida⁶⁸. Havia que se voltar para o palácio episcopal da Soledade, aplicando recursos próprios, porque não conseguira obter de outras fontes. Nas imediações, pretendia erguer o hospital da Soledade, recebendo esmolas e doações⁶⁹. Na ocasião, esteve o Padre Malagrida empenhado na construção do convento das Ursulinas [1753], que tinha como procurador Dom Domingos Loreto Couto, designado pelo bispo para a função de Visitador Geral do Bispado.⁷⁰

Em Olinda, um hospital se fazia urgente, inclusive um seminário para estudos, conforme antiga determinação do Concílio de Trento. Seria um local destinado a essa finalidade: um edificio onde as instalações servissem para alojamentos, salas de aula para a formação do corpo de professores e de alunos, tanto do colégio com ensino gratuito, quanto do seminário, em cursos pagos, em regime de internato. Para isso, era imprescindível obter a aprovação real e da Santa Sé, o que não foi concedido, mesmo com demonstração e referências às providências tomadas.

Ao longo do período, apesar dos esforços, os problemas de descontrole do clero continuavam, com burlas à legislação canônica. A fase conturbada repercutia no meio urbano, nas zonas rurais e alterava as relações entre os habitantes e a Igreja católica. O desrespeito às imunidades de foro eclesiástico a que ficou exposto, por causa de um conflito de jurisdição com Antonio Teixeira da Matta, Juiz de Fora e

⁶⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 19.

⁶⁸ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 22-3.

⁶⁹ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons.* *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 83.

⁷⁰ MELLO, J. A. Gonsalves de. Posfácio; o recifense Loreto Couto e seu livro. In: COUTO, Domingos Loreto, *dom.* *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1981. p. 564.

Provedor dos Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos, provocou desentendimentos com Henrique Luiz Pereira Freire, o que abreviou sua partida da Capitania para 25 de janeiro de 1746.

Somadas as razões que o fizeram retirar-se da cidade, após quase 15 anos de trabalho, Dom Frei Luiz voltou a Lisboa. Havia tomado medidas que justificaram e engrandeceram a instituição eclesiástica em terras d'além-mar. Assim, embarcou em 16 de junho de 1754, deixando obras acabadas, como o forro do teto da catedral da Sé, em Olinda, outras, iniciadas, como o palácio da Soledade. Ao deão da Sé, o doutor em Cânones, pernambucano, Antonio Pereira de Castro, coube os encargos de substituição e de comissário apostólico, provisor e vigário geral, um cargo de jurisdição do contencioso, civil e criminal.⁷¹

Em 29 de setembro de 1754, passou Dom Francisco Xavier Aranha, Bispo titular de Thermopolis, a ter autoridade para reger a diocese como coadjutor e futuro sucessor no Bispado de Pernambuco até 24 de novembro de 1758. Nessa data assumiu o sólio episcopal, por morte de Dom Frei Luiz, que até então se mantivera bispo de Olinda.

Dom Francisco Xavier Aranha recebeu ordens régias para fechar os Colégios Jesuítas de Olinda, Recife, Paraíba e Ceará, bem como identificar os bens daquela Companhia, em 1759. No ano seguinte, para compensar a falta de escolas, cuidou de abrir estudos de gramática nos dois conventos dos Capuchos de Olinda e do Recife⁷². Por 17 anos esteve à frente da

⁷¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 4, p. 131.

⁷² BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. Cx. 93, Doc. 7400. Ver tb.: PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do bispo de Pernambuco ao Secretário de Estado da Repartição do Ultramar, informando-o ter-se antecipado à ordem régia para a suspensão dos padres Jesuítas, uma vez que já os proibira de pregar e de confessar e mandara que fossem encerrados os seus colégios. Cx. 52 [s.n.]. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]* Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 107. [Dissertação]

Igreja, com representações freqüentes ao Conselho Ultramarino para aumento das cômruas.

Conseguiu manter os equipamentos, as edificações da instituição com dificuldade e perseverança e, na catedral, instalar um sino: um som, um símbolo de conclamação de fiéis ao espaço sagrado. Mas, em outras horas, um sonante toque de recolher para os clérigos e os seculares que, à noite, ainda permaneciam pelas ruas e vielas. Assim estava escrito nas *Constituições do Reino* e nas *Primeiras da Bahia*: “onde se correr o sino e depois delle acabado de correr”, aqueles religiosos que “fossem encontrados nas ruas seriam levados pelo Meirinho ao Vigário Geral, pagariam multa e se não pagassem seriam presos”⁷³. – O cumprimento do rigor estabelecido pelas normas poderia não ter ocorrido em todos os casos. Daí, uma das grandes queixas e dificuldades dos bispos: fazer cumprir o que mandavam as *Constituições*.

Devido à imponentia da catedral da Sé de Olinda e às dimensões da igreja de São Pedro dos Clérigos no Recife, o bispo fez melhorias na ornamentação, dando relevo aos paramentos e ao ritual dos ofícios religiosos. As cerimônias eram grandiosas nas igrejas da Madre de Deus, de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, de Santo Antônio, do Carmo, de Nossa Senhora do Rosário e Irmandade, no Recife, no Mosteiro de São Bento, na igreja de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Amparo, em Olinda.

As edificações irradiavam sons de composições escritas para clarins, charamelas, atabales, frautas, coro de serafins, quatro coros, músicos, considerados os melhores da terra, chantre e subchantre⁷⁴. As missas solenes, em particular as celebradas em ação de graças pela saúde do Rei

⁷³ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 55.

⁷⁴ LANGE, Francisco Curt. Documentação musical pernambucana. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 349-355, 1979.

D. José, após o atentado sofrido, divulgavam os compositores locais, como Luiz Álvares Pinto, Padre Filipe Néri da Trindade, Padre Manuel de Almeida Botelho⁷⁵. Música e canto também eram ouvidos e acompanhados em outras solenidades: procissões da Semana Santa, de *Corpus Christi*, missas do Galo, fúnebres e de casamentos.

Além de missas e celebrações, Dom Francisco Xavier Aranha ocupou-se da construção do adro, muros e pilastras de pedra da catedral, do aljube de Olinda, e da pequena capela em frente, para os presos ouvirem os ofícios. Em 1764, conseguiu finalizar as obras do palácio da Soledade, que Dom Luiz havia começado, bem como realizar a transferência do recolhimento de moças no sítio dos Afogados para a casa de Nossa Senhora da Glória da Boa Vista.⁷⁶

Contudo, o atendimento aos fiéis que se dava em Olinda e no Recife não atingia nem podia se expandir para o interior por falta de paróquias⁷⁷. Uma constatação que deixava entrever dificuldades na mobilização de religiosos para o desempenho de práticas da Igreja. Essas condições de precariedade foram expostas em representação ao Conselho Ultramarino. Era uma forma indireta de retomar e evidenciar a necessidade de criar o seminário, para formação de clérigos.

Mas Lisboa, desconhecendo os verdadeiros números e situação local, para poder dimensionar a diocese, avisou que deveria ser feita relação dos lugares e povoações das suas freguesias de Pernambuco, contendo distâncias, nomes, incluindo rios navegáveis ou não⁷⁸. Dados que viriam mapear, embora com precariedade, a situação das localidades informadas.

⁷⁵ DINIZ, Jaime C. *Músicos pernambucanos do passado*. Recife: Edufpe, 1971.

⁷⁶ BARATA, José do Carmo, *cônego*. Apointamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 375, 1922.

⁷⁷ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons.* *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 27.

⁷⁸ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 81, Doc. 6763.

– Depois de despender tantos esforços, Dom Francisco Xavier Aranha faleceu em 5 de outubro de 1771, tendo sido sepultado na Sé de Olinda.⁷⁹

Para o cargo deveria vir Dom Frei Francisco de Assumpção Brito. A posse simbólica, por procuração, em 15 de março de 1772, não o trouxe a Pernambuco, mas o levou a Goa⁸⁰. Pernambuco ficaria, por mais dois anos, sem a presença de um bispo que se dividisse entre Olinda e o novo palácio episcopal do Recife. Esses intervalos mostravam as diferenças, dificuldades, encontradas pela Igreja e pela Coroa na escolha dos representantes.

Nomeado em 18 de abril de 1774, tomou posse em 8 de setembro, o bispo designado, Dom Thomaz da Encarnação Costa Lima [1723-1784]. Cônego regente de Santo Agostinho, que diziam partidário do regalismo. – Quer dizer, concorde com a interferência dos reis nas questões religiosas e adepto da doutrina jansenista⁸¹, isto é, de Cornelius Jansenius [1585-1638], 7º bispo de Ypres condenado como herege pela Igreja Católica, que estabeleceu um conjunto de princípios, enfatizando a predestinação, negando o livre-arbítrio e sustentando ser a natureza humana por si só incapaz do bem⁸². Essas tendências da política religiosa contavam com a simpatia de Pombal, que concordava tanto com a doutrina de Jansenius quanto o Galicanismo⁸³, um movimento originado na França em defesa da independência administrativa da Igreja católica romana de cada país, com relação ao controle papal.⁸⁴

⁷⁹ O inventário de bens não foi localizado.

⁸⁰ BARATA, José do Carmo, *cônego*. Aparentamentos para a história eclesiástica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 375, 1922.

⁸¹ BARATA, José do Carmo, *cônego*. Aparentamentos para a história eclesiástica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 375, 1922.

⁸² DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁸³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 393.

⁸⁴ DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

O bispo nascido na Bahia era o primeiro brasileiro a sentar-se na cadeira episcopal, isso contava a seu favor. Filho de João da Costa Lima e de D. Joana da Fonseca, fora batizado como Antônio da Costa Lima. Ao receber as ordens sacras das mãos de Dom Frei José Fialho, em Salvador, passou a chamar-se Thomaz da Encarnação Costa Lima. Estudara na Universidade de Coimbra onde obtivera o grau de mestre em Artes, depois na Faculdade de Direito Civil, por fim, na Faculdade de Teologia, que lhe conferiu o grau de doutor.⁸⁵

Eloqüente professor de história eclesiástica, possuidor de uma vasta biblioteca inventariada por ocasião de sua morte em Olinda⁸⁶ foi um dos associados da Academia Litúrgica Pontifícia [1747-1767], em Coimbra. Por mérito, foi indicado para pronunciar em latim, a *Oratium ad Academiam Pontificiam et Historiæ Ecclesiastiæ in obitu sui desiderantissimi fundatoris SS. Domini D. Benedicti XIV*⁸⁷, oração nas solenes exéquias do Santo Padre Bento XIV, o fundador da Academia Litúrgica. O texto foi publicado nos *Anais da Academia*, junto com outro, o *Collectio institutionem Academia Liturgiæ Litugiæ Pontificia exhibens, alque lucubrationes*, impressa em Coimbra entre 1760-62. O domínio do latim, as leituras, o conhecimento das Artes plásticas, da Filosofia, demonstravam condições de poder participar, com o título de acadêmico supranumerário, da Academia Brasília dos Renascidos, fundada em 1759 e sediada na Bahia.⁸⁸

Freqüentador da Corte em Lisboa, fora conselheiro do Marquês de Pombal. Dedicado aos estudos e às pesquisas documentais sobre a Igreja e o clero, “lente de história eclesiástica de um importante estabelecimento

⁸⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 333.

⁸⁶ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. *Ofício do desembargador e ouvidor geral da Capitania de Pernambuco*, Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leite ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando cópia do inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima. Lisboa: AHU. Cx. 151, Doc. 10957.

⁸⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 332.

⁸⁸ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 334.

de instrução superior, como era a Academia Pontifícia, Dom Thomaz aprofundou os seus estudos, juntou imenso cabedal, colheu os mais raros e preciosos documentos, e enriqueceu as letras com uma inestimável e preciosa obra”⁸⁹, firmando-se com autoridade pela *Historiæ Ecclesiæ Lusitanæ: Per singula soecula ab Evangelio promulgato*, publicada em Coimbra, entre 1759 e 1763, no “*Ex Praelo Academiae Pontificae*”, em quatro volumes.

Em 1764, fez correr o extenso texto que realçava “o brilho do seu talento e da sua sabedoria”⁹⁰, *Vetus canonum codex lusitanæ ecclesiæ*, publicado em Coimbra, com 348 páginas, na Typographia Academiae Litúrgica, onde foram transcritas várias cartas de sábios estrangeiros⁹¹. – Valeria lembrar que Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, ao abordar os primeiros historiadores do Brasil, considera Dom Thomaz da Encarnação “mais propriamente publicista e político” que historiador.⁹²

Dom Thomaz havia sido escolhido para dirigir os cônegos regantes de Santo Agostinho, no Colégio de Humanidades criado por El-Rei D. José, em Maфра. Eleito bispo e confirmado em consistório, recebeu a sagração da investidura episcopal de D. João Cosme Cardeal da Cunha, O. C. S. A., Arcebispo de Évora, assistido por Dom Antonio Bonifácio, Arcebispo de Lacedemônia e de Dom Bartolomeu Mendes, Bispo de Mariana, em Minas Gerais, no dia 29 de maio de 1774. Assim, pôde o Cônego dr. Manuel Garcia Velho do Amaral tomar posse do cargo e Dom Thomaz chegar em Pernambuco em 30 de agosto de 1774. Foi para Olinda em 8 de setembro daquele ano, quando José César de Menezes [1774-1787] era Governador da Capitania.

⁸⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 334.

⁹⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 334.

⁹¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 334.

⁹² ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira* [Edição comemorativa]. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 377.

Ao sentar na cadeira episcopal encontrou o cônego que, em seu nome, havia tomado posse: Patrício Miguel da Nóbrega Vasconcelos, bem como, José Duarte de Araújo Gondim. O triunvirato, por ordem régia, recebera o selo de autoridade, porque havia escrito e alertado ao cabido sobre a situação política:

E como nos consta que alguns R. R. Senhores capitulares têm feito conventículos na Sé, e fora dela, em casas particulares, formando disputas sobre a ordem de S. Majestade F. se foi bem ou mal determinado, e que intentam alterar e mudar a forma com que atualmente se acha o governo do Bispado, se faz preciso dizer a V. S. que a vontade do rei é lei, e convém obedecer-se porque os seu mandados sempre se presumem justos e que a V. S. não compete de disputar se andou bem ou mal, e só obedecer.⁹³

Selada a autoridade, porque “a vontade do rei é lei” a ser cumprida, não escapava a Dom Thomaz e ao Marquês de Pombal as incongruências do clero desobediente em Pernambuco. Dom Thomaz sentia-se prestigiado, vez que El-Rei D. José I havia ordenado por carta régia de 16 de maio de 1774, a confecção, para uso exclusivo na Capitania, de uma *Constituição do Bispado de Pernambuco* que, por não ter sido submetida ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, não teve valor legal⁹⁴. Portanto, em 13 de setembro de 1774, Dom Thomaz, no exercício de sua jurisdição, fez publicar a *Pastoral*⁹⁵, revogando excomunhões, todas baseadas nas *Constituições do Arcebispado da Bahia*, deixando em vigor apenas as prescritas e baseadas em cânones da Igreja.

⁹³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 336.

⁹⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 113. Cf. Mencionado pelo vigário Francisco Ferreira Barreto em seu: *Elucidário do direito com que poderão os párocos, que nos impedimentos de ausência, não quiserem cometer o regímen das suas freguesias aos seus coadjutores*. [Ed. em Pernambuco, 1835]

⁹⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 335.

Cuidou ainda de exortar o clero a servir de exemplo, demonstrando os princípios da moralidade e abandonando os negócios temporais. Assim, houve por bem modificar ou proibir alguns hábitos que levavam os fiéis às cerimônias de casamento e às novenas realizadas à noite, e a abertura das igrejas depois da Ave Maria para a celebração de novenas, exposição do S. S. Sacramento e outros atos religiosos, de que tinha resultado grandes abusos.⁹⁶

A medida também reduziria os encontros, eleições e cerimônias de reis e rainhas de irmandades de negros, que se constituíam de forma leiga para promoção do culto ou devoção particular de um santo, portanto, uma questão de religiosidade autorizada pela Igreja Católica, que vinha recebendo críticas de várias correntes do clero⁹⁷. A proibição dos espaços das igrejas, nas *Constituições do Arcebispado da Bahia*, [Livro IV, título XXX,] era ambivalente, dizia:

Nem tanjam ou bailem, nem façam danças ou jogos profanos nas Igrejas” (...) embora não fosse vetado que “entrassem danças e folias nas Igrejas sendo honestas e decentes, enquanto se não disser missa, nem se celebrarem os Ofícios Divinos.⁹⁸

Entre esses folguedos estavam pastoris, autos, recitações, festas do ciclo natalino. A *Pastoral*, citada nos *Anais Pernambucanos*, medida repressiva que não permitia o uso das naves das igrejas para folguedos, foi impressa e circulou, com oito páginas, sem lugar ou data de impressão. Mas em correspondência, Dom Thomaz informou ter sido impressa a mando do Marquês de Pombal, em 26 de maio de 1775. A transcrição desse texto constou da *História da Igreja Católica em Portugal*, no volume

⁹⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 336.

⁹⁷ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 135, Doc. 10140.

⁹⁸ NOGUEIRA, Severino Leite, mons. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 86-7.

quatro, da obra do padre José de Souza Amado, publicada em Lisboa, na Typographia Portuguesa entre 1871-77, em dez volumes.⁹⁹

Em cerimônias marcadas por músicas sacras executadas, quase sempre, por homens de cor, a palavra de Dom Thomaz ecoava em todos os púlpitos de Olinda e do Recife. Mais do que um lugar elevado nas laterais de uma nave, o púlpito representava pregações, sermões, oratória, crença positiva, informações. Um ponto elevado destinado à emissão de reflexões, conceitos, idéias em torno da consciência religiosa que perpassava entre os clérigos. Um pequeno espaço projetado, uma tribuna para ser utilizada de forma ritualizada, teatralizada. Dali, uma autoridade religiosa falava, persuadia, alertava, orientava sobre questões teológicas, morais, sociais, políticas, com elevado peso ideológico.

O cuidado com as prédicas podia ser revelado no livro impresso na Regia Typographica da Universidade de Coimbra, em 1791, de Miguel Antonio, *O Prégador Instruído nas Qualidades necessarias para exercer o seu Ministério*. Na primeira parte tratava da “Rhetorica Ecclesiastica proporcionada à Eloquencia do Púlpito” e na segunda enfatizava: “obra não só útil, mas necessaria áqueles Ecclesiasticos, que sem maiores estudos ha pouco exercitão, ou pretendem exercitar o Ministério da Predica”.¹⁰⁰

O sermão, no Antigo Regime, era tido como um importante meio de comunicação: portador de doutrinas religiosas ou políticas, quando defendia ou elogiava a realeza¹⁰¹, visava convencer ou despertar no público a esperança, ilusão, sentimento positivo. Provocava um momento de revelações, de escolha, de ruptura com a vida cotidiana, de fuga, favorecendo a descoberta do sentido do tempo renovado, oferecia uma

⁹⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 336.

¹⁰⁰ Disponível em : <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe>>

¹⁰¹ MARTINS, William de Souza. A oratória sagrada na corte joanina e na regência do príncipe D. Pedro (1808-1822). In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS CONCEITOS, 7, Rio de Janeiro, *Painel*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/artigos/guilherme_conferencia.pdf>

nova leitura da vida. Mas era também um veículo de difusão e comentário de notícias, da situação ou questões sociais ou políticas, fosse falado ou escrito, estabelecendo verdadeiras redes de comunicação entre prelados e fiéis. A transmissão se dava onde houvesse culto divino para pessoas de níveis de percepção ou entendimento diferenciados.

Quanto à forma podia ser uma oração ou elogio fúnebre, panegírico, ação de graças, ou notícias sobre as ocorrências locais ou externas, contendo elementos centrais conhecidos e repetidos, que pertenciam ao imaginário ou adquiriam significado próprio, mesmo quando expresso, comunicado, para muitas pessoas simultaneamente. Na verdade, mediante o impacto das metáforas ou figuras discursivas, mantinha o tom de um discurso moral voltado para a ação prática, podendo ser julgada, condenada ou punida. Era a “leitura” do texto que se fazia, ou da realidade interpretada em voz alta, em um “palco”, ou púlpito, para uma “platéia” que deveria ouvir atenta, porque faltava, para o acompanhamento, o “libreto” impresso. Uma forma inexistente na Capitania, por não haver imprensa. Portanto, as notícias deveriam ser dadas com cuidado, para não despertar descrenças, assegurava Antonio Pereira da Câmara em sermões na Bahia e no Rio de Janeiro.¹⁰²

Manuscritos, os sermões que foram ao prelo guardaram elementos informativos e produziram uma copiosa documentação de circunstância, portanto, de alcance histórico. Um exemplo seria o texto elaborado por Dom Thomaz para ser pronunciado, na Matriz da Madre de Deus, em 21 de janeiro de 1776, falando em gratidão e amizade. Com 15 páginas, o folheto foi mandado imprimir em Lisboa, na Regia Officina

¹⁰² LISBOA, João Luís. *Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d'Histoire et Civilisation, 1998. p. 422. [Tese]

Typographica¹⁰³, correndo com o título de *Oração em Acção de Graças pela conservação da vida do... Senhor Marquez de Pombal*.¹⁰⁴

A presença de Dom Thomaz entre os fiéis delineava-se forte, assinalada pela devoção, fé e caridade. Um episódio que seria narrado n’O *Cabeleira*, de Franklin Távora, divulgou o que ocorrera em Pernambuco, em terras castigadas por epidemias e atormentadas pela falta de água, durante a rigorosa seca de 1782. Foi registrado que Dom Thomaz, descalço, em procissão, “pregou quatro vezes, sentindo-se logo na mesma noite os efeitos da divina misericórdia, o que aumentou cada vez mais o amor do povo a este pio prelado”¹⁰⁵, assinalou Pereira da Costa.

No comando das atividades diocesanas, o pulso firme pôs fim às irregularidades do Convento do Carmo, à indisciplina de alguns religiosos, à pobreza de algumas igrejas, às dificuldades para pagamento de professores, uma questão que exigia solução. Para isso, providenciou fosse instituído o “Subsídio Literário”, quer dizer, subsídio das carnes salgadas e das talhadas em açougue, em 1799¹⁰⁶, de modo a obter recursos para salários do professorado. Cuidou de ampliar um curso literário, com as cadeiras de moral, em Olinda, depois outras de Grego e de Retórica. Algumas medidas foram tomadas para a fundação do seminário naquela vila, esforço despendido antes por Dom Frei Luiz. Como primeira providência, havia requerido à Rainha D. Maria, em 15 de setembro de 1782, doação do Colégio dos Jesuítas de Olinda. Em seguida, solicitou a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar,

¹⁰³ BIBLIOTECA NACIONAL [Lisboa]. Referência disponível em:
<<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

¹⁰⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 337. Texto reproduzido na obra do padre José de Souza Amado. Referência disponível em:
<<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

¹⁰⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 504. O fato foi narrado por Franklin Távora, em *O Cabeleira*. Disponível como *e-book*.

¹⁰⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 294.

providências para a carta que enviara ao Reino¹⁰⁷. As solicitações não parecem ter sido acatadas, tanto que a obra não pode começar.

Após dez anos de trabalhos intercalados por problemas de difíceis soluções, doente, faleceu Dom Thomaz da Encarnação, em 14 de janeiro de 1784, tendo sido sepultado na Catedral da Sé de Olinda, deixando entre outros bens, valiosos livros, como indicado em testamento.¹⁰⁸

Possuidor de vasta biblioteca, como pôde ser conferido no rol dos bens enumerados em inventário¹⁰⁹. Calculado o monte em 17:145\$784, foram os livros avaliados por unidades ou em lotes referentes ao conjunto de títulos de uma coleção. Na verdade, a estimativa deu idéia do preço de uma biblioteca selecionada, contendo livros sobre Religião, Filosofia, História, Direito, Belas-Letras e dicionários. Embora algumas obras fossem de difícil identificação, pelas irregularidades dos títulos ou trocas ortográficas, impossibilitando conhecer toda as referências. Assim, foram listadas as obras possíveis de decifração.

¹⁰⁷ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 145, Doc. 10626.

¹⁰⁸ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio branco, Rio de Janeiro. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. Carta do desembargador e ouvidor-geral da Capitania de Pernambuco, Antonio Jose Pereira Barroso de Miranda Leite, à rainha [D. Maria I], enviando o inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, [D. Tomás da Encarnação Costa e Lima]. AHU. Cx. 151, D. 10961.

¹⁰⁹ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio branco, Rio de Janeiro. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. Carta do desembargador e ouvidor-geral da Capitania de Pernambuco, Antonio Jose Pereira Barroso de Miranda Leite, à rainha [D. Maria I], enviando o inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, [D. Tomás da Encarnação Costa e Lima]. AHU. Cx. 151, D. 10961. CD-Rom. 15. [6 maio 1784]

Quadro 1
Inventário dos Livros do Bispo de Pernambuco
D. Thomás da Encarnação Costa e Lima
1784

Ordem	Referência	Valor estimado em Réis [1784]
1	ABELLI, Louis <i>As verdades principaes, e mais importantes da fé, e da justiça christãa explicadas clara e methodicamente segundo a doutrina da Escritura, dos Concilios, e dos Padres, e Doutores da Igreja [...]</i> / Por Monsieur Luis Abelly, Bispo de Rodes, na Lingua Francesa, e Traduzidas na Italiana, Por Monsenhor Mucio Bandini, Bispo de Sinigaglia e Ultimamente na Portugueza [...] . - [S.l. : s.n., 17--]. - 1 v. [[Tit.: Tratado do estudo dos Co.]]	\$960
2	AGOSTINHO, Santo <i>D. Aurelii Augustini... Libri XIII - Confessionum... emendati opera & studio R. P. Henrici Sommalii</i> . Venetiis : Nicolaum Pezzana, 1760. 1 v. : il. ; 12.Ê	\$800
3	AGOSTINHO, Santo, 354-430 <i>Sancti Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi operum</i> . Editio nova a multis mendis purgata . - Antwerpiae : sumptibus Societatis, 1700-1703. - 12 t. em 9 v. [[13 v.]]	20\$000
4	AGUIRRE, Joseph Saenz de <i>Collectio maxima conciliorum omnium Hispaniae et novi orbis...</i> Editio altera..., auctore Josepho Catalano... Romae: A. Fulgonii, 1753-1755. 6 vol. -4°	9\$600
5	ALBO LAPIDE, ALBERTUS DE <i>Laus, commendatio et exhortatio de punctis et notabilibus circa indulgentias, gratias et facultates ecclesiis Thuricensibus a Sixto papa concessas. (Per magistrum Albertum de Albo Lapide.)</i> (S. l. n. d.) In-4°[[13 t.]]	20\$000
6	ALEXANDRE, Noël, 1639-1724 <i>R. P. Natalis Alexandri Ordinis FF. Praedicatorum... Historia ecclasiastica veteris novique testamenti...</i> Ed. omnium novissima . - Ferrariae ; Venetiis : apud Thomam Bettinelli, 1758-1762. - 9 v.	20\$00
7	ALEXANDRE, Noël, 1639-1724 <i>Theologia dogmatico-moralis secundum ordinem Catechismi Concilii Tridentini</i> . Editio novissima . - Venetiis : apud Franciscum ex Nicolao Pezzana, 1772. - 2 v.	2\$000
8	ALMEIDA, P. Teodoro de <i>O Feliz independente do mundo e da fortuna ou arte de viver contente em quaesquer trabalhos da vida, dedicado a Jesu crucificado</i> / Pelo P. Theodoro de Almeida . - Lisboa : Regia Officina Typografica, 1779. - 3 tomos : il. ; 18 cm . - Tomo I [-III]	1\$600
9	ANNALES ECCLÉSIASTIQUES, CONCILIÉES AUX MOEURS DU SIÈCLE <i>Annales ecclésiastiques, conciliées aux moeurs du siècle</i> . - Middelbourg : C. Bohemer, 1771. - 51 p. [[Ed. Provável]]	2\$000
10	ANSELMO, Santo, O.S.B. 1033-1109, Divi Anselmi	\$800

	<i>Archiepiscopi Cantuariensis Opera omnia: quatuor tomis comprehensa / studio et opera D. Ioannis Picardi.... Hac ultima editione praeter . - Coloniae Agrippinae : ex Off. Cholin. sumptibus Petri Cholini, 1612. - 4 t. em 1 v.</i>	
11	ANUNCIAÇÃO, Miguel da, 1703-1779 <i>[Estatutos da Academia Litúrgica Pontificia]</i> . - [Coimbra : Academia Litúrgica, 175-]. - [10, 2 br.] p. ; 2º(30 cm) . -[[Inclui outros títulos]]	9\$600
12	APRESENTAÇÃO, Manuel da <i>Cerimonial da missa rezada, que contém a instrução das suas respectivas Ceremonias, extrahidas das rubricas do Missal Romano, traduzidas em portuguez e illustradas com varios Decretos [...] / Por Fr. Manoel da Apresentação . - Lisboa : Regia Off.. Typographica, 1780. - 295 p. ; 15 cm</i>	8\$000
13	AVISOS, E REFLEXOENS SOBRE O QUE DEVE OBRAR HUM RELIGIOSO PARA SATISFAZER AO SEU ESTADO <i>Avisos, e reflexoens sobre o que deve obrar hum religioso para satisfazer ao seu Estado / escrita em francez por hum Religioso Benedictino. Nova edição mais correcta, e mais ampla, que as precedentes . - Lisboa : na Typ. Rollandiana, 1778. - 4 v. ; 17 cm</i>	\$960
14	BABIN <i>Conférences ecclesiastiques du diocèse d'Angers, sur le mariage comme sacrement et comme contrat civil. Tenues en 1724 & 1725 / Babin. Nouvelle édition . - Angers : Pierre-Louis Dubé, 1771. - 3 tomos em 2 vol. ; 8Ê</i> BABIN <i>Conférences ecclesiastiques du diocese d'Angers, sur la grace, tenues pendant l'année 1739 & les suivantes... / Babin. Nouvelle édition . - Angers : Imp. Pierre-Louis Duhé, 1771. - 2 tomos em 1 vol. ; 12Ê</i> BABIN <i>Conférences ecclesiastiques du Diocese d'Angers sur les matières benéficiales et la simonie. Tenue dans les années 1720 et 1721 / Babin. Nouvelle edition . - Angers Paris : P. L. Duhé, 1771. - 2 vol. ; 12Ê</i> BABIN <i>Conférences ecclesiastiques du diocese d'Angers sur le sacrement de l'ordre. Tenues en l'année 1709 / Babin. Nouvelle édition . - Angers : Imp. Pierre-Louis Dubé, 1771. - 1 v. ; 12Ê</i>	9\$000
15	BARBOSA, Agostinho, fl. 1590-1649 <i>Remissiones doctorum, qui varia loca Concilii Tridentini incidenter tractarunt. Non solum parochis, confessarijs, & ijs, qui casus conscientiae decidunt, sed etiám iudicibus, & advocatis, illisque qui in foro ecclesiastico versantur maximé utiles, & necessariae... / auctore P. Augustino Barbosa... - Ulyssipone : ex officina Petri Craesbeeck, 1618. - [17], 158, [32] f. ; 4º (20 cm). - [[Texto censurado]]</i>	\$800
16	BARBOSA, Simão Vaz, 1591-1681 <i>Axiomata, et loca communia juris / authore Simone Vaz Barbosa Lusitano, aucta, et illustrata multis superadditis locis, axiomatibus, ampliationibus, & limitationibus a... Gabriele Alvares de Velasco, cum additionibus...</i>	\$480

	Sebastiani de Britto Pereyra Lusitani... - Conimbricæ : apud Benedictum Seco Ferreyra, 1717. - 230 f., [1] p. ; 21 cm. - Texto a 2 coln	
17	BARBOSA, Simão Vaz, 1591-1681 <i>Principia, et loca communia tām decisionum, quām argumentorum utriusque juris, cum plenissima doctorum allegatione / collecta per D. Simonem Vaz Barbosam Lusitanu... Nunc in hac secunda edictione, addita per... Sebastianum de Britto Pereira, & Lusitanum..</i> . - Ulyssippone : Antonio Alvres [sic] : expensis Amador Fernandez livreiro, 1632 (em Lisboa : por Antonio Alvarez,, 1632). - [32], 540, [4] p. ;8° (15 cm) .[[Ed.post.]]	\$480
18	BARLAEUS, Caspar -1584-1648 <i>Casparis Barlaei rerum per octennium in Brasilia et alibi gestarum sub praefectura illustrissimi comitis I. Mauritii, Nassaviae, etc., comitis, historia.</i> Editio secunda, cui accesserunt GulielmiPisonis,... tractatus 1. de aeribus, aquis et locis in Brasilia ; 2. de arundine saccharifera ; 3. de melle silvestri ; 4. de radice altili mandihoca. Clivis: ex officina T. Silberling, 1660. In-8° , 664 p., pl. et cartes.	6\$400
19	BARONIUS, Caesar -1538-1607 <i>Annales ecclesiastici, auctore Caesare Baronio,... una cum critica historico-chronologica</i> P. Antonii Pagii,... Additur praeterea dissertatio hypatica ejusdem Pagii et epistola consularis H. card. Norisii... Lucae: typis L. Venturini , 1738-1746. 19 vol. in-fol. [[38 t.]]	50\$000
20	BENOÎT XIV (PAPE) -1675-1758. <i>Opera.</i> Bassani, sumptibus Remondini : 1778-1789. 15 tomes en 6 vol. - in-fol	20\$000
21	BERNARDO, Santo, 1090-1153 <i>Divi Bernardi Claraevallensis Abbatis primi, religiosissimi Ecclesiae doctoris... opera omnia...</i> . - Parisiis : [s.n.], 1602. - [8] f., 3138 colns., [81] f.	2\$000
22	BERTI, Giovanni Lorenzo -1696-1766 <i>Rev. Patr. Joannis Laurentii Berti,... Theologia historico-dogmatico-scholastica, seu Libri de theologicis disciplinis, opus...</i> primo octo tomis editum Romae, quibus novissime accesserunt duo tomi, comprehendentes Augustinianum systema de gratia, ab iniqua Baiani et Janseniani erroris insimulatione vindicatum... Editio prima in Germania respondens Romanae, multum auctior et correctior... Monachii et Pedeponti, vulgo Stadt am Hoff, sumptibus J. Gastl, 1749-1750. 10 tomes en 5 vol. in-fol.	4\$800
23	BÍBLIA. <i>O Novo Testamento de Jesus Christo / trad...</i> segundo a vulgata com varias anotações historicas, dogmaticas e moraes... por Antonio Pereira de Figueiredo . - Lisboa : na Regia Off. Typ., 1778. - 2 v. ; 18 cm	3\$000
24	BLUTEAU, Rafael, C.R. 1638-1734, <i>Vocabulario portuguez e latino / pelo padre D. Raphael Bluteau .</i> - Coimbra : No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. - 10 v. ; 29 cm	15\$000
25	BRANT, Sebastian, 1458-1521 <i>Titulorum omnium juris tam civilis, quam canonici expositiones .</i> - Lugduni : apud Haeredes Guli. Rovilii, 1608. - 469, [36] p.	2\$000

26	BREVIARIUM ROMANUM <i>Breviarium romanum</i> . - Antuerpiae : ex Architypographia Plantiniana, 1780. - 628 p. CCLVI, 20 p. ; 18 cm [[14 t.]]	32\$000
27	BRITIO, Maurilio di S., ; CERRI, Carlo Antonio (le P., O.S.A.) ; <i>Discorsi predicabili sopra le domeniche dell' anno, cominciando dall'Epiffania sino á Quaresima et da Pasqua sino all' Advento</i> , del P. Maurilio di S. Britio,... con un índice, dal quale chi serva il rito ambrosiano potrà cavare argomenti per discorrere con l'Evangelió ambrosiano delle stesse materie... In Milano: nella stampa di F. Vigone , 1669. In-4° , pièces limin., 813 p. et l'index	2\$000
28	BULHÕES, Valentim, C.O. 17---1804 , <i>Apologetico de S. Gregorio Nazianzeno por antonomasia O Theologo...</i> / por Valentim de Bulhoens . - Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1782. - [18], 122 p. ; 15 cm	2\$000
29	BULHÕES, Valentim, C.O. 17---1804 , <i>Apologetico de S. Gregorio Nazianzeno por antonomasia O Theologo...</i> / por Valentim de Bulhoens . - Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1782. - [18], 122 p. ; 15 cm	2\$400
30	CABASSUTIUS, Joannis <i>Notitia ecclesiastica conciliorum</i> . Edictio octava . - Venetiis : Sumptibus Heredias Nicolai Pezzana, 1773. - XIX, 849 pag. ; 26 cm	\$800
31	CALMET, Augustin <i>Dissertations qui peuvent servir de prolégomenes de l'Ecriture-Sainte</i> / Augustin Calmet . - Paris : imp. por. Emery père, 1720. - 3 Tomos ; 25 cm . - O I Tomo cantem 1 mapa desdobrável	2\$800
32	CALMET, Augustin, Dom O.S.B. 1672-1757 , <i>Dictionarium historicum, criticum, chronologicum, geographicum et litterale sacrae Scripturae...</i> auctore R. P. D. Augustino Calmet,... e gallico in latinum translatum a Joanne Dominico Mansi,... Editio veneta post secundam..., Venetiis: apud S. Coleti I, 1757. - 2 v. : il.	4\$000
33	CAMÕES, Luís de, 1524?-1580 <i>Os Lusíadas. com os argumentos do licenceado João Franco Barreto & index de todos os nomes proprios e emendados nesta ultima impressão</i> / do grande Luis de Camoens.... . - Lisboa : na Officina de Manoel Lopes Ferreira & à sua custa, 1702. - [12], 896 p. ; 12' [[3 t.]]	1\$600
34	CANTO, Jácome Carvalho do, 15---1623 <i>A perfeita religiosa e thesouro de avisos, e documentos espirituales. Com hum Tratado de meditaçãoes devotas do amor de Deos.</i> / Escrito, & copilado per Jacome Carvalho do Canto... - Em Lisboa : per Pedro Crasbeeck, 1615. - [8], 230, [2] f. ; 16° (10 cm). -	1\$280
35	CARVALHO, Lourenço Pires de, 1642-1700 <i>Epitome das indulgencias, & privilegios da Bulla da Santa Cruzada, repartido para mayor clareza em titulos pelas indulgencias, & diversas faculdades, que cõtêm, com alg~uas advertencias no principio:</i> / Feito por Lourenço Pires Carvalho.. . - Lisboa : na officina de Miguel Deslandes, impressor delRey N. Senhor, & do Tribunal da Cruzada. A' custa da mesma, 1696. - [16], 112 p. : il. ; 8° (15 cm) .	\$480

36	CASTELLÀ FERRER, Mauro <i>Historia del apostol de Iesus Christo Sanctiago Zebedeo, Patron y Capitan General de las Españas</i> / Don Mauro Castellà Ferrer. - En Madrid : en la Of. de Alonso Martin Balboa, 1610. - [19], 213 f. : il. [[Autor é o mesmo]]	6\$200
37	CASTRO, Gabriel Pereira de, 1571-1632 <i>Monomachia sobre as concordias que fizeram os reys com os prelados de Portugal nas duvidas da jurisdiçam ecclesiastica e temporal...</i> / composta por Gabriel Pereira de Castro . - Lisboa Occidental : por Joze Francisco Mendes, 1738. - [20], 266 p. a 2 colns. ; 29 cm CASTRO, Gabriel Pereira de, 1571-1632 <i>Ulyssea, ou Lisboa edificada: poema heroico</i> / Gabriel Pereira de Castro . - Lisboa : na Off. de Miguel Rodrigues, 1745. - [37], 413 p. ; 15 cm	3\$200
38	CATECISMO ROMANO, ORDENADO POR DECRETO DO SANTO CONCILIO DE TRENTO... <i>Catecismo romano, ordenado por decreto do santo Concilio de Trento....</i> - Lisboa : Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1783. - 484 p. ; 18 cm	\$800
39	CATHARINA, Frei Lucas de Santa <i>O racional da Graça Frezena Predicativa de S. Antonio...</i> / Frei Lucas de Santa Catharina. - Lisboa : Officina da Musica, 1735. - 1 v. ; 21 cm [[2 t.]]	3\$200
40	CENÁCULO, Manuel do, O.T.R. 1724-1814, <i>Advertencias criticas, e apologeticas sobre o julzo, que nas materias do B. Raymundo Lullo formon o D. Apolonio Philomuso, e communicon ao publico em a resposta ao "Retrato do Morto-Cor", que contra o autor do "Verdadeiro methodo de estudar" escrevo o reverendo Dr. Aletophilo Candido de Lacerda</i> / Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas . - Coimbra : Offi. de Antonio Simoens, 1752. - 1 v. ; 4. . - S. n. a.	\$960
41	COMAZZI, Giovanni Battista, fl. 1688 <i>Historia dos quarenta e tres imperadores gentios da Republica de Roma</i> / João Batista Comazzi . - Madrid : [s.n.], 1726. - [22], 414 p. ; 15 cm	6\$200
42	CONCINA, Daniele <i>Theologia christiana dogmatico-moralis</i> / F. Daniele Concina. - Ed. novissima in decalogum. - Romae ; Venetiis : apud Simonem Occhi, 1773. - 10 t. em 6 v.	6\$400
43	CONDUCTA DE CONFESSÔRES NO TRIBUNAL DA PENITÊNCIA <i>Conducta de confessôres no Tribunal da penitência</i> . - Lisboa : Offic. de Manoel Caelho Amado, 1776. - v. ; 17 cm . - Trad. da lingua francesa [[2 t.]]	\$960
44	CORPUS JURIS CIVILIS 1575 [<i>Corpus Juris Civilis 1575</i>] . - Antuerpiae : apud Christophorum Plantinum, 1575. - 6 vol. ; 2 . - Voet, L. Plantin Press	3\$200
45	COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da, 1765-1834 <i>Elementa juris emphytentici commoda methodo juventuti academicae</i> / ordonata a Vincentio Josepho Ferreira Cardozo da Costa . - Comimbricae : Ex Typographia	2\$000

	Academica Regia, 1789. - XVI, 72, 88 p. ; 8 (17 cm)	
46	CUNHA, Rodrigo da <i>Cathecismo Doutrinal com Praticas e Sermões paravos Domingos, e festas principaes do ano...</i> / Rodrigo da Cunha. - Lisboa : Off. Miguel Rodrigues, 1764. - 1 v. ; 15 cm	4\$800
47	DE SUPREMA ROMANI PONTIFICIS AUTORITATE HODIERNÆ ECCLESIAE GALLICANAE DOCTRINA... <i>De suprema Romani Pontificis Autoritate Hodierna Ecclesiae Gallicanae Doctrina...</i> . - Avenione : Typ. Francisci Girard, 1717. - 1 Volume com 2 Tomes ; 25 cm	\$800
48	FABRICIUS, Johann Albert, 1668-1736 <i>Bibliotheca Latina... sive notitiae auctorum veterum latinorum... distributa in libros IV: supplementis, quae antea sejunctim excusa... suis quibusque locis nunc primum insertis</i> / Jo. Alberti Fabricii . - Venetiis : apud Sebastianum Coleti, 1728. - 2 t. ; 4° (23 cm.) .	14\$800
49	FANFANI, Ludovico (O.P.) <i>Il diritto delle religiose conforme al codice di diritto canonico</i> / Lodovico G. Fanfani 2. ed. notevolmente aumentata. Torino : M. E. Marietti. XIX, 346 p. ; 20 cm. [[Autor e título coincidem, data incerta, 6 t.]]	10\$000
50	FEBRONIO, J. <i>Dello stato della chiesa e legitima potesta del romano Pontifice.</i> Venezia: Bettinelli, 1766. 4°	2\$000
51	FERRARIS, Lucio <i>Lucii Ferraris...Prompta Bibliotheca canonica, juridica, moralis, theologica, nec non ascetica, polemica, rubicistica, historica...: accurate collecta, adaucta, in unum redacta, ordine alphabetico congesta, atque in decem tomos distributa...</i> Editio postrema absolutissima.. - Venetiis : Typis Modesti Fentii, 1778. - 4 vol. ; fol. (40 cm) . - 10 tomos em 4 vol.	8\$000
52	FIGUEIREDO, António Pereira de <i>Livro dos Salmos ou saltério</i> / António Pereira de Figueiredo . - Lisboa : Regia Offic. Typ., 1782. - 2 vols ; 18 cm	1\$000
53	FIGUEIREDO, António Pereira de, C.O. 1725-1797, - <i>Antonii Perieriae de non definita in Concilio Tridentino, nec ab Ecclesia adhuc probata Sufficientia Attritionis ad gratiam in sacramento poenitentiae impetrandam, dissertatio historico-theologica adversus recentiores scholasticos</i> . Olisipone : Apud Michaellem Rodriguezium, 1766. - [48], 268 p. ; 8 (16 cm)	\$900
54	FLEURY, Claude, 1640-1723 <i>Discursos sobre a historia ecclesiastica</i> / por Mr. o Abbade Fleury..., exposto na lingua portuguesa... pelo Bacharel Luiz Carlos Moniz Barreto. Nova ed . - Lisboa : na Off. de Antonio Vicente da Silva, 1773. - 3 v. ; 17 cm [[36 t.?]]	24\$000
55	FLÓREZ, Enrique <i>España Sagrada: theatro geographico-historico de la Iglesia de España...</i> . - En Madrid : Por Don Miguel Francisco Rodriguez, 1747-. - vol. ; 4 (21 cm) . - Vol. 1: Contiene una clave geographica, y geographia ecclesiastica de los Patriarcados... / su autor el P. M. Fr. Henrique Florez... - 1747. - [30], 265	2\$200
56	FRANÇOIS, M. <i>Methodo geografico facil...</i> - Madrid : Libr. de D. Juan Angel Corradi, 1754. - 2 v. [[8 v.]]	8\$000
57	GALLEMART, Jean. <i>Concilium tridentinum cum</i>	\$960

	<i>declarationibus cardinalium ejusdem interpretum et ultima recognitione Joannis Gallemart... editio novissima... cui permultas constitutiones Pontificum ad varia concilii capita et appendicem propositionum usque ad Clementem XIV apposuit Aloysius Guerra,... Venetiis: sumptibus Societatis, 1780. Deux tomes en 1 vol. In-4°</i>	
58	GIBERTO, Gio. Matteo <i>Constitutiones editae per D. Jo. Matthaeum Gibertum episc.</i> Veronae, ex SS. PP. dictis, etc. collectae et in unum redactae. Ab ill. ac rev. DD. Aug. Valerio Card. et episc. Veronae recognitae, notationibus illustratae... Veronae: Discipulus, 1589. 4° [[Autor igual, ed. dif.]]	8\$000
59	GOUGET, François Aimé <i>Instruções geraes em forma de catecismo: Nas quaes se explicão em compendio pela. Sagrada Escritura, e Tradição A historia, e os dogmas da religião. A noral christã, os sacramentos, as orações, as cerimoniaes, e os usos da igreja. Impressas por ordem do senhor Carlos Joaquim Colbert Bispo de Montpellier. Com dous catecismos abbreviados... / François Aimé Gouget, Traduzidas na Lingua Portuguesa Para o Uso do Bispado de Coimbra . - Lisboa : Regia Off. Typografica, 1770. - 3 vol. em 4 tom ; 18 cm . - T. da o. orig. : Catéchisme de Montpellier. - Primeira [-terceira] parte</i>	3\$200
60	GRAVESON, Ignace Hyacinthe Amat de <i>Historia ecclesiastica: variis colloquiis digesta ubi pro theologiae candidatis... / auctore Fr. Ignatio Hyacintho Amat de Graveson.... Ed. novissima . - Bassani : [s.n.], 1774. - 9 t. em 3 v. . [[23 t.]]</i>	18\$000
61	GRÉGOIRE I (pape) -0540?-0604 <i>Biblia Gregoriana, seu Commentaria textuum Scripturae Sacrae S. Gregorii papae I,... collecta ex omnibus ejusdem operibus anno 1705 Parisiis impressis et studio monachorum ordinis S. Benedicti... emendatis, cum... indice, labore Fr. Tobiae a Nativitate,... Augustae Vindelicorum: sumptibus P., M. et J. Veith, 1731. 2 parties en 1 vol. in-fol.</i>	2\$400
62	GRIMALDI, Francesco Antonio. <i>Annali del regno di Napoli, di Francesc-antonio Grimaldi [continuati dall' ab. Cestari]... Napoli: G. M. Porcelli, 1781-1786. 16 tomes en 8 vol. in-8° [[Epoca I, dal primo anno dell'edificazione di Roma sino alla fine del IV° secolo dell' era cristiana. Tomo I-VI ; Epoca II, dall' anno 409 dell'era volgare sino all' anno 1211. Tomo I-X]] [[Talvez fossem os primeiros exemplares]]</i>	\$900
63	GROTIUS, Hugues, 1583-1645 <i>Hugo Grotius De veritate religionis christianae.</i> Editio novissima, in qua ejusdem annotationes suis quaeque paragraphis ad faciliorem usum subjectae sunt . - Amstelodami : ex Officina Elzeviriana, 1669. - [12], 408 p. ; 12° (13 cm) .	2\$800
64	HISTOIRE UNIVERSELLE. Amsterdam: Arkstée et Merkus , 1742-1792. 45 vol. -in-4 [[34 t.]]	30\$000
65	IGREJA CATÓLICA. Corpus Juris Canonici <i>Corpus Yvris Canonici Gregorii XIII... / Ivstvs Heuningivs Boehmer Ic . - Halae Magdebvrgicae : Impensis Orphanotrophei, 1747. - 2 v. ; 30 cm . - Texto a 2 colns.</i>	2\$400

66	IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual <i>Missale romanum ex decreto sacrosancti Concilii Tridentini restitutum, S. Pii V. Pontificis Maximi jussu editum, Clementis VIII. & Urbani VIII. auctoritate recognitum, novissime Missis Sanctorum ex Indulto Apostolico novissime emanatis, summo studio dispositis.</i> - Venetiis : Ex Typ. Balleoniana, 1736. - LXXII, 548, CXXII, [18] p. ; 12 (18 cm)	6\$400
67	IGREJA CATÓLICA. Liturgia e Ritual. Breviário <i>Horae diurnae: Breviarii romani, ex decreto sacro-sancti Concilii Tridentini...</i> . - Antverpiae : ex Architypographia Plantina, 1770. - [32], 472, cxlvij p. : il. ; 4'(22 cm)	1\$000
68	JERÓNIMO, Santo, ca. 343-420 <i>Sancti Eusebii Hieronymi Stridonensis Presbyteri Opera omnia, post... Joannis Martianaui recensionem... aucta, notis et observationibus illustrata, studio et labore Vallarsii et Maffaeii.</i> Ed. Parisiorum novissima ex secunda... ita recognita, atque ex recentis dedectis sic didata, ut... praec. omnes editiones... tertia parte seu triente materialiter superet . - Turnholti Parisiis : Brepols : Garnier : J.-P. Migne Editorem : Venit Apud Editorem, 1845-[19--?]. - 9 vol. ; 29 cm. - (Patrologiae Cursus Completus. / acurante J. P. Migne. Series Latina ; 22 ; 23 ; 24 ; 25 ; 26 ; 27 ; 28 ; 29 ; 30)	4\$000
69	JEVOY, Francisco Jacinto <i>Obrigações Ecclesiasticas /</i> Francisco Jacinto Jevoy . - Coimbra : Imprensa da Universidade, 1779. - 1 v. ; 20 cm	\$800
70	JOÃO CRISÓSTOMO, Santo, ca 349-407 <i>D. Ioannis Chrysostomi Enarrationes in Diui Pauli Epistolas .</i> - Antverpiae : in aedibus Ioannis Steelsii, 1556. - 269, [3] f. ; 8°(17 cm) .	8\$000
71	JOÃO CRISÓSTOMO, Santo, ca 349-407 <i>Divi Joannis Chrysostomi comparatio regii potentatus & diuitiarum, ac praestantiae, ad monachum in uerissima Christi philosophia acquiescentem /</i> João Chrysostomo . - Parisiis : Apud Collegium Sorbonae, 1530. - 1 v. ; 20 cm	8\$000
72	JOUBERT, JOSEPH <i>Dictionnaire français et latin, tiré des auteurs originaux et classiques de l'une et de l'autre langue...</i> par le R. P. Joseph Joubert,... Lyon: L. Declaustre , 1709. In-4° , pièces limin., 1318 p., index, fig. et pl. gravées	3\$200
73	LAMI, Giovanni <i>Chronologia virorum eruditione praestantium a mundi ortu usque ad saeculum christianum XVI deducta Joannis Lamii juvenilis et itineraria lucubratio. Opus posthumum.</i> Florentiae: Typis regis excusa, 1770. - In-8° , VIII-512 p.	\$640
74	LEAL, Manuel Pereira da Silva, O.Cristo 1694-1733, <i>Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado da Guarda /</i> escrita pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal . - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1729. - 620 p. : il. ; 27 cm [[16 t.]]	12\$800
75	LEITÃO, Manuel Rodrigues, C.O. ?-1691, <i>Tratado analytico, & apologetico, sobre os provimentos dos bispados da Coroa de Portugal: calumnias de Castella convencidas: resposta a seu author D. Francisco Ramos</i>	\$800

	<i>del Manzano: justifica-se o procedimento do senhor Rey D. Joam o IV e do senhor Rey D. Affonso VI seu filho, com a Sé Apostolica...</i> / o doutor Manoel Rodrigues Leytam . - Lisboa : na Officina Real Deslandesiana, 1715. - [18], 1151 p. ; fol. (30 cm) .	
76	LENGLET DU FRESNOY, Nicolas (1674-1755). <i>Tablettes chronologiques de l'histoire universelle, sacrée et profane, ecclésiastique et civile, depuis la création du monde jusqu'à l'an 1775</i> [Texte imprimé] : avec des réflexions sur l'ordre qu'on doit tenir, & les ouvrages nécessaires pour l'étude de l'histoire / par M. l'abbé Lenglet Du FresnoyNouv. éd. / rev., corr. et augm., par J.-L. Barbeau de La Bruyère. Paris : frères De Bure, 17782 vol. ; in-8. T. 1 "Histoire ancienne" ; T. 2 "Histoire moderne" [[Título em port. Em 34 t.]]	30\$000
77	L'HERMINIER <i>Lettre où l'on examine quelle sorte de distinction il faut admettre entre les attributs de Dieu.</i> Paris: Delaulne, 1704.	2\$000
78	L'HERMINIER, Nicolao. <i>Tractatus de Sacramentis ad usum Seminariorum.</i> Parisiis:De Laulne, 1736. 3 vol, -12°	1\$500
79	LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757, <i>Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meio da lingua portugueza</i> / Luiz Caetano de Lima . - Lisboa : Offi. Real Deslandense, 1710. - 1 v. ; 20 cm	\$800
80	LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757, <i>Grammatica italiana e arte para apprendere a lingua italiana por meyo da lingua portugueza...</i> / por Luiz Caetano de Lima . - Lisboa : Offi. da Congregação do Oratorio, 1734. - [12], 418, [2] p. ; ; 4° .	\$800
81	LIMA, Tomás da Encarnação da Costa e, O.S.A. 1723-1784, <i>Historiae Ecclesiae Lusitanae: Per singula soecula ab Euangelio promulgato / auctore D. Thoma ab Incarnatione....</i> - Colimbrae : Ex Praelo Academiae Pontificae, 1759 - 1763. - 4 vol. ; 4° (25 cm). [[Indica 3 t.]	2\$600
82	LÍVIO, Tito, 64 a. -C.12 <i>Historiarum ab urbe condita libri, qui supersunt, omnes / T. Livii Patavini, cum notis integris...excerptis Petr. Nannii,...[et al.]..</i> . - Lugduni Batavorum : Apud Samuelem Luchtmans : Amstelaedami : Apud J. Wetstenium, 1738-1746. - 7 vol. ; 4 (26 cm) [[5 v.]	2\$560
83	LOMBARDI, Petri <i>Sententiarum</i> . - Antuerpia : Imp. Marci-Michaelis Bousquete et Sociorum, 1754. 1 v. ; 22 cm	\$800
84	MACHADO, Diogo Barbosa -1682-1772 <i>Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica, Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserao desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo prezente.</i> [Imprint varies]: t.I: Lisboa occidental, Na officina de A.I. da Fonseca; t.II-III: Lisboa, Na officina de I. Rodrigues; t.IV: Lisboa, Na officina patriarcal de F.L. Ameno, 1741-59. 4 v. -port. - 41x25 cm. t.I. A.-E. 1741.-t.II. F.-I. 1747.-t.III. L.-Z. 1752.-t.IV. Muitos authores novamente collocados na Bibliotheca, e de outros illustrados, e emendados,	16\$000

	impressos nos tres tomos precedentes. Index I. Dos nomes. Index II. Dos apelidos. Index III. Das patrias. Index IV. Dos autores religiosos. Index V. Das dignidades ecclesiasticas. Index VI. Das dignidades seculares. Index VII. Das matérias [[20 t.]]	
85	MAKO, P. <i>Compendiaria Logicae institutio, in usum candidatorum Philosophiae.</i> - Vindobonae : typis Joannis Thomae de Trattner, 1765. - 1 v. : il. ; in-8	1\$280
86	MARCA, Petri de <i>Dissertationum de Concordia Sacerdotii et Imperii seu De Libertatibus Ecclesiae Gallicanae .</i> - Neapoli : Imp. Vincentium Ursinum, 1771. 5 vol. ; 25 cm	1\$200
87	MARONI, Fausto Antonio -1704-1774 <i>Commentarius de ecclesia et episcopis Auximatibus, in quo Ughelliana series emendatur, continuatur, illustratur.</i> Auximi: Domenico Antonio Quercetti , 1762. IV-56 p. -4° (27 cm)	1\$800
88	MASSILLON, João Baptista <i>Sermões...</i> / João Baptista Massillon . - Lisboa : Off. de Miguel Manescal da Costa, 1764-67. - v. ; 16 cm . - Trad. em Portuguez [[12 t.]]	7\$200
89	MENDONÇA, Francisco de, S.J. 1573-1626, <i>Viridarium sacrae, ac profanae eruditionis</i> / Francisco de Mendonça . - Lugduni : Sumptibus Jacobi Cardon, 1632. - 350, [20] p. ; 35 cm	\$500
90	MERATI, Gaetano Maria <i>Novae observationes et additiones ad R. P. D. Bartholomaei Gavanti,... Commentaria in rubricas missalis et breviarii romani, adjectis summorum pontificum et sac. rit. congreg. decretis usque ad praesens emanatis, authore R. P. D. Cajetano Maria Merati,...</i> Augustae Vindelicorum, J. H. Muller, 1740. 2 vol. in-4° .	2\$400
91	MORERI, Louis <i>El gran diccionario historico, o miscellanea curiosa de la historia sagrada y profana...</i> / trad. del frances de Luis Moreri, con amplissimas adiciones y curiosas invertigaciones relativas à los Reynos... de España y Portugal... por Don Joseph de Miravel y Casadevante . - En Paris en Leon de Francia : a costa de los Libreros Previligiados : de los Hermanos de Tournes, 1753. - 10 v.	20\$000
92	MORINI, Jo. <i>Antiquitates Ecclesiae Orientalis clarissimorum virorum Card. Barberini.</i> Londini: Geo Wells', 1682. 8°.	1\$200
93	NAVARRO, Martins de Arspilcueta <i>Manual de Confessores e Penitentes</i> / Martins de Arspilcueta Navarro - Coimbra : Imp. Joam de Barreyra, 1560. - 1 v. ; 19 cm	\$640
94	NIREMBERG, João Eusehio <i>Diferença entre o temporal e eterno crisol purificadorio de descuganos com a memoria da eter nidade</i> / João Eusehio NireMBERG . - Coimbra : Of. de Luis Seco Ferreyra, 1741. - 1 vol. ; 22 cm	\$960
95	ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO. Convento de Nossa Senhora de Jesus (Lisboa) <i>Academia celebrada pelos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa no dia da solemne inauguração da estatua equestre de El Rey Dom José Primeiro .</i> - Lisboa : Na Regia Offic. Typografica, 1775. - [170] p., pag. var. ; 29 cm	#960

96	PALAFOX Y MENDOZA, Juan de <i>Historia real sagrada, luz de principes, y subditos...</i> / por... Don Juan de Palafox, y Mendoza... . - En Brusselas : en casa de Francesco Foppens, 1655. - [66], 435, [29] p.	9\$000
97	PETRA, Vincenzo <i>Commentaria ad constitutiones apostolicas, seu bullas singulas summorum pontificum in Bullario Romano contentas...</i> / auctore Vincentio Petra... . - Venetiis : ex Typ. Balleoniana, 1729. - 5 t. em 3 v.	6\$000
98	PONTIFICALE ROMANUM <i>Pontificale Romanum</i> . - Veneza : Typ. Nicolai Pezzana, 1772. - 1 v. ; 19 cm [[3 t.]]	6\$400
99	PORTUGAL. <i>Ordenações, e leys do Reyno de Portugal, confirmadas, e estabelecidas pelo senhor Rey D. João IV. novamente impressas, e accrescentadas com tres collecções... por mandado do muito alto e poderoso Rey D. João V. nosso senhor</i> . - Lisboa : No Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de sua Magestade, 1747. - 3 v. ; fol (44) cm PORTUGAL. <i>Repertorio das ordenações e leys do Reyno de Portugal novamente correcto, accrescentado...</i> . - Lisboa : Mosteiro de S. Vicente de Fora, Camara Real de Sua Magestade, 1749-1754. - 2 v. ; In-fol (44 cm)	20\$000
100	PRATA, Francisco Fernandes, fl. 16-- <i>-Tratado dos Sacramentos em commu, & em particular: Declarase o que delles se deve crer & a preparação, que para receber a graça, que dão, se requiere: Apontãose as obrigações dos fieis & poense algumas advertencias importantes...</i> / Composto por Francisco Fernandez Prata.. . - Em Lisboa : por Manoel da Sylva, 1651. - [4], 168 [i.é 167], [1] f. ; 8º (15 cm) [[Título igual, ed. post.]]	1\$500
101	PROCESSIONALE AC RITUALE ROMANUM... <i>Processionale ac rituale romanum...</i> - Olisipone : of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1803. - 185 p. ; 20 cm [[Ed. ant.]]	3\$200
102	REIFFENSTUEL, Anacleto, O.F.M. <i>Theologia moralis: brevi, claraque methodo comprehensa atque juxta sacros canones...</i> / auctore R. P. F. Anacleto Reiffenstuel.... - Ed. octava. - Moguntiacy : sumptibus Haeredum Schönwetter, 1748. - 2 t. em 1 v. [[5. t.]]	8\$000
103	ROLLIN <i>Histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'a la bataille d'Actium</i> . - A Amsterdam : chez J. Wetstein, 1742-1749. - 16 v.	10\$000
104	ROLLIN, Charles, 1661-1741 <i>Histoire ancienne des egyptiens, des carthaginois, des assyriens, des babyloniens, des medes et des perses, des macedoniens, des grecs</i> . - Amsterdam : Chez Z. Chatelain, 1754. -13 v.	9\$000
105	SÁ, Joaquim José da Costa e, 1740-1803 <i>Diccionario portuguez-francez e latino...</i> / Joaquim José da Costa . - Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794. - 556 p. ; 4 (30 cm)	3\$200
106	SANTO, Cosme do Espirito <i>Ceremonial dos Religiosos Capuchos da Provincia de Santo Antonio do Brasil</i> / Cosme do Espirito Santo . - Lisboa : Off. Manoel, 1708. - 1 v. ; 21 cm	1\$000

107	SILVA, José de Seabra da, 1732-1813 <i>Dedução chronologica, e analytica</i> / Jozeph de Seabra da Sylva . - Em Lisboa : Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767. - 2 v. ; 29 cm	1\$600
108	SILVA, José de Seabra da, 1732-1813 <i>Provas da deducção chronologica e analytica, e petição de recurso</i> / Joseph de Seabra da Sylva . - Lisboa : Na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1768. - 2 v. ; 18 cm	\$960
109	TESAUROS, Emanuel <i>Elogia patriarcharum, et Christi Jesu Dei-Hominis</i> . - Coloniae Agrippinae : Sumptibus Francisci Metternich, 1711. - 1 v. ; 8Ē	\$800
110	THOMAS D'AQUIN, SAINT. Opera omnia... Antverpiae: Morelles, Cosme, O.P., 1612. 18 tomes en 12 vol. in-fol.	12\$800
111	TOURNELLY, HON. <i>Cursus theologicus scholastico-dogmaticus</i> . Coloniae-Agrippinae: Metternich, 1735. 6 vol. -2º	4\$800
112	VAN ESPEN, Zegero Bernardo <i>Dissertatio canonica de intercessione sive interventione episcoporum pro reis apud principes et magistratus civiles et de confugientibus ad ecclesias...</i> / authore Zegero-Bernardo Van Espen... . - Coloniae Agrippinae : [s.n.], 1729. - 29, [1], 25, [1], 85, [3] p.	10\$000
113	VIDE, Sebastião Monteiro de, S.J. 1642-1722, <i>Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia</i> / feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide . - Lisboa : na Officina de Miguel Rodrigues, 1765. - 618 p. ; ; 30 cm	7\$200
114	VIEIRA, António, S.J. 1608-1697, <i>Arte de furtar: espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas mingoadas, gazua geral dos reynos de Portugal...</i> / composta no anno de 1652 pelo Padre Antonio Vieyra.. . - Amsterdam : Na Officina de Martinho Schagen, 1744. - [24], 508 p. ; 8 (22 cm)	\$960
115	VIVA, Dominicus <i>Opuscula theologico moralia ad usum Tyronum elucubrata (...)</i> A P. Dominico Viva, Societatis Jesu . - Patavii : ex Typographia Seminarii Apud Joannem Maufré, 1721. - 4 vols enc. em 1 só vol. ; 24 cm . - Obra completa [[7 t.]]	5\$000

Fonte: Projeto Resgate

Referências: Disponíveis em:

<<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>> Acesso: fev. 2004

< <http://www.cfr.bnf.fr/accdis/accdis.htm>>

<<http://opac.sbn.it/cgi-bin/IccuForm.pl?form=WebFrame>>

Quadro 2
Inventário dos Livros do Bispo de Pernambuco
D. Thomás da Encarnação Costa e Lima
Referências não localizadas

Ordem	Referências não localizadas	Preço estimado
1	Benedict quatorze in Conc. Lugdunensis . 4 t.	4\$000
2	Berlam de Conc. Trouvers 4 t..	8\$000
3	Contencam Theologia 6 t.	3\$200
4	Crespum Conn ad retuale	1\$000
5	Crispum Coment ad retuale	1\$000
6	Estoria, e variação de igrejas	1\$600
7	Giatino in Concilio 3 t.	3\$200
8	Legrand Estória natura	\$640
9	Legrand Instituição filozofica	\$640
10	Puget Institucion catholic 2 t.	1\$000
11	Vários livros truncados da Academia Litúrgica	9\$600

Fonte: Projeto Resgate

Referências: Disponíveis em:

<<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>> Acesso: fev. 2004

<<http://www.ccf.fr/bnf/fr/accdis/accdis.htm>>

<<http://opac.sbn.it/cgi-bin/IccuForm.pl?form=WebFrame>>

No testamento não foi indicado qual o estado do uso dos livros ou se os de autoria do Bispo estariam no rol, o que parece não ter sido incluído. Na verdade, nem sempre os títulos encontrados conferem com as remessas dos portadores que passaram pela Mesa Censória. Quanto à formação e organização da biblioteca os documentos mais próximos não mencionam.

O novo bispo a chegar era mineiro, de Sabará. Dom Frei Diogo de Jesus Jardim [1786-1793-4-5?¹¹⁰], da Ordem de São Jerônimo, chamado de Esmoler, por Franklin Távora em *O Cabeleira*¹¹¹, foi eleito em 11 de maio de 1784, confirmado em consistório pelo Papa Pio VI, em 14 de fevereiro 1785. Foi o procurador, o deão Dr. Manoel de Araújo de Carvalho Gondim que, em 22 de agosto de 1786 primeiro tomou posse. Alguns

¹¹⁰ Documentos informavam a saída do bispo em 1793, a Arquidiocese de Olinda e Recife registrou 1794. Disponível em: <www.arquidioceseolindarecife.org.br/historiabispos.htm>

¹¹¹ Disponível em:

<http://www.ig.com.br/paginas/novoigler/livros/cabeleira_franklin_tavora/cap3.html>

meses depois, em 13 de dezembro, deu-se a chegada do reverendo, na sua primeira circunscrição. Do Palácio de Nossa Senhora da Soledade emitiria *Pastoral* datada de 13 de abril de 1793¹¹², confirmando o lugar como residência episcopal.

Aqui, tão logo assumiu o cargo, instituiu uma confraria, tendo o patrocínio de Nossa Senhora das Dores, saindo às ruas para pedir esmolas¹¹³ destinadas a atender os sentenciados. Entretanto, se de um lado assistia os prisioneiros, de outro, proibia os divertimentos, no sentido de evitar confrontos e arruaças, para que nas “devoções, festas e novenas celebradas nos nichos das paredes das casas do Recife [não] ‘houvesse ajuntamento de pessoas de um e outro sexo nas ruas’”.¹¹⁴

Sem poder levar à frente outras medidas de cunho moral, ou sem poder redirecionar ou proibir as práticas que vinham se estabelecendo por grupos de cor, porque de saúde precária, em 16 de maio de 1793¹¹⁵, constou ter regressado a Lisboa contra a sua vontade. Viajou para a Diocese de Elvas, onde melancólico e saudoso, quis ser lembrado por fieis pernambucanos, doando uma custódia em prata para a catedral de Olinda.

Olinda fora designada por Carta régia, de 4 de junho de 1678, para ser residência de governadores e ouvidores, deixando de ser a primeira vila, após a guerra dos mascates. O Governador Felix José Machado havia transferido os serviços administrativos para o antigo Colégio dos Jesuítas e

¹¹² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 29.

¹¹³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5, p. 349.

¹¹⁴ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 87.

¹¹⁵ O ano de regresso a Lisboa, indicado por: BARATA, José do Carmo, *cônego*. Apontamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 376, 1922, foi 1795, com provável erro, porque em GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 1, p. 427, consta: 16 de maio de 1793, que não coincide com o da Arquidiocese de Olinda e Recife.

instalado os equipamentos de defesa no Recife, de onde passara a comandar as atividades governamentais da Capitania. Lá, igrejas e sede do bispado precisavam de reparos. Aqui, a residência da Diocese fora preparada para receber mais uma autoridade eclesiástica, no novo Paço da Soledade. Em dificuldades, a antiga vila perdera o ar de nobreza, enquanto o Recife ganhava realce.

Era brasileiro, o bispo que chegava. Nascera em 8 de setembro de 1743, na vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes¹¹⁶. Sebastião Galvão informa que Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho fora “clérigo secular, licenciado em cânones”¹¹⁷. Havia estudado em Coimbra, tendo sido contemporâneo de nomes que se fizeram notar em vários campos, entre outros: José da Silva Lisboa, o economista, futuro Visconde de Cairu, Dr. João Pereira Ramos, magistrado do Desembargo do Paço, José Vieira Couto, matemático, professor em Coimbra, Antonio de Moraes Silva, magistrado e soldado que compilou o dicionário de língua portuguesa e outros mais.¹¹⁸

Eleito bispo de Olinda, em 21 de novembro de 1794, foi confirmado por Pio VI¹¹⁹. Vencido o intervalo que sempre separou a eleição até a sagração feita em 25 de janeiro de 1796, foi mantido o costume de tomar posse em dois tempos: o primeiro, realizado por procuração em 6 de agosto de 1798. O segundo: a ratificação feita por ocasião da chegada em Olinda, no dia 1 de janeiro de 1799. Era o 12º bispo de Pernambuco, naquele final do século XVIII, que levava mais de quatro anos para tomar posse do cargo.

¹¹⁶ Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

¹¹⁷ GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 1, p. 427-8.

¹¹⁸ CARDOZO, Manoel. Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época. In: KEITH, Henry H; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 96-7.

¹¹⁹ GALVÃO, Sebastião. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 1, p. 427-8.

As datas mostram que, tão logo chegou de viagem, em 25 de dezembro de 1798, Dom Azeredo Coutinho foi alojado “na casa que serve de habitação aos Governadores e Capitães-Generais”¹²⁰, no Recife. Como recepção, foi saudado com elegias e odes de boas-vindas. As atribuições que lhe estavam reservadas iam além da diocese. Havia recebido informações sobre os cargos a exercer: o de Bispo e o de Governador interino, em substituição ao Capitão-General Dom Thomaz José de Mello [1787-1798]. Por isso, assumiu, em 29 de dezembro de 1798, a presidência da Junta do Governo Provisório de Pernambuco, formada pelo Intendente da Marinha, Pedro Sheverin e pelo Desembargador Ouvidor, Antonio Luiz Pereira da Cunha.

Ao chegar em Pernambuco, Dom Azeredo Coutinho [1742-1821] trazia na bagagem ou poderia ter escrito na nau, durante a longa viagem, parte de suas obras. Nas arcas, a que seria mais conhecida: *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias*, impresso em Lisboa, na Officina da Academia Real das Sciencias, 1794, com 153 páginas¹²¹. Livro que tratava dos problemas brasileiros, defendendo o comércio exclusivo com a Metrópole: tanto para a exportação de bens naturais quanto para a importação de produtos manufaturados e industrializados em Portugal. Confirmava, em favor do Reino, a interdição a qualquer forma de avanço na Colônia.¹²²

Ainda na bagagem, trouxera a *Analyse sur la Justice du Commerce du rachat des Esclaves de la Côte d'Afrique* publicada em Holborn, pela Baylis, em 1798, com 85 páginas¹²³. Assegurando estar no “dever de servir ao Estado que me honra, que me sustenta e me defende”, o Bispo

¹²⁰ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 93.

¹²¹ Nova edição do Banco de Portugal, 1992.

¹²² O que viria a ser chamado de avanço tecnológico.

¹²³ COUTINHO, J. J. da C. de Azeredo. Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África. In: MORAES, Rubens Borba de [Org.]. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966. p. 231-307.

considerou imprescindível o trabalho escravo para a valorização da agricultura, na estrutura colonial. Os protestos vindos de várias áreas suscitados pelo tema ou assunto, não alteraram a posição de Dom Azeredo Coutinho, que foi propalada em diferentes edições: uma em inglês, outra em francês, mais tarde em português, editada em 1808, na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, Lisboa¹²⁴. Embora, antes, a Academia Real de Ciências e a Real Mesa Censória, com parecer do Padre Antonio Ribeiro dos Santos, tenham negado a licença de imprimir¹²⁵, mesmo quando o Bispo pensava e dizia ser “hum dos grandes do Reino ao qual Sua Magestade tem honrado por mais de huma vez, escrevendo-lhe diretamente e mandando as cartas pelo Real Punho de sua Alteza”.¹²⁶

Estavam incluídos, no rol de suas obras, os *Estatutos do Recolhimento de N. Senhora da Gloria do lugar da Boa-Vista de Pernambuco*, publicado em Lisboa, na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1798, com 119 páginas, onde demonstrava a intenção de fundar um pensionato para moças pobres, que pudessem ser preparadas para o casamento e a maternidade, e os *Estatutos do Seminario Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Pernambuco*, impresso em Lisboa, na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1798, com 109 páginas.

Esses dois textos poderiam ser considerados como os alicerces para um grande projeto social-religioso: o abrigo para as moças e a formação de rapazes que desejassem seguir ou não a carreira religiosa. Ainda estava incluído o manuscrito, composto em 18 folhas, do *Discurso sobre o Estado*

¹²⁴ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 145.

¹²⁵ Ver o estudo: NEVES, Guilherme Pereira das. Pombalismo e constitucionalismo, linguagens políticas no ocaso do Império. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS CONCEITOS, 7, Rio de Janeiro, *Painel*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/artigos/guilherme_conferencia.pdf>

¹²⁶ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 148.

*Actual das Minas do Brasil*¹²⁷, que foi aumentado e publicado com 66 páginas, em Lisboa, na Imprensa Regia, em 1804. Fazia a defesa “da agricultura do Continente das Minas que, aliás he já perdido para o oiro” e a propagação da “lição de Adam Smith”, dando prioridade à “utilização do transporte fluvial para o comércio dos vários produtos agrícolas”¹²⁸, uma experiência vivida no Recife, que usava o caminho das águas para fazer escoar mercadorias.

Os textos talvez pudessem comprovar ou serem confrontados com os planos que pretendeu executar ou realizou na Capitania. Isto porque, Dom Azeredo Coutinho estava diante de uma situação econômica debilitada, com grande evasão fiscal, a população com dificuldades para produzir riquezas e atingir melhores condições de vida ou contar com serviços de saúde: “Pernambuco era considerado em Lisboa uma província doente, e o Príncipe Regente esperava que o novo bispo pudesse curá-la”¹²⁹. As muitas dificuldades levaram a Junta Governativa a procurar conhecer e a enviar ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, uma memória da situação econômica da Capitania, incluindo os bens das ordens religiosas, congregações, e irmandades¹³⁰. As providências, entretanto, provocaram descontentamento entre o clero local.

Por isso, as medidas, que sabia difíceis de implantar, foram tentadas, muitas vezes encontrando resistências, visando mudanças de práticas, de costumes antigos, para assegurar melhorias fundamentais para a toda a vila. Foi o caso da proposta de construção de um aqueduto

¹²⁷ Disponível em: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe>>

¹²⁸ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 145.

¹²⁹ CARDOZO, MANOEL. Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época. In: KEITH, Henry H; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 98

¹³⁰ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. Cx. 212, Doc. 14381. 16 nov. 1799.

em vez do uso de canoas para o transporte de águas, há muito controladas por camaristas e negociantes. O controle do negócio altamente rendoso foi uma barreira intransponível: o aqueduto nunca se fez.¹³¹

A defesa da costa era outra questão de soberania, envolvendo várias instâncias de poder e os próprios habitantes. Pilhagens de cargas ou de bens naturais feitas por corsários, muitos franceses, alguns espanhóis, ocorriam ao longo do porto do Recife, trazendo mercadorias contrabandeadas, tais como os livros das francesas “idéias perigosas”.¹³²

Sucessivas correspondências dos governadores e da junta governativa ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Martinho de Melo e Castro¹³³, alertavam e demonstravam os perigos da presença constante de piratas franceses nos mares, sendo uns poucos aprisionados¹³⁴. Faltavam tropas para a ação militar. Por outro lado, faltavam embarcações para vigiar e coibir a entrada no porto de navios com mercadorias inglesas trazidas pelos franceses, que ameaçavam a indústria portuguesa.¹³⁵

Para a solução desses problemas, Dom Azeredo Coutinho diria mais tarde: “dei um plano de defesa para esta Capitania”¹³⁶, com duas medidas: a primeira, o retorno a Olinda do Regimento de Artilharia, para guardar e

¹³¹ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentos históricos Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 213, Doc. 14474. Ver tb.: NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 95.

¹³² A questão da entrada de livros será tratada no capítulo: “Do lado de cá do Atlântico.”

¹³³ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 182, Doc. 12708, Cx. 183, Doc. 12756.

¹³⁴ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 199, Doc. 13663. 01 out. 1798.

¹³⁵ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 203, Doc. 13871, 1798.

¹³⁶ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 93.

defender os mares e as fortalezas. A segunda, a compra, pela Fazenda Real, da fragata Colombo, para proteger a costa dos piratas franceses.¹³⁷

A missão de governar era extensa e diversificada. Exigia trabalho, enfrentamento com as lideranças locais e aplicação de um conjunto de ações simultâneas: proteção dos habitantes, das manufaturas do Reino, do comércio, aumento e escoamento do rebanho bovino, redução das despesas, fiscalização da receita, bem como arrematação dos dízimos para melhorar as finanças¹³⁸, portanto, dos serviços públicos da Capitania. Mais: ampliação das vias terrestres de comunicação e difusão de novos hábitos sociais, a instalação do seminário, com classes de estudos avançados.

Em consequência do estado em se encontravam as escolas de ler e escrever, o Bispo, antes de chegar à Capitania, obteve da Rainha D. Maria o título de propriedade do prédio que servira de colégio e residência dos extintos Jesuítas, com a respectiva igreja, alaias e o campo lateral. No plano da educação pública, a situação do ensino na Capitania, dispondo apenas de quatro aulas de ler e escrever, sem cartilhas, sem professores, preocupava o Bispo. Assim, ainda em Lisboa, fora nomeado pelo Príncipe Regente, Diretor Geral dos Estudos, em 13 de abril de 1798.

Portanto, além de acumular os cargos de bispo da diocese e de governador interino, Dom Azeredo também seria responsável pela direção dos estudos, o que possibilitaria instalar um seminário para a educação da mocidade, em Olinda. Estava previsto que os necessários recursos

¹³⁷ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 214, Doc. 14495.

¹³⁸ GALVÃO, Sebastião. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 1, p. 428.

financeiros para pagamento dos professores seriam provenientes do subsídio literário.¹³⁹

Entretanto, em 1798, escrita do Palácio de Queluz, o príncipe regente emitiu carta régia, ordenando que todos os indivíduos de 12 anos “para cima contribuisse com dez ou vinte réis annualmente para o sustento dos Estudantes e Seminaristas pobres, e das Pessoas da Regência, e Serviço do mesmo Seminário”. Desse modo não seriam alteradas as despesas fixas com os docentes nem onerados os custos com o ensino a ser ministrado para todos os que lá viessem estudar.¹⁴⁰

Certamente Dom Azeredo Coutinho tivera conhecimento, em Lisboa, da falta de numerário para pagamento de professores e a ordem régia cobriria as dificuldades previstas. Porém, submetida às Câmaras de Pernambuco e capitanias anexas, a questão obteve posição contrária entre as de Olinda e do Recife, principalmente nessas localidades por estarem sendo pagos os subsídios literários. Exemplo seguido pelas Câmaras de Igarassu, Goiana, Paraíba. Daí ter escrito ao Secretário dos Negócios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro Conde de Linhares, que estava enfrentando resistências nas Câmaras, afirmando: “eu insisto no estabelecimento desta contribuição”¹⁴¹. A questão se estendeu de 1797 a 1799¹⁴², tanto que, ao assumir o cargo para o qual fora designado foi verificar o funcionamento do subsídio literário, constatando que:

¹³⁹ Imposto sobre mercadorias estabelecido por ordem régia, em 10 de novembro de 1772, que incidia sobre a carne verde a ser cortada para a população, sobre a aguardente da terra, de modo a subsidiar as escolas.

¹⁴⁰ APEJE, Recife. Ordens régias. OR -1798, livro 59. Apud NOGUEIRA, Severino Leite, mons. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 131-2.

¹⁴¹ NOGUEIRA, Severino Leite, mons. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 103.

¹⁴² BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU - Cx. 206, Doc. 14054, 09 fev. 1799. Ver tb.: NOGUEIRA, Severino Leite, mons. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 114.

Desde o seu princípio foi sempre muito mal arrecadado e que até agora se axava na maior decadência, não tanto pela falta de pagamento dos Povos quanto pelos desvios que o dinrº levava para fins muito diversos; eu e meus Colegas ficamos na diligencia de levar a sua soma ao maior numero possível sem opressão dos Povos.¹⁴³

Daí o comentário do Monsenhor Severino Nogueira: “segundo o Bispo o dinheiro era mal arrecadado e desonestamente aplicado”¹⁴⁴. Na função de Diretor Geral dos Estudos, da Capitania de Pernambuco e suas anexas, o Bispo Azeredo Coutinho investiu na redução de vencimentos dos professores das primeiras letras, como fez com o professor de língua grega que, além de ter os salários reduzidos, foi obrigado ensinar francês¹⁴⁵, provocando protestos de várias partes e cidades. Para elucidar a questão, o historiador José Antônio Gonsalves registrou os baixos salários recebidos pelos professores:

Os de primeiras letras eram pagos na base de 150\$ anuais; o melhor pago, o lente de geometria, percebia 480\$ anuais, mas nem assim os vencimentos lhes eram pagos com regularidade: em 31 de dezembro de 1798 o Erário devia aos professores 12:269\$159 de atrasados.¹⁴⁶

Contudo, o pagamento de professores se fazia primordial à vista do novo centro de estudos elementares. O Bispo propusera que o Seminário, a ser instalado no antigo Colégio dos Jesuítas de Olinda, pudesse atender a uma ampla população jovem, mesmo pobre ou de cor, mas de filiação

¹⁴³ Carta a D. Rodrigo em 09 fev. 1799. Apud NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 100.

¹⁴⁴ Carta a D. Rodrigo em 09 fev. 1799. Apud NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 100.

¹⁴⁵ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 103.

¹⁴⁶ MELLO, J. A. G. de. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj; Massangana, 1998. p. 56.

legítima, conforme recomendação prevista nos *Estatutos*¹⁴⁷. No entanto, o objetivo principal do Seminário seria manter cursos de preparação para o sacerdócio, conforme recomendação feita pelo Concílio de Trento, de modo a

Instruir a Mocidade da nossa Diocese no conhecimento das verdades da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes, e ciências, que são necessárias para pulir o homem, e fazer Ministros dignos de servirem à Igreja, e ao Estado.¹⁴⁸

Por isso, o Bispo-Governador, depois de consultas e pareceres das Câmaras insistia para obter por meio de contribuição individual e anual, recursos adicionais destinados ao pagamento do professorado. As duas linhas de ação voltadas para “alunos de fora” e para a formação de padres encontravam justificação e apoio nos *Estatutos* elaborados por Dom Azeredo Coutinho, vez que pretendia ampliar o número de cadeiras a serem lecionadas, tendo para isso trazido professores de Teologia, Filosofia, Geometria, Geografia, Grego, Francês e Belas-letas.¹⁴⁹

Com a “maior ostentação possível”, o Seminário de Olinda foi inaugurado em 1800. Dom Azeredo sentia-se realizado ao escrever ao ministro do Ultramar, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, um feito que os bispos anteriores não haviam conseguido efetivar. Portanto narrava:

¹⁴⁷ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da cidade de Olinda de Pernambuco*, ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, XII Bispo de Pernambuco, do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. Lisboa: Na Tipografia da Academia Real das Ciências / Com licença da Mesa do Desembargo do Paço/ 1798. In: NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 313-380.

¹⁴⁸ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da cidade de Olinda de Pernambuco*, ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, XII Bispo de Pernambuco, do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. Lisboa: Na Tipografia da Academia Real das Ciências / Com licença da Mesa do Desembargo do Paço/ 1798. In: NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 317-8.

¹⁴⁹ MELLO, J. A. G. de. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj; Massangana, 1998. p. 60.

Na sala da casa da minha habitação naquela cidade, recitou o Professor de Retórica o Revdo. Miguel Joaquim de Almeida Castro hua muito elegante oração, em que mostrou com as vivas cores de eloquência quanto difere o homem sabio do ignorante e quanto he prejudicial à Religião e ao Estado o homem sem estudos e sem educação entregue aos vícios e a si mesmo.¹⁵⁰

O discurso refletia a proposta do Iluminismo, ao pregar a expansão das ciências para uso público, comentou Monsenhor Nogueira.¹⁵¹

No entanto, para a previsão de contribuições financeiras destinadas à manutenção do Seminário seguiram-se protestos de vários lados: reagiram os negociantes de Pernambuco e os proprietários de engenhos sob a alegação de serem os tributos do “direito majestático” que, de modo ilegal, pretendia o bispo “assegurar a subsistência das muitas cadeiras do seu seminário erecto na deserta cidade de Olinda”¹⁵². Deveria também ser cobrado “das carnes secas das barcas”, cabendo ao Administrador do Subsídio Militar o controle da arrecadação. Polêmica, a questão foi repassada à Rainha D. Maria para a solução necessária, explicou o historiador Denis Bernardes¹⁵³, ao mencionar os comerciantes Domingos Afonso Ferreira, Bento José da Costa, Antonio Marques da Costa Soares e Joaquim Pires Ferreira, como requerentes à isenção dos tributos sobre as carnes secas importadas do Rio Grande do Sul.

Em 1804, Dom Azeredo, como Bispo de Elvas [1806-1817] fez publicar em Lisboa: *Alegação Jurídica na qual se mostra que são do*

¹⁵⁰ APEJE, Recife. MS. OR - 1800-1801. Apud NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 200. p. 201.

¹⁵¹ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 201.

¹⁵² NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 185.

¹⁵³ BERNARDES, Denis A. de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: USP; CPGHS, 2001. Apud MELLO, J. A. G. de. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj; Massangana, 1998. p. 53-60.

Padroado da Coroa, e não da Ordem Militar de Cristo, as Igrejas, Dignidades e Benefícios dos Bispados do Cabo de Bojador para o Sul, em que se compreendem os Bispados de Cabo Verde, S. Thomé, Angola, Brazil, Índia, até à China, impresso na Of. de António Rodrigues Galhardo, 1804, contendo 82 p., 1 f. desdobrada.

Quando havia deixado a Capitania, em 1808, Dom Azeredo Coutinho fez publicar a *Informação dada ao Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, em Lisboa, na Nova Officina de João Rodrigues Neves, com 34 páginas, onde demonstrava a aplicação dos recursos financeiros administrados e regularizados em benefício da moralidade das contas públicas.

As realizações positivas do bispo-governador-diretor de estudos e os esclarecimentos dos muitos atritos criados entre o Bispo e os representantes da sociedade, incluindo administradores, negociantes, irmandades e membros do clero e professores foram apresentadas na *Defeza de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho* publicado em Lisboa, em 1808, impresso na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, com 129 páginas. O documento tinha a intenção de comprovar o que o Bispo havia realizado: informar sobre os casos de indisciplina e de má conduta de alguns professores, demonstrar como fora o encaminhamento das medidas e das transformações ocorridas na Capitania.

Entre as eficientes e as profícuas medidas implementadas, o Bispo destacava o Seminário da Cidade de Olinda, instalado no antigo Colégio dos Jesuítas: “estabelecimento que não havia neste bispado e que certamente não há segundo em todo ultramar”¹⁵⁴. A qualidade e o exercício das funções seriam comprovados posteriormente. Por outro lado, cresceram os bens patrimoniais recebidos por doação: duas moradas de

¹⁵⁴ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 118.

casas de sobrado, uma livraria escolhida, um gabinete para física experimental, peças para a montagem de um museu de história natural e desenho, mapas atualizados, ou seja, “os mais modernos depois das viagens de Cook”, o circunavegador, que morrera em 1799.¹⁵⁵

O final da gestão se fizera com o embarque para a metrópole em 15 de julho de 1802, sendo substituído na governadoria por Dom Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Enquanto na Diocese, o cargo foi temporariamente passado ao deão de Olinda, na função desde 1796, Dom Manuel Xavier Carneiro da Cunha. Nascido na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, em 1755, era doutor em cânones e cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo exercido as dignidades de arcediogo, tesoureiro-mor da catedral e vigário geral.¹⁵⁶

Mas foi Dom Frei José de Santa Escolástica, monge beneditino, nascido no Porto, que fora nomeado para substituir Dom Azeredo Coutinho. A eleição para o cargo se dera em 19 de março de 1802 e, não tendo assumido, foi eleito em 23 de outubro do ano seguinte, Arcebispo da Bahia. Dois anos depois, em 13 de abril de 1804, foi eleito para a Diocese de Pernambuco o professo da ordem de São Jerônimo, Dom Frei José Maria de Araújo, nascido em Lisboa. A sagração foi recebida em 8 de março de 1807, sendo procurador e tomado posse, Frei José Joaquim de Sant’Anna. No entanto, a administração da diocese foi transferida para o cônego Manoel Vieira de Lemos Sampaio até 21 de dezembro daquele ano, quando chegou ao Recife, indo ocupar o Palácio da Soledade. Por nove meses esteve à frente dos trabalhos, incluindo o término da igreja da

¹⁵⁵ NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 117-8.

¹⁵⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 4 p. 130.

Ordem Terceira de São Francisco, quando veio a falecer, em 21 de setembro de 1809.¹⁵⁷

Uma vacância alternada de 21 anos na Sé de Olinda marcou o século XVIII. Nem sempre foram cumpridas as exigências impostas pelo Concílio de Trento, aceito sem questionamentos por Portugal. Uma das cláusulas, sempre lembrada pelos bispos, determinava fosse criado em cada diocese, cidade ou província, um colégio para cursos de preparação do clero e formação de quadros letrados. Em muitos lugares, as condições econômicas, políticas e religiosas não permitiram essas instalações, ocorrendo ao longo do período, a diminuição do número de religiosos despreparados para as funções.

A formação escolar para jovens, seguindo ou não a carreira eclesiástica, parecia ser um objetivo a atingir, para alguns bispos que vieram para a Capitania. Alguns tentaram estruturar cursos, entretanto, os entraves encontrados junto à Coroa fizeram lentas as realizações. Por outro lado, não era possível prescindir dos religiosos para a educação no país e nos domínios de Ultramar. Assim, após a expulsão dos Jesuítas, as novas escolas passaram a ser os próximos passos do governo, sempre em aliança com a Igreja.

A presença da Igreja Católica na Capitania sob o padroado da Coroa portuguesa se fez de um lado pelos bispos, com formação superior, nas Universidades de Coimbra ou Évora, com livros ou sermões publicados, atuação e poder junto aos governadores ou mesmo no lugar deles. Do outro lado, ficava o clero com origem, formação, vocação, nível de escolaridade e conduta moral diferenciados. Por isso, a presença de alguns iletrados, sem vocação ou sem o devido preparo intelectual para o sacerdócio ou o ensino.

¹⁵⁷ GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 1, p. 129.

INDEX LIBRORVM
PROHIBITORVM,

CVM REGVLIS CONFECTIS
per Patres a Tridentina Synodo delectos,
auctoritate Sanctiss. D.N. Pij IIII,
Pont. Max. comprobatus.



VENETIIS, M. D. LXIIII.

Leitura entre a Escrita e a Censura

Desde o Concílio de Trento, em 1563, os Reis católicos da Península Ibérica haviam concordado em executar os decretos e éditos particulares e subseqüentes, que se traduziam no Tribunal da Inquisição, como política de controle de livros arrolados no *Index Librorum Prohibitorum* publicado em 1559. A prática da censura estava na raiz do conhecimento a ser divulgado, o que levava ao estreitamento da produção de livros, à redução das bibliotecas, ao acesso limitado dos saberes proibidos a um pequeno número de letrados.

Nos Tribunais da Inquisição instalados em Lisboa e Évora, as heresias, divididas por classificações, mantinham as justificações para o exercício do arbítrio¹, o que tornava a instituição uma das mais poderosas e organizadas do Antigo Regime. Um corpo de especialistas religiosos, os censores, com poder de acusar, criticar, recolher ou condenar manuscritos, autores, impressores, mercadores ou livreiros e leitores se confundia com a história da Igreja.

Era grande o número de censores em vigilância, esquadrinhando manuscritos, exercendo pressão para o não funcionamento de imprensas nos domínios do além-mar. Assim, os Alvarás expedidos em 4 de dezembro de 1576 e 31 de agosto de 1588 proibiram que se imprimissem livros sem licenças concedidas pela Mesa do Desembargo do Paço, pelos oficiais do Santo Ofício e pelo Ordinário diocesano, em terras da Capitania.²

¹ BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 295.

² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 443-4.

A apropriação da jurisdição civil e eclesiástica pelo Tribunal da Inquisição exprimia-se pela exclusão e legitimação sobre a liberdade de pensar, por consequência, de escrever e divulgar. O significado das palavras *censura*, *censores*, no Antigo Regime pôde ser encontrado no *Dictionnaire Universel*, de Antoine Furetière, Abade de Chalivoy [1619-1688], obra que lhe causou a expulsão da Academia Francesa de Letras, depois de 22 anos de participação intensa.

Censura designava um julgamento, pelo qual se condenava uma ação ou obra, contendo uma correção ou reprimenda feita por um superior ou pelo público. O sentido tinha conotações diversas: um condenado incorria na censura da justiça. Uma obra sobre a religião que se enquadrasse no *Index* da Sorbonne estava sob censura. O julgamento de um livro onde um especialista encontrasse erros era tomado como censura. A excomunhão dada por bispos a um infiel era uma censura eclesiástica. Magistrados, pessoas da corte, polícia zelando pelos bons costumes desempenhavam o papel de censores políticos, à semelhança dos antigos censores romanos. A essas múltiplas conotações do termo censura e censor havia o significado único para o adjetivo censurado: usado exclusivamente para livros ou opiniões condenadas.³

No século XVIII, o julgamento das idéias e a proibição de imprimir manuscritos nas Capitanias foram tentativas de anular os canais de difusão para textos que reconstituíssem um tempo histórico. Ainda que, em Lisboa, autores brasileiros tenham tido obras publicadas. Daí, os exemplos aqui tomados, embora tenham sido razoavelmente divulgados e conhecidos, enquadraram-se entre as tentativas concretas de censurar,

³ FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire universel*, contenant généralement tous les mots français, tant vieux que modernes, et les termes des sciences et des arts,... La Haye: P. Husson, 1727. Apud NEGRONI, Bárbara. *Lecture interdites: le travail des censeurs au XVIII^e siècle, 1723-1774*. Paris : Albin Michel, 1995. p. 18.

desvalorizar e negar a formação ou a organização do pensamento articulado e registrado na Colônia.

A escrita sem leitores

A Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco sucedidas desde o ano de 1707 até o de 1715, com a notícia do levante dos povos de suas capitanias, escrita por um Anônimo, e pelo mesmo correta e acrescentada, exprimia o desejo de uma testemunha de vista, *supresso nomine*, de tornar a escritura o “remédio infalível contra os achaques do esquecimento”⁴. O narrador havia registrado e interpretado fatos políticos, dado relevo às condições sociais e econômicas dos moradores, deixado que imagens e figuras ocupassem lugares nas vilas de Olinda e do Recife. Manuscrito, o relato de um momento histórico fora “dado ao prelo” em Lisboa. Seria multiplicado. Valeria como um discurso do autor ao leitor, tendo o impressor como intermediário.⁵

Todavia, o texto não foi impresso. Do Reino, a notícia singrou os mares. Ecoou pelos navios. Chegou ao Recife. Retirou do anonimato o cirurgião português, Manoel dos Santos. Para o médico, a informação requeria uma explicação. A razão formulada seria, “pela advertência de um sujeito, que El-Rei baixara decreto para se não imprimir livro sem levar e trazer no frontispício o nome de seu autor declarado”.⁶

⁴ SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 2

⁵ KANT, Emmanuel. *Qu'est-ce qu'un livre?* Textes de Kant et de Fichte traduits et présentés par Jocelyn Benoist. Paris: Quadrige/PUF, 1995. p. 122

⁶ SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 6.

Na verdade, as razões apresentadas seriam ocultação de autoria, interdição, censura, ou simples negação à licença de imprimir? A resposta se fará longa, porque começou no passado, exigindo aqui uma pausa para a compreensão do curso da imprensa em Portugal, dos entraves administrativos e ideológicos determinados por um corpo de religiosos e pela Corte, que formavam “uma barreira”, no dizer de Charles Boxer⁷, impedindo a impressão e a circulação de livros no Reino e em seus domínios.

A censura exercida pela Coroa, pela Igreja e pela Inquisição teve início com o interesse demonstrado pelo Rei D. Manuel, de Portugal que, em 1515 encarregara D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, de solicitar ao Papa Sixto IV a instalação do Santo Ofício da Inquisição, em condições semelhantes às concedidas aos Reis de Castela⁸. O pedido, não aprovado, foi transferido para o reinado de D. João III, quando o Papa Paulo III expediu Bula em 23 de maio de 1536, autorizando a Inquisição a ter o controle dos papéis impressos. Coube ao irmão do Rei, o infante D. Henrique, a designação de primeiro inquisidor-geral, em 22 de junho de 1539⁹. Em novembro do ano seguinte, o Prior do Mosteiro de São Domingos, em Lisboa, e o Subprior, Frei Christovão de Valboena foram encarregados pelo inquisidor-geral:

Da examinação de todos os livros que houver nas livrarias desta cidade – Lisboa – e que pelo tempo em diante a elas vierem e achando não serem católicos nem conformes à nossa Santa fê católica ou suspeitos por qualquer maneira que seja mandarem qualquer deles fazerem o que parecer serviço do nosso Senhor e

⁷ BOXER, Charles. *A Igreja e a expansão Ibérica [1440-1770]*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 113.

⁸ ALMEIDA, Fortunato. *História de Portugal*. Coimbra: 1924. t. 2, p. 317. Apud MARQUES, M. Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Coimbra Ed, 1963. p. 6.

⁹ CARREIRA, Laureano. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: IN-Casa da Moeda [1980?1] p. 33.

assim poderão mandar notificar a todos impressores que não imprimam novamente nenhuns livros sem primeiro serem vistos e examinados por eles.¹⁰

Em defesa da política e da religião foi cedido à Inquisição o direito de expurgar livros, medida que se ampliou com a *Pragmática sobre a Impressão de Livros*, de 7 de setembro de 1558¹¹, vindo a seguir o Alvará de 1576 ao qual foi completado por um outro de 1588, instituindo a obrigatoriedade da censura, regulamentada em 1603 pelas *Ordenações Filipinas* [Livro V, Título 102], onde ficou explicitado:

Que não se imprimam Livros sem licença de El-Rei, por se evitarem os inconvenientes, que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios, ou de se mandarem imprimir fora deles Livros, ou obras feitas per nossos Vassalos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos, que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir neles, nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos Desembargadores do Paço, depois do ser vista e aprovada pelos Oficiais do Santo Ofício da Inquisição”. E achando os ditos Desembargadores que a obra é útil para se dever imprimir darão por seu despacho licença que se imprima, e não tendo a negarão.¹²

Estava definida a censura civil reforçada pela autoridade do Desembargo do Paço. Nenhuma menção havia quanto à declaração de responsabilidade ou autoria, embora, em provisões, a licença e a

¹⁰ BAIÃO, Antonio. A inquisição em Portugal e no Brasil. *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, v. 4, p. 394. Apud CARREIRA, Laureano. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: IN-Casa da Moeda [1980?1] p. 34.

¹¹ “A *Pragmática* visou atender à Bula do Papa Alexandre VI”. Haveria perdas dos lucros das vendas e “indenização triplicada do valor do livro defeso” destinada aos denunciadores do tribunal e do juiz. Unem-se a Igreja e o Estado para esse exercício de Poder. In: CARVALHO, Kátia et al. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 51

¹² ORDENAÇÕES Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. v. 3, liv. 5, título CII, p. 1249.

identificação obrigatória no texto tornassem público que o súdito obtivera “direito ao escrito”. Para as transgressões estava prevista a apreensão de livros e multa em espécie. O *privilégio* tinha validade por dez anos, não podendo se mandar imprimir ou vender por outrem, dada a confiança depositada no autor, por guardar lealdade a Sua Majestade, por não ferir os interesses de Roma, da nobreza ou do poder do Estado, por não abordar ou estar ligado às questões do judaísmo.

No século XVII, em clima de fervor religioso a censura Inquisitorial ditada por numerosas regras, exercida por qualificadores, comissários, visitantes de naus, ou por inquisidores de origem nobre com formação jurídica, atuava na inspeção de livrarias, tipografias, bibliotecas religiosas, universitárias e particulares, visitas aos livros dos navios e na compilação do catálogo de livros proibidos¹³. No cumprimento dos deveres regimentais¹⁴, a comissão de membros do Tribunal da Inquisição seguia as decisões finais do longo Concílio de Trento, aceitas e proclamadas sem restrições em 1563, no reinado de D. Sebastião, propiciando maiores poderes ao Direito Canônico do que à legislação civil.¹⁵

O *Sacrossanto, Ecumênico e Geral Concílio de Trento* [1545-1653], *Reunido Legitimamente no Espírito Santo* deixara diretrizes para a restauração da unidade da Igreja, a reconquista da fé católica, o favorecimento à criação de várias ordens, a confiança na doutrina e na autoridade de Roma, tendo o Papa como chefe. A intenção era responder

¹³ O primeiro rol português de livros proibidos é de 1547, aprovado pela provisão do inquisidor-geral. Ver: DIAS, J. S. da Silva. *O primeiro rol de livros proibidos*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1963. p.4.

¹⁴ Vários foram os regimentos implantados e revogados, indicados por “Regimento de [data]”. Ver: PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: EDUNB, 2000. p. 59-70. Ver tb.: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 34-79.

¹⁵ CODIGO Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I. 14. ed., adicionada com diversas notas... por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. p. XXIII. [Ed. fac-similar]

aos ataques de luteranos e calvinistas, revelados como uma ameaça social e política. As aspirações espirituais provocaram reformas em mosteiros, moralização do clero e, “tendo reconhecido antes de tantas coisas, que aumentou muitos nestes tempos o número de livros suspeitos e perniciosos nos quais é propagada por todas as partes a má doutrina, o que deu motivo a que fossem publicadas, com zelo religioso muitas censuras em várias províncias e em especial na santa cidade de Roma, embora, não tenha tido resultados satisfatórios tão salutar medicina para tão perniciosa doença”.¹⁶

Assim, as regras adotadas foram definidas no primeiro *Index Librorum Prohibitorum* publicado em Lisboa, em 1547, de fiel inspiração ao elaborado na Sorbonne, pela Faculdade de Teologia de Paris¹⁷, onde a política oficial para a censura era estendida a impressores e livreiros, mesmo quando as duas atividades se confundiam.¹⁸

Do primeiro *Rol dos Livros Proibidos* constavam, alguns títulos como: *Introdução para crianças* [*Introducio Puerorum*] de autor Anônimo, *Unio Dissidentium* [*União da discórdia*], de Hermannus Bodius, pseudônimo, às vezes aparecendo como *Bodion*, podendo ser de Martin Butzer, censurado mais de uma vez na Sorbonne e citado no processo de inquisição do Mestre João da Costa¹⁹, professor de Humanidades em Coimbra²⁰. Os exemplos desses autores não declarados, de idéias moderadas sobre o

¹⁶ TRENTO. Concílio Ecumênico, 1545-1563. Decreto da escolha dos livros e convite geral através de Salvo-conduto. Sessão XVIII, celebrada no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 26 de fevereiro de 1562.

Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/agnusdei/trento>>

¹⁷ DIAS, J. S. da Silva. *O primeiro rol de livros proibidos*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1963. p. 39. Ver tb.: LE CATALOGUE des livres censurez par la faculté de Theologie de Paris, 1544. [Em latim]. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

¹⁸ ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 21.

¹⁹ DIAS, J. S. da Silva. *O primeiro rol de livros proibidos*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1963. p. 33-40.

²⁰ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução publica portuguesa. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1895. t. 2, p. 836.

protestantismo, serviram de parâmetro às censuras dos novos textos, avolumando a lista das proibições em sete catálogos, que se sucederam até 1624, além daqueles proibidos por éditos.

Seguindo os trâmites previstos pela Coroa e Igreja, os manuscritos passavam do Santo Ofício ao Ordinário diocesano: instâncias de avaliação, controle e registro de pareceres, para obter certificados de aprovações: o *Nihil obstat*, “nada impede”, e *Imprimatur*, “licenças de impressão”. Em cada parecer constava : “vista a informação, pode imprimir-se a obra de que se trata e depois voltará conferida para se dar licença que corra, sem a qual não correrá”. Por último, o Desembargo do Paço encarregava-se de averiguar se os textos iam contra as leis do Reino ou se agravavam os reis, assumindo a defesa do Estado, para “que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício e Ordinário e depois de impresso tornará a esta Mesa para se conferir e taxar e dar licença para correr, sem a qual não correrá”.²¹

Às vezes rápidos, os passos desse processo procuravam vigiar, zelar. Em alguns casos, punir, para que idéias contrárias aos preceitos estabelecidos deixassem de circular, num ritual de cerceamento à leitura, mas em defesa da Contra-Reforma. Essas medidas proibitivas visavam “algumas pessoas [que] não deixam de ler livros proibidos por não saberem quais são estes livros [...] e de agora em diante não tenha em seu poder, nem leia os livros [...] sem a nossa especial licença”.²²

Entretanto, em paralelo às rígidas proibições de imprimir, obras de autoria desconhecida ou sob pseudônimo foram difundidas, usadas muitas vezes para atingir a moral da Igreja. Outras vezes, essas publicações eram utilizadas para atrair e ampliar o número de leitores.

²¹ SCHWARCZ, Lilian Moritz; et al. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.137-8.

²² INDEX Librorum Prohibitorum, em 3 de julho de 1551. In: CARVALHO, Kátia. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 71

Eram os impressores que cuidavam da divulgação, ora incluindo as apresentações, ora os textos, como por exemplo, *As Cartas Portuguesas*, ou *Cartas de amor de uma Religiosa Portuguesa escritas ao Cavaleiro de C*, que foram objeto de curiosidade e de polêmica desde quando apareceram em Paris, em 1669, com autor anônimo.²³

Assim, do outro lado do Atlântico, na vila do Recife, essas questões trouxeram implicações para o médico português, que se submetera aos trâmites da censura de livros. A adoção da política de controle da liberdade de expressão não poderia ser silenciada, embora não pudesse ser propagada. O esforço para tornar a *Narração Histórica* plural ao alcance de muitos levou o doutor, diplomado pela Escola de Cirurgia do Hospital Régio, em Lisboa, a ponderar de forma rebuscada, como de uso corrente, sobre a verdadeira causa da censura a um documento-testemunho sobre a chamada “guerra dos mascates” ocorrida na Capitania de Pernambuco.

Ao tecer comentários, em uma “segunda carta”²⁴ dirigida ao médico Dr. José Rodrigues de Abreu, datada da Vila de Santo Antônio do Recife, 10 de setembro de 1747, consentia o Dr. Manoel dos Santos pudesse ser declarada a autoria e agradecia os cuidados em querer dar ao prelo “os abortos” do seu discurso. Referia-se não muito claramente aos “*Diálogos*” que, por não terem sido ainda hoje encontrados, teriam tido o mesmo destino dos originais da *Narração Histórica*: vedados pela autorização de imprimir, porque, “corria lá entre alguns sujeitos que viram e leram os diálogos, de não serem idéia de um cirurgião, mas de algum padre da Congregação de São Filipe Néri”.²⁵ – Porém, a interdição vinda dos censores, guardiões atentos da aliança entre a Igreja e o Estado, não

²³ ALCOFORADO, Mariana. *Cartas portuguesas*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

²⁴ SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 5.

²⁵ SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 5.

impedia corressem clandestinamente publicações impressas em outros países, o que não acontecera ao cirurgião português.

O parecer da Inquisição teria responsabilizado um dos “filhos da igreja” pela autoria do texto. A informação deixara o médico injuriado. Aprovado em cirurgia por dois examinadores e pelo cirurgião-mor do reino, devotado ao exercício da profissão, à leitura, ao “estudo de maiores doutrinas”, abominando a ignorância, não poderia ter sido confundido com algum padre da Congregação do Oratório “existente na praça”²⁶. Sabedor que os manuscritos passariam pelo curso da censura, mas com o firme intuito de “dar ao prelo a estampa”, usara termos, oclutações de sinônimos, só aplicados por quem não se restringira às aulas de Religião, mas por quem cursara as da Faculdade de Medicina, denominada por ele de Faculdade Apolínea, em homenagem ao Deus grego Apolo, protetor da Medicina. Além do mais, havia submetido os rascunhos à discussão entre médicos, cirurgiões e padres-mestres mais próximos, sabendo todos do verdadeiro escritor.

Diante das evidências, o médico acreditava que, dificilmente alguém se diria autor da obra, mesmo quando, depois de algum tempo, ampliações atualizadas no texto original foram entregues a Miguel Luís Ribeiro, para iniciar novos trâmites junto ao Paço. Manuel dos Santos aludia ao argumento “por saberem a grande correlação e amizade, que o autor sempre teve com os padres da dita Congregação da vila de Santo Antônio do Recife”.²⁷

A esse respeito, pouco se conheceu do médico, afirmou o pesquisador Dr. José Antônio Gonsalves de Mello. Soube-se que em Lisboa professara na Ordem III no Convento de São Francisco e aqui chegando

²⁶ O Padre João Duarte do Sacramento funda a Congregação em 1659, em missão de catequese no Açu, interior do Rio Grande do Norte, Brasil.

²⁷ SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 5

agregou-se à mesma Ordem em 1707. Casara duas vezes, uma em 1717, outra em 1729²⁸. Foi registrado que em 1710 “era visitador do Convento de Santo Antônio e foi um dos emissários enviados pelo Governador Sebastião de Castro e Caldas aos revolucionários acampados na Campina dos Afogados”²⁹. Pereira da Costa registrou haver o Padre Manuel dos Santos, da Congregação do Oratório, da Madre de Deus, ter estado no aldeamento de Limoeiro, para doutrinação dos índios, junto com outro companheiro³⁰. Maria do Céu Medeiros ressaltou: “em 1758, um oratoriano, o Padre Manuel dos Santos, deixa para a Congregação uma ‘morada de casas’, com seus rendimentos”. Portanto, diante das imprecisões talvez as suspeitas dos censores não fossem de todo infundadas quanto à autoria do livro. – As incertezas quanto à superposição do nome permaneceram, mesmo nos *Anais Pernambucanos*, de Pereira da Costa.

Na Congregação dos Oratorianos, o cirurgião-escritor português estaria desenvolvendo atividades espirituais e médicas, onde os laços teriam se estreitado em circunstâncias adversas, em momentos de freqüentes epidemias, quando médico e os santos, Cosme e Damião, eram invocados para as curas³¹. As questões não passariam despercebidas à vigilância exercida pelos censores, portanto, não poderiam se restringir à amizade entre os membros da Congregação, mas aos posicionamentos dos grupos naquele momento de efervescência política.

As mencionadas alegações sobre o anonimato da *Narração Histórica* poderiam ocultar outros motivos pelos quais foram censurados ou negados os privilégios de imprimir e a livre circulação da obra. O médico usara as letras para falar de acontecimentos consabidos e da animosidade entre os

²⁸ SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 5

²⁹ PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. v. 2, p. 782.

³⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 85.

³¹ MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa: Idéia, 1993. p. 106.

moradores de Olinda e do Recife, colocando-se sutilmente em defesa dos mascates, estes, de início, nem sempre bem vistos aos olhos do Reino: “os recifenses nunca deveram aos senhores de engenho e raríssimo será o senhor de engenho que a eles não deva cabedal bastante”.³²

A frase deixava entreabertas as razões econômicas, a inimizade recíproca dos olindenses e recifenses oriundas do posicionamento social, das diferenças entre nobres senhores da terra e comerciantes, alguns de sangue impuro, gente que enriquecera no comércio, mascateando por lugares diversos. O “ódio que os pais ensinavam aos filhos, como se fosse doutrina cristã”³³, alimentava a nobreza de Olinda, acirrando os ânimos contra os habitantes da antiga cidade Maurícia. No dizer de Fernandes Gama, mascates eram os forasteiros que supriam os engenhos e os únicos que recebiam as caixas de açúcar, fazendo de cada senhor de engenho um devedor.³⁴

De forma relevante, os interesses econômicos, em torno da produção, circulação e financiamento da cana-de-açúcar, aliados à manutenção do escravismo, levaram negociantes e senhores da terra ao inevitável choque, a chamada Guerra dos Mascates, sendo o porto e “a criação da Vila do Recife a causa principal de todas as discórdias”³⁵. O palco propício para os tumultos entre os habitantes, fora o Pelourinho que, mandado construir em 1710, um ano depois da povoação ter sido elevada à categoria de vila, foi o alvo da destruição pelos olindenses. – Em 1711, outro pelourinho foi reconstruído a mando dos mascates, reafirmando o símbolo do poder.

³² SANTOS, M. dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986. p. 126.

³³ Sá, João Guedes de. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobre contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 127, 477.

³⁴ GAMA, J. Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da Província de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. v. 4, cap. 9, p. 57. [Narração: Padre Gonçalves Leitão].

³⁵ GAMA, J. Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da Província de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. v. 4, cap. 9, p. 172.

Em 1710, os Oratorianos, por terem ficado ao lado dos comerciantes, trocando favores mútuos, em defesa dos seus crescentes bens patrimoniais, entraram “em conflito, foram mais ou menos vistos como inimigos de Pernambuco”³⁶. Entretanto, esta observação foi modificada, quando ao final “saíram mais prestigiados da guerra”, porque, sempre alegando motivos piedosos para o atendimento à população, foram enaltecidos perante o Rei D. João V, recebendo elogios pelo “ardente zelo, amor e fidelidade com que se houve nas perturbações que sucederam na Capitania”.³⁷

Em 1716 houve por parte do Conselho Ultramarino o cuidado em alertar o Rei sobre as novas e crescentes forças políticas na Colônia, não apenas surgidas das lutas contra os holandeses, mas pelas posições radicais que começavam a surgir talvez pela crescente tomada de consciência política.

Assim, alertas quanto ao parcialismo dos moradores em favor dos mascates e das possíveis conseqüências que poderiam advir, medidas de maior controle legal e administrativo deveriam ser tomadas. As tentativas deveriam ser de aproximar as distâncias entre a Colônia “por estar tão distante da cabeça e do coração da monarquia”, buscando maior sujeição e obediência dos moradores às ordens reais, ampliando os laços que deveriam unir os moradores das duas vilas à metrópole.³⁸

As situações presenciadas, observadas e interpretadas pelo médico em sua *Narração Histórica* não convinham, portanto, aos interesses políticos da Coroa e ao silêncio poderiam ser reduzidas. A imprensa não

³⁶ MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa: Idéia, 1993. p. 134.

³⁷ MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa: Idéia, 1993. p. 137, 134, 137.

³⁸ MELLO, J. A. Gonsalves de. Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 53, p. 113-262, 1981. p. 127

deveria propagar fatos ameaçadores e impróprios, passíveis de reprodução. Para continuar a manter o controle ideológico e religioso a estratégia sempre fora interditar a impressão e difusão do livro, ameaça que poderia ser transformada em divulgação indesejada.

O autor fora incentivado por um sujeito a acrescentar trechos à primeira versão da *Narração Histórica* escrita em 1712, para melhor retratar calamidades, sublevações do povo, cerco do Recife, fechamentos de ponte e tudo mais que os moradores de Pernambuco experimentaram. Enfim, sobre acontecimentos resultantes dos pecados de todos, aos quais a justiça divina quis castigar, dizia o médico na conclusão do trabalho.

Portanto, para garantir a impressão do livro, não foram suficientes nem a prova do texto ampliado, nem a existência no Reino de tipógrafos competentes, em condições de obter papel, transportar caixotins, montar o prelo e imprimir o livro no sistema “caderno a caderno”. Nem mesmo a existência de uma tipografia instalada no Rio de Janeiro, em 1747, por ocasião da “segunda carta” escrita pelo médico.

As provocações suscitadas pela censura aos manuscritos somente obtiveram êxito com a impressão em 1749, dada a recomendação do Conde dos Arcos, “sujeito de distinto caráter e categoria”, como a ele se referia Manoel dos Santos, como prova a edição de 1749 registrada nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*.³⁹

³⁹ A edição de 1749 foi publicada por recomendação do Governador de Pernambuco entre 1746 e 1749, o Conde dos Arcos. É referenciada no: CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil [1881]. Introdução de José Honório Rodrigues; apresentação e organização de Ramiz Galvão. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. n. 5977, p. 510. Ver. tb.: “S M o Imperador possui outra cópia de 1846. D. Antonia R. de Carvalho também possui outra cópia”. Reproduzida nos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 71 (2), 1951. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, t. 53, 2. parte, 1890. p. 1-307, conforme os *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 9, t. 1, n. 5977, p. 510”. No Recife, a Fundarpe, em 1986, fez uma edição com prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello.

A escrita e a censura

No mesmo período, as instâncias da censura mostraram-se vigilantes e interferiram na publicação do Jesuíta André João Antonil, pseudônimo de João Antonio Andreoni, S. J. que se assinava Johannes Antonius Andreonius, e no *Proêmio* relativo à primeira parte de *Cultura e Opulência no Brasil* aparecia assinando Anônimo Toscano. Nascido em Luca, na Itália, chegara ao Brasil a convite do Padre Antônio Vieira, ao qual acompanhara na Bahia, como secretário particular, passando por vários cargos hierárquicos: lente de retórica, diretor de estudos, mestre de noviços, reitor do Real Colégio da Bahia. Tendo estado em Pernambuco em 1692, Capistrano de Abreu referiu-se “à sua atitude na guerra dos Mascates em que parece, não se mostrou simpático à gente do Recife”⁴⁰. A obra que escrevera esclarecedora e meticulosamente quanto à produção e ao sistema mercantil colonial, guardou da edição *princeps* a página de rosto:

CULTURA / e Opulência / do Brasil por suas Drogas, e minas,
/ com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar,
/ & beneficiar o Tabaco; e tirar Ouro das Minas; & descu- / brir as
da Prata; / e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da
América Meridional / dá ao Reyno de PORTUGAL com estes, & outro
gêneros, & Contratos Reaes. / Obra de André João Antonil, /
offerecida aos que desejaõ ver glorificado nos Altares ao Venerável
Padre Joseph de Anchieta / Sacerdote da Companhia de Jesu,
Missionário Apostólico, & novo Thau- / maturgo do Brasil. /
[Estampa] / LISBOA / Na Officina Real DESLANDESIANA. / Com as
licenças necessarias / Anno de 1711.

⁴⁰ TAUNAY, Affonso d'Ecragnolle. Antonil e sua obra: estudo bibliográfico por Affonso d'Ecragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 58.

Essa primeira edição da obra de Antonil saiu da Deslandesiana, oficina formada por franceses desde 1669, em Portugal. Em 1687 Miguel Deslandes⁴¹ passou a ostentar o título de Impressor de Sua Magestade, por morte de António Craesbeeck de Melo. Entre outros, foi impresso em 1688, com “larguíssima” tiragem, hoje uma raridade, o folheto: *Novena de S. Francisco Xavier, Apóstolo do Oriente*.⁴²

A partir de 1703 a sucessão da tipografia passou ao jovem de 16 anos incompletos, que se tornaria o afamado mestre Valentim da Costa Deslandes, de quem o Rei D. João V, no próprio ano da aclamação, apreciara a arte. Tanto que o Conde de Tarouca, D. João Gomes Telles da Sylva, oferecera um *Soneto Extemporâneo* para ser composto e impresso em folha volante à vista do soberano.⁴³

Durante algum tempo, até 1710, a chamada Oficina Real Deslandense fez crescer os trabalhos, as ligações com a casa Real, com “um rei que amou as artes, rei pacífico”⁴⁴, quando se tornou Oficina Real Deslandesiana, onde foi impresso o livro de Antonil, ou João Antonio Andreoni, S. J.⁴⁵, forma usada por Serafim Leite. A partir de 1715 o mestre Valentim Deslandes foi favorecido com vários cargos: secretário do Tribunal da Cruzada, executor dos Contos da Mesa da Consciência e Ordens e tesoureiro do Armazém da Guiné e da Índia.⁴⁶

⁴¹ CANAVEIRA, Rui. *Dicionário de tipógrafos famosos*. Lisboa: Agora, 1997. p. 25.

⁴² CUNHA, Xavier da. *Impressões deslandesianas: divagações bibliographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. p. 187. Disponível em:

<http://bnd.bn.pt/od/cam-158-v/incm-xcunha1_0003_rosto_t0.jpg>

⁴³ ANSELMO, A. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997. p. 90. Ver tb.: CUNHA, Xavier da. *Impressões deslandesianas: divagações bibliographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em: <http://bnd.bn.pt/od/cam-158-v/incm-xcunha1_0003_rosto_t0.jpg>

⁴⁴ CUNHA, Xavier da. *Impressões deslandesianas: divagações bibliographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. p. 1. Disponível em:

<http://bnd.bn.pt/od/cam-158-v/incm-xcunha1_0003_rosto_t0.jpg>

⁴⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 71.

⁴⁶ CANAVEIRA, Rui. *Dicionário de tipógrafos famosos*. Lisboa: Agora, 1997. p. 25-6.

No Terreiro do Paço ficava o centro financeiro, político e cultural de Lisboa. Próximo, o Palácio Real habitado pelo jovem monarca, que assumira a Coroa aos 16 anos, passara a governar sem a convocação das Cortes, concentrando o poder em mãos de poucos, desativando os Conselhos para a tomada de decisões, ampliando os controles da Igreja. O clero, em meio a outras funções, incluindo as inquisitoriais, cuidava de censurar a produção gráfica, dividindo-se entre o Santo Ofício, o Ordinário [Bispado] e o Desembargo do Paço. Cada uma das instâncias com princípios, medidas, diligências e ações independentes, caracterizando os poderes civis e da Igreja.

Os manuscritos de Antonil foram submetidos ao crivo do Santo Ofício e receberam licenças favoráveis: de Frei Paulo de São Boaventura, em 8 de novembro de 1710, em que diz:

Revi este livro, intitulado *Cultura e Opulência do Brasil*, mencionado na petição acima, e, sendo a obra de engenho, pela boa disposição com que o seu autor o compôs, é muito merecedora da licença que pede; porque por este meio, saberão os que se quiserem passar ao Estado do Brasil, o muito que custam as culturas do açúcar, tabaco e ouro, que são mais doces de possuir no Reino que de cavar no Brasil. Não contém este livro coisa que seja contra nossa Santa Fé ou bons costumes, e por isso se pode estampar com letras de ouro. Este é o meu parecer, que ponho aos pés de V. Ilustríssima, para mandar fazer o que for servido.⁴⁷

Segue-se o parecer de Frei Manuel da Conceição, no dia 30 daquele mês, com autorização explícita: “Não contém este Tratado coisa suspeitosa contra a nossa Santa Fé, e pureza dos bons costumes, e assim, sendo Vossa Ilustríssima servido, pode conceder a licença que pede o

⁴⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 71.

Autor”⁴⁸. A junta censorial de sete vogais a tudo confirma, em 5 de dezembro:

Vistas as informações, pode-se imprimir o livro intitulado, *Cultura e Opulência do Brasil*, e, impresso, tornará para se conferir e dar licença que corra e sem ela não correrá.

Mais dois dias e o Ordinário olissiponense sacramentava a série de permissões: “Pode-se imprimir o livro intitulado *Cultura e Opulência do Brasil* e impresso torne para se conferir e dar licença que corra e sem ela não correrá”, assinado em Lisboa, 12 de dezembro de 1710, por B. de Tagaste.

Seguindo os trâmites burocráticos para a liberação, ou concessão de privilégios, fosse para o autor, impressor ou livreiro, o texto foi para o Paço, onde Frei Manuel Guilherme, na qualidade de censor, declarava em 15 de janeiro de 1711, para conhecimento de El-Rei:

Vi o livro que V. Magestade foi servido remeter-me; seu autor, André João Antonil; e sobre não achar nele cousa que encontre o real serviço de V. Magestade, me parece será muito útil para o comércio, porque despertará as diligências e incitará a que se procurem tão fáceis interesses. Julgo-o muito digno da licença que pede; V. Magestade ordenará o que for servido.⁴⁹

Cinco vogais confirmavam dois dias após:

⁴⁸ TAUNAY, Affonso de E. Antonil e sua obra: estudo biobibliográfico por Affonso d’Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 32.

⁴⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 72.

Que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício e Ordinário e depois de impresso tornará à Mesa, para se conferir e taxar, e sem isso não correrá.⁵⁰

Atravessara o *placet* várias mesas, sob os óculos dos eclesiásticos, dos jurisconsultos, dos membros da nobreza e de outros, que exibiam as lentes em todos os momentos, como registravam os forasteiros⁵¹. Correram os papéis, fosse por influência pessoal do autor que, chegando ao Brasil ascendera rapidamente aos maiores postos da Companhia de Jesus, fosse pelos censores não terem se apercebido da cobiça que as riquezas despertariam. Aprovado, o livro logo foi impresso.⁵²

Mas importava considerar o teor da obra que, em pouco menos de duas semanas esteve à venda, isto é, entre 6 e 17 de março daquele ano, quando foi feita a consulta ao Conselho Ultramarino. Lá foram parar os exemplares de Antonil depois de prontos. No dia 20 do mesmo mês, foi expedida a ordem régia para o recolhimento da edição.⁵³

Tratava-se de matéria econômica desenvolvida a partir da observação, experiência e rigor no trato dos domínios da Companhia de Jesus e nas andanças por diversos lugares, em especial, no Recôncavo Bahiano, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Agricultura, cana-de-açúcar e fumo, pecuária, mineração do ouro e mão-de-obra escrava formavam os capítulos. Riquezas que os censores do Paço não puderam ou souberam

⁵⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 72

⁵¹ MARTINS, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Mira-Sintra: Europa-América, 1991. v. 2, p. 121.

⁵² A edição *princeps*, rara, de 1711, está referenciada no CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil [1881]. Introdução de José Honório Rodrigues; apresentação e organização de Ramiz Galvão. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. n. 12898, p. 1115. São citadas no item seguinte as cópias manuscritas de excertos de vários capítulos da obra. Incompletas. “Cujo foi prohibido por El Rei Dom João 5º por lhe dizerem q por dito Livro estava publico todo o Segredo do Brazil aos Estrangeiros &. A. [B.N.]”

⁵³ MELLO, J. A. G. Apud SALES, Fernando. Nota bibliográfica. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 12.

dimensionar. Do exame resultou o seqüestro da edição, com as alegações mencionadas e citadas abaixo, deixando entrever que as riquezas poderiam ser alvo da cobiça de estrangeiros⁵⁴:

Sobre Sua Magestade mandar recolher hum livro que se emprenio com nome supposto com titullo de Cultura e Oppulencia do Brasil.

Nesta corte sahio proxivamente hum livro impreço nella com o nome supposto, e com o titullo de Cultura e Oppulência do Brasil, no qual entre outras couzas que se referem pertencentes as fabricas e provimentos dos engenhos cultura dos canaviais, e beneficios dos tabacos se expõem do ouro descobertos, e se apontão outras que ou se estão para descobrir ou por beneficiar, e como estes particularidades e outras muitas de igual importância que se manifestão no mesmo livro, convem muito que se não façam publicadas nem possam chegar a noticia das nações estranhas pellos graves prejuisos, que disso podem resultar, a concervação daquelle estado do qual depende em grande parte a deste Reino e a de toda a monarchia como bem se deixa conciderar.

Ao que parece, o censor passou a ver questões não identificadas pelas interpretações dadas anteriormente:

Parece ao Conselho representar a Vossa Magestade que será muito conveniente a seu Real serviço, ordenar, que este livro se recolha logo e senão deixe correr, e que ainda que para isso se dessem as licenças necessárias como forão dadas sem a ponderação respeita a concervação e utilidade do estado público e bem da Real Coroa de Vossa Magestade he muito justo que se revoguem e por que he mais seguro e mais prudente prevenir o dano futuro antes de chegar a produzir os seus efeitos do que remediar o que já se

⁵⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Departamento de História. Divisão de Pesquisa Histórica. AHU, *Códice-20*, f. 309-309v. Ver tb.: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 158-9.

experimenta. Parece que será muyto útil ao Real serviço de Vossa Magestade ordenar-se que daqui em diante se não possa imprimir livro alguo em que se tratem matérias pertencentes as conquistas sem que tenham como as mais licenças também a deste tribunal porque nelle com o melhor para sua conservação e augmento, se pode ser mayor conhecimento do que convem, e se divulgue do que importa que não chegue a noticia das nações estrangeiras, e do que he indifferente, esta mesma providencia sobre a impreção de semelhantes livros derão os Reys Catholicos pello que toca as índias daquella Coroa mandando por huma ley de Indias, e estabelecida por Phelipe segundo que os taes livros se não possam imprimir sem licença do Concelho das Índias [...] a Riqueza do Brasil, com as novas minas de ouro fez precisa toda a cauthella, e recato, pois que só com a industria e arte podemos suprir e comparecer a superioridade que nos fazem muitas das nações da Europa, nas forças marítimas e terrestres, cuja ambição se dispeita com a famada abundancia do ouro naquella minas. Lixboa 17 de março de 1711, Sylva= Telles= Costa.⁵⁵

Portugal era o centro de um vasto Império Ultramarino. Lisboa, a Metrópole que usufruía as maiores riquezas da colônia: madeira e ouro podiam ser vistos em todos os lugares ostentados em objetos e jóias. As razões eram fortes para não serem entregues, sobretudo, aos ingleses e franceses, informações que pudessem despertar maiores cobiças, quer pela afirmação das riquezas, das condições, lugares e fatores de produção, quer de “pontos de vista coloniais sobre as relações mútuas de servos e senhores”.⁵⁶

⁵⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Departamento de História. Divisão de Pesquisa Histórica. AHU, *Códice-20*, fl.. 309-309v.

⁵⁶ TAUNAY, Affonso de E. Antonil e sua obra: estudo biobibliográfico por Affonso d'Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. Op. cit. p. 25.

O caso serviu para que o Conselho Ultramarino se posicionasse, reforçou o professor José Antônio Gonsalves de Mello:

Que se devia recolher o livro e não permitir que se vendesse, convindo, também, que de futuro fosse ouvido o mesmo Conselho acerca da impressão de obras que tratassem de assuntos das conquistas, para que os particulares destas não se revelassem às nações estrangeiras.⁵⁷

Assim, a edição fora mandada queimar, para atender às Ordenações Filipinas:

Livreiro ou pessoa que sem a dita licença de imprimir, ou mandar imprimir algum Livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos, e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos, e a outra para o acusador.⁵⁸

Nesses casos, poucos exemplares escapavam da fogueira nos autos-de-fé, ou então, quando por morte, alguém conhecido tinha a casa visitada por representante do Santo Ofício, a recolher documentos proibidos de circular. A pretensa extinção da obra de um jesuíta passou despercebida durante o período pombalino, como lembrou Taunay⁵⁹. – A possibilidade de reedição, 126 anos depois [1837], deu-se quando a imprensa foi instalada.

⁵⁷ SALES, Fernando. Nota bibliográfica. In: ANTONIL ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 12.

⁵⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 v. 3, Livro 5, tit. CII, p. 1249. [Ed. fac-similar de 1870]

⁵⁹ TAUNAY, Affonso de E. Antonil e sua obra: estudo biobibliográfico por Affonso d'Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 23.

A palavra impressa

Na Península Ibérica, os tipógrafos chegaram primeiramente na Espanha. Portugal imprimiu o *Pentateuco*, em 1487, pelas mãos do mestre Samuel Gacon. A esse primeiro incunábulo⁶⁰ seguiu-se, dois anos depois, o *Comentário ao Pentateuco*, em 600 páginas, composto em apenas dois meses, por Rabi Elieser Toledano. A importância da arte tipográfica exercida por estrangeiros em Lisboa fora cantada em versos. Não seria extemporâneo descobrir que remonta aos divertimentos nos salões das cortes de Castela⁶¹ versos de Garcia Resende que louvavam a letra impressa, em uma *Décima*.⁶²

Sempre submetidos à supervisão, interdição ou aprovação dos censores, impressores estrangeiros, naturalizados ou portugueses, utilizavam letras de forma desenhadas e aplicadas à tinta sobre papel, marcando, no rodapé da página de rosto: “Com todas as licenças necessárias”. Os papéis, de difícil aquisição, eram muitas vezes obtidos mediante a permuta de produtos, tanto que as Ordenações Manuelinas [1512-1514] tiveram a primeira edição impressa em troca de pimenta e noz-moscada.⁶³

Nas Colônias da Ásia, os Jesuítas se encarregaram de instalar a imprensa. Em 1556, ao tempo em que era nomeado Mem de Sá Governador-Geral do Brasil, Goa recebia a primeira prensa de tipos

⁶⁰ Texto impresso antes de 1500.

⁶¹ SARAIVA, A. José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Ed., 2000. p. 157-163.

⁶² MISCELLANEA de Garcia Resende. In: LIVRO das obras de Garcia Resende. Évora: André de Burgos, 1554 [liij]. Disponível em:

<<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

CUNHA, Xavier da. *Impressões deslandesianas: divagações bibliográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em:

<http://bnd.bn.pt/od/cam-158-v/incmxcunha1_0003_rosto_t0.jpg>

⁶³ ANSELMO, A. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997. p. 61.

móveis no continente asiático, tendo começado pela edição do *Catecismo* do Padre Francisco Xavier. Naquele mesmo ano, foi criado no Colégio de São Paulo, a Faculdade de Artes, tendo classes de latinidade, um curso de Filosofia, lições de Teologia Moral e Especulativa e de Escritura Sagrada. Enquanto vários portos brasileiros eram atacados por corsários ingleses, em 1588, chegava a Macau a tipografia para divulgar livros na língua local e em português, idioma falado por muitos comerciantes holandeses e ingleses.⁶⁴

Entre 1590-2, Portugal instituiu o Conselho da Fazenda, enquanto dois jesuítas japoneses aprenderam a arte tipográfica e levaram para o Japão a impressão de livros em português, em latim e japonês com textos sobre religião, gramática, incluindo dicionários e as fábulas de Esopo, lembra Oliveira Marques.⁶⁵

Nas Américas, o México viu ser impresso um catecismo em 1539 e no Peru funcionaram oficinas tipográficas a partir de 1584. Para o Brasil, não se teve notícia de criação de tipografia, salvo as tentativas frustradas dos flamengos no Recife, no século XVII. Da oficina que teria vindo para a cidade Maurícia, embora pouco se saiba, há registro de um folheto escrito em holandês *Brasilsche Geltsack* [*O Saco de Ouro do Brasil*⁶⁶], e a palavra *Recife* é mencionada em nota de impressão, conforme assinala o bibliógrafo Rubens Borba de Moraes. Informação posteriormente revista com anotações e correções de José Hygino Duarte Pereira e Alfredo de Carvalho.⁶⁷ Era um folheto que atacava o Alto e Secreto Conselho e alguns de seus conselheiros especialmente Adriaen van Bullestrate. – Mas como

⁶⁴ MORAIS, Carlos Alexandre de. *Cronologia geral da Índia portuguesa*, 1498-1962. 2. ed. revista e aumentada. Lisboa: Referência; Estampa, 1997. p. 77. [São mencionadas as fábulas de Fedro].

⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 324.

⁶⁶ MELLO, J. A. G. de [Org.]. *Fontes para a história do Brasil holandês*: 2. A administração da conquista. p. 14.

⁶⁷ VERRI, G. Entre as linhas da história. In: VERRI, G.M.W.; BRITTO, J. M. de [Org.]. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Bagaço, 2003. p. 122-124.

pairavam dúvidas quanto ao local de impressão, vale conferir a questão com Leonardo Dantas⁶⁸:

Coube ao estudioso pernambucano José Higinio Duarte Pereira, conhecedor dos Arquivos Holandeses, esclarecer o engano [Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, Recife, 1883, v. IV, n ° 28] no que foi seguido por Alfredo de Carvalho [...]

Traduzido para o português por José Higinio, o título do folheto seria: A Bolsa do Brasil onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais: impresso no Brasil, Recife, no Bree-Bijl, Ano de 1647.

Na mesma data circulou nos Países Baixos uma outra edição – relacionada por Rubens Borba de Moraes, in Bibliografia Brasileira, Amsterdam-Rio de Janeiro 1958, p. 107 – sob o título *Brasilsche Breede-Byl*, em formato 20x15 cm [o anterior tinha formato um pouco menor, 18x14 cm], com o número de páginas acrescido para 36, o que só veio reforçar os argumentos de José Higinio e Alfredo de Carvalho. [...]

A última palavra pareceu ficar com o estudioso:

Sobre o assunto conclui Alfredo de Carvalho: ‘Com o que fica exposto, cremos haver encerrado o debate sobre a tão disputada questão do estabelecimento da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, tendo provado que foi realmente tentado, mas, não chegou a se realizar.

A remessa de impressos para o Brasil era irregular e as bibliotecas conventuais passavam por alguma forma de censura direta a critério dos Superiores da Ordem. Os textos produzidos pelos Jesuítas iam para os prelos do velho continente, por exemplo, *A Arte de Grammatica da Língua*

⁶⁸ SILVA, Leonardo Dantas. *A imprensa e a abolição*. Recife: Fundaj, Massangana, 1988. p. viii.

mais usada na Costa do Brasil, de José de Anchieta, impresso em Coimbra, por Antonio de Mariz, em 1595.

Desse volume foram tiradas as seguintes observações: “São três licenças que a precedem. A primeira é de Agustinho Ribeyro, datada de Lisboa a 25 de setembro de 1594, dizendo nela o censor no começo: ‘vi por mandado de Sua Alteza estes livros de *Grammatica & Diálogos* compostos pelo Padre Ioseph de Anchieta Provincial, que foy da Companhia de Iesu no estado do Brasil’, e acrescentando no fim: ‘Por onde me parece que se devam imprimir estas suas obras’. A segunda é datada de Lisboa a 17 de dezembro do mesmo ano, declarando-se: “vista a informação podem-se imprimir estes livros de *Grammatica & Diálogos*”. Finalmente a terceira licença “traz data de 19 do referido mes de dezembro do dito ano de 1594. Tão raros são os exemplares desta edição, que no Brasil não consta a existência de mais de um, o qual foi ultimamente oferecido a sua majestade o Imperador pelo Sr. Platzmann. Quanto aos *Diálogos* de que se fala nas licenças não chegaram a ser impressos”.⁶⁹

Essas anotações confirmavam a aplicação dos regulamentos e as precauções tomadas para evidenciar as responsabilidades dos censores, incluindo os mais próximos ao autor, na divulgação de obras, mesmo aquelas de caráter estrutural e normativo de uma língua falada. As leis deveriam ser cumpridas pelos detentores da autoridade, não apenas para as traduções da primeira edição, mas para a segunda, publicada em 1621, como no caso da: *Arte de Grammatica da Língua Brasília do p. Luis Figueira, Theologo da Companhia de Jesus*. Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes. Na Rua da Figueira, Ano de 1687. Com todas as licenças necessárias.

⁶⁹ ABN, Rio de Janeiro, v. 8, p. 145, 1880-1881. Disponível em: < <http://www.bn.br>>

No livro, com 168 páginas, foram dadas informações demonstrando as medidas de controle para publicação, em vigor no Brasil: “Aprovação do censor Manoel Cardoso, datado do Colégio de Olinda a 9 de dezembro de 1620, para que se imprima o livrinho; uma espécie de dedicatória do autor intitulada – Aos Religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil; prólogo ao leitor; licença do Pe. provincial Alexandre de Gusmão dada no Colégio do Rio de Janeiro a 16 de junho de 1685, para que se torne a imprimir a *Arte de Grammatica Brasílica* do Pe. Luis Figueira, com as emendas, & aditamentos, que de novo leva, que reviram & aprovaram Religiosos doutos e versados na língua do Brasil; aprovação do Pe. Lourenço Cardoso dada no mesmo Colégio do Rio de Janeiro em junho de 1686”, onde diz o censor:

Vi esta emenda dos erros que a impressão causou no Arte da língua Brasílica do Pe. Luis Figueira de nossa Companhia & achei estar no verdadeiro estilo da língua Brasílica & com mais clareza tudo o emendado, por onde fica a dita Arte mui digna de se imprimir de novo, com as advertências de novo acrescentadas, & do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço dadas em Lisboa a 26 de novembro, 14 e 16 de dezembro do referido ano, para poder-se tornar a imprimir a Arte.⁷⁰

A influência direta dos Jesuítas sobre o Monarca havia organizado o sistema educacional e em várias instâncias administrativas, de modo a retardar as condições para a liberdade do pensamento, que se estendia às colônias d'além-mar, às capitanias do Brasil:

A consciência era abafada por um clero fanático canibal, o espírito crítico apagava-se ante a espionagem do Santo Ofício, que o extirpava nas fogueiras dos Autos de Fê, a Realeza era um fetiche respeitado pelo terror das forcas e a aristocracia exhibia-se em uma

⁷⁰ ABN, Rio de Janeiro, v. 8. p. 146-7, 1880-1881.

prostituição galante. [...] Um povo submisso a um regime que corta toda a manifestação do pensamento acerca dos atos do governo descricionário, os espetáculos destinados a desviarem as atenções da causa pública, as idéias consideradas como um perigo social.⁷¹

A partir do século XVII, Portugal curvara-se ao gosto e aos livros franceses e à influência dos Jesuítas que tanto marcaram o ensino e a política de Luís XIV, com Richelieu e Mazarin, em oposição à doutrina de Jansenius, aos princípios pedagógicos de Port-Royal. As bibliotecas dos cardeais, famosas pelas coleções, eram alvos de comparação, cobiça e imitação. A mazarina dispunha de 40.000 volumes e a organização havia sido do médico erudito, bibliotecário, Gabriel Naudé⁷², que havia trabalhado nas bibliotecas do presidente de Mesmes, dos Cardeais Bagni e Barberini e da Rainha Christine da Suécia. A formação da biblioteca real de D. João V, como em outras cortes européias, não poderia deixar de projetar-se à sombra das pertencentes aos Cardeais de França.

Assim, para aumentar a coleção real de D. João V que se transformaria em uma das mais citadas do velho continente, vieram peças de Évora, Porto, Coimbra, Braga, Paris, Lyon, Roma, Colônia e Genebra⁷³. Desviados do percurso da censura, vários livros de cunho filosófico ou humanista foram sendo agregados à biblioteca, para leitura mediante autorização dada aos homens de letras. Às obras em português, censuradas ou não, somavam-se outras escritas em latim, idioma culto, empregado nas relações entre os povos, usado em mensagens diplomáticas, em tratados de Teologia e Jurisprudência, sermões e

⁷¹ BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa: os Arcades*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 18.

⁷² NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*. Présenté à Monseigneur le Président de Mesme. Réimprimé sur la deuxième édition [Paris, 1644]. Paris: Isidore Liseux, 1876.

⁷³ ALSELMO, A. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997. p. 94.

poemas. De autores espanhóis e portugueses havia obras em castelhano, idioma falado correntemente nos meios literários, cortesãos e laicos.⁷⁴

Ampliado, o modelo das cortes francesas pôde ser reproduzido em construções majestáticas, com os recursos advindos do Brasil: madeira, ouro e diamantes. Essas riquezas passaram a financiar a construção da Basílica de Mafra, em 1711, da Biblioteca da Universidade de Coimbra, iniciada em 1712, da Patriarcal de Lisboa, além de custear a compra de coleções particulares para o acervo de Coimbra.⁷⁵

Imprensa no Brasil

A maneira de cercear ou liberar o conteúdo de obras, idéias e pensamentos, pela interdição ou aprovação da imprensa no Brasil, não inibiu a tentativa de Antônio Isidoro da Fonseca, impressor, de vir para o Rio de Janeiro, uma vez que, entre outros títulos, fizera imprimir em três volumes a obra de Antônio José da Silva, o Judeu⁷⁶. Supostamente considerado por Capistrano de Abreu e Félix Pacheco cristão-novo, conforme citação de Rubens Borba de Moraes⁷⁷. Em estudos recentes,

⁷⁴ RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal*, tentativa de resenha cronologia das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. p. 27-8.

⁷⁵ BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa: os Arcades*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. v. 4, p. 17.

⁷⁶ BARRETO, Dalmo. *De Brasiliae rebus Puribus: o primeiro livro impresso no Brasil*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 314, p. 51-74, 1977.

⁷⁷ MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. p. 63.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 112-3 [Publicado por especial atenção de Chico Buarque de Holanda]

Alberto Dines, dedicou-se a rever a questão em *As Aventuras e Desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca* esclarecendo: “A malograda tentativa de antecipar a Era Gutenberg foi estudada por vários autores, destacando-se como precursores Alfredo de Carvalho, José Hygino, Affonso de Taunay, Felix Pacheco, Carlos Rizzini e Rubens Borba de Moraes. Mas ainda não foram respondidas algumas das questões por eles formuladas”⁷⁸, para explicar a vinda da primeira prensa para o Brasil.

Assim, Antônio Isidoro desfez-se da tipografia e dos negócios que realizava desde 1728 em Lisboa e transferiu-se para o Rio de Janeiro, embora não tenha conseguido ficar por muito tempo. Em 1747, no Governo de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadella, que saiu do prelo, da denominada “*Segunda Officina*”, a obra de Luiz Antonio Rosado da Cunha, narrando os festejos religiosos realizados para receber o prelado no Rio de Janeiro, com a seguinte página de rosto:

RELAÇÃO /da Entrada que fez / o Excellentissimo e
Reverendissimo Senhor / D. Fr. Antonio / do Desterro Malheyro /
Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de
1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por
nomiação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para
esta Diocesi. / Composta pelo Doutor / Luiz Antonio Rosado / da
Cunha. / Juiz de Fora, e Provedor dos defuntos, e au / zentos,
Capellas, e Residos do Rio de Janeiro. / Rio de Janeiro, / Na
Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA. / Anno de
M.CC.CLVII [1747]. Com licenças do Senhor Bispo. 20 p., i fl. s. n.

Com os mesmos tipos foi composto: “*Em Aplauso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frey Antonio do Desterro Malheyro Dignissimo*

⁷⁸ DINES, Alberto. As aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca: nova documentação sobre malograda tipografia do Rio de Janeiro no século XVIII, com achegas aos 190 anos da imprensa brasileira. In: FALBEL, Nachman; MILGRAM, Avraham; DINES, Alberto [Org.]. *Em nome da fé: estudos in memoriam* de Elias Lipiner. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 77.

Bispo desta Cidade. Contém epigramas em latim e um soneto em português”. No entanto, essa *Relação da Entrada* “a corte da metrópole mando-a abolir e queimar, para não propagar idéias, que podiam ser contrarias ao interesse do Estado”.⁷⁹

Para atender aos Jesuítas, que pretendiam equiparar os cursos do Colégio de Salvador aos ministrados em Coimbra e Évora, foi impressa, a tese do Jesuíta Francisco de Faria, *Concluziones Metaphysicas de Ente Reali*. Uma última publicação parece ter saído da mesma prensa: *Exame de Bombeiros, que comprehende dez tratados; o primeiro de Geometria, o segundo de huma nova Trigonometria, o quinto dos Morteiros, o sexto dos Pedreiros, o sétimo dos Obuz, o oitavo dos Petardos, o nono das Battering dos Morteiros com dous Appendix: o primeiro do methodo mais fácil, que se pode inventar, para saber o numero de balas, e bombas de Pilhas...*

Essas publicações obtiveram “permissão de imprimir” da autoridade eclesiástica local. Mas em Lisboa, diante do aparato com que se revestiam os caminhos para as concessões, a simples menção de permissão gravada na página de rosto, *Com licenças do Senhor Bispo*, revelava a autorização dada por quem não estava investido pelos poderes inquisitoriais do Paço. A medida pôs em risco as instâncias civis e eclesiásticas na Colônia. A reação veio imediata, por Ordem Régia:

Pela qual se mandou fazer o seqüestro de todas as letras de imprensa, que fossem encontradas no Estado do Brasil, e intimar a seus donos e aos oficiais impressores a proibição de imprimirem qualquer livro ou papel avulso, sob pena de serem presos e remetidos para o Reino.⁸⁰

Ao governador do Rio de Janeiro foi enviada a Provisão de 6 de julho de 1747. Ato de coerção, que representava um desestímulo ao

⁷⁹ ABN, Rio de Janeiro, v. 11 (2), p. 385, 1883-1884.

⁸⁰ ABN, Rio de Janeiro, 1928, v. 50 [1], p. 12. [OR de 10 de maio de 1747].

desenvolvimento intelectual, ao mesmo tempo, interdição de funcionar um equipamento de utilidade econômica e política, sob a alegação de prevenção da ordem jurídica, vale a pena transcrever:

Dom João por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além-mar em África, senhor da Guiné... Faço saber a Vós Governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro, que por constar que d'este reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não he conveniente se imprimam papeis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis ao mesmo tempo, em que D'ele devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correm as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis seqüestrar e remeter para este reino, por conta de seus donos e entregar a quem eles quiserem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam nem consintam que se imprimam livros, obras ou papeis alguns avulsos sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão. Cominando-lhes a pena de que, fazendo contrário serão remetidos presos para este reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, em que tiverem incorrido, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhe dêem a sua devida execução e a facção registrar nas suas ouvidorias"...⁸¹

Fechada a tipografia, Antonio Isidoro da Fonseca foi forçado a voltar a Portugal. As mudanças no plano pessoal levaram o impressor a requerer licença para retornar ao Brasil, expondo em documento fossem

⁸¹ ABN, Rio de Janeiro, v. 50 [1], p. 121, 1928,

consideradas as despesas feitas, os prejuízos sofridos, a necessidade de obter recursos para satisfazer os credores e manter-se com a mulher.

Reconhecia ainda a transgressão à censura quanto à impressão de folhas volantes e prometia obediência futura às normas vigentes, “sem que disso se seguisse prejuízo a terceira pessoa, ofensa às leis de V. M., mas utilidade publica por não haver naquelas partes outra impressão”⁸². A resposta obtida em 25 de maio de 1750 foi um “escusado”, isto é, a negação ao direito de insistir.

Efeitos da censura

Entre o Altar e o Trono foram demonstradas e aplicadas pela Inquisição todas as medidas de controle e vigilância permanentes exercidas sobre a palavra escrita usada por autores, impressores muitas vezes revestidos de livreiros, ou por indivíduos proprietários de livros.

Nessa relação, lembra Charles Boxer⁸³, privilégios, direitos e deveres formavam a base da aliança entre a Igreja e o Estado, ou entre a Cruz e a Coroa⁸⁴, mediante a concessão de bulas ou breves papais e o controle do trono sobre as ações diretas das dignidades e funções eclesiásticas em arcebispados, bispados e abadias portuguesas, com extensões nos domínios do Ultramar. Contudo, burlar os entraves era um dos exercícios entre algumas tipografias, tornando possível dar a estampa textos apócrifos, proibidos ou licenciosos, que correram sob capas, o que muitas vezes provocou prisões e fogueiras.

⁸² ABN, Rio de Janeiro, v. 50 (1), p. 121, 1928.

⁸³ BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 98-115.

⁸⁴ BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 98-115.

Na perspectiva da Inquisição, os manuscritos de Manoel dos Santos e Antonil dados ao prelo quase simultaneamente e submetidos ao poder da censura tripartite foram suprimidos por serem considerados como ameaças ao Reino e seus domínios. Mas se os impressos de Isidoro da Fonseca não foram censurados, escaparam os textos do controle central. Postos à distância, deslocados do poder absoluto, textos e impressor, sob o controle oscilante de uma única autoridade, poderiam ser perniciosos por divulgarem autores, idéias não condizentes com os preceitos da Santa Inquisição. Desse modo, o afastamento do impressor ou impressores e a proibição irrevogável de imprimir reduziriam as possibilidades de atuação em terras longínquas.

Assim, em decorrência da intolerância e de todo o peso ideológico da religião, seguida pela política em vigor na primeira metade do século XVIII, as idéias expostas por Manuel dos Santos e Antonil foram deslocadas para um outro tempo e lugar, quando então puderam ser impressas no Brasil.

Int

em 1724 por graça de Deus Rey
 de Portugal e do Algarves Leopoldo 1.^o me
 deu licença e outorgou a Vossa Magestade
 athen Governador e Capitão General do Estado
 de Pernambuco q^{ue} porveniente q^{ue} desta Real
 toam Elle para o Estado do Rio de Janeiro
 das delletas de impugnação que não se
 Conventos de Impugnados por não tempo
 presentes nem ser de utilidade as impu
 gnações hebbas em Rio de Janeiro e de
 despois das maiores q^{ue} no Rio de Janeiro
 podem ser impugnadas e Livros e por não
 tempo e no Estado de Pernambuco as
 da Impugnada e de mais fôrça. Vt. Sem as
 que se d'ora podem impugnar nem fôrça
 as chas. por não se de utilidade e fôrça
 un q^{ue} se de algumas delletas de impugnação
 no Semelhe de mais guerra e de mais
 Sequestro e de mais para o Estado por
 conta e crises de deus deus e de mais
 quem não querem, e de mais de mais
 as deus de mais de mais de mais de mais
 por não de mais de mais de mais de mais
 Conventos q^{ue} de mais de mais de mais de mais

L. Thomas de Noronha

Livros conclamando mudanças

O Portugal dos descobrimentos, ou dos achamentos quinhentistas chegou ao século XVIII isolado pelos Pirineus e isolados mantinha seus domínios no além mar. O reluzir da Corte e das igrejas contrastava com o esmaecimento da Filosofia, das Letras conduzidas pelos Jesuítas. A grandiosidade e a pompa das instituições civis e monárquicas não supriam a falta de brilho e a carência de conhecimentos que se alastrara, quando comparado às reformas no modo de pensar, no desenvolvimento das Letras, das Artes, das Ciências, na França, Alemanha e países vizinhos.

Mas algo diferente, inovador começou a surgir no reinado de D. João V, no começo do século XVIII. Novas idéias circulando, de pessoa para pessoa, outras, tendo livros como suporte, iam afluindo à Corte pelos homens de letras¹, que foram viver, estudar e escrever no exterior. Fizeram imprimir livros sobre diferentes assuntos, para que as idéias pudessem ter sentido onde as representações literárias e religiosas tinham grande peso ideológico. Daí a produção gráfica, quase sempre, ter se dado fora de Portugal.

Idéias que foram sendo construídas pouco a pouco em torno das reformas do ensino sinalizavam mudanças, que culminaram com o rompimento ou expulsão dos inicianos. Propostas para a reestruturação da Universidade de Coimbra e dos estudos menores foram pensadas e divulgadas para serem interpretadas, quer fossem impressas, quer fossem manuscritas sob a forma de cartas, quer fossem tratadas em conversas fora do Reino. Assim, adquiriram expressão política.

¹ ESTRANGEIROS e estrangeirados. In: PORTUGAL e a cultura européia [sécs. XVI a XVIII]. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, v. 28, p. 320-3, 1952.

As propostas firmaram-se como produção intelectual de época, interpretada e difundida. Pelas inovações trazidas, esses projetos foram referências para o direcionamento político-pedagógico, com repercussões internas e externas, atingindo e redirecionando os conteúdos e as práticas de ensino nos domínios do Reino de Portugal.

Nesse novo espaço intelectual, as mudanças traziam a marca do jovem Rei e sua Corte, que se mostrava interessado em conhecer as artes gráficas, os livros, os intelectuais, em erigir grandes bibliotecas em Lisboa, Coimbra e Mafra, em transcrever documentos dos arquivos romanos, em fundar a Academia Real da História Portuguesa [1722], em criar a Academia Médica [1722], em elevar a Arquidiocese de Lisboa à dignidade de patriarcado. Mais: em levar a Roma uma Academia Portuguesa.

O espírito científico que se difundia na Europa atraía a atenção da Corte para a evolução dos estudos em diferentes áreas, tendo a Filosofia como lastro, voltada para os fenômenos tanto da natureza física quanto da social e moral². Assim foram dadas permissões para instalar as escolas secundárias dos Oratorianos e para que o Jesuíta Alexandre de Gusmão [1685-1753] pudesse fazer cursos fora do país. Em 1720 ele escreveria *Calculo sobre a Perda do Dinheiro do Reino*³, trazendo idéias que seriam aplicadas pelo Marquês de Pombal.

Outros nomes trouxeram e divulgaram em Lisboa concepções adquiridas em universidades estrangeiras quanto à especialização das ciências, daí foram pejorativamente chamados “os estrangeirados”⁴. Eram ilustres, estudiosos, que haviam adquirido conhecimentos e procuravam

² BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução publica portuguesa. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 41.

³ PORTUGAL e a cultura europeia [sécs. XVI a XVIII]. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, v. 28, p. 324, 1952 .

⁴ ESTRANGEIROS e estrangeirados. In: PORTUGAL e a cultura europeia [sécs. XVI a XVIII]. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, v. 28, p. 320, 1952 .

encontrar, demonstrar possibilidades de transmitir esses princípios, postos em discussão por Condillac, D'Alembert, Diderot, Kant, Rousseau. As reformas pedagógicas se faziam necessárias. O benefício das mudanças era previsto para vários campos, incluindo a quebra do isolamento com a França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Itália.

A enorme distância entre os programas e os métodos utilizados nas universidades, acentuavam as diferenças entre Portugal e outros países, o que pôde ser percebido através da obra *Theorica verdadeira das Marés, conforme à Philosophia do incomparavel Cavalhero Isaac Newton*, publicado em Londres, em 1737, dando destaque ao físico inglês, Isaac Newton, considerado “acima de Descartes”. O autor, Dr. Jacob de Castro Sarmiento [1691-1760], médico, morando em Londres⁵, tentava encurtar as vias de acesso dos portugueses aos assuntos mais recentes, acenando possibilidades para reformar os estudos médicos, como pareceu pretender El-Rei ao consultar o sábio português laureado na Inglaterra.⁶

Em outra oportunidade, quando mencionada a importância da obra de Bacon, *Novum Organum Scientiarum* para o avanço dos estudos, recebeu Jacob Sarmiento ordem do Rei para cuidar dessa tradução: *Novo Órgão das Ciências*. Entretanto, as intrigas na Corte não deixaram os estudos avançarem, nem pagaram a encomenda, como diria o médico a Ribeiro Sanchez, em carta, a “ação retrograda exercida arditamente pelo Jesuíta Padre João Baptista Carbonne”⁷, para quem a *Philosophia Conimbricense*, não seria alterada.

⁵ PORTUGAL e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII). *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, v. 28, p. 324-327, 1952.

⁶ CIDADE, Hernani. *Lições de cultura luso-brasileira: épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960. p. 196-200.

⁷ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução publica portuguesa. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 21, 255.

Voltando da Universidade de Siena, o engenheiro Manuel de Azevedo Fortes [1660-1749] assinalava e divulgava em sua *Logica Racional, Geométrica e Analítica*, publicada em 1744, na Officina de Joze A. Plates, em Lisboa, que sem Copérnico e Galileu e as “maravilhosas descobertas tudo nos seria incógnito até o presente”.⁸

Em Lisboa, lembrou Hernani Cidade, a presença da cultura francesa era representada pelo Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes que, em seus salões, recebia entre outras, as novidades das letras pelo Padre Teatino Rafael de Bluteau, [1638-1734], autor de *Prosas Portuguezas recitadas em diferentes Congressos Acadêmicos*, editadas em Lisboa Occidental, impressas na Officina de Joseph Antonio da Sylva, em 1727-1728, em dois volumes, bem como do *Vocabulario Portuguez e Latino: aulico, anatomico architectonico, bellico, botanico... Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e offerecido a El Rey de Portugal D. João V ...*, publicado em Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, em dez volumes. Os encontros dos intelectuais, repletos de ironia, giravam em torno das “matérias escabrosas com que entre os nossos escolásticos se podem formar contendias até ao fim do mundo”.⁹

Ainda distantes de serem postas em execução e sem repercussão direta nas colônias, essas novas idéias criavam condições de possibilidade às verdadeiras mudanças. Porque, vistos à distância pelos “estrangeirados” ou pelo Conde de Oeyras, eram nítidos os limites que confinavam a reflexão, a adoção de práticas elementares, a maneira como o ensino era orientado, o distanciamento das ciências. A começar pelos cursos na Universidade de Coimbra, que deixaram de suprir as necessidades do

⁸ CIDADE, Hernani. *Lições de cultura luso-brasileira: épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960. p. 196-200.

⁹ CIDADE, Hernani. *Lições de cultura luso-brasileira: épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960. p. 196-200.

Reino em termos de preparação dos altos funcionários: secretários de Estado, embaixadores, juristas, engenheiros médicos, conselheiros. A Universidade, desorganizada, a deixara cair qualidade e seriedade.¹⁰

Para a Itália, em 1736, seguiu o Padre Luís Antonio Verney [1713-1792], autor de *Verdadeiro Método de Estudar*, que definiria mudanças na educação. Aloysius Antonius Verneius era a assinatura usada pelo Barbadinho, que estudara em Lisboa com os oratorianos e Teologia em Évora, obtivera diploma de doutor em Teologia e em Direito pela Universidade de Roma. Leitor dos Iluministas italianos representados por Luigi Antonio Muratori [1672-1750], um bibliotecário da Universidade de Módena, que estudara Filosofia, Teologia e se dedicara à literatura, à pesquisa histórica, tendo sido autor de várias obras indicadas como de “raro calibre”.¹¹

Conhecedor também da obra de Antonio Genovesi [1712-1769], professor de Filosofia que foi precursor da Economia Política, era o Barbadinho seguidor do Papa Bento XIV [1740-1758], que se fazia notar pela inteligência, domínio da cultura e das artes¹². Verney era contrário à tradição escolástica e aristotélica, passando a se interessar pela obra proibida de Huigh van Groot¹³ ou Hugo Grocio [1583-1645], jurista, estadista, matemático, erudito e humanista holandês, precursor do direito internacional, autor de *Syntagma Amateorum: opus poeticae et astronomiae*

¹⁰ FERREIRA, Joaquim. Prefacio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 18.

¹¹ MURATORI, L. A. *Della perfetta poesia italiana*. Modena, 1706. – *Riflessioni sopra il buon gusto nelle scienze e nelle arti*. Venezia, 1708. —, *De ingeniorum moderatione in religionis negotio*. Paris, 1714. —, *Defetti della giurisprudenza*. Modena, 1741. —, *Della pubblica felicità*. Modena, 1749. —, Cãnon Muratori [Encontrado na Biblioteca Ambrosiana, de Milão, em 1740, manuscrito do séc. VIII escrito em grego e latim, evangelho o segundo São Lucas].

¹² GOMES, Joaquim Ferreira. Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino. In: VERNEY e o iluminismo em Portugal. *Actas do Colóquio Verney e a Cultura do seu Tempo*. Braga: Universidade do Minho, 1992. p. 10.

¹³ Considerado o criador dos conceitos de “ética natural” e do “contrato social” Disponível em: < <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/grotius.htm>>

studiosis utilissim, publicada em 1600 e *Mare Liberum*, em defesa do livre uso das vias de comunicação marítima em benefício de todos, e do *Disquisitio an Pelagiana sint ea dogmata quae nunc sub eo nomine traducuntur*, impressa em 1640.¹⁴

As leituras disciplinavam o pensamento. Na Europa a filosofia passara a ser divulgada em uma linguagem mais próxima ao senso comum, revelando os pensadores do século XVIII, deixando

O gosto exclusivo das coisas de observação e de análise, tal é o espírito deste século tal é o pensamento que se revela na escolha dos estudos e na natureza das obras das escolas mais diversas.¹⁵

Com afincos Verney e os filósofos europeus faziam leituras “com ardor, senão com paixão”¹⁶. Eram lidos e discutidos: *O Ensaio sobre o entendimento humano*, o *Ensaio sobre a origem dos Conhecimentos Humanos* e o *Tratado das Sensações*, de Condillac, que se colocava em defesa das relações entre as ciências, ainda, a *Theoria dos sentimentos Moraes*, de Adam Smith. Faziam sucesso, amplamente divulgados: o *Ensaio sobre as Faculdades Intellectuales do Homem*, de Reid, e o *Tratado sobre a Natureza Humana*, de Hume, bem como a *Crítica da Razão Pura*, de Kant¹⁷. As considerações políticas e sociais eram defendidas por Hobbes, nos tratados *De Cive* e *Leviathan*. A Filosofia considerada o núcleo de todas as especulações críticas

¹⁴ Referência Disponível em: < <http://www.ccrf.bnf.fr/accdis/accdis.htm> >

¹⁵ VACHEROT. Apud BRAGA, Theóphilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 40.

¹⁶ BRAGA, Theóphilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 42.

¹⁷ BRAGA, Theóphilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 40.

Tendia para dissolver a velha escolástica, que ainda predominava com as doutrinas teológicas, e a abandonar a direção metafísica dos inatistas¹⁸ do século XVII. Em vez das vagas entidades, a Filosofia do século XVIII tomou por objeto o homem, nas suas sensações, instintos e faculdades, como indivíduo, e nas formas dos seus agrupamentos sociais e condições políticas.

As observações dos atos psicológicos e voluntários, a análise das relações dos viajantes acerca do estado moral dos povos selvagens, são preferidas às anteriores deduções lógicas com que os filósofos construíam o universo.¹⁹

A Filosofia não mais cultivada nos claustros ou confinada nas universidades medievais tomava lugar em discussões que aproximavam os homens de letras das experiências de vida no Novo Mundo, de forma mais intensa, com a multiplicação dos textos impressos.

Em Portugal, no entanto, o rigor da Inquisição levou o estudioso Verney a fazer-se passar por um “certo capuchinho anônimo italiano”, como um meio de fugir dos Tribunais. Inquieto e temeroso, esse disfarce ele sempre o manteve em cartas para Muratori em 1749²⁰, ao tomar conhecimento das discussões e repercussões do seu *Verdadeiro Método de Estudar*.

A primeira parte da obra foi dada a público em 1746, em uma edição feita em papel de linho, mas logo desaparecida. Escrevera naquele momento:

¹⁸ Inatismo, “doutrina que afirma o caráter inato das idéias no homem, sustentando que independem daquilo que ele experimentou e percebeu após o seu nascimento” In: HOUAISS dicionário eletrônico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹⁹ BRAGA, Theóphilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 40.

²⁰ GOMES, Joaquim Ferreira. Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino. In: VERNEY e o iluminismo em Portugal. *Actas do Colóquio Verney e a Cultura do seu Tempo*. Braga: Universidade do Minho, 1992. p. 14.

Alguns Jesuítas estrangeiros têm reprovado diante de mim o método de Portugal, e alguns portugueses me confessaram que o seguiam por necessidade, e não por eleição.²¹

Contrastava o seu trabalho de reforma pedagógica com o *Ratio Studiorum*²², o método proposto por Ignácio de Loyola em 1557, com edição definitiva em 1599, baseado em um código, um programa de ensino, a ser ministrado nos colégios e universidades da Companhia de Jesus. Métodos e regras deveriam ser seguidos por professores e responsáveis por essas unidades. A diversidade das 466 regras incluídas no *Ratio Studiorum* abrangia desde férias, feriados, formação de professores, relações com pais dos alunos, compêndios e manuais de ensino, metodologias de trabalhos com os alunos [leitura, declamações, sabatinas, avaliações], planos de estudo até regras administrativas, prêmios, castigos e teatro.²³

O *Verdadeiro Método de Estudar*, composto de 16 Cartas, discutia e propunha os seguintes temas: 1.^a Carta: *Língua portuguesa*; 2.^a Carta: *Gramática latina*; 3.^a Carta: *Latinidade*; 4.^a Carta: *Grego e hebraico*; 5.^a e 6.^a Cartas: *Retórica*; 7.^a Carta: *Poesia*; 8.^a e 9.^a Cartas: *Filosofia*; 10.^a Carta: *Física*; 11.^a Carta: *Ética*; 12.^a Carta: *Medicina*; 13.^a *Direito civil*; 14.^a *Teologia*; 15.^a *Direito Canônico*; 16.^a *Estudos elementares*. Para completar, trazia um apêndice dedicado ao estudo das mulheres. A segunda e a terceira cartas contrastavam dos inacianos nos métodos, conceitos e teorias.

O livro teve intensa repercussão, suscitando polêmica. Mas para Verney, promessas não cumpridas e intrigas eram constantes a propósito

²¹ VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949. v. 1, p. 22.

²² *Ratio Studiorum*. Disponível em: < <http://www.newadvent.org/cathen/12654a.htm>>

²³ COMPAGNIE de Jésus. *Programme et règlement des études de la Société de Jésus : comprenant les modifications faites en 1832 et 1858, 1892*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>

da edição completa do *Verdadeiro Método de Estudar*. A exemplo do médico e cientista Jacob de Castro Sarmiento, Verney aos 73 anos escreveu carta ao Oratoriano Frei Joaquim de Foyos, em 8 de fevereiro de 1786.

Eu sim tive ao principio particular ordem da Corte de illuminar a nossa nação em tudo o que podesse; mas nunca me deram os meios para o executar. Tive largas promessas de premio, e de rendas e ajudas de custo; e vieram recommendações aos ministros para me darem um conto de réis sobre os beneficios do reino, que cá se provessem. Mas tudo isso ficou na esphera dos possíveis, e nunca se verificou por culpa dos ministros, e de outras pessoas, as quaes sempre embaraçaram, para adular os jesuítas, que me perseguiam com ódio immortal.²⁴

Sempre temeroso das ações do Tribunal da Inquisição, do ministro Almada, que o perseguia e premido pela falta de dinheiro, Verney demorou a publicar as demais “cartas”, queimando outros textos que havia escrito durante vários anos, como o *Tratado de Teologia*²⁵. Algumas obras salvaram-se e permaneceram: *De Orthographia Latina*, 1747, *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam* [1751], *De Re Lógica* [1751], *De Re Mataphysica* [1753], *De Re Physica* [1758], *Gramática Latina* [1758]. *De Re Logica ad usum Lusitanorum Adolescentium Libri sex* [1769]. Com esses títulos, os homens de letras de Portugal davam-se conta tardiamente, que haviam recebido

Com um gosto inexplicável as modas de França, de Itália, de Inglaterra, porém não nos resolvemos a tomar a moda de seus estudos. Somos como o rebanho, que não vai para onde deve ir,

²⁴ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução publica portugueza. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 238.

²⁵ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução publica portugueza. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 283.

senão para onde o levam: e assim entramos nas escolas mais com a semelhança, que com o raciocínio²⁶

Assim escrevera Francisco de Pina, em carta ao Marquês de Abrantes, em 1752, a propósito da *Balança Intelectual em que se pesava o merecimento do Verdadeiro Método de Estudar; que ao Ilustríssimo Senhor Marquês de Abrantes oferece Francisco de Pina e de Mello, moço fidalgo da Casa Real, e Acadêmico da Academia Real*, publicado em Lisboa, na Oficina de Manuel da Silva.²⁷

António Nunes Ribeiro Sanches [1699-1782], que vivera por dois anos a experiência de estudar Direito Civil, abandonara Coimbra, testemunhando em cartas a decepção e as deficiências de professores e da Universidade, por isso, fora cursar Medicina em Salamanca²⁸. Considerado um dos mestres do pensamento europeu em Portugal, perseguido pela Inquisição em 1726, viveu fora de Lisboa. Ribeiro Sanches fora médico da corte da imperatriz da Rússia. Autor da *Carta sobre a Educação da Mocidade* previa reformas para o ensino, pensando na Pedagogia, na Economia, na Educação colonial e “repelia asperrimamente a subordinação do ensino à Igreja”²⁹. Para dissipar a obscuridade desses problemas sugeriu a organização do Colégio dos Nobres, proposta que seria executada pelo Marquês de Pombal, por carta de lei de 7 de março de 1761.

Embora detentora da educação em todo o Reino, porque controlava a Universidade de Évora, dois institutos universitários, o de Coimbra e o de Lisboa, 19 colégios no Reino, 15 no Brasil, dois em Macau, um em Goa,

²⁶ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 63.

²⁷ Referência disponível em: <<http://www.bn.pt>>

²⁸ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 18.

²⁹ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 51.

um em Angola, e no Oriente, a Ordem de Santo Ignacio vinha decaindo. Os princípios filosóficos e as práticas eram rejeitados por Ribeiro Sanches, para quem a laicização do ensino permitiria aderir às idéias de Descartes, Locke, Newton, bem como restaurar o patrimônio moral da nação: “ao meu intento, sendo para demonstrar que é prejudicial ao *jus* da Magestade e ao bem do reino que os ecclesiasticos sejam os mestres da mocidade...”.³⁰

Daí porque, a tarefa maior seria a reforma total da Universidade de Coimbra, visto que objetivos, estrutura e métodos eram eclesiásticos, diante dos quais

As idéias novas detinham-se, atemorizadas, às portas desse baluarte da escolástica, e nenhuma seria capaz de transpô-las para dissolver nos clarões da ciência os erros endurecidos na forja dos séculos.³¹

Seguidores incontestes da dogmática romana e das ordens da Santa Sé, ampliaram sua jurisdição junto à Coroa, fazendo Ribeiro Sanches protestar, como mostrou Joaquim Ferreira:

Lamentamos o estado dum monarca que não tem nem pode ter um conselheiro, um juiz, nem um procurador da coroa que não esteja ligado por juramento a defender tudo o que tem decretado uma potência estrangeira [o Vaticano].³²

No entanto, a receptividade ao conhecimento inovador, creditado e trazido por quem estivera e vivera em universidades de outras cidades, não foi tranqüila por parte da sociedade portuguesa, como era previsível, dada a longa permanência da Igreja ao lado do poder monárquico. Um dos

³⁰ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 57.

³¹ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 59.

³² FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 59.

exemplos foi a rejeição ao plano de reformas na Faculdade de Medicina de Coimbra proposto por Ribeiro Sanches. Disse o médico:

No ano de 1730, achando-me na Haia, onde residia por embaixador o sr. D. Luís da Cunha, escrevi por sua ordem e por sua direcção um novo método de estudos que deviam introduzir-se na Universidade de Coimbra. Ele mesmo foi servido redigir aquele papel, que remeteu à corte no tempo que o cardeal da Mota era secretário do Estado; mas não teve lugar aquela proposta”.³³

No entanto, vivia Portugal em atraso com relação às práticas sanitárias, aos cuidados que as doenças venéreas requeriam, porque causadoras de grande número de óbitos e doenças mentais. Assim, Ribeiro Sanches cogitou em divulgar a experiência clínica de 30 anos, as leituras acumuladas, em benefício da saúde coletiva, ou “para encorajar a saúde do país contra os surtos das epidemias”³⁴. Em Paris, escreveu e editou o *Tratado da Conservação da Saude dos Povos: obra útil e igualmente necessaria aos Magistrados, Capitaens Generaes, Capitaens de Mar e Guerra, Prelados, Abbadessas, Medicos e pays de famílias*, impresso por Irmãos Ginoux, em 1757, com 568 páginas, para divulgação em Portugal.

Ouvinte dos conselhos e atento às novas idéias, o ministro de D. José I, o Conde de Oeyras, conseguiu dar alguns passos indicados por Ribeiro Sanches: a reforma dos estudos menores, o Colégio dos Nobres, a reforma da Universidade de Coimbra [1772] e, no plano econômico, pretendeu modificar as relações entre as colônias e o Reino. Reformar Portugal era prioritário, para Ribeiro Sanches. Mas

A colonização do Brasil e das possessões ultramarinas vibrava nele os ímpetus da cólera. Territórios intermináveis, a encher meio

³³ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 34.

³⁴ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 50.

hemisfério, e todas as variedades deste globo em coisas venais, não trouxeram proveito nenhum a Portugal.³⁵

Informou Joaquim Ferreira, traduzindo o pensamento econômico do médico, constatando que:

As riquezas da África e de toda a Índia Oriental [porque do Brasil, excetuando papagaios, alguma madeira e açúcar, não chegava a Portugal outro rendimento] cobriam as praias de Lisboa [...] enriqueciam os estrangeiros, enquanto os portugueses lentamente escorregavam na decadência de D. Sebastião até D. João V. [...] Riquezas fizeram os ingleses, os holandeses, e muita parte da Itália, ricos e potentes, aumentando-se na agricultura, nas artes e nas ciências.³⁶

Em território lusitano, espectadores observavam fatos que ocorriam à distância, em terras européias. Mesmo se “a sociedade portuguesa encrespava-se na reacção contra as idéias novas”³⁷, alguns intelectuais tinham a percepção do que era escrito, pensado e publicado, além dos limites da Igreja e dos Pirineus.

Enquanto isso, a Corte e os senhores cuidavam de *Portugal e dos Algarves, d'aquém, e d'além-mar, em África, de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India, &c.* para assegurar os vastos domínios e usufruir as riquezas naturais, com a ajuda da Igreja. Sentiam-se também no dever de preservar a união do pensamento econômico, religioso, político e moral colonialista através da escolha de administradores competentes, que se mostrassem fiéis à Coroa.

³⁵ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 78-9.

³⁶ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 78.

³⁷ FERREIRA, Joaquim. Ribeiro Sanches [Prefácio às Cartas]. In: SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Ed. Domingos Barreira [s.d.] p. 28.

Porque não tinham mais a conquistar, reforçavam na metrópole a “base da monarquia fundada no trabalho e na indústria”, necessários à navegação e ao comércio, como analisava Ribeiro Sanches.³⁸

Assim, deveriam garantir presença em solo do Ultramar, coibindo o retorno das mulheres para a terra mãe³⁹ e permitir o tráfico de negros da África, escravos a serviço da exploração e exportação agro-pecuária. Os senhores ainda zelavam pela:

Cultura das terras, não só das colônias do Brasil como de todas as mais da América, tem por objeto o mais essencial as produções naturais que fazem a única base do comércio, e com especialidade aquelas a que a Europa dá maior consumo.⁴⁰

Nessa perspectiva, Luís dos Santos Vilhena, que morou e escreveu na Bahia, no final do século XVIII, acordando com os fisiocratas, confirmava a exploração de riquezas oriundas da terra, como únicas fontes de produção em territórios conquistados.

Por vistas de bem ponderada política não são nem devem ser permitidas muitas fábricas nas colônias do Brasil, pois do contrário seria o seu comércio ruinoso para a Metrópole. [...] então [se] não houvesse tanto ócio no Brasil, onde, segundo o sistema presente, se deve unicamente cultivar e comerciar e onde, segundo o mesmo

³⁸ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 102.

³⁹ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], conde Vila Flor e copeiro-mor [Antonio de Sousa Manoel de Meneses] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], sobre execução da ordem para conceder licença a Ana Maria de Oliveira para se transportar para o Reino junto com seus filhos. Recife, 21. 02. 1768. AHU. Cx. 105, Doc. 8191. - Requerimento do piloto das Naus da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, José Felix de Souza, ao rei [D. José I], pedindo licença para transportar para o Reino Maria José, com quem casou em Pernambuco. AHU. Cx. 105, Doc. 8149.

⁴⁰ VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. p. 74.

sistema, não convém que as ciências e artes façam grandes progressos e muito poucas das mecânicas que tenham exercício.⁴¹

Por intenção ou não, Luís Vilhena deixou de mostrar nos *Pensamentos Políticos sobre a Colônia*, escritos na última década do século XVIII, se teria recorrido a algum autor para consubstanciar suas idéias. Isto porque, a lógica econômica e social do pensamento da aristocracia por ele exposta circulava, desde 1760, no livro de Antonio Nunes Ribeiro Sanches, publicado em Colônia, Alemanha, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, escritas para o embaixador de Portugal em Paris, D. Pedro da Costa de Almeida Salema.

Antonio Ribeiro Sanches, médico, cristão-novo, estudioso de matemática, economia e educação dos jovens portugueses, que estivera morando na Rússia e na França, comparando e analisando a situação em que se encontrava o Reino, propôs: “máximas”, para os domínios ultramarinos, no opúsculo lançado com tiragem de apenas 50 exemplares. A primeira seria

Que o único objeto das Colônias e das Conquistas deve ser a agricultura universal e o comércio; mas com tal precaução que a agricultura e o comércio do Reino não fique prejudicado.⁴² [...]

Tenho pensado e penso sobre o estado de Portugal, umas vezes lendo, outras escrevendo e meditando, depois de muitos anos.⁴³

Quanto às outras recomendações para a educação nas colônias e nas conquistas d'além-mar, onde havia “um pequenino Portugal”⁴⁴:

⁴¹ VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. p. 75-6.

⁴² SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 139.

⁴³ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 90.

Somente os lavradores, os pescadores, os oficiais mecânicos, os professores das artes liberais, os mercadores deviam ser os legítimos habitantes das colônias, os senhores das terras, engenhos, moinhos, fábricas, casas e outros bens de raiz. Deste modo não haveria morgados, bens eclesiásticos, nobreza herdada nem estabelecida com terras: porque uma colônia deve-se considerar no Estado político como uma aldeia a respeito da capital. Nenhum governador, magistrado, nem eclesiástico com cargo ou jurisdição poderia ser senhor de terras.⁴⁵ [...]

Seria proibido ensinar a língua latina, grega e filosofia a nenhum Secular, mesmo ainda dentro dos Cabidos ou Conventos; que somente seriam permitidas as escolas de ler e escrever, da arte de ensinar os livros de conta e razão, e tudo o mais que se ensinasse nas escolas de ler e de escrever estabelecidas no Reino. [...]

Portanto,

Proíbem-se [sic] as escolas de latim, etc., nas Colônias, para evitar o sumo prejuízo que causa ao Reino, que nelas os súditos nativos possam adquirir honras, e tal estado que saiam da classe dos lavradores, mercadores, e oficiais. Porque todas as honras, cargos e empregos deviam sair somente da autoridade e da jurisdição do soberano, para ficar dependente a dita colônia da capital.⁴⁶

Essas medidas, entretanto, propiciariam:

⁴⁴ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 139.

⁴⁵ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 140.

⁴⁶ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 140.

Um certo número de escolas para aprender a ler e a escrever, como também para aprender a língua latina.⁴⁷

Considerada o passaporte para a entrada no meio eclesiástico, porque a Igreja exercia um grande fascínio sobre todos aqueles que desejavam ascender socialmente, o latim entre as autoridades seduzia como demonstração de poder.

Os preceitos de Ribeiro Sanches reforçavam não apenas diretrizes da política econômica aplicada à Colônia, como direcionavam questões para o ensino. As escolas seriam transformadas em *pensões*, espécies de escolas para internos, com quinze ou vinte alunos mantidos às custas do Estado, preparando-se para serem mestres. Passariam também a estudar

A jurisprudência, a física, as matemáticas e a medicina; e, ultimamente, para viajarem pela Europa, e informando-se e aprendendo conforme as instruções impressas, às quais cada um deles devia conformar-se.⁴⁸

O modelo “permitiria perpetuar as ciências humanas na sua pátria”, continuava Ribeiro Sanches, abrindo a perspectiva de novos estudos, por mais quatro ou cinco anos em Leiden, na Holanda, em Göttingen, na Alemanha, em Edimburgo, na Inglaterra, na França. Lugares onde as humanidades, o conhecimento das línguas, a ciência da física, as matemáticas, a jurisprudência universal, a filosofia e a medicina eram ensinadas pelo melhor método.⁴⁹

Ao reconhecer o avanço dos estudos em outros países, em universidades onde o princípio de Spinoza da “*libertas philosophandi*” era

⁴⁷ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 141.

⁴⁸ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 146.

⁴⁹ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.] p. 147.

respeitado⁵⁰, e limitar o número de estudantes nesses campos, parecia haver cuidado em efetuar pequenas trocas entre as mercadorias da Colônia e um pequeno grupo que deveria ser preparado para dar continuidade ao sistema. – De uma certa forma, embora com modéstia, Pernambuco seguira as recomendações, enviando os filhos de pais abastados para estudos em Coimbra ou Montpellier.

No Antigo Regime, essa forma de tratar com desigualdade as relações da atividade econômica, da vida comercial e educacional refletia a cultura nobiliárquico-eclesiástica portuguesa identificada, pensada e configurada sob o domínio das estruturas agrárias⁵¹. Nesse sentido, os proprietários ou herdeiros de terras eram portadores de características culturais tradicionais, com interesses voltados para a prosperidade da agricultura. Mas dependentes do setor comercial, aliavam-se aos comerciantes. Esses indivíduos atravessavam com dificuldades o percurso que deviam fazer para o desenvolvimento das estruturas mentais, em particular no Brasil, onde prevalecia a marca do pensamento escolástico ministrado pelos Jesuítas.

No Reino, havia o cuidado em evitar idéias que se mostrassem contrárias ao estabelecido e daí alcançassem o outro lado do Atlântico. Para isso, os mecanismos controladores como a Mesa Censória, restringindo o acesso à leitura, as alfândegas, cerceando a entrada de obras de autores estrangeiros, particularmente os franceses, permitiam imobilizar na Colônia a distante imagem da Metrópole. Nesse sentido, Pernambuco poderia ser modelo, visto que a população letrada recebia uma parcela ínfima da produção editorial divulgada pelo comércio livreiro.

⁵⁰ ARAÚJO, Ana Cristina. *Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches*. ACTAS do Colóquio Ribeiro Sanches: a cultura e a sociedade portuguesa no século XVIII, Coimbra, 1984. Separata. [n. p.]

⁵¹ GODINHO, Vitorino M. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, [s.d.] p. 91-92.

A exploração agrícola na Colônia, aliada à comercialização e ao transporte dos produtos, deveria ser conduzida de modo a evitar prejuízos para o Reino, embora a Colônia viesse dando lucros para os ingleses. Assim, o Marquês de Pombal concebeu a realização de negócios através das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, de Pernambuco e Paraíba, ainda, da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. Essas questões econômicas elucidavam a posição de Ribeiro Sanchez quanto à Educação na colônia onde, dada a forma de governar, havia “um pequenino Portugal”⁵², como dizia o médico:

Que o único objecto das colônias e das conquistas [falando como cidadão] deva ser a agricultura universal e o comércio; mas com tal precaução que a agricultura e comércio do reino não fique prejudicado. [...] que seria proibido ensinar a língua latina, a grega e filosofia a nenhum secular, mesmo ainda dentro dos cabidos ou conventos; que somente seriam permitidas as escolas de ler e escrever, da arte de ensinar os livros de conta e razão, e tudo o mais que se ensinasse nas escolas de ler e de escrever estabelecidas no reino.⁵³

A essa orientação, contudo, fez algumas ressalvas. Talvez devido à forma de organização do “pequenino Portugal” era necessário reconhecer que também seria efetivo “criar-se a mocidade dos domínios de ultramar no reino”. Mesmo correndo o risco dessa mocidade concorrer às honras, aos cargos e aos empregos destinados à autoridade e jurisdição do soberano. Era uma probabilidade que poderia facilitar a circulação dos súditos, dos ganhos provenientes da agricultura e do comércio: seria dinheiro das colônias para a capital.

⁵² FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 139.

⁵³ FERREIRA, Joaquim. Prefácio. In: SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.] p. 140.

Para o médico-pensador autor de *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, terminadas em 19 de novembro de 1759, meses após a expulsão dos Jesuítas e dirigidas ao Embaixador de Portugal em Paris, Monsenhor Pedro da Costa de Almeida Salema⁵⁴, sempre ficara muito claro, desde os tempos de estudante de Coimbra que, estando os inacianos à frente do ensino, Portugal não se desenvolveria social, econômica, religiosa e culturalmente. O também colaborador da *Encyclopédie* d'Alembert e Diderot, mantinha o pensamento em concordância com o futuro Marques de Pombal, incluindo alguns membros da Corte de D. José I.

Não tardou, depois da posse de D. José I e do primeiro ministro, Conde de Oeyras, o processo de expulsão dos Jesuítas, iniciado em 19 de setembro de 1757. Alguns clérigos, próximos à família real, foram afastados do Paço, outros, obrigados a deixar a cidade em definitivo, enquanto os confessores foram sendo substituídos pelos superiores dos Franciscanos, dos Agostinhos e dos Carmelitas⁵⁵. Previa a Coroa desmontar o poderio da Ordem de Santo Inácio, abolindo os métodos pedagógicos vigentes há dois séculos, em todos os domínios do Reino.

Sobre a expulsão dos Jesuítas, Comte escreveria: esse, um dos três fatos fundamentais que marcaram o século XVIII, os outros foram: a Revolução Francesa e a da América. Assim, em Portugal e não na França ocorreu

O primeiro e o mais decisivo foi seguramente a memorável abolição dos Jesuítas, começada no país mesmo onde a política retrograda organizada sob a sua influencia devia estar o mais profundamente enraizada, e completada pela sanção solene do

⁵⁴ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira* (1550-1794). São Paulo: Cultrix, 1978. v. 1, p. 352.

⁵⁵ VERISSIMO, Ignácio José. *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. p. 180.

próprio poder que uma tal política tendia a restabelecer na sua antiga supremacia européia...”⁵⁶

Portanto, considerados como “o perpétuo inimigo que muito importava combater”⁵⁷, os jesuítas foram suspensos de confessar e pregar em junho de 1759. Do Reino e do Ultramar foram expulsos em 3 de setembro do mesmo ano⁵⁸, dia do “primeiro aniversário do crime, de que os diziam autores”⁵⁹ do atentado sofrido pelo Monarca D. José I. As provas no processo sugeriam banir os regulares da Companhia de Jesus sob a alegação de haverem

Intentado e clandestinamente prosseguido sua usurpação de todo o Estado do Brasil [...] como era a administração secular das aldeias e domínio das pessoas, bens, e comércio dos índios daquele continente.⁶⁰

Começava uma nova página para a prática do ensino, da leitura nas colônias, na Capitania de Pernambuco.

⁵⁶ COMTE, A. *Cours de Philosophie positive*. t. vi, p. 282. Apud BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução publica portuguesa. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 12.

⁵⁷D’AZEVEDO, J. Lucio. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2. ed. com emendas. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova, 1922. p. 283.

⁵⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Lei exterminando os Jesuítas, e proibindo a comunicação com os mesmos*. Em 3 de setembro de 1759. In: *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. p. 713-16.

⁵⁹ D’AZEVEDO, J. Lucio. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2. ed. com emendas. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova, 1922. p. 202.

⁶⁰ MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Mira-Sintra: Europa-América, [s.d.] p. 124.



VERDADEIRO M E T O D O DE ESTUDAR,

PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:

PROPORCIONADO

Ao estylo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO

*Em varias cartas, escritas pelo R. P. * * * Barbadinho
da Congregação de Italia, ao R. P. * * *
Doutor na Universidade de Coimbra.*

TOMO PRIMEIRO.



VALENSA
NA OFICINA DE ANTONIO BALLE.
ANO MDCCXLVI.

COM TODAS AS LICENÇAS NECESSARIAS, &c.

Professores em Pernambuco

A obra e o pensamento dos Jesuítas não poderiam ser separados das práticas dos catecismos, da difusão da língua portuguesa, dos modos de civilidade que se enraizaram durante um longo período colonial. Como a decisão da jurisdição da Igreja era concedida mediante aprovação do Estado monárquico, os estabelecimentos de ensino onde os inicianos exerciam atividades eram também de fundação real, isto é, mantidos com recursos da Corte e, mesmo não sendo estatais, prestavam serviço público gratuito.¹

Bem estruturada, a Ordem de Santo Inácio conseguiu instalar o Real Colégio de Pernambuco, em Olinda, criado por Alvará, em 6 de janeiro de 1576, assinado por D. Sebastião, com o respectivo dote régio instituído em 400\$000 [quatrocentos mil réis] anuais, pagos dos dízimos ou impostos sobre o açúcar, valores que foram transmutados pelo Cardeal Dom Henrique². A construção do edifício não foi feita de imediato, mas tornou-se, depois, uma grande edificação em forma de quadrado, com pátio central ladeado por galerias com dois andares, tendo aproximadamente 40 quartos. A igreja de Nossa Senhora da Graça completava o conjunto.³

No povoado do Recife, depois da expulsão dos holandeses, o Governador e Capitão-General Francisco Barreto de Menezes [1648-1657] cederia “duas moradas de casas de sobrado, fabricadas por Flamengos,

¹ A IGREJA no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial: administração, economia e sociedade*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. p. 49-75.

² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 425.

³ BAERS, João, *padre. Olinda conquistada*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p. 40-1.

com suas lojas ao entrar da Porta de Santo Antônio”⁴, para aí instalarem igreja e colégio. Do Reino chegou Ordem régia datada de 26 de abril de 1655, dando autorização para “fundarem um colégio na povoação do Recife, em uma igreja que pertenceu aos hereges franceses da seita de Calvino”.⁵

Argumentos contrários à decisão dos residentes no Recife firmaram-se, como o do Padre Visitador Jacinto de Magistris⁶, alegando uma grande proximidade entre as duas povoações. Estavam interessados em defender uma única instituição localizada em Olinda,⁷ que preparasse jovens para a rigorosa entrada na Universidade de Coimbra, garantindo a fama da qualidade do ensino alcançada na Capitania.

No entanto, contrariando interesses de membros da própria Ordem, os residentes da antiga cidade Maurícia quiseram e ajudaram a concretizar o Colégio do Recife e a igreja da Invocação de Nossa Senhora do Ó, em 1669. Assim, construído e mantido por doações, a nova instituição não obteve dotação real, mas funcionou como um estabelecimento religioso, educativo, assistencial e farmacêutico⁸. Ao colégio também foram doados dinheiros para compra de rebanhos, uma fazenda, dez moradas de casas, foros de chãos entre outros bens, que se foram acumulando.

⁴ INVENTARIO das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificados ou reparados até 1654. Apud COUTO, José Jorge da Costa Couto. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. [Dissertação].

⁵ GUERRA, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Fundação Guararapes, 1970. p. 39.

⁶ COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 97-8. [Dissertação].

⁷ COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 97-8. [Dissertação].

⁸ COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 1, p. 5. [Dissertação]

Na Capitania, o “Jesuíta foi o mestre-escola e lavrador, construtor e mecânico, professor de Faculdades Acadêmicas...”⁹ também incentivador de oficiais mecânicos e do treinamento de pessoal em diferentes ofícios, incluindo alfaiates, sapateiros, aos quais se juntavam “os de encadernador e livreiro”.¹⁰

Da farmacopéia utilizavam nas boticas, além dos produtos vindos do Reino, livros privativos da Ordem, como as *Colecções de Receitas, Luz da Medicina, Farmacopéia Lusitana, Recompilação da Cirurgia*”¹¹ etc. Em suas casas mantinham duas bibliotecas, uma reservada aos padres e outra para o público. Ficavam no Recife e em Olinda as bibliotecas dos Conventos de São Bento, de São Francisco, de Santo Antônio e do Carmo, e mais as de Igarassu, Goiana, Ipojuca e Serinhaém todas consideradas boas, pelo *Monsenhor Severino Leite Nogueira*.¹²

Mas em 19 de janeiro de 1759, El-Rei D. José I assinou Carta de Lei¹³ para comunicar e ordenar a Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, do seu Conselho e Chanceler da Casa da Suplicação, sobre as:

Perniciosissimas maquinações com que os Religiosos de que se compõem o governo da Sociedade de Jesus nestes Reinos, e seus

⁹ LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália, 1943. t. 4, p. x.

¹⁰ LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália, 1943. t. 4, p. 164.

¹¹ LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália, 1943. t. 4, p. 190.

¹² NOGUEIRA, Severino Leite, *monsenhor*. Estudo introdutório. In: LUNA, Lino do Monte Carmello, *padre. Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*. 2. ed. Recife: SEC, 1976. p. 6.

¹³ CARTA DE LEI é o preceito do Rei que obriga os súditos a cumprirem as ordens reais, corresponde a uma declaração de vontade do Soberano ou de uma autoridade eclesiástica ou delegada, que se destina a uma outra autoridade determinada. Apud BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: DOCUMENTOS manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo [1644-1830]. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp; Imesp, 2000. p. 307.

Domínios, haviam nelles concitado, e rompido as escandalosas sedições...¹⁴

Alegava os atrozes absurdos cometidos pelos religiosos, narrados e estampados na *Relação abbreviada da Republica que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal, e Hespanha estableceraõ nos Dominios Ultramarinos das duas Monarquias, e da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os exercitos Hespanhoes e Portuguezes....* O documento com 85 páginas, enviado simultaneamente ao Santo Padre Bento XIV, comunicava o que ocorreria no Reino de Portugal:

Por em seqüestro geral todos os bens moveis, e de raiz, rendas, ordinárias, e pensões que os sobreditos Religiosos possuirem, ou cobrarem nas Províncias ou Território da mesma Casa da Supplicação.¹⁵

Firmava-se, assim, um confronto entre os dois poderes, onde o régio se mostrava mais forte. Os religiosos da Sociedade de Jesus deveriam ser presos nas cidades, nas residências e nas fazendas particulares, onde estivessem, “leigos, coadjutores espirituais, dispersos”. Seriam mantidos incomunicáveis e vigiados por guardas militares¹⁶. Os documentos encontrados seriam postos em segura custódia. Assim foi ordenado:

Prontidão e efficácia nas diligencias de que por ella vos encarrego, julguei desnecessárias todas as expressões para o dito respeito excitar a fidelidade, o zelo, e o acerto, com que vos empregais no meu Real serviço.¹⁷

¹⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 6, p. 175.

¹⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 6, p. 177.

¹⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1953. v. 6, p. 179.

¹⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 180.

De Lisboa, as ordens alcançaram Pernambuco. Em janeiro de 1759, no comando administrativo e político, o Governador da Capitania enviou carta ao “Reverendo Padre Reytor Antonio Joze Correa, do Collegio de Olinda”:

Todos os Religiozos Estrangeiros da Companhia de Jesus que nellas se acharem nos Conventos, Hospícios, Missoens, fazendas, ou Engenhos da sua administração, para na prezente frota se recolher a Portugal, o que Vossa Reverencia fará executar na parte relativa a participar-lhe os avizos convenientes, a sem demora se porem a caminho para esta Praça, donde lhes facilitarey o embarque na forma que se me ordena.¹⁸

As ordens régias determinavam o afastamento dos religiosos em missões nas aldeias e o seqüestro dos bens da Companhia de Jesus. Porque, continuava o Governador:

Espero que Vossa Reverência não falte em concorrer quando estiver da sua parte para prompta e devida execução com que se deve satisfazer a refferida ordem.¹⁹

Na verdade, um dos objetivos alegados para o deslocamento dos Jesuítas seria restituir aos índios “a inteira liberdade de suas pessoas, bens, governos temporal e comércio que em virtude della lhes pertencem, de que os seos contentos são os seguintes”²⁰; as Leis²¹ impressas de 6 e 7 de junho de 1755 e o Alvará²² de 8 de maio de 1758, para:

¹⁸ PORTUGAL. AHU. *Pernambuco*. Cópia da carta enviada... Cx. 51, [s. n. a.] In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 54. [Dissertação]

¹⁹ PORTUGAL. AHU. *Pernambuco*. Cópia da carta enviada... Cx. 51, [s. n. a.] In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 54. [Dissertação]

²⁰ COIMBRA. Biblioteca Geral. Cópia do bando pelo qual o governador de Pernambuco faz públicas as leis e alvarás que restituem a liberdade aos índios. 18, maio, 1759. BGUC. Cód. 707, fls. 165-6. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o*

Ficarem extirpados e abolidos os escandalosos abuzos com que até agora se tem illudido as Suas Paternaes Providencias, Constituições Apostolicas, e Breves Pontificios.²³

Em 8 de maio de 1759, o Bispo de Olinda comunicou aos diocesanos que os sacerdotes Jesuítas não mais poderiam exercer os ministérios sagrados, exceto aqueles que ainda estivessem nas aldeias indígenas. Ao Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello, o Bispo Dom Francisco Xavier Aranha enviou carta, informando ter proibido os padres Jesuítas de pregar e de confessar, bem como ter mandado que ficassem reclusos nos colégios, conforme deliberação da Junta composta pelo Governador, pelo Desembargador e Ouvidor Geral e pelo próprio Bispo.²⁴

No mesmo teor, o Governador e Capitão-General Luís Diogo Lobo da Silva [1756-1763] fez comunicar aos habitantes da Capitania, e das anexas de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, as decisões régias. O bando²⁵ referia-se à restituição da liberdade dos índios e da posse dos

destino do seu patrimônio [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 83. [Dissertação]

²¹ Lei é a vontade soberana do Monarca, obrigando os súditos a obedecerem as ordens reais. A assinatura é Rei [Rainha]. Confunde-se com a Carta de Lei, que vigora perpetuamente, vindo assinada por El-Rei. Apud BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: DOCUMENTOS manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo [1644-1830]. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp; Imesp, 2000. p. 312.

²² Alvará também chamado Provisão Real é um diploma com força de lei, começando pelo título do soberano e terminando com a sua assinatura. A duração seria de um ano, mas com frequência perpetuava-se. Apud BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: DOCUMENTOS manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo [1644-1830]. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp; Imesp, 2000. p. 305.

²³ COIMBRA. Biblioteca Geral. Cópia do bando pelo qual o governador de Pernambuco faz públicas as leis e alvarás que restituem a liberdade aos índios. 18.05. 1759. BGUC. Cód. 707, fls. 165-6. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 83. [Dissertação]

²⁴ COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 92-3. [Dissertação]

²⁵ Bando é uma ordem ou decreto emitido por Governadores e Capitães Gerais, proclamado em pregão público, ao som de caixas ou afixado em lugar público, considerado também documento diplomático, tratando de questões cotidianas. Apud BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: DOCUMENTOS manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo [1644-1830]. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp; Imesp, 2000. p. 306.

bens e à concessão de correção do governo temporal, conseguidos mediante estancamento dos abusos cometidos pelos Inacianos. Assim, em 18 de maio de 1759 ocorreu:

Para que venha a notícia de todos e se não possa em tempo algum allegar ignorância, se publicará este Bando ao som de caixas na Cidade de Olinda e nesta Praça do Recife, e se afixará na Guarda da Ponte da banda de Santo Antonio, que a sentinella terá muito cuidado delle, recolhendo-o da chuva para que esta o não molhe e o tempo o não rasgue.²⁶

Em paralelo, o Governador Luiz Diogo Lobo da Silva remetera correspondência à Corte, informando e pedindo providências sobre vencimentos e fardas dos militares²⁷. Talvez fosse para os preparativos das diligências junto aos Colégios dos Jesuítas de Olinda e do Recife, ainda no mês de maio, como falavam as correspondências sobre a suspensão das atividades dos seguidores de Santo Inácio de Loyola.²⁸

Com o devido segredo, os soldados escolhidos pelos officiaes a quem a encarreguei, para o que procurei os de que tinha mayores provas da sua fidelidade, ordenando-lhes que de tudo o que houvesse e movimento que percebessem nos predictos Padres, me dessem parte todas as noytes por escripto, o que estão praticando, para que quando se descubra alguma circunstância de que com fundamento se possa inferir a mínima opposição, ou contrariedade ao

²⁶ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral. Bando pelo qual o governador de Pernambuco faz públicas as leis e alvará que restituem a liberdade aos índios. Cód. 707, fl. 165-166. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 83-4. [Dissertação]

²⁷ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 90, Doc. 7244.

²⁸ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 91, Doc. 7276.

socego público, se acautelar pelo meyo que se julgou mais efficaz a evitar o effeito de toda a maquinação que projectarem.²⁹

A partir daquele momento, medidas foram postas em prática em decorrência das acusações aos Jesuítas: teriam participado da conspiração que resultara em atentado ao Rei D. José I, em 3 de setembro de 1758. Por isso, os religiosos foram seguidos sem que se apercebessem, enquanto os demais eram deslocados das missões nas aldeias indígenas.

O afastamento dos Inacianos provocou novos sentidos, orientações e mudanças para as questões educacionais, tornando mais visível a fragilidade do processo no Ultramar³⁰. Por edital de 20 de maio de 1759, “Luis Diogo Lobo da Silva, do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima, Commendador da Comenda de Santa Maria de Moncorvo, da Ordem de Cristo, Governador e Capitam General de Pernambuco, e mais Capitánias anexas”, tornou público que,

Sendo notório a todos os justos motivos que obrigão ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo desta Diocese a mandar fexar as classes de Gramatica pertencentes aos Religiozos Jesuítas e o incomodo que rezultava de não haver outras que suprissem a sua falta, se fazia indispensável procurar meyo conducente a que a utilidade publica não padecesse na cessão dos Estudos que nelles fazião as pessoas dedicadas a segui-llos.³¹

²⁹ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, relativa ao seqüestro dos bens da Companhia de Jesus e ainda das medidas tomadas para a vigilância e controlo dos mesmos padres. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 79. [Dissertação]

³⁰ COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 1, p. 126. [Dissertação]

³¹ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Edital tornado público por Luis Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, para a reabertura das classes de Gramática nas cidades de Olinda, Paraíba e vila do Recife. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 95. [Dissertação]

Ao reconhecer que faltavam professores para as escolas, o Governador se comportava de acordo com procedimentos e normas que asseguravam a uma camada da população o direito ao estudo, porque necessário à defesa dos negócios do Reino. Ao mesmo tempo, porque necessário ao Reino, demonstrava sensibilidade e conhecimento das dificuldades econômicas na Capitania, assinalando:

Ficar o povo sentindo o incômodo de não ter Mestres com que continuasse os estudos que lhes estavam destinados e, por consequencia, resentido desta falta e a mayor parte na impossibilidade de poderem contribuir com os estipêndios para lho darem particulares, me vy obrigado pella utilidade publica a fazer cessar os seos clamores procurando meyo em que tivesse a devida e necessária accomodação.³²

Entretanto, a reforma do ensino poderia, no entendimento do Governador, encontrar uma solução na própria circunscrição, com o auxílio de outras ordens religiosas, desde que se dispusessem a agir. Assim, em 25 de maio de 1759, dissera ao escrever para o ministro de D. José, o Conde de Oyeiras:

Me lembrey entre vários por primeiros [...] dos Padres da Congregação do Oratório desta Villa, e nas outras em que os não há, buscar Religiões que nellas tenham cazas, e sem repugnâncias abraze classes de gramática e escolas de ler e escrever, sendo a principal razão que se me propunha para serem preferidos os primeiros, a boa aceitação com que se achavão nessa Corte pelas que havião nas Necessidades e conhecidos progressos que se deviaõ ao seo novo methodo no ensino de Latinidades, na intelligência, de

³² PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando das providências tomadas para a substituição dos jesuítas como professores na Capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 98. [Dissertação]

que não seria do desagrado de Sua Magestade tomar nas presentes circunstâncias este expediente.³³

Em Lisboa, a Ordem de São Felipe Néri, que trouxera para o ensino um movimento de reação contra a Escolástica, havia sido protegida por D. João V por ser considerada em condições de promover avanços, ou renovação, nos estudos da Gramática, das Ciências: Naturais, Matemática, Geometria, Física, Química, Medicina. Durante os cursos de Filosofia moderna, com a presença da nobreza, incluindo o próprio Rei, da Física experimental surgiu a Lógica reformada.³⁴

Três livros foram produzidos a partir das aulas ministradas: *Novo Methodo da Grammatica Latina: dividido em duas partes dos Mestres das Escolas da Congregação do Oratório*, de autoria do Padre Antônio de Figueiredo [1725-1797], a *Instrução sobre a Lógica, ou Diálogo sobre a Filosofia Racional*, pelo Padre Manuel Álvarez, [1739-1777], publicada no Porto, na Oficina de Francisco Mendes Lima, 1760. Mais: a *Recreação Filosófica, ou Dialogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de Pessoas Curiosas que não frequentarão as Aulas*, escrita pelo Padre Teodoro de Almeida [1722-1804].³⁵

No Recife, a busca por uma solução condizente com o tamanho da questão do ensino levou o Governador a consultar o Padre Prepósito dos Oratorianos da Madre de Deus, Padre Antônio da Costa, expondo:

Preditas razoens acompanhadas de todas as reflexoens e instâncias que me pareceraõ justas, o acheý tão duvidozo em convir

³³ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na Capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 98. [Dissertação]

³⁴ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 69.

³⁵ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 69-70.

na minha rogativa que, o mais que pude conseguir, foy pedir-me tempo para dar resposta, não obstante assegurar-lhe, que quando não aceitassem, havião outras Religioens que, por algumas insinuações com que se tinham anticipado, me davam fundamento a que à mays ligeira que lhes fizesse se porião promptas para o mesmo delle pertendia.³⁶

Sem uma resposta favorável ou definitiva, o Padre Prepósito, sabendo tratar-se não de uma ordem, mas de um desejo pessoal do Governador, decidiu aguardar, alegando a convocação de congresso entre os eclesiásticos para tomar posição. A resposta vinda posteriormente dizia da “impossibilidade com que esta caza se acha para o dito emprego”³⁷, ou seja, não poderiam arcar com as responsabilidades até então assumidas pelos inacianos, vez que “alguns eram velhos e achacados, como outros gastavam o tempo em assistir aos moribundos e confessar... Uns terceiros andavam ocupados nas Missões. Juntava-se a ocupação do congregado, de pregar e confessar todos os domingos e dias santos e ‘mais exercícios’”.³⁸

A persistência e a lucidez que orientavam o Governador para solucionar problemas encontravam alguma explicação em seus traços de homem público, delineados por Dom Domingos Loreto:

Com espírito livre não sofre acção temerária, indigna, e prejudicial ao bem publico, ou particular, mostrando grande empenho em zelar a utilidade da Republica, o serviço delRey, e

³⁶ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na Capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 98-9. [Dissertação]

³⁷ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 49.

³⁸ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 49.

honra de Deos, para cujo effeito cuida em que todos pontualmente cumprão com as obrigações do seu officio.³⁹

Tendo que enfrentar a situação, visto os Oratorianos não se definirem, o Governador apressou as negociações, indo ao encontro do Reverendíssimo Padre Provincial da Província de Santo Antônio, que se achava em visita ao convento franciscano. Diante do resultado positivo, com a aceitação dos novos encargos, a ação voluntária poderia ser proclamada:

Levado do ardente zello e resplandecente claridade com que sempre a sua Sagrada Religião se soube distinguir em benefício do bem público e Serviço do Estado.⁴⁰

Assim, providências fundamentais foram tomadas a partir do dia 21 daquele mês de maio, porque o Provincial:

Logo mandou abrir classes e escolas, sem embargo de não ter accomodaçoens competentes, assim na referida Villa como nas Cidades de Olinda e Parayba, por serem as únicas terras deste governo em que as não tinhaõ, por pertencerem aos Religiozos Jesuítas, para o que procedi a editaes para que o povo ficasse na certeza de as haver promptas.⁴¹

As decisões que rompiam com o ensino jesuítico depois de longos anos redirecionavam a Educação no Reino. Até aquela data, os homens de

³⁹ COUTO, Domingos Loreto, dom. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: FCCR, 1681. p. 217.

⁴⁰ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Edital tornado público por Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, para a reabertura das classes de Gramática nas cidades de Olinda, Paraíba e Vila do Recife. Cx. 52 [s.n.] In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 95. [Dissertação]

⁴¹ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando das providências tomadas para a substituição dos jesuítas como professores na Capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 99. [Dissertação]

letras de Portugal carregavam um sentimento de inferioridade em relação aos outros países da Europa, portanto, fazia-se a oportunidade do Provincial de Santo Antônio e dos padres-mestres franciscanos buscarem as “artes do novo método.”

O Governador deveria saber que ao Conde de Oyeiras era atribuída a quebra dos padrões até então adotados, por ser defensor de uma instrução de qualidade. Contrário à atuação dos Jesuítas, ou no dizer de Manuel Antunes, “ligado aos jansenistas desde os tempos das suas missões diplomáticas em Londres e em Viena, de Áustria, o futuro Marquês de Pombal sabia que iria ser essa uma guerra longa e difícil com várias frentes de combate e contra um inimigo coletivo, dotado de um forte espírito de corpo e ainda muito respeitado pelas suas virtudes, ciência e consciência”⁴². Daí, a correspondência ao futuro Marquês de Pombal:

A fazer aulas e escolher Mestres dos mais capazes que tiver a sua Religião para o adiantamento dos discipulos, quando Sua Magestade lhe permita a continuação de os ensinarem e tirando o incómodo que os Pays destes sentião nas despezas a que erão obrigados contribuir por conta de seos filhos no ornato de figuras e conserto de andores e carros que lhes deitavão nas festas e porcissoens que se tinhão introduzido, de que lhes não vinhão a ficar menos onerosos os estudos que se pagassem a hum Mestre, sem embargo de serem gratuitos, e que por este meyo pertendão que o mesmo lhe augmente cōngrua, ou fassa desembolso para a fundação das classes de que necessitão, quando determine e seja do seo real agrado este exercicio da mesma sorte que o praticão em quasi todas as villas deste governo, sem que a Fazenda Real por este respeito fassa a menor despeza o que não sucedia nos que até agora praticavão, pois por este motivo tem conseguido da generosidade do dito Senhor e seos Augustos Predecessores rendimentos avultados

⁴² ANTUNES, Manuel. O Marquês de Pombal e os Jesuítas. *Brotéria*, Lisboa, v. 115, n. 2-4, p. 124, jul. 1982.

satisfeitos pella mesma Fazenda, o que he natural pertenda outra qualquer Monachal aonde se estabelecessem, ao menos na parte em que os donde se tira viesse a cessar pelo seo justo castigo.⁴³

O Governador argumentava em defesa dos pais que tinham encargos se não com professores, com a Igreja, sob a forma de ornatos, conserto de andores e carros, procissões e festas religiosas, tudo ficando mais dispendioso que o pagamento de um mestre para seus filhos. Por isso, reiterava na mesma carta ao Secretário do Reino e Mercês, o Conde de Oeyras, datada de 25 de maio de 1759, a “urgente necessidade de escollas publicas, que havia nessa Capital depois da recluzão dos Jesuítas”⁴⁴. Ao mesmo tempo, escrevia representando as razões pelas quais havia afastado os Inacianos: o atentado a El-Rei levantara desconfianças, receios, temor de infidelidade. Portanto, para evitar os perniciosos efeitos:

Fazia percizo tirar-lhes a comunicação que lhes facilitavão as classes pelos estudantes que ensinavão, o expuz ao Reverendo Bispo que, aprovando este meo parecer, lhas mandou logo fexar.⁴⁵

Porém, a questão já havia sido tratada em carta escrita cinco dias antes, pelo Bispo Dom Francisco Xavier Aranha. A autoridade eclesiástica, tendo tomado providências para interditar as escolas, de comum acordo

⁴³ PORTUGAL. AHU. Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na Capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 99-100. [Dissertação]

⁴⁴ PORTUGAL. AHU. Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 97-103. [Dissertação] Ver tb.: APEJE, Recife. Série OR -10, [fl. s.n.]

⁴⁵ PORTUGAL. AHU. Lisboa. *Pernambuco*. Carta do governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na capitania. In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 97-8. [Dissertação]

com os demais membros que formavam a Junta Deliberativa, fechou os pátios dos estudos, tendo como argumento o atentado ao Rei. Em seguida, escreveu a Thomé Joaquim da Costa Corte Real [1756-1760], secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos:

O fis por entender que assim servia melhor a Sua Magestade, em cujo total dezagrado considero hoje a todos os Religiosos da Companhia Portuguesa, pelo contágio dos que se julgarão compleces em hum delicto tão sem semelhante.⁴⁶

Todavia, o Bispo ainda acrescentara, se desculpando, percebendo que sem escolas a Capitania não poderia permanecer:

Do meu excesso – não sendo aprovado – espero me releve a clemência de Sua Magestade, na justa consideração de que, mais que a malícia, me guiou a cinseridade, [sic] e com a menor insinuação farei quanto se me ordenar do seu Real Servisso [sic].

Por bem da República que os houvesse em outra parte; e assim, com a intervenção do Governador, se abrirão nos dous conventos dos Capuchos desta Olinda e Reciffe, onde nos pareceo mais cômodo, emquanto Sua Magestade não ordenar outra couza.⁴⁷

Mas foi em 23 de agosto de 1759 que Ordem régia quase idêntica à enviada ao Chanceler da Casa da Suplicação foi recebida por Luis Diogo Lobo da Silva, Governador da Capitania. Preparadas, as tropas cercaram

⁴⁶ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Edital tornado público por Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, para a reabertura das classes de Gramática nas cidades de Olinda, Paraíba e Vila do Recife. Cx. 52 [s.n.] In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 95-6. [Dissertação]

⁴⁷ PORTUGAL. AHU, Lisboa. *Pernambuco*. Carta do bispo de Pernambuco ao Secretário de Estado da Repartição do Ultramar, informando-o ter-se antecipado à ordem régia para a suspensão dos padres Jesuítas, uma vez que já os proibira de pregar e de confessar e mandara que fossem encerrados os seus colégios. Cx. 52 [s.n.] In: COUTO, José Jorge da Costa. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. v. 2, p. 105-7, 107. [Dissertação]

os Colégios dos Jesuítas em Olinda e no Recife, na noite de 7 de dezembro de 1759. Os militares receberam ordens para usar força e violência caso surgissem resistências. Foram presos: religiosos, aspirantes e leigos residentes. Os demais, em missões, em engenhos, residências ou fazendas, foram recolhidos posteriormente, sob escolta. Traziam o *Breviário* como único objeto pessoal. Do Colégio de Olinda foram recolhidos ao do Recife onde “uma numerosa força armada guardava o estabelecimento”.⁴⁸

Presos, sem comunicação alguma, uma manhã, alguns jovens, outros velhos e doentes, foram enxotados pelas ruas até o cais para dali embarcarem em um navio com destino à Bahia. “Os que sobreviveram às crueldades infligidas pelas criaturas de Pombal foram mandados para Lisboa”.⁴⁹ Terminava assim, um longo período de dedicação ao ensino, que “a mão arbitrária do poder em uma noite destruiu e expulsou a ciência [...] Virgílio e Cícero”⁵⁰. O Colégio do Recife virou palácio do governador, depois, por algum tempo, abrigo para “um animal selvagem de Angola”⁵¹, ou melhor, a um elefante, como registraria, em 1816, o naturalista e viajante inglês, Charles Waterton.

A substituição de professores no Reino havia sido prevista em 28 de junho de 1759, quando D. José I assinou o Alvará de Regulamento dos Estudos Menores, determinando a extinção das escolas jesuíticas. Medida que poderia ter sido inspirada em Antonio Nunes Ribeiro Sanches [1699-1782], em suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*⁵². Assim, em

⁴⁸ COSTA, F. A. Pereira. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 193-4.

⁴⁹ WATERTON, Charles. Second journey. In: ____, ____. *Wanderings in South America*. Disponível em: <<http://ia200118.eu.archive.org/hdb1/texts/8wnsa10/8wnsa10.txt1>>

⁵⁰ WATERTON, Charles. Second journey. In: ____, ____. *Wanderings in South America*. Disponível em: <<http://ia200118.eu.archive.org/hdb1/texts/8wnsa10/8wnsa10.txt1>>

⁵¹ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo na charrua São José um elefante, pássaros e galinhas, vindos do Reino de Angola. AHU. Cx. 99, Doc. 7758.

⁵² SANCHES, A. Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Com prefácio e notas. Porto: Domingos Barreira [s.d.]

benefício da economia de Portugal e seus domínios, era preciso cuidar da formação dos quadros civis e eclesiásticos, avançando os conhecimentos em Humanidades e Ciências, com a justificativa:

Que tendo consideração a que da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarchias, conservando-se por meio dellas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e qualidade; e a que por esta razão forão sempre as mesmas Sciencias o objecto mais digno do cuidado dos Senhores Reis Meus Predecessores, que com as suas Reaes Providencias estabelecêrão, e animarão os Estudos publicos, promulgando as Leis mais justas, e proporcionadas para que os Vassallos da Minha Coroa podessem fazer á sombra dellas os maiores progressos em benefício da Igreja, e da Patria: Tendo consideração outrossim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão, quando as aulas se confiãrão aos Religiosos Jesuitas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, seus Domínios.⁵³

A aplicação do novo método seria da competência dos professores régios. Após a publicação do Alvará de 28 de junho, o cargo de Diretor Geral dos Estudos foi ocupado por Dom Thomaz de Almeida, a quem competiria organizar concursos para o preenchimento de cargos para mestres em Lisboa, Coimbra, Porto, Évora. O Edital para seleção foi publicado em 28 de Julho de 1759, traduzindo em linhas gerais, as novas diretrizes para o recrutamento dos responsáveis pelo ensino:

E dezejando eu empregar todos os meus cuidados na prompta e fiel execução do que me está determinado; e sendo a primeira acção a escolha dos Mestres, que hão de ensinar a

⁵³ SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. p. 673-679.

Gramatica Latina, Rhetorica e Grego, que devo propor a Sua Magestade para que seja servido dar a sua Real aprovação: E dependendo muito do acerto desta escolha o feliz progresso de hum estabelecimento o mais glorioso, provendo as Cadeiras dos Mestres, que sejam ao mesmo tempo em vida, e costumes exemplares, e de sciencia, e erudição conhecida deve preceder a esta eleição huma noticia geral que chegue a todos para os que quizerem pertenderem occupar as referidas cadeiras fação o seu requerimento declarando o que pertendem ensinar, a sua assistencia, e se tem já exercitado o Magisterio publico, ou particularmente, e o Bairro ou Ruas, em que o praticarão, para que tirando-se as informações necessarias da vida e costumes de cada hum, e aproveitamento de seus Discipulos, se os tiverem tido se possa passar aos exames de capacidade e literatura, conforme a cadeira, que pertendem ensinar.⁵⁴

Entre o edital e a indicação dos mestres para o Ultramar passaram-se alguns meses. Em 21 de novembro de 1759, o Conde de Oyeiras assinaria, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, correspondência ao Governador de Pernambuco recebida em 22 de fevereiro de 1760, dizendo serem dois professores régios os responsáveis pela aplicação do novo método dos estudos gramaticais. O documento recebido no Recife dizia:

S Mag.^{de} he servido mandar remetter, e recommendar a V S.^a os dous Professores Regios de Grammatica Manoel de Mello e Castro, e Manoel da Silva Coelho, que vão estabelecer nessa Capitania de Pernambuco o Novo Methodo dos Estudos: Para que V. S.^a lhes faça dar Cazas, e contribuir pelos rendimentos, que antes estavaõ applicados aos mesmos Estudos, com o que julgar necessario para o seu sustento: Interpondo V. S.^a o seu parecer sobre o ordenado annual, que se deve estabelecer aos ditos

⁵⁴ ANDRADE, A. A. Banha de. Apêndice Documental. In: ____, ____. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva; Edusp, 1978. p. 189-90.

Professores, para que ahi possam viver sem indecencia, nem excesso, e trazendo se lhe sempre os Quarteis adiantados.⁵⁵

Diante dessas medidas, a gramática *Emmanuelis Alvari et Societate Iesu, De Institutione Grammatica Libri Tres. Antonii Vellesii Amiensis... Operâ aucti, et illustrati*, do Jesuíta Manuel Álvares [1526-1583] teria que ser substituída. Publicada em fins do século XVI, reeditada com algumas modificações feitas pelo Padre Antonio Vellez, conhecida como *Arte lisbonense*, foi adotada em todo o Reino, porque recomendada pela *Ratio Studiorum*, o modelo de ensino para a Companhia de Jesus.

O texto básico a ser adotado, *Novo Methodo da Grammatica Latina, para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, ordenado e composto pela mesma Congregação*, era do Oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo. A primeira edição fora impressa em Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, em 1752. Provocador, o próprio título rompia os moldes anteriores e sugeria novas formas de conduzir a aprendizagem. O livro teve em 1753 duas tiragens feitas por diferentes impressores de Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues e na Régia Oficina Tipográfica.

Valeria lembrar brevemente a celeuma instaurada em torno do “método” que resultou, na ocasião, em textos de protestos, a começar pelo Jesuíta Philiarco Pherepono, com *Mercúrio Gramatical*, impresso na Martinho Veith, em 1753. Em seguida apareceu o de Francisco Duarte, *Anti-prologo Critico, e Apologeico, no qual á luz das mais claras razões se mostram desvanecidos os erros, descuidos, e faltas notaveis que na insigne P, Manoel Alvares presumirão descobrir os RR. AA do "Novo Methodo da Grammatica Latina"*, impresso em Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1753. Mais um outro, sem indicação de impressor, escrito por José Caetano [1690-?], *Juizo Grammatical, ou primeira Audiencia, feita na*

⁵⁵ APEJE, Recife. Série OR –10, fl. 245.

casinha da Almotaçaria, sita no Vestibulo do Palacio Augusto da Republica Literaria, em 24 do mez de Março de 1754.

Toda essa reação contrária às novas formas de estudar fez com que o Oratoriano Antonio Figueiredo sob o pseudônimo de Francisco Sanches, escrevesse a *Defesa do Novo Método da Gramática Latina contra o Anti-Prólogo Crítico*⁵⁶, em 1754. Assim, a terceira edição do *Novo Methodo* só pôde ser impressa em 1756, na Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno. – Seguiram-se outras: em 1765, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1779 e 1797, na Regia Oficina Tipográfica. Desses livros parece não ter ficado exemplares ou notícias na Capitania.

A obra do Padre Pereira de Figueiredo foi inspirada na *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*⁵⁷, concebida por Antoine Arnauld e Claude Lancelot. A obra instituída no século XVII refletia e associava a preocupação pedagógica dos jansenistas aos ensinamentos teológicos, para jovens de boas famílias, dispondo de recursos para financiar os cursos dados nas *Petites écoles* [Escolas Menores], por preceptores como Nicole, Lancelot, Guyot, Coustel.

Para os padres de Port-Royal em França, o estudo da língua merecera atenção especial, num momento em que os intelectuais só falavam e liam em latim e não sabiam o francês, enquanto a sociedade economicamente mais forte só conhecia o francês e nada de latim. Regras de gramática, leitura em voz alta da tradução dos textos latinos, versão para o idioma francês de obras em latim proporcionaram mudanças, possibilitando a afirmativa de Renan: “a língua dos escritores de Port-

⁵⁶ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 72.

⁵⁷ Ver: ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*, contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas etc. Tradução: Bruno Fregni Bassetto; Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Royal é a perfeição. Ela tem a qualidade suprema da prosa, a que resume todas as outras, a naturalidade⁵⁸.”

As novas regras, contudo, não abandonaram o latim, apenas o método de ensino fora modificado, partindo do francês para a aprendizagem da língua mãe. Nessa questão, os conhecimentos de Pascal tiveram influência, revolucionando a sistemática: as vogais e os ditongos do francês representavam os sons correspondentes, em seguida eram estudadas as consoantes sempre necessitadas de sons vocálicos para então chegarem às sílabas⁵⁹. Por isso, a vocação educacional de Port-Royal foi ampliada, estendendo-se a aplicação do método didático-pedagógico ao grego, ao italiano, ao espanhol. O domínio da língua, como representação do pensamento e dos signos equivalia ao domínio da álgebra para a geometria, ou uma “instauração da ordem no espaço”.⁶⁰

Para o Padre Barbadinho pseudônimo de Luiz Antônio Verney, autor do *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*, publicado em dois volumes em Valença, na Oficina de Antonio Balle, em 1746, o estudo da *Grammaire* o levou a defender reformas para o ensino do latim. Língua que “se transformou no ideal de uma pedagogia humanista, abreviada nos seus processos e adequada na sua estrutura às necessidades novas da cultura lusitana”.⁶¹

Seria preciso acrescentar que, antes mesmo das críticas de Verney ao ensino da chamada *Arte*, do Jesuíta Manuel Álvares, houve algumas manifestações contrárias ao ensino ministrado pelos professores da

⁵⁸ RENAN. Apud ARNAULD, A.; LANCELOT, N. *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. xxvii.

⁵⁹ Uma questão defendida por Luiz Antonio Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. Falar. In: ____, ____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 98.

⁶¹ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 66.

Sociedade de Jesus. Dentre outras, as escritas pelo sargento-mor Manuel Coelho de Souza [?-1736], *Exame da Syntaxe, e Reflexões sobre as suas Regras, dividido em 3 livros*, impresso em Lisboa, na Oficina de Joseph Antonio da Silva, em 1729, com três partes.

O texto do oficial militar, não professor, provocou forte reação entre os inicianos e o aparecimento de textos defensivos, como o do Padre João de Moraes Madureira Feijó [1688-1741], escritos na segunda parte, como *Arte Explicativa*, na sua *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*, impresso em Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, em 1739. Ainda, a obra do Padre Antonio Franco, sob o pseudônimo de Francisco da Costa Eborensis [?-1624], *Contrâmina Gramatical, com que se desvanecem diversas notas e assumptos, que hum curioso imprimio contra a nunca assás louvada Arte da Grammatica Latina do P. Manuel Alvares, e contra o Promptuario de Syntaxe do P. Antonio Franco*, impresso na Oficina da Universidade, publicado em 1731.

Por outro lado, Francisco José Freire, sob o pseudônimo de Cândido Lusitano, escreveu em 1748 a *Arte Poetica, ou Regras da Verdadeira Poesia em geral e de todas as suas especies principaes*, dado ao prelo em Lisboa, na Oficina de Francisco Luiz Ameno, em 1748. “Inspirada na do ‘insigne Boileau’ e decalcada, muitas vezes, sobre a de Muratori”, como afirmou José Sebastião da Silva Dias⁶², a *Arte* tentava preencher as lacunas identificadas por Verney. Essas provocações repercutiram entre os Oratorianos. O primeiro resultado foi o livro do Padre Manuel Monteiro, *Novo Método para se Aprender Gramática Latina*, com uma segunda parte

⁶² DIAS, J. S. da Silva. Portugal e a cultura europeia [sécs. XVI a XVIII]. *Biblos, Revista da Universidade de Coimbra*, v. 28, p. 347, 1952.

publicada em 1749. Entretanto, ofuscado e esquecido, o texto foi substituído pelo do Padre Antonio Pereira de Figueiredo.⁶³

Os textos religiosos, principalmente os catecismos, serviam para representar a verdade transmitida pelos emissários do Pai Celeste e orientavam as virtudes da educação espiritual clássica, distante das frivolidades. Ao mesmo tempo, era a oportunidade para o ensino da língua. Nesse sentido, a *Gramática*, do Oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo, trazia para o mundo português tardiamente a concepção de Port-Royal expressa por Claude Lancelot.

Nessa perspectiva, em terras do além-mar aportaram professores enviados pelo Principal Almeida, Diretor Geral dos Estudos que, desconhecendo o “número dos estudantes que pode haver nesse Paiz” e “sem nunca pensar em diferenciações de métodos ou programas para os trópicos”⁶⁴, delegara aos mestres a tarefa de substituir os Inacianos e o método de estudo, sem esperar reações adversas, vez que seria implacável diante do não cumprimento das ordens régias. “Apenas uma circunstância o vai afligir: a distância a que terá de operar com eficácia”⁶⁵. Mas, para alcançar as terras de além-mar, fará uso das missivas, contendo versões e visões dos fatos envolvendo protagonistas do enredo ensino-aprendizagem.

Os recém-chegados, que não vieram com ordenados definidos, mas a serem pagos pelos discípulos, como o Principal Almeida expôs: “por se nam poder formar juizo certo do que la he preciso para se sustentar hum homem com decência”⁶⁶. Na Capitania, ao Governador foi transferida a

⁶³ DIAS, J. S. da Silva. Portugal e a cultura européia [sécs. XVI a XVIII]. *Biblos, Revista da Universidade de Coimbra*, v. 28, p. 347, 1952.

⁶⁴ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 6.

⁶⁵ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 6.

⁶⁶ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 52. [PORTUGAL. AHU, Lisboa, Cx. 52, PE, n.1]

responsabilidade de lhes dar casas e o ordenado de 400\$000, julgado suficiente para o sustento sem excessos, pagos adiantadamente.

Os mestres recrutados em Lisboa, a quem “as circunstâncias de bom procedimento, vida e costumes e sciencia de Grammatica” tornava-os “merecedores do emprego que vam exercitar”⁶⁷, deveriam também proceder aos exames de candidatos locais, para o cargo de professores. Diante do novo cenário repleto das marcas dos Jesuítas, encontraram um ambiente hostil à adoção das regras gramaticais que modificavam o ensino anterior. Acrescia um certo ressentimento contra mestres portugueses e não aos da terra, que continuavam a ensinar. Incluindo alguns, que residiam em casa dos alunos, adotando o antigo método.

Uma profunda resistência dificultava as atividades dos mestres, não apenas por parte dos alunos, ou dos pais também pelo Desembargador Ouvidor Bernardo da Gama e Casco, que se dizia possuidor da *Arte do Padre Manoel Álvares e da Ars Grammaticae pro Lingua Lusitana addiscenda Latino Idiomate proponitur... Ad finem ponitur orthographia...*, ou da *Prosodia in Vocabularium Bilingue Latinum, et Lusitanum Digesta*, de Bento Pereira. S. J. [1606-1681].⁶⁸

Daí os professores terem recebido, em Lisboa, a recomendação para que conquistassem o respeito da população, dos alunos, tendo para isso, que cumprir as Instruções da *Breve Instrucçam para Ensinar a Doutrina Christãa, ler e escrever aos Meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da*

⁶⁷ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 51.

⁶⁸ ATESTADO dos professores régios Manoel da Silva Coelho e Manoel de Melo e Castro, no qual há referências ao que se passara entre eles e Bernardo Coelho da Gama e Casco, quanto à Arte da Gramática do Padre Manoel Alvarez. Apud ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 209.

*Lingoa Portuguesa e sua Orthografia*⁶⁹. Deveriam ser obedecidas também as *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El-Rey Nosso Senhor*, em Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca, em 1759, para serem divulgadas por todo o Reino.

Quanto ao uso de livros, deveriam seguir a ordem da *Memória dos Livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método*, onde constavam entre outros: a *Rhetorica*, de Aristóteles, em edição de 1674, o *Tractado do Sublime*, de Longino, todos os escritores latinos em prosa e verso, como Salústio, Tito Lívio, Cornélio Nepos, Cícero, Quintiliano, *Histórias Antiga e Romana*, de Rolin, deste autor, ainda, *O Methodo de Estudar as Bellas Lettras*, *Historia da Igreja abreviada*, de Racine, *Sermões*, de Santo Agostinho, *Lógica*, de Verney ou de Genovesi, *Dicionários de gregos*, de Escapula e de Escrevelio, *Dicionários de latim*, de Fabro e Facciolati...⁷⁰

Porém, nas classes, entre 1760 e 1762, o mestre Manoel da Silva Coelho, bacharel formado na Universidade de Coimbra, foi acusado de não ter pulso firme para controlar a indisciplina e as desordens provocadas pelos alunos. Tentando “evitar certos constrangimentos e detrimentos”, bem como falta de aproveitamento, como alegavam os pais, foram solicitadas transferências dos filhos para outro professor, medida aceite pelo Juiz de Fora, à época Bernardo Coelho da Gama e Casco. O comissário do Principal Almeida parecia abominar o novo método, atestaram os dois professores, motivo suficiente para prisões já ocorridas

⁶⁹ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 119-182. PORTUGAL. AHU, Lisboa. Pernambuco, Cx. 51, 52. 1759. [Doc. não localizado no “Projeto Resgate”].

⁷⁰ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 185-6.

em Coimbra, no Porto.⁷¹ Pesava também sobre o comissário a palavra do Governador da Capitania: “não conheço a docilidade precisa para sem estrondo se conseguir, o que é útil à pátria e o real serviço”.⁷²

Era Gama e Casco também responsável pela punição, em vista das queixas “contra os professores régios de gramática latina” que, tendo começado as aulas com 57 estudantes tinham “desertado tantos da tal aula”⁷³, que restavam apenas 12, conforme dissera. Esses números, entretanto, foram diferentes dos mencionados pelo Governador e Capitão-General Luiz Diogo Lobo da Silva, em carta ao Principal Tomaz de Almeida, em 22 de novembro de 1762, quando dizia haver 13 alunos, dos noventa anteriores, na classe de Manoel da Silva e na de Manoel de Melo “em que só andavam seis com vinte e seis” anteriores.⁷⁴

As ocorrências na Colônia tinham comunicação certa para as autoridades superiores em Lisboa, não seria diferente quanto aos mestres. Assim, ao tomar conhecimento das transferências dos alunos o Diretor Geral Principal Almeida, passara ordem para que fossem seguidos os preceitos das *Instruções*, com medidas de advertência ao professor das aulas régias em Santo Antônio, no Recife. Por outro lado, fora informado da falta de livros sobre o novo método e das preferências dos pais pela orientação metodológica dos Jesuítas.⁷⁵

⁷¹ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 56-57, 120.

⁷² CARTA de Luiz Diogo Lobo da Silva ao Principal Dom Tomaz de Almeida, em 24 de agosto de 1762. Apud CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 214.

⁷³ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 121, 194-5.

⁷⁴ CARTA de Luiz Diogo Lobo da Silva ao diretor geral dos Estudos na qual se relatam episódios referentes ao ensino do latim em Olinda, de 22 de novembro de 1762. Apud CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 218.

⁷⁵ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 59.

Em longas cartas, ou em “sucinta relação”, o professor Manoel da Silva Coelho fez a sua defesa, descrevendo fatos, expondo as condições de vida, posições assumidas pelo representante do diretor geral e pelo Sr. Bispo, demonstrando a situação dos discípulos, recomendando um deles como possível professor, apesar das freqüentes faltas dos alunos, explicando como procedia:

Educando, e instruindo conforme as leis. Além do mais que lhes pratico; aplico o meu maior desvelo a fazê-los reger muito, construir muito, e compor muito com pureza e acerto. Aquele aumento que lhes considero parece-me advém mais, se não é inteiramente ao meu zelo, e trabalho que ao seu estudo pela muita preguiça, de que este terreno é o mais fértil que tenho conhecido.⁷⁶

Na carta, aproveita a oportunidade para reforçar o aumento das cômputas, o que julgava desnecessário repetir, por causa do número de vezes em que o assunto fora tratado:

Que a que aqui nos arbitraram é muito pouco proporcionado aos gastos do país e decência, que S. M. mandou [ainda que nos defenda o fasto]; se nos atendesse a esse respeito. Falta-nos o necessário para passarmos com a decência de vida. Até agora não pudemos comprar mais que um escravo, que é toda a nossa família: quando este adoece passamos muito mal por não termos quem nos sirva e o mais que a V. Ex.a tenha ponderado; principalmente na carta que foi pela frota da Bahia o Sr. Gen. Está muito bem informado nos gastos da terra. Ele mesmo nos disse que quatrocentos mil réis em Lisboa valiam mais, que aqui oitocentos. O que posto: nós não pretendemos senão a equidade para o que ficamos certos na proteção de V. Ex.a. Digo ultimamente, e o confesso com ingenuidade: que a não ser a honra e gosto grande que

⁷⁶ CARTA de Manoel da Silva Coelho a Dom Tomaz de Almeida defendendo-se de diversas acusações, de 18 de julho de 1762. Apud CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 208.

tenho no serviço do meu soberano e de V. Ex.a, certamente me não deteria aqui, ainda pelas maiores conveniências.⁷⁷

A documentação percorrida não informava se houve e de quanto teria sido o aumento para os professores de fora, vez que os já existentes percebiam menores quantias. Enquanto isso, divergências e concordâncias em torno do método se avolumavam, aumentando a rejeição aos professores, levando o Governador a posicionar-se quanto à situação, para o Principal Almeida. Outros fatos levaram Manuel da Silva Coelho à prisão, por envolvimento com D.^a Anna da Silva e Mello. Depois de tantas experiências negativas no lugar, pôde com o “fim de se recolher em hum clauzura”⁷⁸, regressar a Lisboa, para isso, recebeu autorização régia datada do dia 5 de novembro de 1770.

A partir daquela data, estando no Governo o Capitão-General Manuel da Cunha e Menezes [1769-1774] e sendo Ouvidor Geral de Pernambuco, Dr. José Teotônio Sedron Zuzarte, o cargo de professor régio seria ocupado sem pagamento e substituído:

Por algum dos Mestres approvados no exame que fizerão, com a condição, porém, que este que ficar substituindo a dita cadeira, não deve perceber ordenado algum de Sua Magestade, mas sim deve contentar-se com a paga que os Pays dos estudantes lhe derem, conforme o costume desse Paiz.”⁷⁹

A raridade dos livros didáticos na Capitania levava os professores que assumiam os postos a prepararem manuscritos para leitura que, pela

⁷⁷ CARTA de Manoel da Silva Coelho a Dom Tomaz de Almeida defendendo-se de diversas acusações, de 18 de julho de 1762. Apud CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 208.

⁷⁸ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 90.

⁷⁹ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 90. [Ms. da Liv. 2 596 e na lista de 16, ago., 1792.

freqüência do uso sofriam vários danos. A situação perdurou por muito tempo até manuais impressos serem remetidos pelo Reino.

Em 1781, o poeta, músico e compositor Major Luís Alves [Álvares] Pinto [?-1784] foi nomeado regente interino da cadeira de primeiras letras no bairro do Recife. Receberia como vencimentos anuais a importância de 90\$000, mas tendo sido promovido a regente em 1784, passou a perceber 150\$000. A experiência didática proporcionou ao professor a redação e a publicação, no mesmo ano de sua morte, do *Diccionario Pueril para o uso dos Meninos, ou dos que principiaõ o ABC, e a soletrar dicções*, impresso em Lisboa, com 15 cm., 79 páginas, na Officina de Francisco Luiz Ameno, em 1784.⁸⁰

Outros livros, em pequeno formato, passaram a complementar a remessa do Reino, como exemplo, o *Cathecismo da Doutrina Christãa*, do Padre Manuel da Assunção, O.E.S.A., publicado em Lisboa, em 1763, na Officina de Francisco da Sylva.⁸¹

Afastados os Jesuítas em 1759, o Estado monárquico que adotara o novo método de ensino dos Oratorianos teve, apenas em 1773, a confirmação e aceitação emitida por Roma. Assim, foi por carta datada de 9 de setembro, que o Governador e Capitão-General Manuel da Cunha e Menezes e o Bispo de Pernambuco receberam comunicado ter o Papa Clemente XIV suprimido e extinto a Companhia de Jesus. Ato conferido pela bula *Dominus ac Redemptor Noster Jesus Christus*, assinada em 21 de julho de 1773, na Igreja de Santa Maria Maior. A carta recomendava ao Bispo:

⁸⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, 386. Ver tb.: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

⁸¹ Ver: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

Render a Deus Nosso Senhor as mais solenes graças pela especial providência e iluminação com que visivelmente inspirando e guiando todas as providências do mesmo santo padre desde o primeiro dia em que tão dignamente subiu à cadeira de S. Pedro até o dia 21 de julho deste corrente ano: o destinou para empreender com iluminada compreensão, prosseguir com singular prudência, e consumir com apostólica constância uma obra de que dependia todo o sossego e paz da igreja universal, e a tranqüilidade pública de todas as monarquias, soberanias e povos das quatro partes do mundo descoberto.⁸²

O Governador, para dar conhecimento geral, mandou à Câmara do Recife, para que fosse mandado publicar “com a maior solenidade possível, luminárias por três dias nesta vila, com a pena que parecesse aos moradores que faltassem a este devido efeito”⁸³. As ordens estenderam-se à divulgação:

Por edital, ao som de caixas, a bula de extinção da Ordem, bem como o decreto de 9 de setembro, conferindo-lhe o competente beneplácito régio”.⁸⁴

Aos juízes determinou devassa aberta pronta para o recebimento de denúncias. Afixado edital na frente da casa de guarda da ponte de Santo Antônio, estava terminada formalmente toda uma história dos Jesuítas, em Pernambuco. Mas ficaram: a formação, a cultura, impregnadas na vida dos homens.

⁸² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 324.

⁸³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 326.

⁸⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 326.

F L O S
S A N C T O R U M
DE LAS
VIDAS DE LOS SANTOS,

ESC R I T O

POR EL PADRE PEDRO DE RIBADENETRA,
de la Compañía de Jesus , natural de Toledo:

AUMENTADO DE MUCHAS,

POR LOS PP. JUAN EUSEBIO NIEREMBERG , Y FRANCISCO GARCÍA
de la misma Compañía de Jesus:

AÑADIDO NUEVAMENTE

LAS CORRESPONDIENTES PARA TODOS LOS DIAS DEL AÑO,
vacantes à las antecedentes impresiones,

POR EL MUY REVERENDO P. ANDRÉS LOPEZ GUERRERO,
*de la Orden de nuestra Señora del Carmen , de la Observancia,
de la Provincia de Castilla.*

Y EN ESTA ULTIMAMENTE ADDICIONADO

CON LAS VIDAS DE ALGUNOS SANTOS ANTIGUOS, Y MODERNOS,
*para satisfacer à las piadosas ansias , y vivos deseos de tantos , como las piden , y
solicitan ; las quales tanto éstas , como las del M. R. P. Andrés Lopez
Guerrero , ván notadas con este señal.**

Dividido en tres Tomos, y cada uno de estos en quatro meses del año.

TOMO PRIMERO,

CONTIENE LA VIDA DE CHRISTO , Y SU SANTISSIMA MADRE,
y de los Santos incluídos en los meses de Enero, Febrero, Marzo, y Abril.

DEDICADO

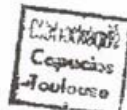
A LA MAGESTAD SOBERANA

DE CHRISTO,

REY, SEÑOR, Y REDEMPTOR NUESTRO.

CON LICENCIA.

Barcelona . En la Imprenta de los Consortes Sierra , Olivér , y Martí,
Plaza de San Jayme. Año 1790.



A criação da Mesa de Censores Régios

A expulsão dos Jesuítas provocou no Reino de Portugal alguns problemas sociais e culturais: as escolas e as Universidades de Coimbra e Évora perderam professores, a censura continuava como um sério obstáculo à difusão do conhecimento, as oficinas tipográficas permaneciam em mãos de estrangeiros radicados em Portugal. Para conseguir mudanças, seria preciso combater os privilégios da nobreza e do clero, aumentar a capacidade de atuação do Estado, mesmo tendo que conceder títulos e privilégios à burguesia, aos letrados, a populares, subvertendo as antigas hierarquias.

Assim, condições e princípios ordenadores do sistema educacional tiveram que se transformar, passando a receber influências e contribuições dos doutores não mais da Sociedade de Jesus, mas de outros licenciados, especialistas vários, alguns da Ordem de São Felipe Néri, voltados para o ensino das Humanidades, das Ciências. Era preciso vencer o atraso.

A vida econômica carecia de especialistas, isto é, de gente que se consagrasse por completo ao trato mercantil, à indústria ou à finança. Os comerciantes foram autorizados a instituir morgadios. Tornou-se inevitável a todos uma educação regular que à nobreza repugnava.¹

O começo foi pela via cultural, com reformas no sistema pedagógico ainda em 1759. A garantia para o andamento das novas estruturas, incluindo o pagamento de professores, pressupôs a criação do Subsídio

¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 367.

Literário. Medidas que “a adaptação da velha aristocracia às novas realidades levaria tempo”.²

No desenrolar das primeiras disposições, no entanto, a continuidade das ações do Tribunal da Inquisição contrastava com os propósitos de avanço da sociedade, por não terem sido abolidos os autos-de-fé e a pena de morte. O processo penal vigorando até 21 de setembro de 1761, quando o Padre Gabriel Malagrida, septuagenário, com a saúde arruinada, o intelecto combalido, tendo escrito na prisão do Junqueira, dois livros hereges, a *Vida Heróica e Admirável da Gloriosa Santa Ana* e o *Tratado sobre a Vida e Reinado do Anticristo*³, foi acusado de heresia e de ter tomado parte na conspiração contra a vida do Rei em 3 de setembro de 1758. A denúncia assinada pelo Conde de Oeyras⁴ levou à execução mais 56 sentenciados⁵. A violência do ato talvez simbolizasse o fim dos Jesuítas em Portugal.

Nessa luta política entre os poderes monárquico e eclesiástico resultara, em 1760, a saída dos súditos portugueses de Roma. O rompimento teve como argumento a fragilidade das relações existentes⁶ entre a Coroa Portuguesa e a Igreja, vindas desde o século XIII. Esta versão não deixava à mostra a forte pressão de Portugal junto ao Papa para conseguir a completa extinção da Sociedade de Jesus. Contudo,

² MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 367.

³ D'AZEVEDO, J. LUCIO. O Marquês de Pombal e a sua época. 2. ed. com emendas. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova, 1922. p. 203. Ver tb.: VERISSIMO, Ignácio José. *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. p. 278.

⁴ BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura intelectual em Portugal*: ensaio sobre a compreensão do pensamento português. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1983. p. 39.

⁵ O padre jesuíta Gabriel Malagrida [1687-1761] italiano, vivera no Brasil, tentado criar seminários destinados à formação de jovens sacerdotes, onde o ensino seria pago e o funcionamento em regime de internato. Assim foi em Belém de Cachoeira, na Bahia, em Belém, no Pará, em São Luiz, no Maranhão, em Salvador, na Bahia, e na Paraíba. Fundou ainda: Recolhimentos para Moças no Maranhão, na Bahia e em Igarassu, PE, tendo feito tentativa de criar um Convento de Ursulinas no Recife, na Soledade.

⁶ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. p. 426.

proporcionava a justificativa necessária para o Conde de Oeyras “colocar a Igreja sob o firme controle do Estado”⁷. Por nove anos, o Estado foi reconhecido como a pessoa do Rei, que se identificaria como absolutista, isto é, não sujeito a quaisquer limites contra os quais a razão nada pudesse.⁸

Contudo, o ministro de D. José I, pretendia dar andamento às reformas estruturais a implantar no Reino. Obter o apoio da França e da Espanha marcadas pelo rigor do catolicismo seria fundamental. Para isso, enviou a Ayres de Sá e Mello, Embaixador de Madrid, em 1767, uma carta e caixotes, contendo dez exemplares do livro que mandara escrever *Dedução Chronologica e Analytica na qual se manifesta o que successivamente passou nas diferentes epocas da Igreja sobre a censura, proibição e impressão dos livros...*, um libelo contra os Jesuítas em texto assinado por Joseph de Seabra da Sylva. Seguiram, ainda, dez exemplares da *Petição de Recurso do Procurador da Coroa*, e mais quatro jogos das *Constituições dos Jesuítas*⁹. Os documentos se referiam aos Inacianos como opressores, tendo roubado os índios, iludido a Igreja, jogado as povoações contra o governo português, motivos amplos para justificar a expulsão da Ordem dos domínios portugueses.

Naquele mesmo ano, foi comprovada a força da divulgação do texto *Dedução Chronologica*, circulando por vários países e na Capitania. O livro tornou-se um meio de fazer correr a versão sobre “o extremo perigo em que estavam os soberanos se demorassem em unir-se contra os

⁷ SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*, ensaio sobre o regalismo e o jansenismo em Portugal na segunda metade do século XVIII. *RHDI/M* de P, 4, p. 167-203, 1982. Apud MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 99.

⁸ HESPAÑA, Antônio Manuel. *O absolutismo de raiz contratualista*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004.

⁹ ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL, Rio de Janeiro. *Publicações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p. 32-42.

Jesuítas”¹⁰. Cresceu o número de leitores e o número de acusações e de injúrias contra os Inacianos, que pretendia:

Arruinar os cimentos da literatura portuguesa, para perpetuar seu ‘despotismo’ com a introdução ilegal dos ‘Índices Romano-Jesuíticos [...] com isso, conseguiram os Jesuítas implantar no reino a ‘mais crassa e densa ignorância’ e eliminar ‘todos os livros de boa e sã doutrina’, [...] aqueles que tratavam da distinção entre o sacerdócio e o império; da harmonia entre a igreja e o Estado; da natural obediência com que os preceitos divinos sujeitam os vassalos à observação das leis de seus soberanos’ e introduzindo os ‘livros corrompidos e sediciosos’ que expunham suas máximas, como a defesa do regicídio e tiranocídio”.¹¹

Assim, o rompimento com a Ordem salvaria os portugueses do estado de ignorância, visto a *Dedução* afirmar que fora dado aos

Inacianos a responsabilidade de guardiões da leitura e da verdade, por serem os responsáveis pela proibição e censura dos livros, sob pena de heresia ou de ser ‘mal afeito à Igreja’, utilizando para ele o ‘ferro, fogo e água’ para tiranizar seus opositores, convertendo os portugueses em escravos das ambições temporais da Cúria, assim como a cobiça e soberba dos Jesuítas ao carecer o povo de armas intelectuais para defender-se do que poderíamos qualificar de pensamento único que instaurou a Sociedade de Jesus para as ciências e as letras portuguesas.¹²

¹⁰ VERISSIMO, Ignácio José. *Pombal, os Jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. p. 336.

¹¹ ARENAS, Mar García. La Compañía de Jesús em la *Deducción Cronológica y Analítica pombalina*. In: *Revista de História Moderna*, Alicante, n. 21, p. 28, 2003. Disponível em: <publicaciones.ua.es/Libros PDF/0212-5862-21/14-His.pdf> [Trad. G.V.]

¹² ARENAS, Mar García. La Compañía de Jesús em la *Deducción Cronológica y Analítica pombalina*. In: *Revista de História Moderna*, Alicante, n. 21, p. 29, 2003. Disponível em: <www.publicaciones.ua.es/Libros PDF/0212-5862-21/14-His.pdf> [Trad. G.V.]

Desse modo, ficava demonstrado, na segunda parte do livro, que não caberia àquela Sociedade o exercício das funções inerentes ao Estado, tendo a regalia de proibir ou censurar livros.

A publicidade contra os Inacianos chegou em Pernambuco por carta, remetendo o *Compendio das Dezordens* ao Capitão-General D. José da Cunha Grã Ataíde e Melo, Conde de Povolide¹³, nomeado Governador de Pernambuco, desde agosto daquele ano. Na encomenda foram acrescentados quatro exemplares da *Petição de Recurso* apresentada pelo Dr. José Seabra da Silva, procurador da Real Coroa. O pacote trazia também dez cópias da lei que extinguiu todas as confrarias, associações e comunicações dos privilégios da Companhia de Jesus.

Outra carta assinada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Conde de Oeyras, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 20 de outubro de 1767, confirmava a remessa de um caixote contendo “*massos de exemplares do Index das Couzas mais notáveis, que se contem na Primeira, e Segunda parte da Deducção Chronologica, e Analyptica, e suas Petições de Recurso p.a se ajuntar ao fim da Segunda Parte da mesma Deducção*”, a serem distribuídos “para as pessoas a quem se dirigem”.¹⁴

Essas providências para divulgar a justificação da expulsão dos Jesuítas seria uma forma “publicitária”, procurando defender e preparar os espíritos para firmar a autonomia da coroa diante da Igreja de Roma. Assim, o soberano estaria “ungido de Deus Todo-Poderoso, imediato à sua

¹³ APEJE, Recife. OR. 14. *Carta régia de 20.10.1767*, para o Conde de Povolide, Governador de Pernambuco.

¹⁴ APEJE, Recife. OR. 14. *Carta régia de 02.03.1769*. MS, p. 34, para o Conde de Povolide, Governador de Pernambuco.

divina onipotência, e tão independente que não reconhecia na terra senhor superior temporal”.¹⁵

Com certeza, no campo da autorização, controle e divulgação do conhecimento, a maior demonstração de uma forma específica do poder do Estado seria a destituição do Tribunal da Inquisição da incumbência de julgamento das obras, ou melhor, das idéias veiculadas. Ampliar a oferta de livros, títulos e exemplares, para atender à renovação do ensino e à preparação dos professores significava manter a instituição da censura, porém, estruturada de outro modo.

Entretanto, a solução para a leitura não deveria estar na ordem das prioridades, visto a organização ter sido implantada nove anos após a expulsão dos Jesuítas. A questão dos livros, mesmo não tendo sido considerada prioritária, fizera parte dos conhecimentos adquiridos por Sebastião José de Carvalho e Melo, quando estivera observando costumes de vida no exterior.

Na verdade, a censura dos livros indicava que o controle da escrita e da leitura vinha de muito longe, há muito tempo, mas havia tomado feições diferenciadas nos países onde:

A ideologia do iluminismo apregoava ser o livro capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda a nação.¹⁶

Essa perspectiva propagara-se com variações em diferentes lugares, alterando o cerceamento à leitura promovido pelas ideologias da Igreja

¹⁵ HESPAÑA, Antônio Manuel. *História do Estado em Portugal*. Universidade Nova de Lisboa, 2004. p. 10.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 261.

Católica Romana. A justificação para promover uma nova ordem de vigilância sobre os impressos, de acordo com a razão dominante¹⁷ no Antigo Regime, seria a reforma da burocracia estatal que, no Reinado de D. José “era fiscalista e unitária”¹⁸. Portanto, buscava laicizar a administração, reformar os estudos menores e superiores, impulsionar o ensino profissional, com aulas de comércio e artilharia. Para a estruturação desse novo Estado, o Secretário de D. José I havia somado experiências de vivência em outros países.

Naquele momento, a intervenção da censura nas formas de produção intelectual era uma questão considerada de Estado, não mais pertencente à Igreja. Para exemplificar, a França, desde o final do século XVII, havia centralizado na *Direction de la Librairie* [1750-63] o controle dos livros, ou seja, alterara as formas para impedir ou proibir a impressão, anteriormente subordinadas à Sorbonne,¹⁹ às universidades, aos bispos. Em substituição, entre outros procedimentos, foi implantado o registro controlado antes dos manuais chegarem ao prelo, para evitar o prolongamento existente, por toda a Europa, da rota ilegal ou clandestina de publicações com temas não aceitos ou considerados imorais, bem como o cerceamento às falsificações em geral, incluindo imagens e estampas.

Na França, ao secularizar os mecanismos de avaliação ou controle de textos, o governo pôde descentralizar a aprovação dos manuscritos ou das reedições, dentro ou fora de Paris. Em alguns casos, cabia aos chefes de polícia a “permissão tácita”, ou a “cobertura” do Estado às obras que não deveriam ser condenadas²⁰. Esse caminho facilitava aos editores da capital o monopólio da edição e ao Estado monárquico, a organização e o

¹⁷LIMA, Luiz Costa. *O fingidor e o censor: no Ancien Régime, no Iluminismo e hoje*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988. p. 28.

¹⁸ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Administração pombalina*. Brasília: Edunb, 1983. p. 13.

¹⁹ TAVARES, Rui. *O labirinto censório: a Real Mesa Censória sob Pombal (1768-1777)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. p. 29.

²⁰ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel [Org.]. *Revolução impressa: a imprensa na França [1775-1800]*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 26.

mapeamento ideológico²¹, bem como a garantia de maior circulação de moeda. Era uma forma mais branda de controle da leitura.

Na Inglaterra, o fácil acesso e a grande oferta de obras publicadas, pôde ser comprovado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, quando vivera em Londres e tivera oportunidade de conhecer livros sobre história grega e romana, gramática, geometria, navegações, ciência política, finanças, agricultura, comércio, artes e manufatura. Na oportunidade, sentiu-se tentado a gastar “boa parte do vencimento na aquisição de livros, como se depreende dos dois catálogos em francês que no ano de 1743 mandou organizar da sua biblioteca”.²²

O futuro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra de D. José I, depois de viver na Inglaterra, observando “o direito dos cidadãos particulares exercerem a crítica pública, o direito de representação, as garantias constitucionais”²³, foi para Viena. Na Corte austríaca, como enviado extraordinário, pôde analisar a expansão cultural e as formas de controle da produção intelectual. Na Áustria, a rigorosa legislação dos direitos, deveres e relações entre os diferentes “produtores” dos livros controlava a expansão do “privilégio de imprimir”, sendo os professores universitários recompensados quando publicavam literatura erudita.²⁴

Portanto, podendo comparar as modalidades de censura exercidas por países da Europa, Sebastião José de Melo, o Conde de Oeyras, ao

²¹ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel [Org.]. *Revolução impressa: a imprensa na França [1775-1800]*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 26.

²² VENTRE, Madeleine. *L’Imprimerie et la librairie em Languedoc au dernier siècle de l’Ancien Regime, 1700-1789*. Paris, Haia, 1958. p. 78-86. Apud DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel [Org.]. *Revolução impressa: a imprensa na França [1775-1800]*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 25.

²³ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p. 136.

²⁴ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel [Org.]. *Revolução impressa: a imprensa na França [1775-1800]*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 26.

assumir a função, sabia como se articulavam as diversas instâncias e quais as competências necessárias para o julgamento de temas, punição de autores, impressores ou mercadores. Sabia e dimensionava qual o lugar e a função dos livros na preparação dos quadros administrativos para as funções e instrução públicas, como diria anos mais tarde em suas *Memórias Secretíssimas*.

Por outro lado, os homens de letras ou “estrangeirados” eram a favor dos avanços científicos que Portugal deveria conquistar, mediante uma grande transformação na Universidade de Coimbra, na metodologia do ensino, com livros e leituras que deveriam existir, para a divulgação da Filosofia, das Ciências, da Medicina.

As definições quanto à estrutura e ao modo de atuação da censura vieram acompanhadas de outras medidas. A primeira, em 5 de abril de 1768, em Lisboa, quando impressores às vezes se confundindo com livreiros, escritores e leitores receberam notícias sobre a *Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros, que houverem de correr no Reino*²⁵, destituindo o Tribunal da Inquisição, o Ordinário e o Desembargo do Paço do exame prévio e da censura de livros.

A segunda medida, de 24 de dezembro do mesmo ano, divulgava o alvará ordenando a criação da Regia Oficina Tipográfica ou Impressão Régia²⁶, a ser encarregada da edição dos livros de caráter pedagógico da Diretoria Geral de Estudos, instituída na reforma dos estudos menores²⁷.

²⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Alvará de 5 de abril de 1768; *Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros*, que houverem de correr no Reino. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. p. 333-337.

²⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Alvará que institui a Impressão Regia ou Régia Officina Typographica*, 24 de dezembro de 1768. In: RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates, 2000. p. 172.

²⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Alvará de Regulamento dos Estudos Menores. 28 de Junho de 1759 In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa*: desde a

À Officina Regia foi atribuída a responsabilidade da impressão dos livros da Universidade de Coimbra e do Real Colégio dos Nobres [1761]. Uma outra função foi acrescida: continuação do ensino dos “Aprendizes da Fabrica de Letra”, até então encarregada de produzir caracteres tipográficos.²⁸

Esses pontos foram reafirmados na exposição de motivos da lei instituindo a *Real Mesa Censória*. O texto, embora longo, merece ser divulgado, porque argumentava, ou reproduzia, a *Deducação Chronologica*. Mas ao afirmar a autoridade e direito do Rei pôs a descoberto a parte frágil da Coroa, que se deixara dominar pelas artimanhas dos Jesuítas, cercar pela cultura fortemente clerical, ficar subjugada ao controle intelectual representado pelo *Index Expurgatório*.²⁹

Os Senhores Reis [...] uzarão sempre do referido Direito de prohibirem com penas externas nos casos occurrentes, e até mesmos Livros, e Papeis concernentes á Religião, e á Doutrina; e onde desde os principios da Monarquia não permitiraõ, que se executassem as referidas Bullas, Breves, ou Rescriptos da Curia Romana, sem precederem as suas Cartas de publicação, ou Regio Beneplacito: Succedera, que o governo dos denominados Jesuítas com todos os sobreditos dólos, collusões, obrepções, abuzos, e originarias, e insanaveis nullidade maquinárão hum volumozo Index Expurgatorio, dentro no Collegio de Santo Antão da Cidade de Lisboa, debaixo da Inspecção do seu Provincial Balthazar Alves; e o fizerão publicar em Nome do Bispo Inquizidor Geral Dom Fernando

ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. p. 673 a 679.

²⁸ IMPRENSA Nacional: actividade de uma casa impressora, 1768-1800. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975. p. 17-67.

²⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Alvará de 5 de abril de 1768; Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros, que houverem de correr no Reino. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. p. 333-337.

Martins Mascarenhas, com elles associado para a maquinação, e publicação do referido Index;

Lembrava, ainda, que o *Index*, em toda a Europa, estava reprovado, repellido com espanto, mas em Portugal havia sido imposto, pelos Jesuítas.

Estabelecendo por bazes delle as Bullas dos Indices Romanos, que as Cortes mais exemplares da Religião, e no respeito á Sede Apostolica tinham universal, e inflexivelmente reclamado, e repellido; como contrarias ás Paternaes Intenções dos Summos Pontífices, em cujos Nomes forão lavradas; como enormissimamente lezivas de todas as Soberanias Temporaes; e como diametralmente incompatíveis com o socego público dos Reinos, e Estados: Succedera, que fazendo a prepotencia dos mesmos Jesuítas o mais malicioso uso das muitas revoluções, que nesta Côrte, e Monarquia concitarão depois do Anno de mil seiscentos e vinte e quatro; conseguirão com as suas costumadas intrigas confundirem a inspecção dos Livros, e Papeis entre o Ordinario, entre o Santo Officio, e entre a Meza do Desembargo do Paço, em tal fórma, que descançando huns dos ditos Tribunaes no cuidado dos outros; e não cabendo aliás na possibilidade dos seus respectivos Ministros fazerem compatíveis com a occurencia do Despacho dos seus expedientes os exames de todos, e cada hum dos innumeraveis Livros, e Papeis, que se devião permitir ou defender; vierão a faltar todas aquellas vigilantes, e vigorosas providencias, que fazia indispensaveis hum negocio de tanta importancia:

Ao mesmo tempo, reconhecia a Coroa o “inculpavel, e necessario idiotismo, em que forçosamente vieram cair”:³⁰

³⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Alvará de 5 de abril de 1768; Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros, que houverem de correr no Reino. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa*: desde a ultima compilação das

E succedera, que os mesmos Jesuitas; servindo-se dos sobreditos meios, extinguindo nestes Reinos, e seus Dominios, todos os Livros dos famosos, illuminados, e pios Authores, que nelles tinhão formado os Egregios Professores, os Apostolicos Varões, e os assignalados Capitães, que nos Seculos, de mil e quatrocentos, e de mil quinhentos encherão de edificação, e de assombro as quatro Partes do mundo, e substituindo no lugar daquelles uteis Livros, os outros Livros perniciosos das suas composições, ordenadas a estabelecerem o seu dispotismo sobre a ignorancia: Conseguirão logo precisamente desterrarem desta Monarquia toda a boa, e são Literatura, precipitarem todos os Vassallos de Portugal no inculpavel, e necessario idiotismo, em que forçosamente vierão a cahir; e fecharem assim os olhos, e atarem as mãos a todos os Estados da mesma Monarquia; para não acharem nelles a menor resistencia nas funestas occasiões, em que os precipitarão nas repetidas revoluções, e insultos, que os mesmos Jezuitas concitarão nestes ditos Reinos, e seus Dominios.³¹

Ao reconhecer a herança recebida, destituir os Jesuítas, assumir as atribuições da censura oficial, a Coroa não abdicava das prerrogativas de proibir livros. Por isso, implantar o *Regimento da Real Mesa Censória*³² foi urgente. Dez “títulos”, regulamentavam as funções que iam do Presidente da Mesa, passando por Deputados, Secretário, Porteiro, Contínuos, Exame dos Livros, Exame simples ou conferência, Exame formal, Jurisdição da Mesa, até as “Regras que devem observar na Censura dos

ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. p. 333-337.

³¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Alvará de 5 de abril de 1768; Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros, que houverem de correr no Reino. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. p. 333-337.

³² IANTT, Lisboa. RMC. Cx.1, MF: 6263, de 18.05.1768.

Livros, enquanto se não formar um novo *Index Expurgatório*, e do que na reformatão dele se deve praticar”.³³

Ao secretário da Mesa a função, entre outras, dava destaque às notas tipográficas, para o total controle da produção editorial e organização de um novo catálogo alfabético onde estariam os elementos para a formação do *Index Expurgatório*.

Appellidos, ou Cognomes dos Authores, que os fizerem mais conhecidos. Para os anônimos formará outro *Index* que deverá principiar pela Ordem, e proprias palavras dos títulos: e nelle declarara os títulos de cada livro; o tempo, o lugar da sua impressão; o numero da edição; a conferencia, em que foi julgado; o assento, que sobre elle se tomou.³⁴

Para tornar mais breve o tempo de consulta aos originais submetidos à Mesa, o *Regimento* disciplinava como o material deveria ser guardado, vez que para cada novo título ou reimpressão o *Index* deveria ser consultado. Essas medidas indicando as formas e o método de controle, porque não era possível deles abdicar, não seriam totalmente modificados, ainda que o objetivo tenha sido ultrapassar, corrigir dois séculos de estagnação.³⁵

Quanto às regras para conservar a censura, o *Regimento* explicitava em dezessete itens o que, como a *Mesa Censória* deveria proceder em todos os casos, formalizando as relações entre a Igreja e a Coroa. Porém, no Título XI, “Do segredo do Regimento” estava explícito o caráter sigiloso das atividades:

³³ IANTT, Lisboa. RMC. Cx.1, MF: 6263, de 18.05.1768.

³⁴ IANTT, Lisboa. RMC. Cx.1, MF: 6263, de 18.05.1768.

³⁵ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p.136.

Atendendo a alguns inconvenientes, que se poderiam seguir da publicação deste Regimento; e a que o recato delle concorrerá também para o respeito, que Quero conciliar á Meza: Ordeno, que o mesmo Regimento constitua hum dos invioláveis segredos do referido Tribunal; repartindo-se hum exemplar a cada hum dos Deputados; conservando-os estes em Gaveta fechada em quanto servirem; e restituindose ao mesmo Tribunal no caso de morte, ou auzencia. Os capítulos pertencentes ao Porteiro, e Contínuos, se lhes darão escriptos em folhas separadas, como também as Intrucçoens, que necessárias forem para a arrecadação dos Livros e Papeis.³⁶

A *Mesa* era formada por um presidente, sete deputados ordinários, sendo um deles da Inquisição de Lisboa, outro vigário geral do Patriarcado, outros de notório saber e deputados extraordinários para assuntos fora do conhecimento dos membros efetivos. As sessões de julgamento eram às quintas-feiras à tarde, ocasião em que eram postas em prática todas as regras proibitivas:

Serão irremisivelmente prohibidos todos os Livros de Authores Atehistas, ou ainda daquelles Homens ímpios; que, surdos athé às mudas vozes da admirável composição e harmonia do Mundo, se atreveram a negar a existencia , ou providencia de Deos, ou algum dos seus Divinos attributos; sentindo mal delles [...] serão da mesma sorte prohibidos os Livros de Herezias, condenados por taes pela Igreja; ou de Hereges tolerados, que, fazendo profissão do Christianismo, atacam de proposito algum dos seus fundamentos [...] os que contiverem obscenidades, e torpezas, que possam corromper e escandalizar a honestidade das pessoas modestas e pias [...]os libellos famosos offensivos da charidade christãa, e infamatórios da honra do próximo; as satyras [...] livros e papeis sediciozos, que contenham suggestoens, de que se siga perturbação

³⁶ IANTT, Lisboa. RMC. Cx.1, MF: 6263, de 18.05.1768.

do estado político, e civil; e que desprezando os justos, e prudentes dictames dos Direitos Divino e Natural, e das gentes, ou permitem aos soberanos contra o bem commum dos Vassalos..

As penalidades para o descumprimento da lei era cadeia por seis meses e confisco dos bens. Nas reincidências, o degredo por dez anos, em Angola e penas pecuniárias. O seqüestro dos livros devia ser feito nas alfândegas, nas lojas, podendo ser em casas particulares. Nesse quesito, a Mesa repetiu as sanções do Tribunal, publicando editais, coibindo obras que não se enquadrassem no rigor adotado.

Em 10 de julho de 1769, o edital preparado por inspiração da *Mesa* foi ordenado aos livreiros, impressores, mercadores de livros, universidades, religiões, comunidades, corporações e pessoas particulares da Corte e de todos os domínios de Reino, fossem obrigados a formar um

Catálogo fiel de todos os livros impressos ou manuscritos, científicos e literários, que tiverem em suas casas, logeas, oficinas e livrarias, o qual será reduzido a sete classes a saber: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras. [...] o que tudo se cumprirá inviolavelmente dentro do prefixo termo de seis meses contínuos e sucessivos depois da publicação deste.³⁷

A pretensão do édito não se confirmou dada à impossibilidade de realização de tamanho empreendimento. A censura continuava atenta às doutrinas morais e políticas dos Jesuítas e ao que correspondesse às idéias dos filósofos materialistas franceses. Theophilo Braga chama a atenção para o Edital de 15 de setembro de 1770, onde pode ser lido:

³⁷ FOLHA avulsa. Papéis vários. Lisboa: Academia das Sciencias, v. 22, n. 16. Apud BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra...* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 58.

Executou-se a pena de fogo, a que foram condemnados os Livros *Analyse de Bayle*, *Diccionaire Philosophique*, *Lettres turques*, *Oeuvres philosophiques de la Mettrie*, *Recueil nécessaire e Recherches sur l'origine du Despotisme oriental*, na Praça do Commercio, no dia sabbado seis do corrente, sendo presente á execução o Desembargador Manoel José de Faria e Souza, Corregedor do Crime do Bairro Alto: em fé de verdade passei esta, que commigo assignou o dito Ministro. Lisboa, 6 de Outubro de 1770.³⁸

Em outro ato público, um novo livro foi queimado na Praça do Pelourinho, em 1775, tratava-se da obra de Cláudio Adrião Elvecio *Le vrai Sens du Système de la Nature*³⁹. Repetiam-se atos do Tribunal da Inquisição. Era vasto o *Catalogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Censória até ao prezente, para servir no expediente da Casa da Revizão* [1768-1814].

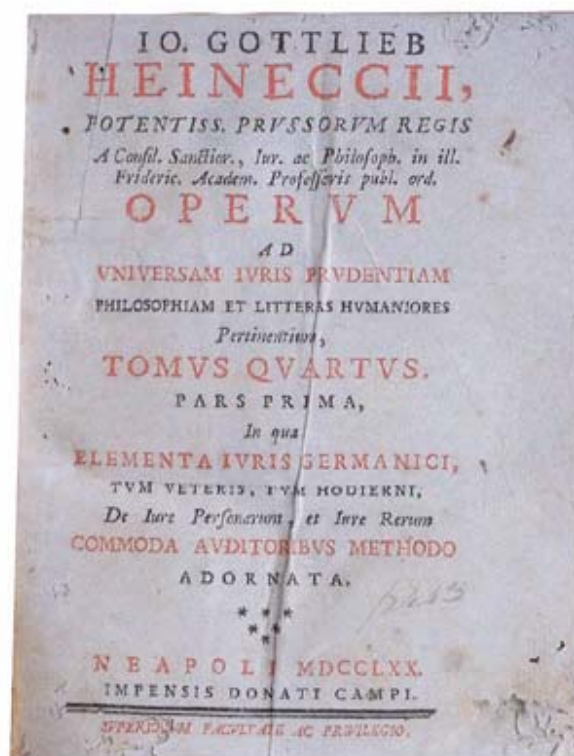
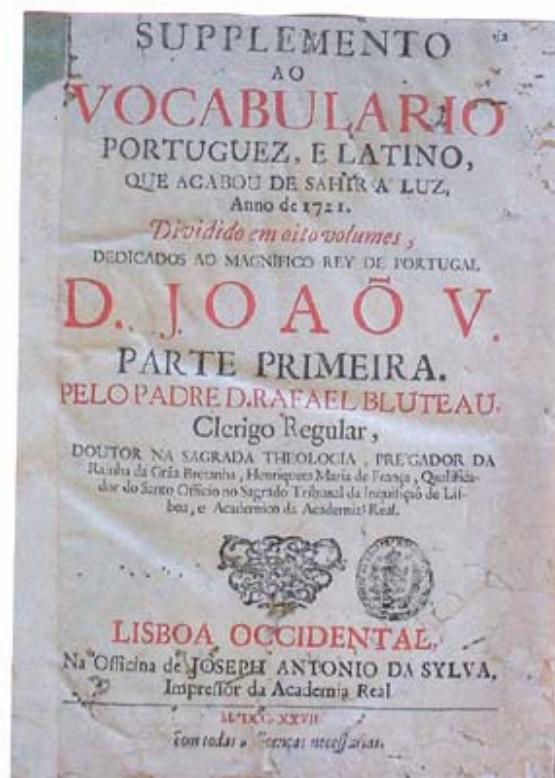
Estavam incluídos os livros dos filósofos iluministas, dicionaristas, historiadores. O documento era assinado pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo, de quem Pernambuco receberia vários títulos. Um censor obstinado, principalmente contra Locke, Spinosa, Rousseau e Voltaire, autores que não conseguiram ultrapassar as barreiras para cruzarem fronteiras em Portugal ou singrarem os mares, naquele momento.

Estava distante o tempo desses autores chegarem à Capitania, como estará descrito no catálogo dos livros que vieram para Pernambuco entre 1769 e 1808.⁴⁰

³⁸ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra...* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1888. t. 3, p. 58.

³⁹ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra...* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 58.

⁴⁰ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*. Anexo.



Livros para a Capitania de Pernambuco: 1769

Foi preservado em Lisboa, na Torre do Tombo, datado de 23 de janeiro de 1769, o primeiro registro de licença para remessa de livros a Pernambuco. Do período pombalino, esse documento pode ser considerado o símbolo de uma prática que se repetiria até meados do século XIX. Uma petição submetida à avaliação da Real Mesa Censória, instituída havia menos de um ano¹, com a intenção de legitimar e reforçar o poder do Estado no controle da passagem-transferência de obras do Reino para o Ultramar.

Desvendar apenas o nome do requerente e o rol dos livros autorizados a circular, ocultaria a dimensão política e as competências exigidas para o exercício dos cargos ocupados por uma elite intelectual. Autorização para dimensionar, fixar preceitos, emitir pareceres, advertências e observações sobre cada obra, quando submetida à impressão, foi dada àqueles que dominavam o Direito Canônico, a pastoral cristã e a lei civil representada pelas *Ordenações Filipinas*.

Por outro lado, seria preciso alertar sobre as condições impostas pela censura, fazendo com que um requerimento para remessa ou encomenda de obras à Capitania fosse submetido duas vezes aos censores. A primeira, quando os manuscritos eram analisados, para obtenção de privilégio de imprimir. A segunda, quando o requerente submetia os títulos impressos, anteriormente autorizados, a uma nova permissão, a da viagem pelos mares. O duplo controle da leitura, para os domínios portugueses, aconteceria uma terceira vez, caso fosse preciso fazer os livros retornarem

¹ PORTUGAL Leis, decretos, etc. *Lei creando huma Meza de Censores Regios para examinar os Livros, que houverem de correr no Reino.* 05. 04. 1768.

ao Reino. Cada autorização concedida reafirmava os parâmetros instituídos por ordem régia. Assim, a cada assinatura abaixo do “Concedem a licença que pede para o que se passe ordem” estava o peso intelectual do censor outorgado para a função. Estava firmada a representação do corpo do Rei que, no caso, seria o primeiro requerimento, como será visto a seguir.

As assinaturas ou rubricas marcadas no papel para a concessão de licença ao pedido eram do Mestre Antonio Pereira de Figueiredo, professor, autor de várias obras, da Congregação do Oratório, e do deputado extraordinário, Dr. José Bernardo da Gama e Ataíde, desembargador da Relação e Casa do Porto. Fazendo-se obrigatórias, constavam mais duas: a do presidente das sessões semanais da Mesa, Dr. Manuel Vasconcelos Pereira, inquisidor da Mesa do Santo Ofício e a do Dr. Antônio Bonifácio Coelho, vigário geral do Patriarcado.²

Eram deputados nomeados e conceituados. Escolhidos para o cargo, tinham a confiança do Conde de Oeyras, futuro Marquês de Pombal, e as características apresentadas no Título II do *Regimento da Real Mesa Censória* assinado por D. José I e por seu primeiro ministro, no Palácio da Nossa Senhora da Ajuda, em 18 de maio de 1768. Estavam no exercício dos ofícios de censores, relatores e juizes porque se ajustavam ao que fora ordenado:

Saber perfeitamente a História Sagrada, Eclesiástica, Civil, e Literária Universal, e a particular da Nação Portuguesa, [conhecimento dos Direitos Divino e Natural, e das Gentes, e de todas as espécies do Público Universal, e particular, Canônico, Civil e dos Meus Reinos. E suficiente instrução das disciplinas Filosóficas

² MARQUES, M. Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Coimbra Ed., 1963. p. 32-3.

e da erudição sagrada e profana, cultivando muito especialmente a Lógica, a Crítica, e a Hermenêutica³.

O conhecimento de línguas mortas e vivas, “principalmente as daquelas Nações, que têm enriquecido mais com os seus Escritos a República das Letras⁴, era requisito para o melhor desempenho de funções, exigindo:

Muita prudência, e madureza de juízo; grande amor da justiça; uma total imparcialidade e um zelo ardentíssimo da Religião e do bem público da Pátria.⁵

Para melhor conhecer e avaliar o significado da liberação da remessa de livros para as capitanias, seria preciso atender aos requisitos e às instruções determinadas por ordem régia, para o exercício da função de censor. Assim, outros seis deputados ordinários compartilhavam com dez deputados extraordinários, todos nomeados, das análises e pareceres das obras, incluindo as ligadas ao ensino. Investidos da autoridade de representantes do poder do Estado, adotavam procedimentos que não subordinassem o Direito à emanção divina.

A liberação de idéias revelaria que a fé e a religião, ao contrário do que pregavam os jesuítas, poderiam dar lugar ao Direito emanado da “natureza e das gentes”, propiciando igualdade e fraternidade universais.⁶ Neste sentido, não haveria dúvida que “a razão dirigiria o homem a encontrar a lei que a natureza humana determina, isto é, a lei natural”⁷. Era o começo da “era mental” firmada pela chamada *Lei da Boa Razão*,

³ REGIMENTO da Real Mesa Censória. Lisboa, 18. 05. 1768. IANTT. RMC. Cx 1, MF: 6263.

⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Regimento da Real Mesa Censória*. Lisboa, 18 de maio de 1768. IANTT. RMC. Cx 1, MF: 6263.

⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Regimento da Real Mesa Censória*. Lisboa, 18 de maio de 1768. IANTT. RMC. Cx 1, MF: 6263.

⁶ BERNARDINO, T. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal* [1777-1810]. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986. p. 83.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 375.

assinada em 18 de agosto de 1769, que daria fundamento às novas peças jurídicas. Seria uma outra abordagem, encaminhamento e aplicação do Direito, a ser dada ao andamento de soluções políticas ou dificuldades de interpretação entre juízes e tribunais.⁸

Nessas condições, a aprovação de livros para o Ultramar refletiria os interesses da Coroa e os da Igreja Católica em controlar e acompanhar o deslocamento dos acervos bibliográficos pelos domínios do Reino. Diante do avanço cultural europeu, que não passava totalmente despercebido em Portugal, os impressos em circulação deveriam contribuir para que a ortodoxia religiosa abrisse espaço à razão e à ciência, com mudanças no plano político-econômico e educacional, na tentativa de consolidar o poder do Estado. Os livros deveriam ser portadores da divulgação de idéias, de preceitos religiosos e políticos, enfim, os livros seriam “úteis, convenientes à saudável e proveitosa instrução dos vassalos”.⁹

Quanto aos textos “nocivos à Religião e ao Estado” seriam sempre controlados por meio de listas que mercadores, universidades, ordens religiosas, bibliotecas, comunidades, corporações e particulares deveriam remeter periodicamente à Mesa Censória, conforme edital que estaria em elaboração, porque publicado em 10 de julho de 1769.¹⁰

Neste sentido, no antigo sistema colonial, os requerimentos e os róis de livros autorizados para leitura passaram a significar mais que simples referências bibliográficas. Adquiriram um significado simbólico porque

⁸ Lei assinada em 18 de agosto de 1769, cf. RODRIGUES, Antonio Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e debates, 2000. p. 174.

⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Editais para que todos os livreiros, impressores, mercadores de livros, universidades, religiões, comunidades, corporações e pessoas particulares mandem o catálogo de seus livros, feitos segundo o que no edital se estabelece*. Lisboa: IANTT. RMC, Cx. 1, ms. 6263, 10. 07.1769.

¹⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Editais para que todos os livreiros, impressores, mercadores e livros, universidades, religiões, comunidades, corporações e pessoas particulares mandem o catálogo de seus livros, feitos segundo o que no edital se estabelece*. Lisboa: IANTT. RMC, Cx. 1, Doc. 6263.

estavam sujeitas às avaliações, conforme o corpo de jurados e o juiz que daria a sentença final.

A noção de representação, que explicaria o significado não somente dos requerimentos, mas da presença dos livros nos domínios d'além-mar, foi dada pelo enciclopedista do Antigo Regime, Furetière, no *Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français tant vieux que modernes et les termes des sciences et des arts*, publicado em 1727¹¹, na acepção desenvolvida por Roger Chartier:

As entradas da palavra 'representação' atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; do outro a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.¹² [...]

Furetière identifica duas famílias de sentido, aparentemente contrárias, da palavra representação: 'Representação: imagem que remete à idéia e à memória os objetos ausentes, o que os pinta tais como são'. A representação mostra o objeto ausente [coisa, conceito ou pessoa], substituindo-o por uma 'imagem' capaz de representá-lo adequadamente. [...]. Representar, no sentido jurídico e político, é também 'manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade'.¹³

Nessa perspectiva, a petição era um instrumento, mais que uma autorização, uma representação, feita por um corpo de jurados políticos também conhecedores do Direito, conforme comprovavam as assinaturas das autoridades intelectuais legitimadas por ordem régia. Portanto, as

¹¹ FURETIERE, Antoine, Abbé de Chalivoy, 1619-1688. *Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français, tant vieux que modernes, et les termes des sciences et des arts...* La Haye: P. Husson, 1727. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

¹² CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: EDUFRS, 2002. p. 73-4, 165.

¹³ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: EDUFRS, 2002. p. 165.

assinaturas representavam um corpo simbólico, o reino, o rei ausente, mas presente por sua representação. Daí, “concedem a licença que pede para o que se passe ordem”, escrevia o secretário-censor.

Desde o momento das assinaturas, o “*rol incluzo*” do que “pretendem mandar para Pernambuco”, o que não poderiam fazer “*sem a licença de Vossa Majestade*”¹⁴, o documento adquiriu uma segunda representação: foi dado aos livros a permissão para serem exibidos, lidos, autorizados à circulação ou leitura pública em voz alta.

O documento simbólico

No momento em que *Valle e Perez* apresentaram o requerimento, não declinaram a finalidade da remessa nem indicaram o número de exemplares, nem o preço ou valor de cada obra, nem demonstraram se eram mercadores, impressores, livreiros ou pequenos vendedores de livros. Como o recém assinado *Regimento da Mesa Censória*¹⁵ não incluiu regra para a elaboração de listas ou róis, *Valle e Perez* adotaram, para cada item, uma indicação reduzida, ora do autor, ora de parte do título. Elementos que, mesmo quando juntos, estavam incompletos. Em alguns casos, levantaram dúvidas quanto à extensão do título ou à data de impressão.

Diante de um rol incompleto surgiram perguntas. Que pessoas estariam interessadas nessas leituras? Se os livros eram em latim, a língua dos assuntos eclesiásticos, da Filosofia, que autores enviados escreviam apenas nessa língua? Quem os conhecia ou sugeria a leitura dos textos? Os leitores, com certeza, eram religiosos e homens de letras, alguns com

¹⁴ IANTT, Lisboa. RMC. Cx 161.

¹⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Regimento da Real Mesa Censória*. Lisboa, 18 de maio de 1768. In: IANTT, Lisboa. RMC. Cx 1, MF: 6263.

estudos na Universidade de Coimbra.¹⁶ Poderiam ser habitantes do Recife ou de Olinda, ou de vilas do interior onde havia igrejas e conventos. Como em Paudalho, vila no interior da capitania, onde o Padre Manuel de Souza Magalhães, considerado notável poeta e prosador, ministrava aulas de latim.¹⁷

Quanto ao rol, trazia os itens ou referências com a menção apenas a palavras-chave, podendo indicar pressa na confecção da listagem ou pouco domínio da escrita por parte de quem fez as anotações referentes aos livros. Ou troca descuidada ou deliberada de palavras, para desviar a atenção dos censores, vez que as instruções para a aprovação-desaprovação de obras não eram divulgadas. Em alguns casos, os títulos em latim foram anotados em português. A supressão de alguns elementos da referência bibliográfica também poderia revelar que os censores conheciam os livros a serem autorizados. Eram exemplares em circulação no mercado, com as devidas “licenças para imprimir”. – O exame e parecer eram elaborados em função de listas previamente elaboradas pelo Secretário da Mesa Censória utilizadas como instrumentos auxiliares para a verificação e comparação entre os títulos “aprovados”, “suprimidos”, “permitidos”.¹⁸

Diante disso, para este estudo, o rol apresentado por *Valle e Perez* deveria ser deslindado. Significativos eram os primeiros livros, em listas preservadas, a chegar em Pernambuco, no período pombalino. Portanto, as informações incompletas deveriam ser restauradas. Laços que ligavam as palavras aos autores ou aos títulos poderiam ser refeitos. – Porque o acesso aos catálogos coletivos de bibliotecas nacionais através da rede

¹⁶ ESTUDANTES brasileiros na Universidade de Coimbra, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 62, 1940.

¹⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 291.

¹⁸ SANTOS, Piedade Braga. *Actividade da Real Mesa Censória*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1983. p. 377-440.

mundial de computadores seria a grande oportunidade de complementar e organizar a coleção enviada a Pernambuco. O que foi executado, guardando as regras catalográficas da Biblioteca Nacional de Lisboa.¹⁹

Pelas indicações de *Vale e Perez* dois livros estavam com os elementos bibliográficos incompletos, que foram substituídos por títulos os mais aproximados, localizados em catálogos *on-line*. O primeiro apresentado foi: *Novos [...] dos religiosos do Carmo*, substituído por Francisco Xavier, *Demonstração theologico-canônica da verdadeira cor do habito, que devem vestir os religiosos do Carmo*. O segundo título apareceu como *Palestra da oratória sagrada, do Padre Manoel de Figueiredo*. Por aproximação, foram de Manuel de Figueiredo, O.S.A. [16---1774] *Voz allegorica, que sendo o assombro dos homens nas montanhas de Judéa, foy o terror dos Leões no sítio de Campo-mayor*.

Do rol, foi possível confirmar Veneza como um dos principais centros impressores da Europa. Lisboa era a cidade responsável por estender grande parte da produção editorial aos súditos do Reino, com livros de tamanho confortável para ter em mão e ler sentado ou em pé. *Valle e Perez* contemplaram dois grandes temas: Teologia, com oito títulos, Filosofia, com um. Foi incluído um dicionário. Quanto às línguas foram seis em latim e cinco em português. A composição da lista sugere indagações e algumas constatações.

A seleção dos exemplares que atravessaram o Atlântico trazendo idéias para alguns indivíduos de Pernambuco não era aleatória. Havia autores renomados, definidos. Uma escolha deliberada. Um público a atingir: pessoas que dominavam a Filosofia e suas ramificações como: Botânica, Astronomia e Ciências Físico-Químicas. Tinham condições de apropriar-se de um conhecimento direcionado, autorizado, fixado em livros

¹⁹ Ver “Complemento”, anexo.

aprovados “de acordo com um corpo de regras de conduta política”²⁰.
Nessas possibilidades de leitura estavam sendo enviados:

BÍBLIA. *Biblia sacra vulgatae editionis, Sixti V. & Clementis VIII. Pontif. Max. auctoritate recognita, versiculis distincta: una cum selectis annotationibus...* / auctore Jo. Baptista du Hamel... . - Venetiis : ex Typ. Remondiniana, 1763.

BREVIARIUM *Romanum Ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini restitutum...* . - Antuerpia : Ex-Typ. Plantiniana, 1724.

CHARMES, Thomas. *Theologia Universa ad usum sacrae Theologiae Candidatorum. Editio secunda veneta. Venetiis: ex. Typ. Balleoniana, 1764.*

FERREIRA, Antonio. *Opusculo teologico das constituições beneditivas* / Antonio Ferreira . - Coimbra : Offi. de Luiz Secco Ferreira, 1759. - 543 p.

FIGUEIREDO, António Pereira de, C.O. 1725-1797, *Collecção das palavras familiares, latina e portugueza* / Pe. António Pereira . - Lisboa : Offi. de Miguel Manescal da Costa, 1759.

FIGUEIREDO, António Pereira de, C.O. 1725-1797, *Elementos de invençam e locuçam retorica, ou principios da eloquencia* / Antonio Pereira .Lisboa : Offi. Patriarchal, 1759.

GENUENSIS, Antonii. *Elementorum artis logicocriticae libri V, quibus praeter quamplurima selectiora et clariora additamenta, primo accessere Institutiones metaphysicae in usum Tironum aptatae, et ab eodem auctore tribus libris comprehensae.* Venetiis. Apud T. Bettinelli, 1766. 2 parties.

IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. *Oficio da Semana Santa. Officium hebdomadae sanctae secundum missale & breviarium romanum S. Pii V...* . - Venetiis : ex Typographia Balleoniana, 1727. - 515, [1 br.] p.

O conjunto de temas listados na petição pôde ser visto como uma representação de autores, títulos e linhas de pensamento que ocupavam os

²⁰ VEIGA, Gláucio. O Iluminismo em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 46, p. 128, 1976.

espaços de ensino em Portugal²¹. Em Pernambuco, por extensão, os ambientes de estudo mantidos em comunhão com a Igreja confirmavam essa interdependência.

No Recife, um desses lugares funcionava no Convento da Madre de Deus, da Congregação do Oratório, onde se desenvolvia, desde os finais de 1600, um reconhecido centro de Teologia e Filosofia, bem como de latim e retórica²². Esta “coincidência” torna possível que uma parte da remessa de livros fosse destinada aos Oratorianos. Um outro local seria na margem oposta do rio Capibaribe, “no lugar então denominado Hospício da Boa Vista, hoje, Carmo Velho”²³, onde ficavam, sob proteção régia e com título honorífico, o convento e a igreja do Real Convento de Nossa Senhora do Carmo. Outros lugares de estudos ficavam nos conventos de Olinda. Alguns exemplares também poderiam ser destinados ao Palácio do Bispo.

Portanto, ao lado da escritura sagrada ou de livros de rezar, a identificação de autoria deu relevância à lista. Oratorianos e franciscanos em destaque, pelas idéias, doutrinas e métodos que passaram a desenvolver e difundir, influenciando e definindo um novo espaço cultural até então acentuadamente jesuítico. A reprodução bibliográfica realizada por diferentes impressores demonstrava ampla circulação dessas obras em Portugal. Para a Capitania, alinhava-se a preservação da Religião, ao lado da tendência de elevar temas para reflexão ou debate, abrindo pequenos caminhos para a modernidade da cultura letrada.

Dos autores, a atenção volta-se para o nome de Jean Baptiste Du Hamel [1624-1706]. Oratoriano, cientista, filósofo e teólogo francês, que aos dezoito anos publicara uma explanação sobre a obra *Sphera mundi...*,

²¹ BOXER, Charles R. *O império marítimo português* [1415-1825]. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 370.

²² MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos oratorianos de Pernambuco* [1659-1830]. João Pessoa: Idéia, 1993. p. 108, 154.

²³ COSTA, F. A. Pereira da. *Ordem carmelitana em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976. p. 129.

[Veneza, 1518], de Teodósio de Trípoli [séc. I a C.], acrescida de um estudo sobre trigonometria. Aos dezenove, fora acolhido na Congregação do Oratório, lá permanecendo por dez anos. No ano seguinte, foi indicado para secretário da Real Academia de Ciências de Paris, fundada em 1666 por Colbert, posto que ocupou por 31 anos.

Entre os livros publicados estavam: *Philosophia Moralis Christinana* [Angers, 1652], *Astronomia Physica* [Paris, 1659] *De meteoris et Fossilibus* [Paris, 1659], *De Consensus Vctoris et novae Philosophiae* [Paris, 1663], *De Corporum Affectionibus* [Paris, 1670], *De Mente Humana* [Paris, 1672] *De Corpore animato* [Paris, 1673], *Philosophia vetus et nova ad usum Scholae accommodata* [Paris, 1678], *Institutiones Biblicae* [Paris, 1694], *Theologia speculatrix et pratica*, em sete volumes, *Institutiones Biblicae* e a *Bíblia Sacra Vulgatae editionis*, [Paris, 1607], esta com introdução, notas e quadros cronológicos, históricos e geográficos.

A *Bíblia Sacra*, na “versão vulgata”, primeiro traduzida do hebraico ou aramaico por São Jerônimo, teve uma nova versão em latim dada por Du Hamel, difundida em Portugal a partir de 1706. A edição publicada em Veneza [1763], mais de cem anos após a edição princeps, é a que ficou registrada nos Arquivos da Torre do Tombo, constante do rol, como obra impressa remetida a Pernambuco.

O volume enviado por *Valle e Perez*, de mais de quinhentas páginas, intitulado *Opúsculo Teológico...*, não assegura a qual dos três “Antonio Ferreira”, deveu-se a autoria da obra. Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*²⁴, menciona os homônimos: um padre nascido em Lisboa, admitido na Companhia de Jesus em 1635, professor de retórica no Colégio de Coimbra, perseguido e preso por dois anos. Um cirurgião da Corte, nascido em Lisboa e batizado em 1626. Um humanista, poeta,

²⁴ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses [s. d.] CD-ROM.

nascido em Lisboa [1528-1569], que teve Diogo de Teive por mestre, formado em Direito Civil, em Coimbra, desembargador da Casa de Suplicação. Mas nenhuma dessas referências indicou a autoria do título enviado para a Capitania.

Na lista constava o Oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo [1725-1797]. Humanista, professor de latim, de Retórica e Teologia, figura cimeira entre os colaboradores do Marquês de Pombal, pelo posicionamento contrário aos Jesuítas. Era o titular da Real Mesa Censória. Tido por Jorge Borges de Macedo como o “epígono de defesa do regalismo e do galicismo, sempre intimamente ligados”²⁵, teve suas idéias de ordem histórica e doutrinária, em defesa da laicização do poder real, expostas na *Doctrina Veteris Ecclesiae de Suprema Regum in Clericos potestate...* [Lisboa, 1765], seguido do *Compendio da vida e acçoens do Venerável João Gerson...* o *Doutor Christianissimo* [Lisboa, 1769] e em *Demonstração Theologica, Canônica e Histórica do Direito dos Metropolitanos de Portugal* [Lisboa, 1769]. Foi tradutor de vários textos bíblicos. Co-participante na elaboração da proposta de reforma do Curso de Teologia, para os Estatutos da Universidade de Coimbra também na publicação *A Deducção Chronológica e Analytica, do Compêndio Historico do Estado da Universidade de Coimbra* [1771].

Firmou-se pela autoria do *Novo Methodo da Grammatica Latina para uso das Escolas da Congregação do Oratorio*, organizado e composto para a Congregação [1752]. E de uma outra edição: *Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a compendio* [1759]. A simplificação metodológica ali apresentada veio por em questão a pedagogia do Jesuíta Manuel Álvarez. O número sucessivo de reimpressões da *Grammatica*

²⁵ MACEDO, J. Borges de. Formas e premissas do pensamento luso-brasileiro. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa. v. 1, n. 1, p. 74-82, jan.-jun. 1981. Apud BERNARDINO, T. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal [1777-1810]*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. p. 76.

indicava que o autor tivera êxito na aplicação do método, embora a substituição da gramática tenha gerado polêmicas e sátiras. As marcas profundas deixadas pelo espírito jesuítico²⁶ não eram fáceis de apagar. Contudo, as mudanças se faziam visíveis com a remessa para Pernambuco, de dois títulos: a *Colleção das Palavras Familiares, Latina e Portuguesa* [Lisboa, 1759] e os *Elementos de invençam e locuçam Retorica, ou principios da Eloquência* [Lisboa, 1759], que atendiam aos cursos dados na Madre de Deus, no Recife.

Outro nome, vindo da Itália, que repercutia em Portugal era o de Antonio Genovesi, nas obras em latim assinando Antonii Genuensis, ou Antonius Genuensis [1712-1769], nascido em Castiglione, perto de Salerno, ordenado sacerdote em 1737. Insatisfeito com a vida eclesiástica fora viver em Roma para exercer a advocacia. Mas tanto leis quanto Teologia o deixavam longe da Filosofia, o que o levou a ser professor na Universidade de Nápoles, da cadeira de Metafísica. Por admiração a Locke publicou seu primeiro trabalho *Elementa Metaphysicae* [1743], seguida de *Lógica* [1745] que reunidos, foram reeditados como *Institutiones Logicae et Metaphysicae*. A nova ordem de idéias expostas compunha-se de cinco partes: a) natureza da mente humana, suas faculdades e operações; b) idéias e suas espécies; c) verdade e falsidade e os vários graus de conhecimento; d) razão e argumentação; e) método e ordenação do pensamento. O enfoque trouxe a quebra nos padrões do pensamento escolástico na Itália.

Pelos estudos que desenvolvia, aumentaram as responsabilidades do professor Genovesi na Universidade. Assim, recebeu do grupo diretor incentivo para assumir a recém-criada cátedra de Economia Política [comércio e mecânica], a primeira na Europa. O fruto dessa atividade acadêmica resultou em *Lezioni di Commercio o sia d'Economia Civile*

²⁶ CIDADE, Hernani. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora., 1939. p. 127.

[1765], obra considerada a mais completa e sistemática sobre economia política publicada na Itália. Por isso, reeditada seguidamente. O texto abrangia: o trabalho como fonte de riqueza; as funções da indústria; o livre comércio e a redução de comunidades religiosas.

Aos leitores de Pernambuco a obra enviada foi *Elementorum Artis Logicocriticae Libri V, quibus praeter quamplurima selectiora et clariora additamenta, primo accessere Institutiones Metaphysicae in usum Tironum aptatae, et ab eodem auctore Tribus Libris comprehensae*, que propiciou o estudo de Filosofia na versão latina talvez melhor compreendida que a original, em italiano, língua adotada por Genovesi, numa atitude inédita para a época. Seria bom lembrar que o ensino da Lógica era recomendado pela *Memória dos Livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método*²⁷, incluída nas *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor*, 28 de junho de 1759.

Difundido, o título enviado por *Valle e Perez* seria registrado em 1839, de forma abreviada, em português, sem indicação do ano de publicação, no *Catálogo [de antigos livros da Biblioteca dos Oratorianos]*, organizado pelo bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife, Umbelino Ferreira Catão, conforme estudo do professor Gláucio Veiga.²⁸

O capuchinho da Província de Lotaringia, Thomas de Charmes, ou Thoma ex Charmes, pouco conhecido ou referenciado, parece ter sido autor de uma única obra, em sete volumes, com edições para uso de candidatos aos cursos de Teologia. A edição de 1763, em Veneza talvez seja *princeps*, como registra a Biblioteca Pública de Rufano, Itália²⁹. A

²⁷ ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo Edusp; Saraiva, 1978. p. 186.

²⁸ VEIGA, Gláucio. A biblioteca dos Oratorianos. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 50, p. 52-65, 1978.

²⁹ <http://www.comune.ruffano.le.it/biblioteca_ruffano/2.htm l>

Theologia Universa ad usum S. Theologiae Candidatorum vinda para Pernambuco é de 1765.³⁰

Outros pedidos

Encaminhada à Real Mesa Censória, a segunda petição foi datada de dois de fevereiro de 1769. As rubricas dos mesmos censores do documento anterior concediam licença ao *Procurador Geral de São Bento do Brasil* que, sem mencionar o próprio nome, “quer mandar para Pernambuco” apenas três tomos da *Bíblia Du Hamel*. Firmava-se, com mais esse exemplar a difusão da “versão vulgata.”

O terceiro pedido a dar entrada na Real Mesa Censória preservou as rubricas anteriores, com aprovação em 2 de março daquele ano. Em nove títulos solicitados por Felix Teixeira de Mattos, profissão não identificada, havia Teologia, Catecismo, Sermão, Filosofia e dicionário de francês e português. Um título em latim, apenas. Em alguns itens, as indicações do impressor ou data de impressão não coincidiram com as referências apresentadas nos catálogos das bibliotecas nacionais, o que não invalidou o título original, como descrito:

ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804. Recreação filosofica ou dialogo sobre a filosofia natural para *instrucção de pessoas curiosa, que não freqüentarão as aulas* / por Theodosio Eugenio Silvio. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1762. 17 cm. [[Da mesma oficina, uma ed.de: 1751-1799. 10 v.]]

ANUNCIAÇÃO, António da. Collegio abbreviado de ordinandos, pre'gadores, e confesores, em trez classes dividido por lições, ou theologia escolastica,moral,dogmatica,

³⁰ Disponível em: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

polemica,...dedicado tudo a'encarnação do Divino Verbo Summo Sacerdote, pre'gador, e supremo confessor / por Fr. António da Annuniação. Lisboa: Officina Miguel Manescal da Costa, 1765. [10], 1027 p.

BELAS, António de Padua e *Tesouro de pregadores...* / António de Padua e Belas. Nova edição . - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1853. - v. ; 17 cm . - Dividido em vários sermões Universais. [[Ed. anterior, com data desconhecida]]

BERTI, Giovanni Lorenzo, 1696-1766. *Historia ecclesiastica sive dissertationes ecclesiasticae quas habuit in Archigymnasio pisano* / Jo. Laurentius Berti . - Bassani : apud Remondini, 1769. - 4 t. em 2 v.

CLERMONT., Bispo, 1717-1719 (Jean Baptiste Massillon) *Sermons* / de M. Massillon, Évêque de Clermont . - A Paris : Chez la veuve Estienne et Jean Herissant, 1745. - VI, 459 p.

FLECHIER, Espírito, *Panegiricos, e outros sermões* / Trad. Francisco de Sá Sarmento . - Lisboa : Offic. de António Rodrigues Galhardo, 1765.

GOUGET, François Aimé *Instrucções geraes em forma de catecismo: Nas quaes se explicão em compendio pela Sagrada Escritura, e Tradição a Historia, e os dogmas da religião. A moral christã, os sacramentos, as orações, as cerimoniaes, e os usos da igreja.* Impressas por ordem do senhor Carlos Joaquim Colbert Bispo De Montpellier. Com dous catecismos abbreviados... François Aimé Gouget, Traduzidas na Língua Portuguesa Para o Uso do Bispado de Coimbra . - Lisboa : Regia Off . Typografica, 1770. - 3 vol. em 4 tom. [[Catecismo de Montpellier, há uma edição no Porto, 1769]]

NOVAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS DIFERENTES MÉTODOS DE PREGAR, IMPRESSAS EM FRANCÊS NO ANO DE 1757, E TRADUZIDAS EM PORTUGUÊS POR F. P. D. S. A. Lisboa : Off. de Ignacio Nogueira Xisto, 1765.

NOVO DICCIONARIO FRANCEZ-PORTUGUEZ composto segundo os mais célebres dictionarios e enriquecido de muitos termos de Medecina, de Anatomia, de Cirurgia, de Farmacia, de Quimica, de Historia Natural, de Botânica, de Mathematica, de Marinha e de todas às outras Artes e Sciencias: notavelmente corrigido, emendado e Addicionado com hum sem números de termos, e de locuções, e algumas phrases em ambos os idiomas. 5ª ed . Lisboa : Na Off. de Filipe da Silva e Azevedo, 1786. - [4], 694 p. [[Ed. enviada foi anterior]]

Dentre os autores da lista organizada por *Felix Teixeira de Mattos* figurava o nome do padre Teodoro de Almeida [1722-1804] que aos treze anos ingressara na Congregação do Oratório. Lá havia estudado sob a

orientação do Padre João Baptista, professor de Filosofia moderna, que buscava a atualização de Aristóteles, considerado “o tesouro de ouro e prata por muitos anos enterrado e que ele exumava para fruto e utilidade comuns”.³¹

Nas palavras de Teodoro de Almeida, o seu mestre, além de ensinar Filosofia na Corte, fora o “primeiro que em Portugal tentou experiências para examinar a doutrina do famoso Newton, e o que tratou a Sagrada Teologia com mais culto, e dignidade”³². Com o exemplo dado pelo mestre, o jovem determinou-se a valorizar os ensinamentos adquiridos, por isso, “lia pouco, e meditava muito”³³. Desse modo, quando ordenado sacerdote, pôde firmar-se como orador, adotando o método francês de pregar: clareza e rigor de raciocínio aliados à força natural dos argumentos.

Do mesmo modo, tornou-se mestre em Filosofia e pôde escrever os dois primeiros volumes da *Recreação Filosófica ou Dialogo sobre a Filosofia natural para instrução de pessoas curiosas, que não freqüentarão as aulas*, publicando mais quatro até 1762, com grande êxito editorial. Era o começo de uma obra que iria se completar entre 1768 e 1800, quando foram divulgados os quatro volumes restantes, do “mais extenso projeto do enciclopedismo português da segunda metade de Setecentos”.³⁴

O propósito do autor era difundir a Filosofia moderna em português. Ainda, permitir amplamente a transmissão do conhecimento em ambientes

³¹ ARISTOTELES *Philosophia Aristotelica restituta, et illustrata quâ experimentis, quâ ratociniis super inventis à Joanna Baptista*. Ulyssippone: Typis Regalibus Sylviano, 1748. 2 vols; 40 cm. - [Sumário] - Tomo I. - Tomos II – Physica. Apud CIDADE, Hernani. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1939. p. 128.

³² VIDA do P. Theodoro de Almeida da Congregação do Oratório de Lisboa... Apud DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri: 1994. p. 41.

³³ VIDA do P. Theodoro de Almeida da Congregação do Oratório de Lisboa... Apud DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri: 1994. p. 42.

³⁴ DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*. Lisboa: Colibri: 1994. p. 46.

não convencionais, para pessoas que não tivessem domínio das línguas francesa ou latina ou tido acesso às formalidades do ensino.

O título do livro, apesar de longo, era atraente. A curiosidade do leitor aguçava-se no *Prólogo*, pelo esclarecimento: “física, ou filosofia natural, é uma ciência que trata de todas as coisas naturais, dando a razão, e apontando a causa de todos os efeitos ordinários, e extraordinários, que vemos com os nossos olhos. Trata dos Céus, dos Astros, e dos Meteoros; declara qual seja a causa das chuvas, e dos ventos, a origem das marés e das fontes; trata de cada um dos elementos, e das suas propriedades: enfim tudo quanto temos na terra *he* objeto desta ciência, merecendo-lhe especial atenção as plantas, os brutos, e o homem, com tudo o que serve aos seus sentidos; como são a luz que nos alumia, as cores que nos alegrão, os sons que nos divertem, o cheiro, e sabores que nos recreiam, e o movimento de muitas cousas que tanto admiramos”³⁵. A procura dos leitores e o encontro de explicações em português para as questões discutidas à época garantiram o sucesso das edições, de leitura e de consulta a essa quase enciclopédia.

No momento em que a primeira parte da obra foi lançada, em 1751, a tiragem das edições foi estimada entre quinhentos e mil exemplares³⁶. A edição seguinte foi de 1758 e o exemplar incluído na listagem para Pernambuco foi publicado em 1762. A *Regia Officina Typographica* viria a imprimir toda a obra em dez volumes entre 1786-1800.³⁷

Por isso talvez se possa dizer que a Capitania andara na época a receber uma pequeníssima amostra dos títulos produzidos e lidos na

³⁵ DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri: 1994. p. 49.

³⁶ LISBOA, João Luís. *Ciência e política*: ler nos finais do Antigo Regime. Lisboa: INIC, 1991. Apud DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri: 1994. p. 46.

³⁷ Cf. referências da BNL. Disponível em: <<http://www.bn.pt>> Acesso em: 30 de maio de 2004.

metrópole, mesmo com diferenças de datas de impressão, dificuldades de número de exemplares, restrita divulgação e precária distribuição.

Em 1768, por perseguição do Marquês de Pombal, Teodoro de Almeida teve que ir para a França. No desterro, cresceram as vendas do livro. De volta a Portugal, após a subida ao trono de D. Maria I, tornou-se um dos primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa [1779] também membro da Academia Real de Londres.

O autor seguinte da lista enviada à Real Mesa Censória, foi o Frei Antônio da Anunciação nascido em Évora em 1717, onde estudou Filosofia na Universidade. Depois foi para Coimbra doutorar-se em Teologia. Cônego Regrante de Santo Agostinho, da Congregação de Santa Cruz foi, na Academia de Liturgia do Real Convento de Santa Cruz, mestre de História Eclesiástica. A data do falecimento é desconhecida. Em Coimbra, 1764, na Oficina de Luiz Secco Ferreira, foi impresso o folheto, contendo a sua *Oração que na Solemne Memória da Restauração de Portugal,... celebrada pello illustre Senado de Coimbra, na Cathedral desta Cidade*, em 1 de Dezembro do anno de 1763. Para a Capitania foi enviado o *Collegio Abbreviado de Ordinandos...* em edição do ano anterior à remessa feita por Felix Teixeira de Mattos.

Outro título da lista, *Tesouro de Pregadores...* em dois tomos, sem registro da primeira edição talvez a que fora enviada a Pernambuco, teve a segunda em 1853. É autor o franciscano da província da Arrábida, Dom Frei Antonio de Pádua e Belas [1732-1808] que anos mais tarde seria eleito Bispo do Maranhão [1783] e lançaria: *Arte de viver em Paz com os Homens* [1783]. Posteriormente, sem apresentar o nome completo, editaria: *Defensor do Homem Catholico, ou Communitorio de Vicente Lerinense*, traduzido do latim [1798], com as iniciais D.F.A.P.B.M.R.A. que significavam Dom Frei Antonio de Pádua, Bispo do Maranhão, Religioso Arrábido. Em 1778 lançaria em Lisboa: *Religião do Coração, exposta nos*

sentimentos que inspira a terna piedade, com breves elevações a Deus, etc., traduzida do francês por Fr. A. de P. e B. [Frei Antonio de Pádua e Belas].

O teólogo italiano, nascido na Toscana, Giovanni Lorenzo Berti [1696-1766] aos quinze anos entrou na Ordem dos Agostinianos e aos vinte e três já ocupava funções que o levaram a ser assistente na Biblioteca Angélica, em Roma, onde havia uma valiosa coleção agostiniana. Como professor ensinou Filosofia, depois Teologia em Siena, Florença, Bolonha, Pádua, Roma. Por fim, em 1748, foi professor de História eclesiástica em Pisa, onde veio a falecer.³⁸

Os livros impressos formaram uma extensa obra: *De Theologicis Disciplinis* [Roma, 1739-45], abordando a teologia em Sto. Agostinho, escrita por sugestão do superior geral, o Padre Schiaffinatti. A publicação sofreu violentos ataques. Ise de Saléon, Bispo de Agen, depois de Rodez e de Viena [1747-51] era um dos críticos. Outro foi Languet de Gergy, Arcebispo de Sens [1731-53]. Pesava sobre Berti a acusação de ser jansenista. A resposta foi escrever: *Augustinianum Systema de Gratia* [Roma, 1747; Munich, 1750], *S Augustini Quaestionum de Scientia, ... dilucidatio* [Pisa, 1756], *Commentarius de Rebus gestis S. Augustini* [Veneza, 1756], *De Haeresibus Trium Priorum Saeculorum* [Bassano, 1769], *Historia Ecclesiastica* [Florença, 1753], esta, publicada também em edição abreviada [Pisa, 1760], com freqüentes reimpressões. Polêmicos, os textos foram submetidos às autoridades romanas, cabendo ao Papa Benedito XIV [1740-58] o exame de toda a obra, que a considerou didática. Para Pernambuco veio a *Historia Ecclesiastica sive Dissertationes Ecclesiasticae quas habuit in Archigymnasio Pisano*, 1769, em quatro tomos e dois volumes. A versão em português da *Historia* só viria a ser impressa na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, em 1805-1807.

³⁸ BERTI. In: Giovanni Lorenzo Berti. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/02522a.htm>>

Na listagem, a inclusão de Jean-Baptiste Massillon, nascido em Hyères, Provence [1663-1742], Bispo de Clermont [1717], Auvergne, que começara a vida religiosa aos dezoito anos, na Congregação do Oratório, onde foi ordenado padre em 1691. Os estudos em Teologia logo o levaram a pregar na capela do Oratório, depois a lecionar nos colégios de Pèzenas, Marselha, Montbrison e, por último, em Viena, onde ministrou Filosofia por seis anos [1689-95]. Famoso por ter proferido as orações fúnebres do Arcebispo de Viena [1691] e do Arcebispo de Lyon [1693], foi chamado a dirigir o seminário de Saint Mangloire.

Com sermões considerados sublimes, Massillon foi pregador na Corte de Luís XIV, em várias igrejas de Paris, do Advento e das Quaresmas. Sob a alegação de estar voltado para o jansenismo foi afastado da Corte. Mas as orações fúnebres do Príncipe de Conti e de Luís XIV foram por ele proferidas, de forma memorável. Após a morte do Rei voltou a ter presença na corte, quando foram reunidos em livro os sermões panegíricos, as orações fúnebres: *Pequena Quaresma*, a mais popular de suas obras.³⁹

Poucos anos depois, foi recebido na Academia Francesa [1718], onde só esteve uma vez, para a posse. Recolhido à diocese, visitava as paróquias com freqüência, promovendo encontros sinodais. Algumas partes dos textos dedicados aos *Sermões* foram publicadas sem autorização, sendo considerada autêntica a impressão de 1745. A obra talvez fizesse parte do currículo dos cursos ministrados na Madre de Deus. É possível também que a leitura de Massillon sugerisse o uso freqüente de um dicionário francês-português incluído na lista dos livros encomendados.

Entre os grandes oradores sacros franceses, foi incluído no caixote de livros de Felix Teixeira, para Pernambuco, Esprit Fléchier, que veio em

³⁹ Para biografia, discursos e obra: Disponível em:
< <http://www.academie-francaise.fr/immortels/index.html> >

tradução. Fléchier nasceu em Pernes, Comtat de Venaissin [1632-1710]. De família humilde, estudou com os Doutrinários de César de Bus, ou Ordem da Doutrina Cristã, ali sendo integrado aos quinze anos. Em Paris, freqüentou a Academia Richessource, também o Hotel de Rambouillet. Foi preceptor do Delfim [1671] e confessor da M^{me}. a Delfina. Capuchinho, foi nomeado Bispo de Lavaur [1685] e de Nîmes.⁴⁰

Nos meios letrados comentava-se que expunha um pensamento polido com originalidade. Dominava as regras da Retórica, isto é, a composição da oratória, cuidando para não sacrificar os valores morais. Uma das melhores peças foi dedicada a explicar com simplicidade, limpidez, a Graça, no panegírico de Santo Agostinho. Consta ter escrito: *Mémoires sur les Grands Jours d'Auvergne* e *Oraisons fûnebres*, sendo as do Duque de Montausier e do Marechal de Turenne, obras-primas. Para a Academia Francesa foi nomeado em 1672. Tomou posse em janeiro de 1673, junto com Racine e Gallois. Foram os famosos *Sermões* que, traduzidos, vieram para a Capitania.

Com esses traços, foi curioso identificar que Esprit Fléchier não constava do *Catalogo de Livros Defesos*⁴¹, elaborado com rigor pelos censores portugueses, sempre informados do *curriculum vitae* dos autores ou das obras impressas dentro ou fora do país⁴². Porque, duzentos anos depois, Hippolyte Taine, em carta para Boutmy [1874], destacou as influências recebidas por Saint-Just e Robespierre. Entre os formadores do “espírito revolucionário” francês estava Fléchier, ao lado de Boileau,

⁴⁰ THE COLUMBIA eletronic Encyclopedia. 6. ed. Columbia: Columbia University Press, 2004. Disponível em: <<http://www.infoplease.com/ce6/people/A0818894.html>>
Ver tb.: FLECHIER, Esprit. Introduction, notes biographique et bibliographique. In: *Oeuvres choisies* [1911]. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

⁴¹ PORTUGAL. Real Mesa Censória. *Catalogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria até ao presente*, para servir no expediente da Caza da Revizão [1768-1814]. _____. IANTT. Colecção Real Mesa Censória”. Liv. N. 811. Apud MARQUES, M. Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1963. p. 118-206.

⁴² MARQUES, M. Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1963. p. 45.

Descartes, Lemaistre de Sacy, Corneille, Racine, etc. Nesses autores, a monarquia e a religião tiveram seus dogmas intactos, embora fossem ultrapassados pela visão científica do mundo [Newton, via Voltaire].

Ainda na mesma lista, sob o nome de *Instruções Geraes* em forma de Catecismo: “nas quaes se explicão em compendio pela Sagrada Escritura, e Tradição a Historia, e os dogmas da religião..., condenado como jansenista em 1721, primeira edição impressa em Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1765”, estava o “catecismo de Montpellier”, “abreviado para o exercicio dos meninos”. Provavelmente foi enviada a Pernambuco essa ou a segunda edição da obra, impressa no Porto em 1769, com licença régia concedida em Lisboa, em 10 de outubro de 1765.

As *Instruções Geraes*, aprovadas e mandadas traduzir pelo Conde de Oeyras, traziam recomendação do Arcebispo de Évora, Dom João Cosme da Cunha, futuro cardeal da Cunha: “pelo meio desta tradução, difundir as luzes mais puras da verdadeira doutrina, para o bem espiritual das suas ovelhas e cumprir, na parte que lhe toca, as obrigações de bom pastor que lhes prescrevem as disposições canônicas”.⁴³

O ensino da religião integrava-se ao aprendizado da língua, sendo os dois ensinamentos feitos ao mesmo tempo, servindo o catecismo como cartilha, um costume vindo de longa data. Assim, o “catecismo de Montpellier” veio a ser propagado em Portugal e no Brasil, como cartilha das escolas de ler e escrever, com o uso das letras francesas e inglesas. – Devido à ampla divulgação, o catecismo chegou a ter mais de 18 edições até 1884.

⁴³ ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 16.

A presença-ausência do livro

Diante das três listas preservadas, daquele começo de 1769, quando ainda era Governador nomeado o Capitão-General D. José da Cunha Grã Ataíde e Melo, Conde de Povolide, comendador da Ordem de Cristo, apenas 20 títulos estiveram disponíveis para leitura em Pernambuco. Ou 20 raras e valiosas oportunidades de textos impressos ao alcance do leitor.

Portanto, o livro era mercadoria escassa. Confiável ou perigosa. Servia como fonte de renovação, deformação ou transferência de conhecimentos. Um produto de valor deliberadamente controlado. Escasso, para uma população composta de proprietários de terras, religiosos, ex-alunos da Universidade de Coimbra, administradores representantes da Coroa, funcionários intermediários e assalariados, transportadores de gêneros e produtos leves, grandes comerciantes, ou donos de pequenas lojas, artesãos, escravos ou homens pardos alfabetizados.

No lugar, a presença-ausência de livros diluía-se entre tantas correspondências para a Corte, lamentando a falta de professores depois de extintas as escolas jesuíticas. Portanto, não passava despercebido que a vocação da sociedade estava direcionada para a agricultura, a produção de subsistências de base, plantio de cana-de-açúcar, algodão, bem como para a extração de madeira, fabricação de atanados e solas⁴⁴. Produtos

⁴⁴ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco]... *sobre o envio do mapa da carga dos navios...* Recife, AHU. Cx. 105, Doc. 8193.

destinados à exportação sob o controle da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba⁴⁵.

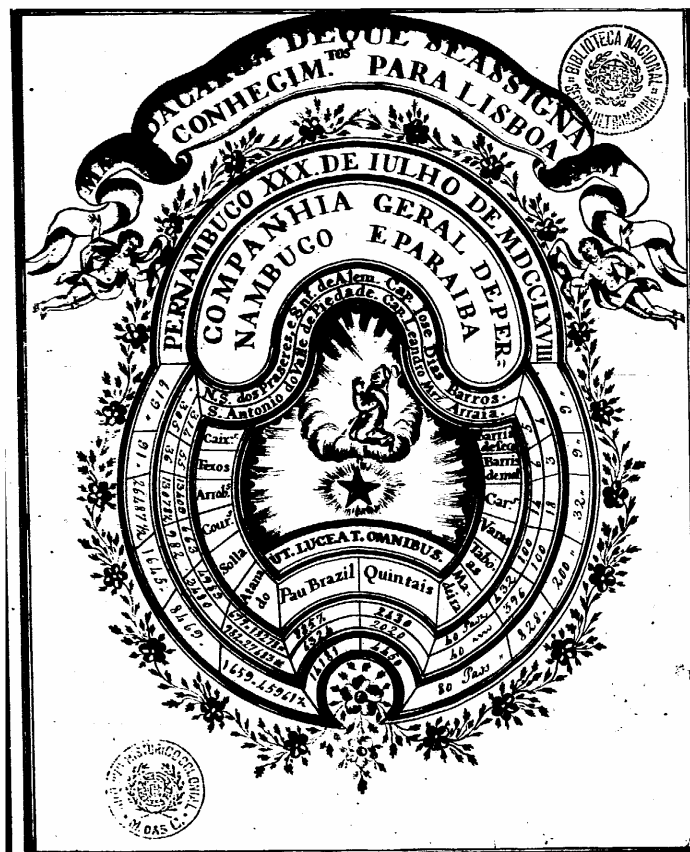
Por outro lado, havia preocupação com a importação de pólvora, alcatrão, piche, boticas, gêneros alimentícios perecíveis que, pelo costume da terra de origem, se fazia preciso vender, mesmo registrados prejuízos com azeites, vinhos, vinagres, bacalhaus, manteigas, farinhas. Tudo transportado pela frota da Companhia Geral. Assim mesmo, as mercadorias gerenciadas pelos comerciantes fortaleciam o capital financeiro, embora houvesse reclamações, em correspondências para a Corte, relatando às autoridades falta de moeda para circulação⁴⁶, pedidos de pagamentos atrasados ou insuficientes.

No contexto agrícola-mercantil, o livro não estava entre os objetos usuais de consumo. Tanto que era proibido transportar esse material em navios da frota da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão⁴⁷ e, por extensão, nas demais embarcações. Daí talvez um dos motivos para o reduzido número de títulos e exemplares destinados aos círculos da cultura eclesiástica e da vida jurídico-administrativa, que se mantinham graças às dotações régias. Um intervalo de 25 [1769-1794] anos marcará o registro de novas remessas de livros para a Capitania de Pernambuco.

⁴⁵ SARAIVA, José Mendes da Cunha. *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941. Documento n.º 3, p. 22-27.

⁴⁶ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU. *Ofícios do [governador da capitania de Pernambuco]... sobre a necessidade de circulação de moeda de cobre...* Cx. 23, Doc. 2127. Ver tb.: Recife, Cx. 24, Doc. 2206.

⁴⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Alvará com força de Ley, estalecendo, que os administradores, feitores, e caixeiros, ou quaesquer outras pessoas, que servirem a Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão em qualquer dos pórtos do Ultramar, não possão per si, ou por interpostas pessoas... fazer commercio algum particular...* . - Lisboa : Chancelaria Mor da Corte e do Reino, 1758. - [4] p. ; 29 cm.



Intervalo para a Leitura entre 1770-1794

Após 1769, a remessa de livros destinados a Pernambuco, com petições submetidas à autorização da Real Mesa Censória, teve a seqüência interrompida por um período de 24 anos [1770-1794]. Como diante de um tempo cronológico, chamado por Norbert Elias, de tempo físico, puderam os homens de letras em Pernambuco dedicar-se a uma tarefa, à leitura, sem existir o objeto livro? Ou atualizar-se sem novos títulos? Portanto, como teria sido o uso do tempo para a realização de uma atividade específica, a leitura ? Na expressão de Elias, o tempo social¹, isto é, o tempo a ser dedicado a uma atividade específica teria sido perdido? Ou teriam novos livros?

Mesmo que as necessidades dos antigos fossem “mais modestas em matéria de cronologia”², o registro dos livros trazidos do Reino permitiria caracterizar, por séries temporais, a ordem de preferência ou a hierarquia temática distribuídas na Capitania. A diversidade e o sentido das escritas, bem como das leituras, poderiam ser representados no tempo e no espaço, a partir das seqüências da produção editorial da metrópole e da difusão de idéias entre os leitores d’além-mar.

Diante dessas lacunas, a inexistência de requisições referentes a mais de duas décadas, nas coleções da Real Mesa Censória, preservadas na Torre do Tombo, ou nos portos e alfândegas do Recife e do Rio de Janeiro, poderia indicar a supressão das remessas de livros. Medida que reduziria os níveis dos parques estoques bibliográficos existentes, portanto, de estudos e leituras. A falta de circulação de novas idéias e de hábitos de

¹ ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 38.

² ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 112.

pensar sobre diversos campos do conhecimento teria prevalecido. O resultado teria sido a retração da Teologia católica e desatualização em Filosofia, Letras e Ciências. Nessas condições, a inexistência de livros resultaria ou corresponderia à adoção clara de certos princípios do projeto português de colonização para o Brasil, expostos por Ribeiro Sanches em suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, publicadas em 1760, em Colônia, na Alemanha.

A falta de provas materiais sobre o que ocorreu naquele período tornou visível, abissal, a lacuna. Pôs em dúvida se pensamentos filosóficos, sociais, políticos, econômicos ou religiosos atravessaram os oceanos. Se textos teóricos, científicos ou práticos puderam chegar aos homens de letras da Capitania. Se a difusão de livros teria sido por brasileiros embarcados em outros portos da Europa. Se trazidos para estudo, uso pessoal ou contrabandeados por viajantes estrangeiros vindos por terra ou mar ou, ainda, sob capas de religiosos, que muito se locomoviam.

De forma semelhante, os papéis relativos ao Rio de Janeiro não foram encontrados, registrou o arquiteto-historiador Nireu Cavalcanti³. Essa ausência documental trouxe outra suposição, factível: não ter havido supressão da grade de livros autorizados. Ou ter havido desaparecimento da coleção de encomendas, ou pedidos, referentes àquele intervalo, ocorrida antes da incorporação do acervo da Real Mesa Censória aos arquivos da Torre do Tombo.

Essa perda dos registros ocorreu em um momento da História em que as tipografias foram o grande veículo a serviço da escrita, da preservação, do controle e da difusão de informações, de idéias dominantes na Europa. As várias edições de um mesmo título em

³ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. p. 151.

circulação, por vários países ao mesmo tempo, levavam e expandiam conhecimentos em Filosofia, Religião, Economia política, Moral, Política, História, Geografia, Direito, Belas-Artes, Gramática, Ciências, incluindo Botânica. Instrumento de fácil manuseio, o livro conseguia reter e transportar a produção intelectual sob o impulso das Luzes. Daí uma razão para o cerco português às idéias em divulgação.

Significativamente, o período foi fértil em acontecimentos. Um momento histórico de grande ebulição para o trabalho e o direito dos homens, dos povos. A revolução industrial transformou a Inglaterra, alcançando outros países. A mais importante colônia britânica na América construiu medidas libertadoras, resultando na Independência dos Estados Unidos. Na França, fatos dramáticos, revolucionários, transformaram as relações sociais e o regime político. Do Brasil, o ouro fazia Lisboa e o Porto reluzirem, enquanto manchas de sangue cobriram o quadro da Inconfidência Mineira [1788-1789] e se iniciava a chamada Inconfidência Baiana ou Revolução dos Alfaiates [1798]. No campo dos conhecimentos, circulava na Inglaterra, na França, na Alemanha, o espírito filosófico, que precisou apenas “relacionar, ordenar os fatos e mostrar as verdades úteis que nascem de seu encadeamento e de seu conjunto”⁴. A intenção era poder operar grandes transformações nos costumes, nas formas de sociabilidade, nas obras, nos modos de pensar. Enfim, sair da menor idade, talvez da imaturidade.⁵

O Reino de *Portugal e dos Algarves, d'aquém, e d'além-mar, em África, de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India, &c.*, entre 1769 e 1795, esteve dividido em três reinados: o de D. José [1750-77], o de D. Maria I [1777-92], o de D. João

⁴ CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 25.

⁵ KANT, Immanuel. Respuesta a la pregunta: Que es la ilustracion? In: ERHARD, J. B. et al. *Qué es Ilustración?* Madrid: Tecnos, 2002. p. 17.

VI [1792-1826], como regente até 1816, ocasião da morte da Rainha mãe. No primeiro reinado, ocorreram grandes transformações, sob a coordenação do Marquês de Pombal [título recebido em 1769], “senhor supremo em Lisboa”⁶. A começar pela redução de prestígio político dos cleros regular e secular, provocando reformas nas instituições políticas e religiosas, mudanças na economia, na administração financeira, com grandes repercussões nas Colônias d’além mar.

No conjunto, as transformações atingiram também as relações culturais: as tradições espanholas foram sendo substituídas pelas francesas, inglesas, italianas, alemãs. Na área da segurança interna, para combater o banditismo e o número crescente de crimes em Lisboa, foi indicado Diogo de Pina Manique, para o cargo de *Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino*⁷. Dentre as atribuições constavam: o controle dos portos e as apreensões de livros que estivessem em mãos de particulares.

Incentivadas pelo Marquês de Pombal várias ordens e ações práticas, modernizadoras, foram implementadas em Portugal, como a fundação de uma fábrica de papel de escrever⁸. Aos poucos, algumas idéias de notáveis portugueses que haviam estudado no estrangeiro, como Ribeiro Sanches e o religioso Luís Antonio Verney, trouxeram modificações aos conceitos filosóficos e aos preceitos educacionais. O aumento da produção editorial, inclusive das contrafações, fazia crescer o número de interessados por obras das Belas-Letras, mesmo havendo conhecidas listas de livros defesos pela Real Mesa Censória.⁹

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 416.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 365.

⁸ Em 27.07.1775.

⁹ FERRÃO, Antonio. *A censura literária durante o governo pombalino: subsídios para a história do pensamento em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. p. 19-31.

No campo educacional, a instrução pública sob a inspeção da Mesa Censória foi desdobrada em estudos menores, vindo apoiar-se na criação do subsídio literário, conforme *Lei abolindo as Antigas consignações para a Instrucção dos Estudos, e estabelecendo o Subsidio Literário*, de 10 de Novembro de 1772¹⁰. O Colégio Real de Maфра inaugurado em 1772 e a incorporação do Colégio das Artes, criado em 1548, por D. João III à Universidade de Coimbra¹¹, em 1772, resultaram em novos estatutos para a Universidade.¹²

No campo do Direito, a sanção da *Lei da Boa Razão*¹³, derogando grande parte do Direito Canônico, trouxe dispositivos que davam um novo sentido às atividades científicas e práticas dos juristas. A lei atualizava questões políticas, econômicas, mercantis e marítimas à Boa Razão,

Que consiste nos primitivos princípios, que contém verdades essenciais, intrínsecas, inalteráveis, que a ethica dos mesmos Romanos havia estabelecido e que os Direitos Divino e Natural formalizarão para servirem de regras Moraes, e Civis entre o Christianismo: ou aquela boa razão que se funda nas outras regras, que de unanime consentimento estabeleceo o Direito das Gentes para a direcção e governo de todas as Nações civilizadas.¹⁴

¹⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Alvará determinando por que livros e manuscritos se ensinem nas Aulas de Latim e Primeiras Letras*. Lisboa, 30.09.1770. _____. *Lei abolindo as antigas consignações para a instrucção dos Estudos, e estabelecendo o Subsidio Literário*, Lisboa: 10.11. 1772. _____. *Alvará regulando a forma da arrecadação do Subsidio Literário*, Lisboa, 10.11.1772. _____. *Alvará sobre a arrecadação do Subsidio Literário*. Lisboa, 15.02.1773. _____. *Alvará e instruções para a cobrança de Subsidio Literário*. Lisboa, 07. 07. 1787.

¹¹ Em outubro de 1772.

¹² Em 12.18.1772.

¹³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Lei da Boa Razão*, de 18 de agosto de 1769. § § 8 °, 9 °, 14 °.

¹⁴ COSTA, Mário Júlio de Almeida. Debate jurídico e solução pombalina. *Brotéria, cultura e informação*, Lisboa, v. 115, n. 1, p. 143-169, jul. 1982.

Outras medidas passaram a vigorar, como a abolição dos atestados de limpeza de sangue [1773], demonstrando o poder assumido pelo Estado, ainda que, mantendo aliança com a Igreja.

No reinado de D. Maria, filha devota de D. José, apelidada *A Piedosa*, reafirmar o poder real era governar sem as Cortes e afastar o Marquês de Pombal. Assim, para o cargo de Secretário ou Ministro do Reino, assumiu o Visconde de Vila Nova de Cerveira a quem foi atribuído a “viradeira” política de D. Maria. Contudo, algumas mudanças instituídas pelo ministro de D. José não puderam ser destruídas, tampouco a aliança com a burguesia, definida pelos grandes comerciantes e pelos novos aristocratas oriundos do regime feudal, nem mesmo com as classes populares.¹⁵

Na Metrópole, avanços foram registrados no comércio, na indústria, no cotidiano. Eram intervenções que serviam aos interesses da Coroa para construir um Estado forte, sem perder o apoio, as virtudes e a moral da Igreja católica. As mudanças se fizeram sentir, por exemplo, quanto à segurança na cidade de Lisboa: antigas ruas, ocultas pelas noites escuras e perigosas, receberam iluminação a candeeiros devida ao intendente de polícia, Diogo de Pina Manique, que fora nomeado por Pombal.

No campo científico, a fundação da Academia Real das Ciências, em 1779, por iniciativa do Abade Correa da Serra, apoiado por Domingos Vandelli e pelo visconde de Barbacena, abriu perspectivas para novos estudos de temas que puderam ser publicados e divulgados. Daí a obra *Florae Lusitanae et Brasiliensis Specimen*, do professor de botânica da Universidade de Coimbra, Domingos Vandelli. Naturalistas e médicos brasileiros participaram e contribuíram com memórias sobre insetos, cultura de plantas, doenças dos escravos e outros temas.

¹⁵ SILBERT, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Horizonte, 1981. p. 44-49.

Em Lisboa foi editado o poema épico *O Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão [1781]. Em 1789 apareceu o *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Morais e Silva. Nesse contexto, os movimentos pré e pós-Revolução Francesa passaram a exigir maior controle da leitura e vigilância cerrada nos portos e alfândegas, o que veio a provocar alterações na Mesa Censória.¹⁶

No Reino, a circulação de obras vindas do exterior atingia cada vez maior número de leitores entre militares, professores e alunos, que eram denunciados por serem proprietários de livros proibidos. Prisões e interrogatórios passaram a fazer parte da rotina implantada pelas rigorosas buscas e apreensões de livros. Assim, aconteceu com o capitão-engenheiro Manuel de Souza, denunciado por um mercador, Paulo Dias Ferreira, por falar de Religião com pouco respeito aos eclesiásticos.¹⁷

Desde 1768, na cidade do Porto e em Coimbra, obras de Voltaire, Rousseau, do Marquês d'Argens, Montesquieu, Helvécio e outros começaram a passar em mãos de leitores curiosos. O grande interesse que essas obras despertavam era como “perigo à vista”. Sedutoras, as idéias reformistas de franceses, italianos, ingleses e alemães¹⁸ foram sendo captadas e divulgadas. Alarmado, o Bispo de Coimbra, Dom Miguel da Anunciação, que já estivera preso por crime de lesa-majestade, pressentiu

¹⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Lei criando, e regulando a Meza da Comissão sobre a Censura dos Livros, de 21 de Junho de 1787. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828. Legislação de 1775 a 1790. p. 449-455.

¹⁷ IANTT, Lisboa. Inquisição de Lisboa. Processo n.º 13 374. Apud EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 19.

¹⁸ FERRÃO, António. *A censura literária durante o governo pombalino*: subsídios para a história do pensamento em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

e denunciou o fato às autoridades. Os livros eram graves ameaças à fé e à obediência devida aos soberanos.¹⁹

Essas questões não materiais da sociedade poderiam tomar diferentes rumos e feições, implicando em críticas, contestações aos abusos do poder da Coroa e das autoridades eclesiásticas. Evitar a leitura perniciosa, antes do texto ser impresso, era função primordial da Real Mesa Censória, que proibira todos os livros “que seguem e defendem as proposições dos Iluminados”²⁰. Editais condenavam as obras de pensadores que buscavam no Iluminismo, ou na Filosofia, a razão para deslindar o mundo, lançando novas luzes sobre os espíritos, os objetos, numa tentativa de progredir.²¹

Assim, em 1781, constava da lista de obras que deveriam ser banidas do Reino todas as cópias da *Lettre de M. d'Alembert a M. Linguet sur l'Alienation des Biens Ecclesiastiques*. Porque o autor partira do

Princípio de que a riqueza é oposta à prática da Religião cristã, condena a acumulação de bens que a Igreja, mosteiros e bispos haviam feito ao longo dos anos e que considera como patrimônio público.²²

Eis aí um perigo à economia da Igreja. Enquanto na Universidade de Coimbra, vinha do Reitor Principal Mendonça, a vigilância cerrada contra

¹⁹ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 15.

²⁰ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca. Ms. n.º 599, fl. 115, na BGUC. Apud EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 15.

²¹ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Filosofia, p. 452.

²² IANTT, Lisboa. Censura, MS. n.º 13, 1782. Apud EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 22.

Estudantes suspeitos de leitura de livros franceses ou que tivessem ou mantivessem ‘conversações sobre as doutrinas filosóficas dos Enciclopedistas’, acusando-os de naturalistas, tolerantes, deístas, enciclopedistas, hereges e de apóstatas.²³

Seguiam-se autos-de-fé, penas de confisco, prisão e desterro. – Carta régia de 3 de junho de 1782 veio estabelecer instruções para que *Informações Moraes* fossem utilizadas naquela Universidade. Serviriam para denunciar os simpatizantes de autores que tratassem de doutrinas filosóficas, incluindo os naturalistas. Para isso, uma verdadeira rede de espionagem passou a ser montada.

O movimento controlador da leitura fazia os navios estrangeiros serem barrados para inspeção. Os livros trazidos por passageiros, mesmo os pertencentes aos diplomatas deveriam ser declarados, principalmente os impressos na Holanda e na França, versando sobre Religião, Filosofia. Nessa linha fora incluído, de Pierre Bayle, a apreensão do *Dictionaire Historique et Critique*, impresso em Amsterdã, em 1734²⁴. Contudo, essa obra, mesmo proibida, “existia em mais de seicentas bibliotecas do reino, como afirmara, em 1759, [...] Teófilo Cardoso da Silveira”.²⁵

Cresciam as pequenas aberturas para novas idéias, fazendo aumentar a repressão, levando ao encarceramento aqueles que acompanhavam o movimento de idéias preparatórias da Revolução Francesa. Nesse caso, esteve o lente de Geometria da Universidade de Coimbra, José Anastácio da Cunha, preso, julgado e deportado, tendo declarado ter recebido em sua casa pessoas em busca de conhecimento,

²³ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 21.

²⁴ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca. Ms. N.º 633, fl. 12, na BGUC. Apud EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 15.

²⁵ ANDRADE, Antonio Alberto de. *Vernei e a filosofia portuguesa*. Braga: Livraria Cruz, 1946. p. 365.

notícias e livros. No auto de seqüestro de sua livraria e móveis, em 2 de julho de 1778, foi anotado grande número de obras jurídicas pertencentes ao amigo João Paulo Bezerra. De sua propriedade constavam: vários livros de Matemática e de Literatura, e muitas outras, conforme registrou Theophilo Braga²⁶. Na ocasião foi revelado que no Regimento de Artilharia do Porto circulavam idéias e livros sobre libertinismo, de autores franceses e ingleses.²⁷

Diante de tão graves ocorrências nos domínios d'aquém e d'além-mar, corriam a Coroa e o Clero para evitar os perigos que levassem ao descontrole da censura. Assim, após a morte de D. José e o afastamento do Marquês de Pombal pela Rainha D. Maria I, a Real Mesa Censória foi denominada *Mesa da Comissão sobre a Censura dos Livros* [1787].²⁸

A instituição daria continuidade às tarefas anteriores. Exerceria vigilância permanente sobre a produção editorial, tentando conseguir barrar a ação clandestina de uma ampla rede que fazia circular livros proibidos, em especial os mais representativos da Filosofia das Luzes²⁹. Contudo, durante os sete anos de existência da *Mesa da Comissão*, universitários, militares, professores, curiosos e interessados diversos, obtinham, liam, divulgavam e discutiam sob capas as obras impressas além dos Pirineus.

Corriam também as contrafações, ampliando o número de edições não autorizadas, diante de inspetores ou censores centralizadores e

²⁶ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 619-622.

²⁷ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 20.

²⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Lei criando e regulando a Mesa da Comissão sobre a Censura dos Livros*. Lisboa, 21.06.1787. _____. *Lei abolindo a Real Mesa da Comissão da Censura de Livros, e regulando a mesma Censura*. Lisboa, 17.12.1794. _____. *Alvará ampliando a Lei de 17.12.1794 acerca da Censura de Livros*. Lisboa, 30.07.1795.

²⁹ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 8.

minuciosos. O mesmo acontecia às obras escritas por professores da Universidade de Coimbra. Portanto, insuficiente para controlar os livros que circulavam em Lisboa, no Porto, em Coimbra³⁰, a Mesa foi reestruturada, visando dar melhores condições de controle ao Estado. Pouco antes de D. Maria, adoentada, afastar-se do poder, a censura voltou ao Desembargo do Paço, trazendo ampliações das competências e atribuições destinadas a racionalizar a administração das comarcas, inclusive das recém-instituídas.

Tendo que assumir a interinidade, em 10 de fevereiro de 1792, D. João encontrou dificuldades para avaliar os procedimentos e as ações da *Mesa da Comissão sobre a Censura dos Livros*. No corpo da nova lei instituída, em 17 de dezembro de 1794, apareceram razões para os obstáculos:

Mandando considerar os abusos, que se tinham introduzido pela liberdade da Imprensa, e pelo descuido, e indolencia, que praticavão na introdução, e revisão dos Livros, que principalmente naquelles tempos tendião a escurecer, e confundir o que havia sólido nas controversias sobre o Sacerdocio, e o Império.³¹

A reformulação da *Mesa da Comissão* a ser chamada de *Real Mesa Censória*, unindo três autoridades Pontifícia, Régia e Episcopal, levou ao questionamento da legalidade da união das diferentes:

Authoridades, e podendo-se questionar sobre o uso práctico da censura assim concentrada no Tribunal, que nem tinha produzido

³⁰ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 16.

³¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Lei abolindo a Real Meza da Commissão da Censura de Livros, e regulando a mesma Censura. Lisboa, 17. 12. 1794. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. p. 193 a 196.

os effeitos úteis, que se propozeram na Erecção, ou por falta da exacta observância do Regimento, ou pela natureza da coisa; que por si mesma observava o seu fim, e fazia por isso inculpáveis os Deputados no exercício do seu Ministério: Fui Servida por outra Lei (...) regenerar legalmente o Tribunal, abolindo-lhes a Denominação da Real Meza Censoria, e substituindo-lhes a de *Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros*: Estabeleci Presidente; Fixei o numero dos Deputados, e Officiaes; Dei providencias analogas á organização do Tribunal.³²

A ponderação mostrava que eram conhecidos em Portugal notícias, livros e folhetos sobre os acontecimentos franceses pré e pós-revolucionários sem que a censura tivesse podido alcançar ou coibir os leitores. Embora sem descuidar da censura, houve grande tolerância na análise de algumas obras, como foi o caso do *Processo Verbal da Assembléia dos Notáveis que houve em Versalhes no ano de 1787*. Em outros casos também foi dada permissão às pessoas “bem formadas e doudas” para que tivessem acesso ao *Journal pour servir à l’Histoire du 18ème. siècle*:

Como porem com a successiva experiência de que toda a vigilância, actividade, e luzes dos Deputados não são bastantes para se conseguirem por estas providencias legaes os fructos, e fins, que por meio dellas se propôs o Senhor Rei Dom José, e Eu me propuz nas ditas Leis; accrescêrão sobre taes causas, e embaraços anteriores, a extraordinaria, e temivel Revolução Literaria, e Doutrinal, que nestes ultimos annos, e actualmente tem tão funestamente attentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos, e horrorosos principios, e sentimentos

³² PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Lei criando e regulando a Mesa da Comissão sobre a Censura dos Livros*. Lisboa, 17.12.1794. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. p. 193 a 196.

Políticos, Filosóficos, Theológicos, e Jurídicos, derramados, e dessiminados para a ruína da Religião, dos Imperios, e das Sociedades:³³

Seria preciso, para as ações futuras:

Toda a Prudencia Religiosa, e Politica exige que para reparação do Preterito, e precaução para o Futuro, se recorra a outros meios, e providencias, que possão com maior vigor, e efficacia occorrer a tantos males, e ruinas.

Pelo que: Sou Servida abolir com o inutil, e ineficaz para os fins de sua Erecção, e mais improprio para os objectos, que novamente accrescem o Tribunal da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, regenerado pela dita Lei, para que cessem, e mais se não exercitem as suas Funcções.³⁴

A proibição à circulação indicava alguns títulos que poderiam “excitar idéias sobre a liberdade ilegal”³⁵, tais como:

Abertura dos Estados Gerais; Vistas dum Cidadão; Temple du Bonheur; *Lettres a Emile*, de Rousseau; Tableau de Paris; Essai sur l’Amérique, Monarchie Prussienne sous Frédéric le Grand, de Mirabeau; ou a Lettre d’un Anglois à Paris, Esprit de l’Encyclopedie ou Choix des articles les plus curieux, les plus agréables, les plus piquants et les philosophiques de ce Grand Dictionnaire, do Abade J. Laporte, [Paris, 1768], incluindo os Contes Moraux, de Marmontel; também assinalados os Príncipes de la Philosophie

³³ UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Biblioteca. Ms n.º 608, fl. 27da BGUC. Apud EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 23.

³⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Lei abolindo a Real Mesa da Comissão da Censura de Livros, e regulando a mesma Censura. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. p. 193 a 196.

³⁵ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 24.

Naturelle, de J. C. de la Méthrie [Genebra, 1787]; o *Testament Politique*, de Voltaire, e o *Comentário de Voltaire ao livro dos Delitos e das Penas de Beccario*.³⁶

As razões consubstanciadas em várias queixas sobre incidentes, envolvendo a circulação de obras proibidas, levaram D. João ponderar a substituição da antiga Mesa da Comissão, reformulando o modelo de censura. O controle dos livros voltou a ser dividido entre três entidades: Santo Ofício, Ordinário e Desembargo do Paço. Assim posto:

Em Lugar della [antiga Mesa da Comissão] Ordeno o seguinte

Confiando que o concurso das tres Authoridades, Pontificia, Real, e Episcopal, até agora unidas no dito Tribunal extinto, trabalhando separadamente, como antes trabalhavão hão de encher os fins propostos, que até agora se não conseguirão em conjunctura menos implicada, e escabrosa: Hei por serviço de Deos, e Meu; e Mando, que o Santo Officio da Inquisição exercite as Faculdades, que tem por Delegação no Exame, e Censura dos Livros, e Papeis, ou estampados, ou que se pertenderem estampar nos Meus Reinos, e Dominios, e nos que se introduzirem por Commercio, ou por qualquer via do Reino. Mando, que os Arcebispos, e Bispos exercitem a Authoridade, que tem por Direito proprio.

E Mando, que a Meza do Desembargo do Paço exercite no exame, e censura, a Authoridade, que antes tinha por Mim, e que lhe Mando restituir.³⁷

Recomposta a estrutura administrativa da censura ao seu modelo original, a instituição manteve-se conhecida como *Real Mesa Censória*. As

³⁶ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 22-4.

³⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Lei abolindo a Real Meza da Commissão da Censura de Livros, e regulando a mesma Censura, de 17 de dezembro de 1794. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva*. Lisboa: Typografia Maignense, 1828. Legislação de 1791 a 1801. p. 193-196.

funções não foram modificadas e os livros de registros guardaram a mesma ordenação: leis, decretos e avisos; nomeações; licenças, provisões, avisos, ordens e editais expedidos.

A lei reforçou as condições de controle e vigilância das publicações. Porque, desde 1792, livros que expandissem idéias filosóficas, tomadas como básicas ou instigantes para a revolução na França, eram objeto de interceptação do Intendente Geral da Polícia, Pina Manique. Nesse sentido, foi organizada uma rede de espionagem, empregando todos os corregedores, para reforçar o cerceamento à entrada de publicações estrangeiras.

Mesmo sob controle, emergiram casos de contrabando de publicações envolvendo várias pessoas até que em Belém, um escrivão fez denúncia ao Ministro do Reino, José de Seabra da Silva. Franceses “tentaram aliciar o mestre de um hiate” era a informação. A ordem veio “para que fossem apreendidos os papéis, livros e manuscritos entrados por contrabando”.³⁸

Interceptar a rede de contrabando de livros passou a ser prioridade da Intendência de Polícia, colocando sob inspeção os portos da Figueira e do Porto onde crescia o número de livrarias. Os exemplares proibidos que estivessem circulando teriam que ser apreendidos pelo Santo Ofício a quem caberia condenar os proprietários das obras. Era o retorno da censura tripartite, levando as medidas repressivas tomadas no Reino a serem implantadas e a avançarem em terras d’além-mar, permitindo às alfândegas do Rio de Janeiro atuarem na interceptação de livros, quer viessem acompanhando os viajantes, quer viessem em caixotes separados,

³⁸ EIRAS, M. Mercês Monteiro das. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na 2.ª metade do século XVIII*. Coimbra, 1989. p. 26.

quer fossem contrabandeados. O controle alfandegário se estenderia até meados do século XIX.³⁹



³⁹ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: ABL, Fapesp, Mercado de Letras, 2003. Ver tb.: CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DES DROITS
ET
DES DEVOIRS
DU CITOYEN

Par M. l'Abbé DE MABLY.



A K E & L.

M. DCC. LXXXIX.

1700 89.

Do lado de cá do Atlântico

No período pombalino, o começo promissor da remessa de livros para a Capitania de Pernambuco logo findou, com apenas alguns registros de 1769 preservados na Torre do Tombo. O vazio documental entre 1770 e 1794 impediu restabelecer o fluxo dos livros autorizados, objetos simbólicos da produção intelectual de uma época, capazes de revelar temas, assuntos, autores escolhidos e as condições de possibilidade ou de impossibilidade de apropriação da leitura posta em circulação na Colônia.

Em um mundo real ficou uma ausência irreal. Porque a dúvida pôde evocar a seqüência anterior e o condicionamento das séries em anos subseqüentes, ficando pressuposto ter havido remessas durante o intervalo, devido aos movimentos literários e políticos que ocorreram desde os primórdios do século e não deixaram de acontecer no período. Como as letras teriam convivido com o Recife nesse momento de obscuridade, que corresponde à falta de documentação relativa à Real Mesa Censória? O pressuposto foi que as atividades dos homens de letras não teriam cessado, mesmo quando o sistema colonial português se achava em crise econômica e política. Um caminho a verificar.

Em paralelo às presenças-ausências não confirmadas de livros autorizados para a Colônia, surgiram também trajetórias alternativas para impressos contendo idéias proibidas. Há muito, esses desvios da rota obrigatória propiciaram um quase “deslocamento” do pensamento político de um meio cultural onde foram gerados, para um terreno marcado pelo sistema colonial, ocupado por uma sociedade do Antigo Regime. Trazidos escondidos por eclesiásticos ou ex-alunos de Coimbra ou Montpellier, ou

vendidos por marinheiros franceses que aportavam no Recife, em Salvador, no Rio de Janeiro, alguns livros deslizavam entre os homens de letras, dessas cidades, ou em Minas Gerais.

A menção feita pelo Marquês de Pombal ao atraso literário de Portugal, que se manifestava também nas possessões ultramarinas era fato comprovado¹, porque nem mesmo havia livros de instrução primária, contando que apenas uma pequena parcela da população sabia ler e escrever. Contudo, desde meados do século XVIII, em meio a uma formação patriarcal e aristocrática², alguns letrados, com profissões ou atividades distintas, entre médicos, advogados e militares, representantes do clero, secular ou regular, reuniam-se por um dia, por uma tarde, ou por algumas horas, para compor, recitar orações e poesias. Eram as chamadas “academias”, modelo que durante o reinado de D. João V havia sido copiado das italianas também chegando ao Brasil, nas cidades de Salvador e no Rio de Janeiro.³

Assim, de Salvador para Pernambuco eram trazidas notícias da *Academia Brasílica dos Esquecidos*⁴ que, existindo desde 1724, fora organizada pelo vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, conde de Sabugosa, para coligir informações sobre a Nova Lusitânia a serem remetidas para a *Academia Real de História Portuguesa*, criada em 8 de dezembro de 1720, responsável pela redação da *História de Portugal*⁵, por ordem de D. João V.

¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 444-5.

² FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966.

³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 357.

⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 356. O nome *dos Esquecidos* foi adotado porque os brasileiros não tinham sido convidados a participar da Real Academia de História.

⁵ PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. *Revista da SPHC* [Sociedade Brasileira para a História da Ciência] Rio de Janeiro, n. 1, p. 21-28, 2003.

Para a tarefa, foram reunidos pelo vice-rei sete membros daquela cidade: o senhor de engenho, poeta, pernambucano, que fora viver na Bahia no tempo dos holandeses e se dedicara à História, Sebastião da Rocha Pita –, sendo o único do grupo a finalizar a tarefa, imprimindo a *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu Descobrimento até ao de 1724*, publicado em 1730, Lisboa.⁶

Ainda, incluídos no grupo: o Desembargador-Chanceler Caetano de Brito Figueiredo, o Padre Gonçalo Soares da Franca, José da Cunha Cardoso, Inácio Barbosa Machado, irmão do Padre e bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, o Ouvidor-Geral do cível Luís Siqueira da Gama e João de Brito e Lima. Algum tempo depois, aproximadamente cem letrados foram convocados por meio de carta circular a participar das reuniões e dos outeiros, sendo juizes, ouvidores, jesuítas, capuchinhos, vigários, capitães, coronéis, comerciantes, artesãos, exceto proprietários de terras.⁷

No Rio de Janeiro foram instituídas: a *Academia dos Felizes*, em 1736 e a *Academia dos Seletos* formada em 1752, que se resumiu a uma sessão magna literária presidida pelo pernambucano Jesuíta, nascido em Olinda, Padre Francisco de Faria, a quem coube recitar a Oração Panegírica para celebrar o Governador Capitão-General Gomes Freire de Andrade⁸. Informou Pereira da Costa a oração ter sido publicada, com o título de *Júbilos da América [na gloriosa exaltação e promoção do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Gomes Freire de Andrade]*⁹, editada na obra de Manoel Tavares de Sequeira e Sá, impressa em Lisboa, na Oficina

⁶ No prefácio da edição da *História da América Portuguesa*, Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1976, p. 13, o historiador Pedro Calmon informa: S.R. Pita “foi o segundo poeta natural do Brasil a dar aos prelos a sua obra. A série começa com Manuel Botelho de Oliveira, em 1705”. A obra de Manuel Botelho [1636-1711] seria *Musica do parnaso, dividida em quatro côros de rimas portuguesas, castelhanas, italianas & latinas...* Lisboa: na Off. de Miguel Manescal, 1705. 2 v.

⁷ PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. *Revista da SPHC* [Sociedade Brasileira para a História da Ciência] Rio de Janeiro, n. 1, p. 21-28, 2003.

⁸ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 356.

⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 356.

de Manoel Álvares Solano, 1754¹⁰. O produto dessas celebrações não se poderia dizer fosse de qualidade literária, bem ao contrário. Mas era o que os homens de letras faziam à época, como marca coletiva.

Havia também notícias de publicações dos brasileiros residentes em Minas, Salvador, Rio de Janeiro. Assim, o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, [1728], de Nuno Marques Pereira, da *Primazia Seráfica* [1733], de Apolinário da Conceição, das *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* [1752], de Matias Aires de Ramos Eça, *Novo Orbe Seráfico Brasília* [1751], do Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão.

Embora de vidas efêmeras, essas academias em Pernambuco reuniram algumas pessoas em torno de objetivos comuns, promovendo formas de expressão, que davam visibilidade a um tipo de exercício da palavra escrita e oral em um ambiente considerado erudito na Colônia. Mas podia ser visto que o espaço era:

Mais pobre e menos estimulante que se pode imaginar, permanecendo a literatura, em consequência, um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes.¹¹

Contudo, por trás dessas precárias manifestações literárias estava em “desenvolvimento uma consciência de grupo entre os homens cultos e levando-os a produzir”¹² e perceber a importância da literatura, que poderia ser desdobrada em uma literatura nacional. Escritos como *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão [1722-1784] e *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga [1744-1810] traduziam essa consciência que despertava.

¹⁰ Ver: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

¹¹ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos) 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 77.

¹² CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos) 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 78.

Na verdade, as dificuldades enfrentadas pelos homens de letras de Portugal se reproduziam no Ultramar em piores circunstâncias, porque, não havendo imprensa e os livros tendo que passar pela censura, resultavam em diminutas coleções. Por outro lado, diante da arrogância do reinol letrado, aguçava-se o sentimento de inferioridade: “ser brasileiro era ficar no segundo plano”.¹³ Por isso, aqui, os encontros acadêmicos eram a

Oportunidade para ressaltar a especificidade virtual do escritor, destacando-o das funções que lhe definiam realmente a posição social: magistrado, funcionário, militar, sacerdote, professor, fazendeiro. Na medida em que o faziam, estabeleciam um critério de identificação social do letrado *como letrado*, não como membro de um destes grupos funcionais, resultando a consequência muito significativamente de lançarem, ainda que embrionariamente, as bases para a definição do status e do papel do escritor.¹⁴

Desses encontros definiram-se os *letrados*. Ao mesmo tempo, diluíram-se ou eram superadas as diferenças de classes que, no dizer de Antonio Cândido, “ilhavam os homens de então em camadas rigidamente superpostas”. Mas nas academias, “igualando gente da mais diversa origem”,¹⁵ a demonstração de conhecimento, mesmo que fosse por meio de elogios mútuos, passava por uma causa maior: a troca de saberes.

As agremiações, como a *Academia Científica* inaugurada em 1771, sob a proteção do Vice-Rei Marquês de Lavradio, D. Luiz de Almeida Portugal Soares de Alarcam Eça e Melo Silva e Mascarenhas, sob direção de Frei Jozé Mariano de Conceição Veloso, que havia escrito a *Flora*

¹³ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* [momentos decisivos] 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 86.

¹⁴ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* [momentos decisivos] 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 78.

¹⁵ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* [momentos decisivos] 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 78.

*Fluminense*¹⁶. A *Sociedade Literária* [1786-1790, 1794] no Rio de Janeiro, tendo como participantes Silva Alvarenga, Januário da Cunha Barbosa, Baltazar da Silva Lisboa, Domingos Caldas Barbosa. Frei José Mariano da Conceição Veloso, e a *Academia Científica* exerceram funções de relevo: formação de um grupo para as produções literárias, políticas e científicas. Em leituras, em discussões individuais ou em grupo, os participantes desses eventos, embora reforçassem os padrões dominantes, ou reiterassem a devoção religiosa, ou a lealdade monárquica, ampliavam o exercício da formação do hábito da leitura e da pesquisa.¹⁷

No âmbito dos estudos temáticos ou das preocupações eruditas, os encontros mais permanentes estiveram voltados para a difusão do saber, em particular, das questões nativistas¹⁸. Assim, com uma proposta ambiciosa, pela amplitude de estudos em História, Geografia, Etnografia, Zoologia e Botânica, havia funcionado em Salvador, entre 1759 e 1760, a *Academia Brasílica dos Renascidos*, mais conhecida por *Academia dos Renascidos*, em que representantes das letras, história e matemática de Pernambuco participaram: Dom Domingos Loreto Couto, José Vitoriano Borges da Fonseca, autor da *Nobiliarchia Pernambucana* [em edição da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro], Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, pregador e cronista-mor da ordem seráfica da Província de Santo Antônio do Brasil, Frei Francisco Xavier Feijó, poeta e monge de São Bento, Frei Alexandre da Purificação, lente de Teologia do mosteiro de São Bento, em Olinda, Jerônimo Mendes da Paz, matemático e naturalista, Frei Leandro do Sacramento, Carmelita, botânico, Padre Manuel de Macedo, da

¹⁶ Publicada em 1825-27, 1831.

¹⁷ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos) 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 79.

¹⁸ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos) 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 79.

Congregação do Oratório, o Bispo Dom Thomaz da Encarnação, da Diocese de Olinda, orador e autor da *História Eclesiástica Lusitana*.¹⁹

No Recife, as reuniões podiam ocorrer sem divulgação naquele momento. Porém, em 1745 foi celebrada, em grandes festas, a capela de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos do Recife. Em louvor de São Gonçalo Garcia foi também festejada a abertura da *Academia Literária*. Da sessão solene participaram pernambucanos²⁰ que fizeram da posse das palavras grande uso, em sonetos, décimas, epigramas e redondilhas, em demonstrações de conhecimentos de Gramática latina, de Filosofia e Teologia, adquiridos em estudos com os Oratorianos, de Retórica versada para o espanhol, do manejo das artes aprendidas no Colégio dos Padres Jesuítas. Mesmo à distância da Europa talvez houvesse uma intenção de reproduzir a relação entre o “reino da escrita fabricadora de objetos” e o “império da música”, que marcou o século das Luzes.²¹

Mas a troca de louvores esquentou o ambiente rarefeito da boa literatura. Recolhido o material pelo Frei Manuel da Madre de Deus, foi todo impresso sob o pseudônimo de Sotério da Silva Ribeiro, a *Summa Triunfal da Nova e Grande Celebridade do Glorioso, e invicto Martyr S. Gonçalo Garcia*²². Os registros de Pereira da Costa não mencionam outras academias, ficando uma interrogação sobre o número de homens de letras vivendo no Recife, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII.

Nesse ambiente cultural, a Colônia recebeu com entusiasmo um Alvará de D. José I, de 17 de julho de 1771, defendendo a existência de um teatro para a cidade, os termos acentuavam:

¹⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 181.

²⁰ COUTO, Domingos Loreto, *dom. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 371-374. São indicados os nomes e traços biográficos de alguns participantes da sessão inaugural da *Academia Literária*.

²¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 186.

²² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 54.

O estabelecimento dos teatros públicos bem regulados, pois que deles resulta a todas as nações grande esplendor e utilidade, visto serem a escola, onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade, com que devem servir aos soberanos, e por isso não só são permitidos, mas necessários”.²³

A boa aceitação da medida levou à construção e inauguração de um edifício próprio, com o nome de *Casa da Ópera*, em 1772. Vale lembrar que as mudanças que estavam ocorrendo em Portugal, em torno da tolerância civil e religiosa levou um grupo de letrados, formados em Direito, a fundar a *Arcádia Lusitana*, em março de 1756, tendo entre outros pontos a defesa da utilidade da arte dramática como meio de instrução, recurso utilizado com frequência pelos Jesuítas, com enorme repercussão popular.

Essa informação, percebida pela recém-criada Mesa Censória [1768] despertou para o maior controle da produção teatral submetida a exame. Assim, sob censura, uma das providências foi a assinatura do ato, pelo Marques de Pombal, em 30 de maio de 1771, da “Instituição estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte”, o que foi confirmado por Alvará de junho de 1771, determinando, com força de lei, que apenas dois teatros poderiam existir em Lisboa²⁴. Dessa forma, as representações ficariam sob censura, valendo o mesmo para o Ultramar.

A *Casa da Ópera*, no Recife, segundo citação de Pereira da Costa, teve o privilégio de receber em 1780, a primeira comédia composta por brasileiro, representada em teatro público no Brasil²⁵. A peça em verso, em três atos, levada à cena, *Amor Mal Correspondido*, era do pernambucano

²³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 313.

²⁴ CARREIRA, Laureano. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1980. p. 21.

²⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 314-5.

Luís Alves [Álvares] Pinto²⁶, poeta e músico, participante das sessões acadêmicas. Como professor régio, escreveria também um *Diccionario Pueril para o uso dos Meninos, ou dos que principiaõ o ABC, e a soletrar dicções*, impresso em Lisboa, em 1784.

Outro pernambucano, Francisco José de Sales, teve sua peça *Ezio em Roma*, publicada em Lisboa, em 1789. Tratava-se de um elogio dramático ao Governador e Capitão-General de Pernambuco, D. Tomás José de Melo. Em 1790, o ator Antônio José de Paula, em homenagem ao Governador, compôs e encenou a peça *A Gratidão*.²⁷

Os teatros e as academias faziam sucesso em vários países²⁸, proliferando em várias cidades. Assim corriam as notícias, e as pessoas no Recife voltaram a se juntar em 19 de março de 1775, para em sessão literária recitar versos, discursar em honra do Governador e Capitão-General José César de Menezes. Houve festa no palácio do governo, instalado no antigo Colégio dos Jesuítas, desde 1770, quando desabara o antigo palácio de Friburgo ou das Torres²⁹. Lá estiveram presentes “os mais notáveis intelectuais do tempo”³⁰, aqueles que também serviam à administração do Estado.

Entre os oradores foram 13 nomes citados, por Pereira da Costa³¹: o presbítero secular, pernambucano, Antônio Machado Portela, bacharel em

²⁶ Em nota, o prof. J. A. G. de Mello indica o sobrenome Luís Álvares Pinto [1719-1789] “insigne músico e professor régio no Recife, foram objeto de notável trabalho” do Padre prof. Jaime C. Diniz, em *Músicos Pernambucanos do Passado*. In: COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. DXCIV.

²⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 316.

²⁸ Era grande o número de academias fundadas com especialidades diversas, em várias cidades, durante o século XVIII, na França, por exemplo. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/SocietesSavantes/ChronoListe.htm>>

²⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 518.

³⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 355.

³¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 355.

cânones pela Universidade de Coimbra³², professor régio de gramática, a quem coube a Oração Panegírica, abrindo o certame. Os demais a declamar foram o Ouvidor-Geral, Francisco José de Sales, formado em Coimbra, o Juiz-de-fora da comarca, um religioso beneditino, alguns padres, outros mais. Não foi mencionada a presença do Bispo Dom Thomaz da Encarnação no certame. Das peças apresentadas foi publicada a *Colleçam das Obras feitas aos felicíssimos anos do Ilm. Exm. Senhor José César de Menezes Governador e Capitão General de Pernambuco na sessam acadêmica de 19 de março de 1775, offerecida por Antonio Gomes Pacheco, Presbitero Secular*.³³

A cidade parecia se fazer pródiga em atividades literárias, por essa outra década. Poesia, história e oratória sagrada, muitas escritas em latim, porque era a língua dos eruditos, faziam parte das produções do clero secular e regular. Palestras em casas particulares, outeiros poéticos nas festas religiosas e as solenes conclusões ou defesas de teses nos conventos eram motivos para novas celebrações. Discussões em torno de livros ou leituras ocupavam nos espaços privados, um tempo durante o processo que emergia da “esfera pública política”, do lugar onde as pessoas faziam uso público da razão, qualquer que fosse sua condição social.³⁴

Os padres da Congregação do Oratório, na Madre de Deus, abriam ao público, muitas reuniões literárias, sempre “em comemoração de acontecimentos notáveis ou em honra de personagens ilustres”³⁵. Talvez os interessados mandassem imprimir e difundir os textos em Lisboa ou Coimbra. Mas deveriam ser poucos os homens de letras, a contar pelas presenças nas academias. Mas aos estrangeiros, a cidade surpreenderia:

³² MORAIS Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra: Universidade, Faculdade de Letras; Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.

³³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 349.

³⁴ HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris : Payot, 1993. p. I-XV, 13-23.

³⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 357.

Que em uma praça tão grande como Recife não exista uma tipografia nem um mercado de livros. No convento da Madre de Deus vendem almanaques, estampas, histórias da Virgem e dos Santos, e outras na mesma espécie, em tamanho reduzido, impressos em Lisboa.³⁶

Seria constatado por Henry Koster, em 1809. De forma parecida, Muniz Tavares, em texto muito divulgado, mas necessário repetir, diria no começo do século XIX:

Não havia biblioteca pública, necessidade absoluta de País civilizado: conservavam-se alguns livros, mas pouco escolhidos, e aferrolhados no interior dos conventos, onde nenhum profano ousava penetrar.³⁷

Que os livros estavam nos conventos de Olinda e do Recife, onde habitavam alguns religiosos e, se quisessem usariam as bibliotecas ou leriam isolados em suas celas, era fato. Mas os gestos de leitura, seu uso e comunicação restritos, funcionavam como verdadeiras “bibliotecas virtuais ambulantes”. Para esses leitores, as sessões acadêmicas representavam a grande oportunidade para a divulgação de conhecimentos.

As pequenas reuniões familiares proporcionavam uma outra forma de difundir e trocar informações, visto que sempre havia a presença de um religioso nessas ocasiões e uma platéia razoavelmente respeitosa e interessada em ilustrar-se. Os saberes também eram mostrados mais amplamente quando os religiosos exerciam funções didáticas em escolas

³⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 57

³⁷ TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Casa Civil de Pernambuco, 1969. p. 31

particulares, ministrando Português, Latim, Retórica e Filosofia, ou em aulas públicas, de Grego e Matemáticas.³⁸

Essas formas limitadas e volantes de divulgar as letras e alguns poucos conhecimentos científicos em espaços restritos contrastava com o aparato das festas religiosas, que congregavam “multidões”. As igrejas usavam tanto o espaço interior, para as cerimônias da missa, sermão, música tocada e cantada, quanto o espaço externo, o adro, para as apresentações teatrais, ou as ruas para o desfile musicado da procissão, sob a proteção das forças públicas policiais.

A dimensão grandiosa e repetida do espetáculo, com a participação integral da população dava visibilidade aos atores sociais envolvidos na comunicação e encenação religiosa que atuavam na esfera pública, atingindo grande número de adeptos. A variação dos modos de proceder para alcançar o público definia e identificava as oportunidades políticas e as desigualdades sociais.

As missas solenes, procissões e espetáculos ao ar livre estiveram sempre acompanhados de músicas de compositores pernambucanos, o que resultou na fundação da Irmandade de Santa Cecília, em 1788, na Igreja de São Pedro dos Clérigos. A iniciativa, que congregou trinta e sete membros, foi do professor-compositor-autor-sargento-mor, Luís Alves [Álvares] Pinto, que estudara em Portugal e, a exemplo da instituição protegida por D. José I, em Lisboa, conseguira que, para exercer a profissão, o músico deveria submeter-se a rigoroso exame, em seguida fazer parte da Irmandade³⁹. Era uma forma de organizar e consagrar um sistema de práticas que se difundira na metrópole e fora apropriada e reproduzida na Colônia.

³⁸ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 356.

³⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 543-549.

As atividades culturais e religiosas desdobravam-se com grande entusiasmo ao fundar irmandades de crentes ou devotos de um mesmo santo. A presença do Bispo nascido no Rio de Janeiro, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho propiciaria novos eventos. Porque, antes mesmo de chegar, enviara “uma bela e eloqüente carta pastoral de saudação, dada em Lisboa a 18 de março de 1795”⁴⁰. Assim, logo depois da posse, como Bispo e Governador, começou um período onde as letras, o ensino para jovens, as questões econômicas e administrativas teriam um novo impulso.

Apesar do movimento cultural em ebulição, as coleções de livros deveriam ser raras, segundo Pereira da Costa. Ao referir-se às bibliotecas teve sua afirmação reproduzida por vários autores, daí merecer a transcrição, sobretudo, por se opor ao olhar de Muniz Tavares:

À falta de bibliotecas públicas, tínhamos as das casas religiosas, riquíssimas, pelo avultado número de obras, de todo gênero que possuíam, sem contar as suas preciosas coleções de manuscritos, as quais eram franqueadas a pessoas estranhas, mediante licença.⁴¹

Abertas ou não à consulta em geral, não se sabendo exatamente em que momento as obras foram incorporadas ao acervo, as bibliotecas conventuais cumpriram direta ou indiretamente uma ação que se daria na esfera pública. Uma vez que o governo se responsabilizara apenas pela divulgação das obras, contendo matéria relativa aos programas de ensino, sendo os textos controlados pela Mesa Censória.

Mas em Pernambuco, a aparente tranqüilidade dos encontros literários, das consultas ou leituras nas bibliotecas conventuais escondia

⁴⁰ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 574.

⁴¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1, p. 356-7.

“um centro de contestação do poder da metrópole”⁴², onde as lutas políticas envolviam não apenas alguns letrados, como senhores de engenho, como os irmãos Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que se destacariam em 1801, na conspiração dos Suassunas.

O governo português estava afetado por razões econômicas advindas da queda da produção do ouro em Minas Gerais e do açúcar, em Pernambuco. Na Capitania, os plantadores controlavam a situação, sem condições de competir com a produção das Antilhas, mesmo com o aumento do número de escravos. O declínio das Câmaras Municipais, o monopólio mercantil, a frustrada experiência da Companhia Geral de Pernambuco e a falta de numerário, fazendo com que passasse a existir a moeda brasileira, o real, desvalorizado em relação ao dinheiro português, faziam aumentar as razões da crise.⁴³

As lutas internas de caráter político foram alimentadas pelos exemplos dos americanos, dos franceses. As idéias propagadas aqui trazidas por estudantes de Coimbra, de Montpellier, ou por viajantes, eram tidas como ameaçadoras, pondo em risco o direito divino dos reis, a monarquia absoluta e o esfacelamento do sistema colonial. Assim, não se poderia estranhar que livros, expondo as doutrinas dos filósofos liberais atraíssem e servissem de base para discussões em Pernambuco, na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro.⁴⁴

Os debates se davam em sessões onde livros e autores das idéias contrárias às autorizadas pela Mesa Censória chegavam por vias paralelas

⁴² ANDRADE, Manuel Correia de. Idéia republicana no Nordeste: ecos da França, 1789. In: REVOLUÇÃO Francesa: 200 anos. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1989. p. 44.

⁴³ MARQUES, A H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. p. 402-417.

⁴⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. Idéia republicana no Nordeste: ecos da França, 1789. In: REVOLUÇÃO Francesa: 200 anos. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1989. p. 44-46.

e discretas, tratando das formas de autoridade, da organização política, das liberdades religiosas e políticas. Entre outros, eram proibidos em Portugal e nas colônias as obras lapidares do iluminismo escritas por Mably, Abade Raynal, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Diderot, Locke.

Mas essas e outras obras constituíram a biblioteca, à época chamada livraria, do cônego Luiz Vieira da Silva, considerado “o mais instruído e eloqüente de todos os conjurados mineiros”⁴⁵, como descrito e estudado por Eduardo Frieiro⁴⁶. O mesmo não se poderia dizer da única lista bibliográfica localizada, referente à livraria particular do Bispo Dom Thomaz da Encarnação, onde nenhum desses autores esteve presente, sendo a maior parte da coleção dedicada à Teologia, Filosofia e à legislação do Reino.⁴⁷

Mas a forte repressão à leitura, em Lisboa, sob a orientação do intendente Pina Manique e em Coimbra, com a perseguição aos alunos que liam e discutiam os acontecimentos políticos franceses, chegou ao Rio de Janeiro. Rever, de forma sumária, como a censura reprimiu, agindo naquela cidade e naquele momento dará uma pálida idéia do acontecido.

As medidas controladoras da leitura atingiram sem dificuldades os membros da *Sociedade Literária* do Rio de Janeiro, provavelmente, diria Wilson Martins, “no momento em que lhe obtivera o augusto assentimento, a *Apoteose Poética*, folheto de nove páginas e com a primeira palavra do

⁴⁵ SILVA, J. Norberto de Souza e. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro, 1873. Apud FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. 2. ed. revista e aumentada. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1981. p. 13.

⁴⁶ FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. 2. ed. revista e aumentada. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1981.

⁴⁷ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. *Ofício do desembargador e ouvidor geral da Capitania de Pernambuco*, Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leite ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando cópia do inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima. AHU. Cx. 151, Doc. 10957.

título em caracteres gregos, impresso em Lisboa, na Regia Officina Tipográfica”⁴⁸, texto de Manuel Ignacio da Sylva Alvarenga.

Das reuniões semanais em que participavam um professor régio de Retórica, um de Grego, outro de Gramática latina, um médico, um bacharel e outros, surgiram as desconfianças: “tratar-se-ia antes de um clube de jacobinos, que se ali se ajuntavam secretamente para tramar contra a religião e contra o governo”,⁴⁹ suspeitava o Vice-Rei Conde de Resende, que assumira o cargo em 1790.

Mas a denúncia, em 1794, do rábula José Bernardo da Silveira e de um Frei Raimundo ou Frei Raimundo de Penaforte, guardião dos Franciscanos, veio para confirmar as desconfianças do Vice-Rei. Alegava serem os réus debatedores críticos, que censuravam os religiosos ou a matéria eclesiástica, os reis e as monarquias. Eram defensores dos franceses e dos princípios da Revolução Francesa, “porque liam nos correios da Europa as notícias da guerra que flagelava o Velho Continente, com louvor às vitórias dos franceses contra os combinados, e bem assim os livros dos Abades Raynal e Mably”.⁵⁰

Um dos acusados era Manoel Ignácio da Sylva Alvarenga, com idade de 46 anos, advogado e professor régio de Retórica e Poética, no Rio de Janeiro. Autor de *O Desertor*⁵¹, uma obra que posteriormente diriam ser “uma simples tradução literal da arte poética de Boileau”.⁵² Alvarenga lera Voltaire entre outros e tivera os bens seqüestrados e fora interrogado por

⁴⁸ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. p. 504.

⁴⁹ AUTOS da Devassa Ordenada pelo Vice-Rei conde de Resende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 242, 1939 [1941]

⁵⁰ AUTOS da Devassa Ordenada pelo Vice-Rei conde de Resende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 244, 1939 [1941]

⁵¹ ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. *O desertor*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

⁵² MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. p. 508.

seis vezes enquanto preso, sob a alegação de possuir em sua biblioteca alguns tomos da *História*, do Abade Raynal, livro contendo:

Máximas e princípios opostos às Monarquias [...] e fazer amável o governo Republicano [...] e entre elles se encontrar o livro que tem por titulo Direitos do Cidadão, do Abbade Mably.⁵³

Os dois livros, diziam os censores, eram responsáveis por difundir a destruição e a ruína das monarquias com vistas a estabelecer um governo republicano. Obrigado a reconhecer a propriedade de objetos com mensagens tão perniciosas, o réu contou que os:

Havia comprado entre outros livros latinos a hum Marinheiro por que lendolhe o titulo, por elle não julgara que podia conter doutrinas opostas aos Governos Monárquicos.⁵⁴

Um outro preso, bacharel, foi acusado de possuir o livro *Instrução à Mocidade*, disse na argüição tratar-se do *Emílio*, ou a *Educação*, de Jean-Jacques Rousseau.⁵⁵

Ao final do processo, reconhecendo que nada havia sido encontrado que demonstrasse serem os presos seguidores de doutrinas contrárias ou que estivessem coligados contra os poderes monárquicos, os acusados foram soltos. Mas contra a leitura de livros suspeitos o relatório do Desembargador e poeta Antônio Diniz da Cruz e Silva ao Conde de Resende, em 1797, alertava:

Que a sã política destaca e entre eles o perniciosíssimo que tem por título *Direitos do Cidadão*, do Abade [sic] Mably, que o

⁵³ AUTOS da Devassa Ordenada pelo Vice-Rei conde de Resende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 244, 1939 [1941]

⁵⁴ AUTOS da Devassa Ordenada pelo Vice-Rei conde de Resende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 409, 1939 [1941]

⁵⁵ AUTOS da Devassa Ordenada pelo Vice-Rei conde de Resende, 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 244, 1939 [1941]

mesmo professor [Silva Alvarenga] contra toda a verossimilhança negou ter lido. Acresce mais o achar-se entre os seus papéis uma oração, em que se lê que fora recitada na sua aula por um dos seus alunos, em que se acham as proposições seguintes: / Que nenhum homem deve sujeitar a sua liberdade aos rigores de outro homem seu semelhante;/ Que a extraordinária vileza e fraqueza de espírito daquele que chega a submeter-se inteiramente às disposições de outro homem, devendo considerar que o mesmo que pretende oprimir e abater não recebeu do Criador uma alma mais perfeita; / Que são vis e fracos os que vivem encarcerados em tenebrosos cárceres...⁵⁶

Os alertas do Desembargador não impediram ter sido Sylva Alvarenga o precursor do ensino de Literatura no Brasil, “de um ponto de vista exclusivamente literário, sem o condicionamento prévio de concepções religiosas, como acontecia até então nos colégios católicos [...] Inaugurou a conceituação ‘profissional’ e técnica da literatura” como destacou Wilson Martins⁵⁷, acrescentando: “a posição pioneira [...] não se definia apenas pelo ensino leigo das letras, mas [...] pelo sentido conscientemente abasileirante que lhe imprimiu”.⁵⁸

Talvez a censura dos livros, na Capitania de Pernambuco, não tenha investido com tanta nitidez quanto fizera no Rio de Janeiro, durante o período entre 1769 e 1794. Contudo, temeroso dos possíveis ataques pelo mar, por onde viriam “as abomináveis idéias francesas”⁵⁹, o Governador da

⁵⁶ DOCUMENTOS relativos à prisão de M. I. da Silva Alvarenga, Mariano J. Pereira da Fonseca e outros, por ordem do Conde de Resende. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 157, 1865. Ver tb.: MARTINS, W. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. p. 506.

⁵⁷ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. p. 509.

⁵⁸ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. p. 510.

⁵⁹ BERNARDES, Denis. As “abomináveis idéias francesas” em Pernambuco. In: *REVOLUÇÃO Francesa: 200 anos*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1989. p.47-49.

Capitania, D. Luís Diogo Lobo da Silva, em 1763, cuidou da reforma do exército português para a defesa da costa e repressão à entrada de navios franceses ou espanhóis, portadores de pessoas e livros com as “perigosas idéias”, comunicando as medidas ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado.⁶⁰

Em outro momento, o Governador D. Tomás José de Melo⁶¹, que havia tomado posse em 13 de dezembro de 1787, em Olinda, comunicaria ao novo Secretário da Marinha e Ultramar sobre a entrada nos portos do Brasil de navios franceses e os riscos de contatos com os princípios de igualdade e liberdade propagados pelos clubes de França⁶². Ao pessoal do porto baixou portaria, em 21 de fevereiro de 1789, para que, em caso de necessidade, os serviços de socorros fossem imediatamente acionados. Em 1793, em vista do rompimento de Portugal com a França, “mandou reparar as fortificações, completou a tropa”, fazendo o mesmo em Fernando de Noronha, municiando-a e passando o comando da ilha a “um oficial de confiança, o Coronel do Regimento de Olinda, Antônio José da Silva”.⁶³

Em paralelo às ameaças externas, o Governador deu andamento aos melhoramentos urbanos, cuidando também para que houvesse uma Academia Militar, fosse a instrução pública ampliada com aulas de matemática e contribuiu para a concretização do Seminário Episcopal. Não poderia esquecer de criar bandas de música para os corpos milicianos, que passaram a perceber melhores soldos e novos fardamentos. As bandas

⁶⁰ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Ofício do governador da Capitania, Luís Diogo Lobo da Silva ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reforma no exército português e as medidas tomadas na defesa da dita capitania e na repressão à entrada de navios franceses e espanhóis neste porto. Cx. 99, Doc. 7767.

⁶¹ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 467.

⁶² BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Cx. 181, Doc. 12605.

⁶³ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 470.

foram as primeiras a existir em Pernambuco, chamou atenção Pereira da Costa.⁶⁴

Em paralelo, teve de enfrentar dois anos de rigorosa seca [1791-1793], vendo milhares de pessoas morrerem de fome e sede, sabendo da perda do gado e da lavoura, tendo que agir energicamente para combater os especuladores. Por esse tempo, as capitanias anexas, inclusive o Ceará não ficaram imunes à grande estiagem, seguida de febre de “mau caráter”, combatida com médicos, farmacêuticos e sangradores, inclusive um hospital móvel, enviados por D. Tomás José de Melo.⁶⁵

Em agradecimento aos serviços prestados, grande cerimônia foi organizada para o Governador, na Casa da Ópera, saudando com o *Elogio*, composto pelo Padre Manuel de Souza Magalhães, e recitado pelo ator José do Sacramento Salamin. Em 1796, D. Tomas José de Melo recebeu de D. Maria ordens de retorno a Lisboa, tendo passado o governo à junta composta do Bispo Diocesano Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, do chefe da esquadra Pedro Sheverim, e do Desembargador Ouvidor-Geral Dr. Antonio Luis Pereira da Cunha, em 29 de dezembro de 1798⁶⁶. Começaria, então, um momento de crescimento para o campo das letras e da política.

Diante da atuação dos letrados na Capitania, a falta de documentação comprobatória das remessas de livros para Pernambuco, o mesmo acontecendo para outras localidades, não impediu fossem os homens de letras atuantes e pudessem se exercitar no ofício de escritores, poetas e historiadores. Vieram daí os pernambucanos que, sem divulgação das obras, tiveram seus nomes registrados em documentos.

⁶⁴ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 470.

⁶⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 471.

⁶⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 6, p. 477.

Mas no sistema colonial, esses divulgadores da cultura letrada não foram, nem puderam ser comunicadores de amplo alcance social e político, de forma a ultrapassar a esfera privada e atingir a esfera pública, ou seja, não atingiram a estrutura da ordem pública⁶⁷, formando bibliotecas verdadeiramente públicas, tornando o conhecimento uma realidade concreta ao alcance de muitos.

A falta de remessas de livros não ficou em evidência. Nem mesmo Pereira da Costa assinalou, mais que duas vezes, a existência da Mesa Censória, em sua monumental obra, *Anais Pernambucanos*. Os registros de livros proibidos que circularam de forma mais ágil vão aparecer no período seguinte, com a criação do Seminário de Olinda, durante o governo do Bispo Dom Azeredo Coutinho. Assim, com certeza, a propagação das doutrinas políticas, se fazia oralmente, dentre ou por meio de religiosos, funcionários do governo, comerciantes, proprietários agrícolas.

Enquanto no Recife a documentação disponível não demonstrou a existência de remessas de livreiros ou leitores, ou censura a manuscritos, no Rio de Janeiro, ao contrário, a delação foi atuante, mantendo os rigores da primitiva Mesa Censória que, mesmo tendo trocado de nome por duas vezes, permaneceu no último período com a denominação inicial e a forma tripartite. Ainda que alguns exemplares tenham escapado do controle alfandegário.

⁶⁷ HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris : Payot, 1993. p. I-XV, 13-23.



Livros para a Capitania de Pernambuco: 1795

Ao assinalar e admitir a perda de documentos entre 1770-1794, período em que estariam relacionadas obras destinadas à Capitania, as coleções anuais subseqüentes vieram suscitar curiosidades. Indagações foram reavivadas, prenunciando continuidades e mudanças na ordem nos livros. Quem transportou ou comercializou essas mercadorias? Os títulos enviados despertaram o gosto pela leitura? Houve preferências por temas ou gêneros? Quais autores representavam a Igreja e apregoavam a mentalidade religiosa? Quais autores faziam a defesa do Estado Monárquico? A circulação de obras se dava em função das atividades dos leitores? A escolha dos títulos se fazia mediante pedido expresso ou escolha do portador? Esses livros serviram como canal de comunicação a perpassar pela sociedade que, abalada pelas lutas políticas ocorridas local e externamente [Expulsão dos holandeses, Insurreição Pernambucana, Guerra dos Mascates, Inconfidência Mineira, ou ecos da Revolução Francesa], despertara para pensar em si? Por fim, quais dessas perguntas deveriam ser efetivamente respondidas? Essas foram as buscas empreendidas a partir das petições enviadas à Mesa Censória.

Nesse quadro, pareceria que, para responder às questões, bastaria transferir os livros para os leitores e percorrer as prateleiras pessoais ou coletivas. Encontrar professores, alunos, religiosos, estudiosos, autoridades, políticos, médicos ou magistrados, comerciantes talvez que tivessem, de forma determinada ou aleatória, escolhido o assunto que lhes

aprouvesse. A partir daí seria conferir como o “ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto”.¹

Seria acompanhar a liberdade ou os limites que se estabeleceriam entre o leitor e o impresso. Seria indagar, constatar e interpretar o processo de interação que existiria entre os dois. Localizar, seguir, entender, a trajetória, os meandros talvez de um algum “leitor transformado”, que revelaria, pelas representações e apropriações da leitura, as novas idéias, os procedimentos re-significados, demonstrados através de modos ou formas de expressão.²

Cartas, sermões, relatos de viagens, representações iconográficas ou autobiográficas, textos manuscritos ou impressos, seriam indícios positivos ou negativos sobre as conexões entre autores, temas, lugares e vida dos personagens e dos leitores. A força de persuasão do autor sobre o leitor transformado em “autor” pela percepção da leitura, poderia ter deixado registros e marcas de pensamentos ou atitudes, em comportamentos políticos ou não. Mas essa seria uma outra História, que partiria de uma outra estratégia de pesquisa, com o apoio de fontes ainda não localizadas. Seria a idéia de discurso como prática social, ou “o estudo de apropriações [de gêneros, formas, temáticas, motivos] por diferentes comunidades, em diferentes momentos”, bem esclareceu Roger Chartier.³

Antes de tudo, no percurso para o Ultramar, ficavam evidenciados os livros e os sujeitos que os traziam. Religiosos, profissionais, mercadores-livreiros bem informados, que fizeram leitura ou tinham idéias aproximadas sobre os títulos e textos em circulação, portanto, asseguravam a transferência de objetos bibliográficos. Produto cultural, a

¹ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. p. 13.

² RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1997. t. 3, p. 288.

³ ENTREVISTA com Roger Chartier. *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 3-11, jan./dez. 1995.

obra impressa proporcionava a alguns desses agentes um tipo de comércio diferenciado, que poderia ser constituído da totalidade ou de parte do material disponível na Metrópole. Edições nacionais e/ou autores traduzidos em número crescente circulavam e validavam a transmissão de idéias, modelos e valores sócio-culturais representados ou instituídos.⁴

O número de exemplares impressos e circulando dentro ou fora do Reino com destino à Capitania adquiriu materialidade, visibilidade. Daí a possível reconstituição de um retrato bibliográfico, usufruindo ou compondo “a arte de descobrir os livros que se ignora, ou desvendar as particularidades desses livros”⁵. Esses objetos não eram apenas folhas de papéis costurados e encadernados em diferentes espessuras, larguras e alturas, que tiveram que se ajustar à mão. Eram páginas impressas, trabalhadas em diferentes fases, segundo técnicas de fabricação de papel, regras tipográficas e de comércio.

No século XVIII, a página de rosto trazia, em tinta preta, às vezes, em vermelho, o nome do autor. Títulos e subtítulos deveriam ser confiáveis – nem sempre o foram, o que daria sentido histórico ao objeto. Muitas vezes, porém, “não se podia julgar um livro pelo título” alertou Robert Darnton⁶. Os talhes tipográficos, valorizados, indicavam também edição, oficina e/ou marca do impressor, o local de impressão, ano da publicação, licenças de imprimir. – Divulgadas às vezes, as licenças eram consideradas ilícitas, daí as suspeitas dos censores.

Volumes em diferentes línguas, embora o latim fosse usado pela Religião e pela Ciência, fixavam e difundiam as criações do pensamento, das idéias. Educavam. Informavam. “*Informare*, o étimo traz esse poder

⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Edunb, 1994.

⁵ MALCLÈS, Louise-Noëlle. *Cours de bibliographie*. Genève: E. Droz; Lille: Giard, 1954. p. IX.

⁶ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 21

intrínseco: dar forma é clarificar. Até o século XVIII, enformar tem o sentido de educar”⁷. O livro multiplicado sob controle, em circulação, era destinado a alcançar os leitores, para que pudessem “conversar livremente com os mortos gloriosos”, como desejara o humanista Aldus Manutius, ao instalar oficina em Veneza, nos primórdios da arte tipográfica.⁸

Produto de fabricação nas cidades, o livro teve forma, função e sentido simbólico, sendo ajustado à sociedade, ora com maior, ora com menor valor de uso e de troca. Da reunião de vários títulos organizaram-se as bibliotecas, as livrarias. Catálogos, bibliografias, repertórios manuscritos ou impressos representavam a reunião de temas, disciplinas ou assuntos, referenciados e ordenados alfabeticamente ou mediante classificação dos conhecimentos. Instrumentos de difusão cultural em todo lugar ofereciam possibilidades de uso, apropriação e interpretação dos registros produzidos ou a produzir. A formação dessas coleções ou bibliotecas, pequenas ou grandes, na Capitania passava pela travessia dos mares, pelos mercadores, pela vontade ou necessidade de leitura, nem sempre ao alcance da população.

⁷ HOLANDA, Lourival de. *Leitura: perspectivas informacionais*. In: PERSPECTIVAS PARA O LIVRO E A LEITURA NO SÉCULO XXI. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. [Inédito].

⁸ ZORZI, Marino. *Introdução a Aldo Manuzio e l'ambiente veneziano, 1494-1515*. In: MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 161.

Da Corveta Águia do Douro

De Portugal para a Capitania, a partir do último trimestre de 1795, as listas preparadas para autorização e embarque de livros mostravam itens desordenados, ou melhor, “misturados confusamente”, para usar uma adequada e antiga expressão do estudioso e bibliotecário, Gabriel Naudé, em seu famoso *Advis pour dresser une Bibliothéque*, referindo-se à desorganização da Biblioteca Ambrosiana, que visitara em Milão⁹. Os modelos de petição adotados vinte e cinco anos antes estavam repetidos em 1795, apresentando títulos errados ou truncados, ou “informações equivocadas”, como assinalou Robert Darnton¹⁰, ao examinar as listas de livreiros franceses referentes ao mesmo período.

Para os censores da Mesa Censória parecia rotina a verificação dos títulos e a aprovação das referências apresentadas, mesmo que estivessem atropelados por manuscritos a ler e despachar. Houve, porém, uma exceção. O primeiro requerimento do último trimestre do ano, foi submetido à apreciação duas vezes. Pela ordem, começou o Suplicante, dirigindo-se à Rainha D. Maria:

Senhora

Diz Joaquim Joze Marques Guimaraes que elle quer remeter por Joze Fernandez de Mattos, para o Porto de Pernambuco, na corveta Águia do Douro, tendo como capitão Camelio Antonio de Lilles, os livros que constão da lista junta e como o não pode fazer sem Licença de Vossa Magestade. Pede a V. Mag.^{te} seja servida

⁹ NAUDE, G. *Advis pour dresser uma bibliothéque*, presente à Monseigneur le President de Mesme. Paris: François Targa, 1627. In: BURKE, Peter. *Uma historia social do conhecimento, de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 98.

¹⁰ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 21.

mandar passar a dita Licença na forma do Costume. E Recebera Mercê.¹¹

No papel, tendo anexo 26 títulos, um censor não habituado à desorganização das listas, despachou em 3 de outubro de 1795: “*declare o nome dos autores mencionado no catalogo incluzo*”¹². A exigência tinha o respaldo do Regimento da Real Mesa Censória:

Officinas de impressores, logens, armazens de livreiros, impressores, e mercadores de livros, para que nellas não se imprimam, nem re-imprimam, retenham, e encadernem, ou espalhem ao publico por qualquer título que seja, Livros, Obras, ou Papeis manuscriptos, ou impressos, que não sejam examinados, e approvados pela sobredita Mesa.¹³

Atendida a sentença, Joaquim Joze Marques Guimarães, no segundo requerimento, solicitou “*licença na forma do Estillo*”. Assim, organizada por títulos, autores, oficinas e datas de publicação, “*concedem a licença pedida, assignada a relação pello Secretario da Repartição. Lisboa, 6 de Outubro de 1795*”. Ainda, “*expediose Portaria em 7 de outubro de 1795.*”

Apesar da recomendação, dentre os 26 itens enviados, apenas oito enumeravam a quantidade de exemplares. Daí a suspeita do material ser destinado à venda, para uso em cursos regulares ou mosteiros. Transação que poderia ser feita pelo referido Joze Fernandez de Mattos, de profissão ignorada. No total da remessa puderam ser constados os assuntos abaixo discriminados.

¹¹ IANTT, Lisboa. RMC. Cx. 161-1795

¹² IANTT, Lisboa. RMC. Cx. 161-1795.

¹³ IANTT, Lisboa. Real Mesa Censória. *Regimento*, 18 de Maio de 1768. Título: IX, 3. RMC. Cx. 1, MF: 6263.

Tabela 1
Encomenda por Assunto
Joaquim Joze Marques Guimaraes

Assuntos	Quantidade
Almanaque	2
Belas Letras	1
Biografia	1
Ciências naturais	2
Direito	1
Filosofia	2
Geografia	4
Gramática	1
História	2
História Sagrada	2
Matemática	1
Teologia	7

Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Tabela 2
Títulos [acima de hum] enviados por Joaquim Joze Marques Guimarães¹⁴

Títulos	Quantidade
ACADEMIA DOS HUMILDES E IGNORANTES. <i>Dialogo entre hum theologo hum filosofo hum ermitão e hum soldado</i>	7
BÍBLIA.O <i>Novo Testamento de Jesus Christo / trad... segundo a vulgata com varias anotações historicas, dogmaticas e moraes...</i>	3
CARDOSO, Luís, C.O. ?-1769. <i>Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve....</i>	36
COLARES, Nicolau Fernandes. <i>Descrição do tormentoso cabo da enganosa esperança...</i>	2
JORGE, Marcos,S.J.1524-1571; MARTINS, Inácio, S.J. 1531-1598. <i>Doutrina christã, Ordenada á maneira de dialogo para ensinar os meninos.</i>	36

¹⁴ Quadro completo dos pedidos, em anexo: Complemento à Tinta sobre Papel, 1795.

LEITÃO, Manuel Rodrigues, C.O. ?- 1691, <i>Tratado analytico, & apologetico,</i> <i>sobre os provimentos dos bispados da</i> <i>Coroa de Portugal: calumnias de Castella</i> <i>convencidas: resposta a seu author D.</i> <i>Francisco Ramos del Manzano: justifica-se</i> <i>o procedimento do senhor Rey D. Joam o</i> <i>IV e do senhor Rey D. Affonso VI seu</i> <i>filho, com a Sé Apostolica...</i>	11
LIMA, Luis de Torres de, fl. 16-- . <i>Avizos</i> <i>do ceo, successos de Portugal, com as</i> <i>mais notaveis cousas que acontecerão</i> <i>desde a perda d'El-Rey D. Sebastião</i> <i>até o anno de 1627...</i>	2
SUCESSOS <i>de Portugal ou Prodigiosa</i> <i>restauração da Luzitania feliz...</i> por hum português que ama a religião...	2

Fontes: IANTT. RMC. Cx. 161.
BIBLIOTECA NACIONAL (Lisboa)

Obras com mais de um exemplar a transportar sugeriam boa vendagem. É o caso do periódico publicado nos anos de 1758, 1759, 1762-1770, bastante vendido, lido e comentado, com o título de *Academia dos Humildes e Ignorantes*, sob a autoria do Frei Agostiniano Joaquim de Santa Rita, texto que se transformaria em peça de teatro, alguns anos depois.¹⁵ O título enviado em sete exemplares não constará de nenhuma outra encomenda posterior.

Mas Jorge de Souza Araújo menciona que Manoel Dantas Barreto, inventariado em Salvador, 1768, deixou uma grande e diversificada lista bibliográfica, nela incluído o título mencionado¹⁶. O mesmo livro constaria, mais tarde, do inventário do coronel Paulo José Velho Barreto, de

¹⁵ LISBOA, João Luís. *Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d'Histoire et Civilisation, 1998. p. 411. [Tese]

¹⁶ ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, BA: Editus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 1999. p. 263.

Diamantina¹⁷. Complementando a obra, havia o *Index das cousas mais notáveis de que tratão os seis tomos da Academia dos Humildes, e Ignorantes...* impresso na Oficina de Ignacio Nogueira Xisto, 1764, que não acompanhou a remessa autorizada para Pernambuco.

Outro item, encaminhado por Joaquim Joze Marques Guimarães, exemplar talvez da primeira impressão, na Regia Officina Typographica em 1778, foi *Novo Testamento de Jesus Christo*. – Composto em três partes: a histórica, a dogmática e a profética, contando a fundação, a fé, os destinos da Igreja, o amor, o pensamento e os julgamentos de Cristo. As duas partes da Bíblia, contendo o *Velho* e o *Novo Testamento*, segundo a vulgata ou versão latina, foram traduzidas para o português pelo Padre Oratoriano, Antonio Pereira de Figueiredo [1725-1797], com freqüentes reedições.¹⁸

Segundo a requisição, trinta e seis exemplares do *Diccionario Geografico, ou noticia histórica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve...*, do Oratoriano Luís Cardoso [?-1769], convocavam os residentes d'além-mar a manter vivo o conhecimento das condições físicas, históricas e habitacionais das terras de origem. Autor e tema fizeram parte das livrarias, como eram chamadas as bibliotecas, ou estantes, dos Jesuítas particularmente da Casa-Colégio da Vigia, no Pará, onde existiam dois exemplares, em 1760¹⁹. Anos mais tarde, o título, que fazia parte da biblioteca do coronel Paulo José Velho Barreto, de Diamantina, teve

¹⁷ ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, BA: Editus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 1999. p. 268.

¹⁸ Ver: Catálogo *on-line* da Biblioteca Nacional de Lisboa. Disponível em: <www.bn.br>

¹⁹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Norte – 2] Obra e assuntos gerais; séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. t. 4, p. 402.

visibilidade em 1797, no rol do inventário, conforme verificou Jorge Araújo.²⁰

Na perspectiva dos estudos de Geografia física, os Inacianos deixaram exemplo de dedicação à Cartografia, ao uso de instrumentos para elaboração de mapas e à boa aplicação do conhecimento das matemáticas. Assim o Jesuíta Juan de Narváez depositara na Biblioteca Real de Paris, em 1752, mapa do *Gran Rio Marañon o Amazonas* elaborado “com preocupações de exatidão, observações astronômicas, notação hidrográfica, povoações e tribos indígenas ribeirinhas”²¹. Questão de estratégia, a cartografia recebeu cuidados de D. João V, no *Alvará*, de 18 de novembro de 1729, enviado aos:

Vice-Rei e Capitão general de mar e terra do Estado do Brasil, Governadores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Capitão-mor da Paraíba, e mais Capitães-mores de outras capitanias, distritos, vilas e freguesias dos sertões do dito Estado, oficiais das Câmaras das cidades e vilas dele, ouvidores gerais das Câmaras, juizes de fora e das terras, provedores de minha fazenda, almoxarifes e assim também donatários das terras da Coroa, sitas no dito Estado do Brasil, ou seus tenentes e ouvidores, do mesmo Estado, boa administração da Justiça e arrecadação de minha fazenda; e para se evitarem as dúvidas e controvérsias que se têm originado dos novos descobrimentos, que se têm feito nos sertões daquele Estado, de poucos anos a esta parte, fazerem-se mapas das terras do dito Estado não só pela marinha, mas pelos sertões com toda a distinção, para que melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação; para esta

²⁰ ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, BA: Editus, Universidade de Estadual Santa Cruz, 1999. p. 267.

²¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Norte – 2) Obra e assuntos gerais; séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1943. t. 4, p. 284.

diligência nomeei dois Religiosos da Companhia de Jesus, peritos nas matemáticas, que são Diogo Soares e Domingos Capaci.²²

Nessa linha de estudos, cuidando de preparar estudantes na matéria, foi enviado para Pernambuco, em 1795, um exemplar de três títulos diferentes, dos quais um sem autoria definida: *Novo atlas para uso da mocidade portuguesa, ou principios claros, para se aprender facilmente, e em muito pouco tempo a geografia [Material cartográfico]*. Um segundo, de Agostinho Rebelo da Costa [?-1791], *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto...* Um terceiro, de Luís Mendes de Vasconcelos, [15 ?-16 ?], *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, &tc.*

Fez parte também da grande e variada listagem enviada, o poema épico impresso, em 1780, de Miguel Maurício da Silva, *Lisboa reedificada; e Successos de Portugal ou Prodigiosa restauração da Luzitania feliz...*, escrito por “um português que ama a religião.”

Em dois exemplares também foi remetido, o engraçado e sugestivo título: *Descrição do Tormentoso Cabo da enganosa Esperança...*, obra de Nicolau Fernandes Colares, com edições em 1718 e na Oficina de Domingos Gonçalves, em 1720. Na Oficina de Felipe de Souza Villela e a última, em 1765, no prelo da Oficina de Ignacio Nogueira Xisto, enviada para Pernambuco. O título que deveria ter grande demanda, pelo número de impressores, constava da Biblioteca do Colégio da Casa-Vigia, dos Jesuítas no Pará.

A cartilha *Doutrina christã, Ordenada á maneira de dialogo para ensinar os meninos*, pelo Padre Marcos Jorge, S. J. [1524-1571], de novo emendada pelo Padre Ignacio Martins, S. J. [1531-1598] teve várias

²² LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Norte – 2) Obra e assuntos gerais; séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. t. 4, p. 286-7.

edições, a partir de 1615 até o século XX. Como não poderia deixar de ser, fizera parte do acervo da Casa-Vigia, em 1760.

O uso de título e subtítulo explicando e definindo o conteúdo da obra foi adotado pelo Oratoriano Manuel Rodrigues Leitão, [? –1691], do Colégio Real de São Paulo, da Universidade de Coimbra: *Tratado analytico, & apologetico, sobre os provimentos dos bispados da Coroa de Portugal, calumnias de Castella convencidas: resposta a seu author D. Francisco Ramos del Manzano: justifica-se o procedimento do senhor Rey D. Joam o IV e do senhor Rey D. Affonso VI seu filho, com a Sé Apostolica...* O interesse dos leitores foi atendido pela remessa de onze exemplares.

Várias impressões da obra de Luis de Torres Lima foram realizadas, em anos diferentes, com alternância de títulos, a partir de 1653, *Successos de Portugal e Avisos do Céu...* A de 1654, apresentou: *Compendio das mais notaveis cousas que no Reyno de Portugal aconteceram desde a perda Del-Rey D. Sebastiam...* Depois, a edição de 1761 passou o título para *Avizos do ceo, successos de Portugal, com as mais notaveis cousas que acontecerão desde a perda d'El-Rey D. Sebastião até o anno de 1627... E agora novamente correctos, e emmendados... por Manoel Antonio Monteiro de Campos*. Em 1722 era *Compendio das mais notaveis cousas que no Reyno de Portugal acontecram desde a perda Del-Rey D. Sebastiam... Na Officina de Pascoal da Sylva*. Seguido da *Segunda parte dos Avisos do Ceo, sucessos de Portugal*, impresso na Oficina de Pascoal da Silva, 1722. O livro destinado a Pernambuco teve impressão em 1761, com o título de *Avisos do Ceo, sucessos de Portugal*.

Sem descuidar dos cursos de língua portuguesa, de matemática, formação religiosa ou jurídica foram incluídos: *Adagios, proverbios, rifãos e anexins da lingua portugueza tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alfabética. Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da*

Congregação do Oratorio na Casa de N. Senhora das Necessidades. Do Padre André de Barros, S. J. [1675-1754], *Vida do Padre António Vieira* também existente na Casa-Vigia.

De Joseph Boneta, *Gritos das Almas no Purgatório e meios para os aplacar.* Do oratoriano Manuel Rodrigues Leitão, C. O. [?-1691], *Tratado analytico, & apologetico, sobre os provimentos dos bispados da Coroa de Portugal.* De Nicolas Fontaine, [1625-1709], *História sagrada do Velho e Novo Testamento, com explicaçoens e doutrinas....* . Sem autoria: *Manual do Devoto de São Bento.* De Christobal Lozano, [1609?-1667], *David perseguido y alivio de lastimados.* De Gil Osorio Odemira, [fl. 1748], *Primeira parte de ferial, e quaresmal selecto conforme o rito, e pontifical cerimonia da sacrosanta Basilica Patriarcal...* De Padre Afonso Rodrigues, S.J. [fl.17--], *Exercicio de Perfeição, e virtudes christans, obra utilissima, e muito proveitosa para todo o estado de pessoas, que aspiraõ à perfeição;* de José Pereira Veloso, [1645-1711]. De António das Chagas, O.F.M. [1631-1682], *Desejos piedosos de huma alma saudosa do seu divino Esposo Jesu Christo.* Do Padre António Vieira, S. J. [1608-1697] *História do Futuro.*

De Jerônimo Cortez, *Fysiognomia e varios segredos da natureza: contém cinco tratados de diferentes matérias.* De João António Garrido, *Taboada curiosa, novamente reformada, e augmentada, em que se trata de todas as regras geraes e especies de conta....* De Francisco de Almeida Amaral Botelho, [17---1812?], *Discursos juridicos em que se contem varias materias uteis aos principiantes com os assentos da Casa da Supplicação...* Sem autoria: *Revolução e Estado actual de França.*

Do Mercador de Livros

[Despacho] Concedem licença. Lisboa, 8 de outubro de 1795.

Senhora,

Diz João Baptista Reycend mercador de livros nesta corte elle quer mandar para Pernambuco vários exemplares do *Mercúrio Histórico* desta corte tanto do anno passado como deste como não o pode fazer sem licença por tanto (.....)

Pede a V. Mag. lhe faça mercê de lhe conceder”.

E Recebera Mercê.

[ass.]

Assinando o requerimento, João Baptista Reycend não cuidou, nem parece ter precisado especificar quantidade, nem preço dos exemplares. O *Mercúrio Histórico, Politico e Litterario*, com 15 cm de altura, era anunciado pelo menos uma vez por mês, no *Correio Mercantil*²³, de Lisboa, impresso na Oficina de Simão Thaddeu Ferreira [1794-1797]. O periódico deve ter feito algum sucesso na Capitania. Porque, um mês depois, um novo despacho foi dado, autorizando o envio de coleção semelhante.

Mesmo sem saber quem recebera a mercadoria no Recife a questão é intrigante. Por que estaria sendo enviado exemplar de um só título periódico composto da coleção do ano corrente e do anterior? Pela amostra, dois leitores desconhecidos conheciam o negócio dos Reycend, que vendiam às bibliotecas dos Oratorianos, em Lisboa, e às outras tuteladas por D. João V. Era o francês José Reycend fornecedor-mercador de livros que, para melhor divulgar os itens fizera imprimir em 1741, com as devidas licenças, o *Catalogus Librorum Theologiae Expositivae*,... com

²³ Disponível em: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

um encarte também em latim. Há registro que em 1745, com a perspectiva de aumentar as vendas, refizera o catálogo, desta vez em francês: *Catalogue des Livres François qui se trouvent à Lisbonne chez les Frères Reycend marchands libraires...* Elaborou também um outro, em latim, 1747, que no ano seguinte, teve edição em francês, com um suplemento em italiano.²⁴

João Baptista Reycend provavelmente sobrinho do mercador, teria vindo para Lisboa logo após o terremoto, em 1755. Invocava ter nascido em Turim, zona franco-piemontesa e mantido loja por 50 anos [1758-1808] e sociedade com alguns compatriotas²⁵. O comércio funcionava “na esquina da bica grande, no largo do Calhariz”, em Lisboa. Era dedicado à venda, compra ou troca de livros, música impressa, mapas, estampas, etc., com os preços das obras, em muitos casos, superiores aos das casas concorrentes, Borel e Borel, Bertrand.²⁶

Seguindo os passos anteriores, dados por José Reycend, João Baptista organizou e submeteu os itens ao Parecer da Real Mesa Censória²⁷, para poder editar o *Catalogo dos Livros que se vendem na Loge de João Baptista Reycend e Companhia, mercadores de livros... VI Classe*. Lisboa: na Officina Patriarcal, 1772. Encarte com: “*Catalogue des Livres François, anciens et nouveaux...*”, contendo só as três primeiras classes: I Theologia, latinos; II Juris prudência; III Miscellaneos²⁸. Ao pé da página de rosto, as necessárias licenças da Real Mesa Censória. A atualização dos catálogos não era descuidada, houve edições em 1778, 1779, 1780 e 1781 em português, com apêndice em italiano. Em alguns itens, as datas

²⁴ Disponível em: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

²⁵ DOMINGOS, M. D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000. p. 95-122.

²⁶ GUEDES, F. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987. p. 108.

²⁷ DOMINGOS, M. D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000. p. 71-74.

²⁸ Disponível em: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

não estavam identificadas, apenas as línguas: latim, francês, espanhol, italiano.²⁹

Os repertórios ofertavam quase mil títulos, sendo Religião e Teologia em maiores quantidades. Além de poesia, teatro, autores clássicos, recreação, direito e economia, vieram ciências e filosofia, conforme estudo de Fernando Guedes³⁰. Essa forma de dar a conhecer todo o universo de obras impressas tinha largo alcance, fascinando os leitores. Daí ser surpreendente que os catálogos não tenham sido mencionados ou enviados na encomenda do próprio editor-mercador. Nem citados em anos subseqüentes.

O mercador-editor era co-responsável pelo *Almanach [de Lisboa]* elaborado com a Academia Real das Ciências entre 1782-1823. Assim como pela impressão de obras de peso religioso: *Concílio de Trento: o sacrosanto e ecuménico: em latim e portuguez*, 1781, em dois volumes³¹. E pela *Geografia moderna precedida de hum pequeno tratado da esfera, e globo terrestre...* de José António da Silva Rego [fl. 1774] obra em dez volumes, que veio para a Capitania na segunda lista de encomendas.

Pequenas as remessas para Pernambuco feitas pelo livreiro. Mas os negócios, anos antes, [1781], se encaminharam para o Brasil, quando o Padre Antonio Correa de Souza e Mello, professor de gramática latina, no Rio de Janeiro, havia feito compras naquele estabelecimento, embora a dívida não tivesse sido saldada. Daí, a Rainha D. Maria mandar que o ordenado de duzentos mil réis, fosse repassado ao credor, João Baptista

²⁹ DOMINGOS, M. D. Os catálogos de livreiros como fontes da história do livro: o caso dos Reycend. In: COLOQUIO SOBRE O LIVRO ANTIGO, Lisboa, 1988. Centenário do Livro Impresso em Portugal, 1487-1987. *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992. p. 310.

³⁰ GUEDES, F. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987. p. 94.

³¹ DOMINGOS, M. D. Os catálogos de livreiros como fontes da história do livro: o caso dos Reycend. In: COLOQUIO SOBRE O LIVRO ANTIGO, Lisboa, 1988. Centenário do Livro Impresso em Portugal, 1487-1987. *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992. p. 315, 317.

Reycend³². Em outro pedido feito em 1795, o livreiro havia destinado ao Rio de Janeiro, encomenda com “várias comédias, tragédias, entremezes e papéis modernamente impressos em vários anos”.³³

Outras licenças da Mesa

O religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo Calçado, Frei Miguel de Azevedo havia escrito a *Regra da Ordem Terceira da Mãe Santíssima, e Soberana Senhora do Monte do Carmo*, com impressão em Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1778. Na mesma oficina, entre 1793-94, imprimira *Jesus Cristo no Santissimo Sacramento da Eucaristia*, obras que trouxe em 30 exemplares a primeira, em 18, o segundo título. Como o costume, apoiou-se em um procurador, Bento Joze de Mello, para os despachos necessários.

Apresentando quatro itens, com data de 6 de novembro de 1795, João Fernandes dos Santos talvez como proprietário de navio³⁴, tendo Joze Guilherme Salgado como procurador, mais a assinatura de Joze da Silveira Luzarte, enviou livros de devoção, ladainha, penitências que, no quadro geral das remessas, viriam a aparecer com frequência.

Eram: *Horas Marianas ou officio menor da SS. Virgem Maria Nossa Senhora*, pelo Frei Francisco de Jesus Maria Sarmiento, impresso sob os auspícios da Regia Officina Typografica. As *Horas Portuguesas do officio da*

³² ANAIS da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1899, v. 21, p. 289.

³³ IANTT, Lisboa. Real Mesa Censória, Cx. 153. In: ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 2003. p. 32.

³⁴ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. Índice [Inédito]

Virgem Maria Nossa Senhora, de Francisco Vilela. Mais: o *Paraíso de Divinas Flores, ou Horas Lusitanas, onde existem vinculados a hum aggregado suavissimo os Officios do SS. Sacramento, do Menino Jesus*, por Frei Fortunato dos Santos Neto, impresso na Oficina de Simão Thadeu Ferreira.

Sem que fossem indicadas quantidades, foi acrescentada a *Cartilha do Mestre Ignácio*, tendo como título completo *Doutrina Christã, Ordenada á maneira de Dialogo para ensinar os Meninos*, escrita pelos Jesuítas Marcos Jorge e Ignácio Martins. Estranho que não viessem muitos exemplares, visto que seria de uso quase diário, para o ensino da Doutrina Cristã.

Pela petição seguinte, no mês de dezembro, coube a Joze Fernandes de Mattos enviar outro exemplar da *Bíblia*, traduzida segundo a vulgata latina, pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo. Dos trâmites burocráticos, Jorge Bertrand ficou encarregado.

Jorge Bertrand não era apenas um procurador. Mas livreiro de uma linhagem de livreiros que se estabeleceu em Lisboa. Daí valeria conhecer um pouco. Em 1736, João José Bertrand chegara aos 16 anos e começara como mercador de livros em Lisboa. Pouco antes do terremoto, em 1755, os homens de letras puderam ter um registro do panorama cultural europeu dado a conhecer pelo livreiro. O material para venda fora ordenado alfabeticamente no *Catalogue des Livres, qui se vendent a Lisbonne, chez les freres Bertrand, libraires, rue droite de Lorette, au coin de la rue du Norte, vis-avis Monseigneur le Marquis de Marialva*. De pequeno formato, foi publicado com quase mil e oitocentos títulos, muitos editados na França³⁵. O registro serviu para que, ao lado da reconstrução da

³⁵ DOMINGOS, Manuela D. *Bertrand, uma livraria antes do terramoto*. Bertrand, une librairie avant le tremblement de terre. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. p. 19.

cidade, o negócio, junto a outros livreiros, pudesse ser ampliado, como de fato ocorreu.

Dois anos antes de morrer, João José, em testamento feito em 1776, atribuiu aos filhos cotas na sociedade para “*lhes recompensar o trabalho que nelle tem*”, recomendando que os bens fossem divididos em duas partes iguais, sendo uma metade para a mulher e outra para os filhos³⁶. Dessa vontade expressa, Jorge Bertrand, parte interessada no cumprimento dos desejos paternos, compôs com a família, a sociedade “Viúva Bertrand e Filhos”. Um comércio que se expandiu para o Recife, Salvador, Rio de Janeiro, tendo começado provavelmente em 1778.

No Recife, para religiosos, alunos e interessados em pequenas obras de devoção, almanaques, histórias dos santos e da Virgem, era o Convento da Madre de Deus o local desse comércio³⁷. Quanto à venda dos chamados “livros de instrução” e cartilhas, o destino provável continuava a ser os cursos ministrados pelos Oratorianos e Franciscanos, conforme acordo firmado após a expulsão dos Jesuítas.

Cada obra tinha uma história. O percurso para a Capitania fora autorizado, realizado. Mas não se poderá dizer que às perguntas formuladas a respeito dos leitores e dos destinos dos livros puderam ou poderão ser respondidas com facilidade. Constatado que as profissões dos requerentes estavam ocultas, não indicando a quem o livro serviu, a “tarefa de encontrar os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos”³⁸ revelou dificuldades para o mapeamento das formas de repartição dos livros em Pernambuco.

³⁶ DOMINGOS, Manuela D. *Bertrand, uma livraria antes do terramoto*. Bertrand, une librairie avant le tremblement de terre. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. p. 42-3.

³⁷ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 9, p. 230-1.

³⁸ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Edunb, 1994. p. 17.

L A
LOGICA
PER GLI GIOVANETTI
DELL'
ABATE GENOVESI

Mala mens, malus animus.
Terenzio.

QUINTA EDIZIONE.



NAPOLI MDCCCII.
Presso DOMENICO SANGIACOMO.

Con licenza de' Superiori.

Livros na Capitania de Pernambuco: 1796

Algumas disciplinas ministradas em Coimbra, na Congregação dos Oratorianos, em Recife, no Carmo, em Olinda, no São Bento¹, ou em Goiana, no interior de Pernambuco, levaram Marcos Joze de Oliveira, profissão ou atividade desconhecida, a receber, no sétimo dia de janeiro de 1796, licença para enviar pelos procuradores-livreiros, *Viúva Bertrand e Filhos*², três autores. Confirmava ser “*lógica & metaphisica*” de Genovesi, editada em 1789, “*elementa philosophia*”, de Heinecio, em edição de 1790, e a “*philosophia*” de Eduardo Job, publicada em 1792, um exemplar de cada título. Eram matérias escritas por autores consagrados, que estavam sendo divulgadas e estudadas em Pernambuco³. Dos três estrangeiros, trazia Genovesi uma questão importante: como o leitor deveria proceder diante de um texto original ou incorreto.

O iluminista italiano Antonio Genovesi, participe do movimento de ciência moderna que alcançara Portugal, representava “a opinião da Coroa”⁴, com ampla divulgação na Faculdade de Filosofia de Coimbra. Isto porque recebera parecer favorável da Junta de Providência Literária formada pelos quadros da Real Mesa Censória e presidida pelo Marquês de Pombal, para estudar a reforma da Universidade de Coimbra, portanto,

¹ PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 26

² IANTT, Lisboa. RMC, Cx. 161. 1796.

³ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*: livros para a Capitania de Pernambuco, 1796. Anexo.

⁴ PAIM, Antônio. Introdução. In: GENOVESI, Antonio. *A instituição da lógica*. Rio de Janeiro: PUC, 1977. t. 3, p. 9.

“esse autor não era Wolfiano nem Leibniziano”⁵. Assim, *A Instituição da Lógica* traduzida por Miguel Cardoso foi publicada desde 1743⁶, reduzida a compêndio em 1766, tendo o aristotelismo e o tomismo sido substituídos pela busca de uma “linha de conciliação entre o empirismo e o racionalismo”.⁷

Antonio Genovesi [1712-1769] foi autor adotado em Coimbra⁸, em 1773. O Reformador Reitor da Universidade Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, recebeu carta do Marquês de Pombal aprovando o parecer da Mesa Censória e autorizando: “faça dar ao prelo e publicar as sobreditas *Instituições* com toda a possível brevidade”. Depois desse documento oficial, escreveu outra carta, enviada em particular, para o Reitor Reformador, dizendo:

Que no parágrafo terceiro dos Prolegomenos se contem palavras que vão canceladas por mim, e que creio se podem e devem omitir na impressão que novamente se fizer. Porque não vejo que n’este Compendio se trata somente da Lógica, e não da Metafísica, em que o Estatuto da Universidade impugnou Aristóteles, sempre o nome de um Filósofo tão abominável se de procurar que antes

⁵ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 473.

⁶ Referência não localizada nos catálogos *on-line* da BNL. Citado por: JUNQUEIRA, Cecília. Apresentação. In: GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 8. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

⁷ PAIM, Antônio. Introdução. In: GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 10. [Cf. ed. de Coimbra, 1786] – Empirismo, corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma de verdade. – Racionalismo, atitude de quem confia nos procedimentos da razão para a determinação de crenças ou de técnicas em determinado campo. Ver tb.: ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 1999. p. 326, 821.

⁸ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 475. [Carta do Marquês de Pombal ao Reformador Reitor Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho]

esqueça nas Lições de Coimbra do que se apresente aos olhos dos Acadêmicos como um atendível Corifeu da Filosofia”.⁹

Ainda em outra passagem, altera o texto, cortando *Tradunctur*, e mais palavras intermediárias, dizendo ser para tornar a leitura mais clara.

Desse modo, o texto que aparecia em lugar da Segunda Escolástica Portuguesa era usado para reforçar a base dos cursos de Botânica, Agronomia, Mineralogia, Zoologia, Física, Química e pesquisa de campo, que formavam os naturalistas e os profissionais de outras áreas, depois da reforma pombalina da Universidade, em 1772.

Fizeram também parte da reforma, a criação da Faculdade de Matemática, Horto Botânico, Museu de História Natural, Teatro de Filosofia Experimental [Gabinete de Física], Laboratório Químico, Observatório Astronômico, Dispensário Farmacêutico. Cursos voltados para a renovação e o aprofundamento dos estudos das ciências, pela aproximação e aplicação de esquemas metodológicos discutidos na Europa iluminista, advindos por influência de Descartes, Kant, Locke, Hume e outros pensadores.

Para as práticas da leitura e da pesquisa histórica, o livro de Genovesi, que já fizera parte da encomenda remetida para Pernambuco em 1769, em uma edição em latim, trazia contribuições importantes. No prefácio, um esclarecimento vindo d’ “O impressor ao humaníssimo leitor”: estavam ali os “primeiros e simplicíssimos preceitos do filosofar”.¹⁰

⁹ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 475-6. [Carta do Marquês de Pombal ao Reformador Reitor Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho]

¹⁰ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 21. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

O volume abria com “As instituições da lógica: definições e prefácios”. Cinco “Livros” traziam títulos, abrangendo: da natureza da alma; das idéias, dos seus objetos e sinais; da verdade, da falsidade e dos critérios de verdade em geral; do uso da autoridade e da arte crítica; das coisas que pertencem ao raciocínio: regras e métodos analítico e sintético.

A interpretação da leitura foi abordada no “Livro quatro”: “Do uso da autoridade e da arte crítica”¹¹. O uso de aforismos instruía o filósofo a seguir alguns passos para conhecer e ler uma obra. Assim, o “Capítulo I” falou “Da autoridade dos sentidos”, para o entendimento e noção das coisas. “Da autoridade humana” recomendava ao leitor-filósofo a aplicação das leis e regras usadas pelo historiador: capacidade, perspicácia, probidade. “Da autoridade divina” atribuía às palavras de Deus a suprema razão. “Sobre o conhecer os erros, genuidade e inteireza dos livros” orientava como proceder diante dos descuidos de boa ou má fé cometidos em muitas obras pelos impressores¹². Daí um código de conduta para leitura e pesquisa.

O exercício da arte crítica presumia que o filósofo, para apropriar-se do texto, precisaria examinar manuscritos antigos para localizar, reconhecer e corrigir erros feitos insensivelmente por copistas ou por impressores-livreiros, que deixavam letras, palavras e linhas trocadas. Distinguir livros genuínos de espúrios, inteiros de truncados ou interpolados¹³ era tarefa baseada em regras, elaboradas por quem se acostumara ao trato com os livros, à multiplicação de impressos, ao crescimento do número de leitores, à circulação de novos títulos provenientes de várias regiões.

¹¹ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 79. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

¹² GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 79-90. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

¹³ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 87. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

Valeria lembrar que essa era também uma preocupação da Mesa Censória que, além da religião e política, vigiava os erros gramaticais e as deturpações dos textos originais. Assim, fez devolver ao autor, por exemplo, a comédia de Goldoni, *A Dama dos Encantos*, com um despacho datado de 1771, dizendo: “Imprima-se emendados os erros de Gramática, e torne-se a conferir”. Em outro despacho, a respeito da peça do Abade Pietro Trapassi Metastásio, *O Mais Heróico Segredo, ou Artaxerxe*, em 1770, o censor anotara: “a comédia [...] está muito difigurada [sic] do seu original o tradutor lhe acrescentou dous graciosos que em algumas passagens rompem em expressões pouco sérias, e menos decentes...”¹⁴

Assim, manusear obras para estudo, segundo Genovesi, exigia alguns cuidados, de modo a perceber se edições recentes não mutilaram os livros antigos¹⁵. Por isso, seria preciso: - identificar a autoria do livro antigo para poder ser comparado com o texto recente ou incompleto ou mutilado; - compatibilizar textos genuínos, inteiros, com os suspeitos ou truncados, em edições recentes; - buscar a autenticidade de livros em catálogos antigos, que se estenderiam à comprovação de testemunhos de autores do passado; - comparar posições controversas de um mesmo autor, verificando as diferentes fases de sua obra; - identificar as diferenças de estilo entre o século em que o autor vivera e o adotado em edição atualizada da obra – questão por si só considerada espúria; - verificar como foram atualizadas as palavras ao tempo seguinte, apresentando o escritor como mais atual –, o que resultava em interpolação do livro.

Para Genovesi, essas regras de autoridade “serão inúteis se não ensinarmos de que modo se devem interpretar os livros dos autores. Por

¹⁴ MATOS, M. T do Vale de. O Iluminismo pombalino – para uma contextualização cultural. In: *Revista do século XVIII*, Lisboa, v. 1, t. 1, p. 214, 2000.

¹⁵ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 88-90. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

esta razão foi inventada a Arte Hermenêutica, isto é, a arte de entender bem as palavras dos outros. Mas esta arte consta de poucas regras. Estas pertencem parte às coisas externas, parte às internas”¹⁶. A explicação, não muito clara, não deixaria o leitor em dúvida, porque, em itens numerados, mostrava os procedimentos a serem adotados diante de um texto.

A partir daí, Genovesi defendia e incentivava a relação do leitor com a obra, buscando situar e interpretar o escritor no seu tempo, alcançando o sentido das palavras escritas na língua original. Opiniões, costumes, pátria, nação, idade, profissão e religião do escritor seriam pontos a considerar e contextualizar para compreender o autor e saber interpretar sua obra. Ao filósofo importava o alcance da verdade em seus diversos ângulos em diferentes textos quer fossem de poetas, quer fossem de oradores.¹⁷

Esses procedimentos metodológicos em busca do conhecimento de textos originais e do desenvolvimento do senso histórico eram dedicados a superar erros apresentados em obras impressas, em contrafações. Por outro lado, seria a maneira de reduzir o número de traduções sem o correto sentido das palavras. Reproduções clandestinas de impressos antigos ou modernos seriam evitadas, mesmo se o livreiro-impressor retirasse ou aumentasse páginas, de forma a tergiversar a censura, que se espalhara por toda a Europa. Para um aluno aplicado, o reconhecimento de obras genuínas proporcionaria encontros com autores através da leitura sem retoques feitos por intermediários, ou seja, pelos impressores-livreiros.¹⁸

¹⁶ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 90. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

¹⁷ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 91. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

¹⁸ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 79-90. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

O leitor estaria em primeiro lugar, com o direito de poder ler um texto fidedigno, conforme o produzido pelo escritor, quer viesse de um manuscrito a partir de um registro oral, quer de uma reprodução feita por copista ou impressor. Daí a importância da datação e contextualização do documento. Recomendações sobre os modos de interpretar o filósofo, o orador, o poeta, alertavam: “o fim de escrever de todos não é o mesmo”¹⁹. Para o leitor seria incompleta a apropriação da inteireza do livro, se a obra aparecesse com mutilações, daí a importância da separação entre os genuínos dos espúrios e os inteiros dos adulterados.²⁰

A propósito das reimpressões ou cópias modificadas, escrevendo à época, Kant não priorizou o leitor. Reconhecia que o escritor, mesmo tendo endereçado um *texto* ao leitor, ao repassar para quem o fosse reproduzir, consentia em transferir o direito de gerenciar o texto a ser reproduzido, desde que fosse assegurada a divulgação. As cópias do original, fossem manuscritas, fossem impressas, pertenceriam a quem quisesse ou tivesse o direito de reprodução. Por isso, utilizar ou comercializar o exemplar era realmente um negócio²¹. A reprodução em série, portanto, não afetaria o leitor. Não tornaria o texto inteligível. Separado do autor, o objeto livro:

É instrumento para difusão de um *discurso* ao público, não simplesmente de pensamentos, como por exemplo uma pintura, a representação simbólica de qualquer idéia ou qualquer acontecimento.²²

No entanto, a expansão do mercado livreiro e a explosão da contrafação apontaram para duas questões, não expostas diretamente por

¹⁹ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 91. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

²⁰ A integridade e a leitura do texto proposta por Genovesi, precedeu a posição de D. F. McKenzie, em seu *Bibliography and the Sociology of texts*, reiterando a preservação do texto, na sua forma original, sem atualizações que possam deformar a leitura.

²¹ KANT, Emmanuel. *Qu'est-ce qu'un livre?* Paris: Quadrige/PUF, 1995. p. 122.

²² KANT, Emmanuel. *Qu'est-ce qu'un livre?* Paris: Quadrige/PUF, 1995. p. 123 [nota]

Genovesi ou por Kant. A primeira seria o combate à multiplicação desordenada, pirateada, mutilada do texto, que envolvia e resultava em uma questão econômica, com repercussões no “espírito do texto”, influenciando na interpretação do leitor. A segunda seria a garantia dos direitos de reprodução inerentes ao escritor e ao editor, com ou sem interveniência do leitor. A censura e os privilégios nessas instâncias foram abordados na *Carta sobre o Comércio do Livro*²³, por Denis Diderot – vítima do editor que mutilara alguns verbetes de sua obra.

Vistas de forma a melhor compreender as indicações de Genovesi, essas questões passavam também pela defesa do escritor, compreendido como aquele que demonstrou, de forma singular, pensamentos e sentimentos²⁴. No ciclo da produção, circulação, leitura e apropriação do texto, o autor foi o prejudicado. Tanto nas relações comerciais quanto na concorrência entre impressores pela edição do mesmo texto. Diderot percebeu a necessidade de privilégios, permissões e contratos entre livreiros. Assim, na certeza da obra completa, o autor não teria envolvimento com os processos de venda e ao livreiro seria dado o direito de reprodução por longo tempo.

Que os privilégios sejam vistos pura e simplesmente como salvaguardas; as obras compradas como propriedades inatacáveis e suas impressões e reimpressões renovadas exclusivamente àqueles que as compraram, a menos que não exista na própria obra uma cláusula derogatória.²⁵

Para Genovesi, preservar a versão original seria a postura adotada por um leitor-filósofo diante de um exemplar, o que realmente importava.

²³ DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

²⁴ DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 25.

²⁵ DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 19.

Era o início, a chave para a interpretação de um escritor, o meio de alcançar o sentido natural e primeiro das palavras usadas pelo autor²⁶. A leitura exigente de um texto na íntegra seria a maneira de evitar a reprodução indiscriminada do livro. Um caminho para o estímulo à produção de textos e ampliação do número de adeptos e construtores de linhagens para o hábito da leitura.

Em uma outra ordem da questão, um problema poderia ser colocado: como os seguidores do compêndio de Genovesi, os estudantes-leitores de Coimbra, resolveram os exercícios bibliográficos-filosóficos? Haveria fontes bibliográficas suficientes para buscas mais aprofundadas? Em particular, de que modo os 56 pernambucanos que foram alunos da Universidade entre 1772-96 dimensionaram e projetaram os desdobramentos dos estudos? Decerto, sabiam que voltariam a um lugar onde não existiam prelos, onde o número de livros era reduzido. Portanto, o que pensaram em fazer, ou fizeram, como leitores e profissionais para desenvolver e atualizar os conhecimentos e ampliar a leitura e a pesquisa? Comprariam sempre textos originais ou contrafações? A resposta ficará em suspenso.

Ainda na petição de Marcos Joze de Oliveira, de sete de janeiro de 1796, outro filósofo complementaria os estudos na Capitania. Eduardus Job [1730-1821] publicara em Viena, *Institutiones philosophiae practicae in usum Academiae Sabaudicae*, 1773. O compêndio teve a primeira edição em português em 1784, seguida de mais sete, a última seria em 1850. O texto abordava teses modernas, embora aceitasse o pensamento medieval sobre a origem divina do poder do monarca.²⁷

²⁶ GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Introdução de Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 92. [Cf. ed. de Coimbra, 1786]

²⁷ PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 25.

A inclusão da Filosofia nos currículos da reforma pombalina fez crescer o número de edições, sobretudo, para exames preparatórios aos cursos ministrados pelos Oratorianos e Franciscanos. Assim, anos mais tarde foram feitas duas impressões no Brasil. Uma em Salvador, em latim, *Institutiones Philosophiae practicae sive principia Ethicae Universalis*, do prelo existente na “Bahiae, Typ. Emmanuelis Antonii da Silva Serva, 1817”. Outra em português, com tradução de Francisco Pereira Freire, “bacharel em leis formado pela Academia de Olinda”, impresso em “Pernambuco, na Tipografia de M. F. de Faria, 1839, com 164 páginas”.²⁸

Johann Gottlieb Heinecke [1681-1741] teve o nome usado na versão latina, Heinecius e em português, Heinecio. Publicou *Elementa Juris naturae et Gentium*, 1738, adotado no curso de Direito. Entre as suas obras estão: *Elementa Philosophiae*, Veneza: Imp. Balleoniana, 1792. *Elementa Juris civilis secundum Ordinem Pandectarum*, em Lisboa: Typ. Regia, 1772. Mais: *Elementus Jus Civilis*, 1779. Ainda, *Elementa Philosophiae Rationalis, et Moralis ex principiis admodum evidentibus justo ordine adornata Praemissa est Historia Philosophica*, Veneza, 1792. E mais duas edições: *Elementa Philosophiae Moralis*, publicado em Lisboa, na Oficina de Simão Thadeu Ferreira, 1793, a outra seria em 1797.

O autor foi recomendado por Luís Antônio Verney, para uso nas escolas do Novo Método, conforme as *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor*²⁹, Lisboa, 1759, no parágrafo sexto:

²⁸ PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 25.

²⁹ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. Apêndice documental. In: _____. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 180. [Alvará de 28.06.1759]

Quando o Professor falar da Elocução, deve explicar os diversos Estylos das Cartas, dos Dialogos, da Historia, das obras Didaticas, Panegiricos, Declamaçoens etc. Para que lhe servirá de muito o excelente Livro de Heinecio, intitulado *Fundamenta Styli Cultioris*.

As *Instruçõens para os Professores*, assinadas em junho de 1759, indicavam um dos objetivos que havia norteado a reforma dos estudos: simplificar a ciência do latim³⁰. Ao contrário do método dos Jesuítas, a gramática latina seria aprendida a partir do vernáculo, sem que dele se descuidasse, para que os grandes autores recomendados fossem lidos.

Esses livros estavam sendo adotados em Lisboa, em Pernambuco, bem como no Mosteiro de São Bento em Salvador. A “cadeira de filosofia ‘regida por lentes públicos, pagos pelo Erário e por ordem do governo’ teria sido criada em fins do século XVIII” dirá, em 1851, o Cônego Joaquim das Mercês³¹ [1786-1854], em balanço sobre o ensino da Filosofia na Bahia.³²

Em 15 de julho de 1796, assinando apenas Marcos Joze, tendo como procurador Guilherme Joze Salgado, foi feito novo pedido de licença à Mesa Censória. Foram incluídos 15 títulos, oito dos quais em latim, vindos das prensas de Veneza e de Roma, incluindo a *Bíblia Sagrada*, *Missal*; *Veni mecum piorum sacerdotum, sive exercitia, et preces matutinae, vespertinae, ante, & post missam*; de Noël Alexandre, o *Commentarius litteralis et moralis in omnes epistolas Sancti Pauli Apostoli, et in septem epistolas*

³⁰ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978. p. 81.

³¹ CASTRO, Dinorah d'Araujo Berbert de. *Padre Mestre Con. D.^{or} Antonio Joaquim das Mercês*, 1786-1854, mestre de Filosofia. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1977.

³² PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 26.

catholicas; e o *Catecismo de Montpellier*. Teologia foi a temática do segundo e último lote de pedidos de Marcos Joze de Oliveira.³³

Contudo, houve um título truncado em espanhol, mas identificado como *Amor haze hablar los Mudos*, uma peça de teatro, impressa em Madrid. De outro autor, Gabriel Pereira, foi trazido o exemplar dos poemas *Lisboa Edificada*, edição de 1745. As sucessivas impressões dessa obra, publicada em 1620, 1681, 1687, 1701, 1719, 1723, 1739, 1741, 1745, continuando em 1748, 1770, 1784, demonstravam a grande procura pela poesia, que se estendia ao Ultramar, pondo em mira a formação do leitor colonial.

Outros Títulos

Ainda naquele ano de 1796, ao começar fevereiro, Joze Nunes³⁴, presbítero secular, havia escolhido 14 títulos, quase todos com mais de dois exemplares, para levar a Pernambuco³⁵. Esquecendo ou omitindo ora o autor, ora parte do título, assinou uma lista em português, quando algumas obras eram escritas em latim, a língua dos eruditos em Teologia e Filosofia. Seria para facilitar a escrita ou para contemplar alunos e professores, que se entusiasmariam pelo título?

Na encomenda estavam: 24 tomos de Virgílio, sem especificar os títulos, mais quatro exemplares de Heinecio, sem indicação, porém, sendo difundido mais amplamente o *Elementa Philosophiae*, provável fosse esse o

³³ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*: livros para a Capitania de Pernambuco: 1796. Anexo.

³⁴ PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano (1535-1935)*. Recife: Apeje, 1994. v. 2, 624.

³⁵ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*: livros para a Capitania de Pernambuco: 1796. Anexo.

remetido. A “gramática de Verney”, ou seja, de Luís António Verney [1713-1792], *Grammatica latina, tratada por hum método novo e fácil...* em quatro exemplares.

Incluída a “Ortografia de Madureira”, na verdade, a obra do Jesuíta João de Morais Madureira Feijó, [1688-1741], *Ortografia ou Arte de Escrever e pronunciar... a língua portuguesa para uso do... duque de Lafões*³⁶. Curioso e intrigante esse autor ter passado pela censura. Porque a gramática estava proibida e ameaçado quem a usasse, desde o Alvará de 28 de junho de 1759,

Quando foram extintas as classes e escolas dos Jesuítas e lançadas as bases para os novos estudos de Gramática latina, grega, hebraica, e de Rhetorica; no preâmbulo d’esse alvará faz-se uma rápida critica da decadência em que se achavam os estudos secundários sob a disciplina dos Jesuítas. [...]

‘Hey por prohibida para o ensino das Escolas a *Arte* de Manoel Álvares, como aquella que contribuiu mais para fazer difficultoso o estudo da Latinidade n’estes Reinos’. Depois de comminar a pena de prisão a quem infringisse esta clausula, continua:

‘Desta mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se use dos *Commentarios* de Manoel Álvares, como Antonio Franco, João Nunes Freire, Joseph Soares, em especial de *Madureira* [grifo nosso] mais extenso e mais inútil e de cada um dos Cartapacios de que até agora se usa para o ensino da Gramática.³⁷

Assim, os censores autorizaram a remessa, ou por não se darem conta da proibição legal, ou porque andava mais branda a censura, neste caso.

³⁶ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*: livros para Pernambuco: 1796. Anexo.

³⁷ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 340, 341-2.

Junto à “ortografia de Madureira” vieram 25 “tabuadas para meninos” escritas pelo Frei Antonio de Santa Rosa Viterbo, *Proposições de Principios fundamentaes d'Arithmetica*, que publicamente, na Igreja do Real Collegio do Espirito Santo da cidade d'Evora, no dia 26 de Maio do presente anno de 1790 defendêrão sete meninos da Escola Regia do mesmo Collegio.

Em 25 exemplares estavam na petição a *Selecta latini sermonis exemplaria e Scriptoribus probatissimis* organizada de acordo com a edição francesa de Pierre Chompré, embora não tivesse sido mencionado de qual volume se tratava. Na verdade, para a reforma do ensino de latim, a seleta dos Jesuítas havia sido descartada. A escolha dos novos textos dos escritores recaiu sobre o compêndio organizado por Chompré, na França, em 1752.

No Reino, como nas conquistas, incluindo Pernambuco³⁸, o uso da *Selecta* compreendia seis volumes de fragmentos graduados para o ensino de latim. Na *Selecta I* estavam incluídas: História Sagrada de Sulpicio Severo, excertos de Eutropio, de Aurélio Victor, de Cornélio Nepos, Justino e Lucio Floro. Na *Selecta II*, excertos dos livros de Quinto Curcio, Júlio César, Cícero, Salustio, Velio Paterculo, Valério Maximo e Aulo Gellio. Na *Selecta III* apareciam Vegecio, Tito Lívio, Tácito, Frontino, Macróbio, Quintiliano, Columella. Na *Sélecta IV* constavam textos de Suetonio, dos dois Plínios, Vitruvio, fragmentos de Quinto Curcio, Salustio, Tito Lívio, Sêneca e Celso.³⁹

Para a poesia, a *Selecta V* usara os cômicos, com trechos de Plauto, Terencio. Na *Selecta VI* constavam Phedro, Ovídio, Virgílio, Horacio,

³⁸ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 358.

³⁹ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 370.

Juvenal, Pérsio, Lucrecio, tendo sido excluídos Lucano, Stacio, Claudiano e Sílio Itálico, para não haver sobrecarga de autores secundários. No Prólogo da coleção pombalina havia uma referência sobre a influência dos alemães na Filologia: “é onde mais infatigavelmente n’este século e no passado se tem trabalhado sobre a critica e gosto da Latinidade, porque os Cellarios, os Buchneros, os Vossios e outros tantos são bem conhecidos geralmente”.⁴⁰

Foram enviados, ainda, do historiador Lucius Annaeus Florus, quatro tomos da *Historiae Romanae res Memorabiles, ex scriptoribus illustribus collectae, Livio scilicet, Floro, Sallustio et Paterculo...* Ed. 2a Parisiis: Colas, 1780, o que significava que, além da *Selecta Latini* eram enviados os autores na íntegra. Como foi o caso de Francisco Rodrigues Batalha que, em 29 de abril, de uma só vez, enviou Suetonio, *Cartas de Cícero*, *Fabulas* de Phedro, Horacio, Cornélio, Quinto Curcio e outros, em separado.

Para completar a remessa foram incluídas: as *Horas Marianas ou Offício menor da SS. Virgem Maria Nossa Senhora*, de Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento, publicadas em 1796. Ainda, *Horas da Semana Santa empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios, e magia dos Misterios deste santo tempo*, traduzidos e compostos na Língua Portuguesa pelo Frei Sarmento, publicado na Regia Oficina Tipografica, em 1775. Da mesma Oficina foi remetido a *Instrução de Ordinandos, ou Dialogo ecclesiastico entre hum mestre, e hum Ordinando: ordenado para instrução dos seus alumnos ordinandos, e novos sacerdotes*, 1778, enviada em seis exemplares.

⁴⁰ SELECTA latini sermonis exemplaria, v. 1, p. xlv. Apud BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 370.

Constavam também as seguintes obras: *Formulario de Oraçoens, e Ceremonias para se armarem Cavalleiros, e se lançarem os habitos das Ordens e Milicias de Nosso Senhor Jesus Christo*, S. Tiago da Espada, S. Bento de Aviz, S. João de Malta. Três cadernos de Missa e ofícios de defunto *Cantum ecclesiasticum precibus apud Deum animas juvandi, corporaque humandi, defunctorum officium, missam, et stationes juxta ritum Sacrosanctae Romanae Ecclesiae...* Foram acrescentadas 25 tabuadas para meninos.

Em 29 de abril, Francisco Rodrigues Batalha trouxe, pela primeira vez, *O feliz Independente do mundo e da fortuna ou arte de viver contente em quaesquer trabalhos da vida*. A segunda remessa chegou por intermédio de Manoel Ferreira de Ascensão, em novembro. O Oratoriano Teodoro de Almeida C.O. [1722-1804], depois de viver no exílio, pôde retornar a Lisboa, quando D. Maria subiu ao Trono. Circulando pela Corte, voltou aos cursos de Filosofia mantidos na Casa do Espírito Santo, da Congregação do Oratório, para ensinar Lógica, Metafísica e Física “com todas as suas partes, preparando os seus Discípulos com a Geometria Elementar, e também lhes ensinará o uso da Esfera e da Geografia”, era a notícia que fizera circular em 6 de setembro de 1794, na Gazeta de Lisboa.⁴¹

Em paralelo ao curso, o Oratoriano cultivava a espiritualidade, sempre escrevendo em defesa de “huma cega, e total entrega nos braços da Divina Providencia”⁴², pregando a vida virtuosa, único caminho para a felicidade. Sucesso de público, *O feliz Independente do mundo e da fortuna ou arte de viver contente em quaesquer trabalhos da vida*, publicado em

⁴¹ DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994. p. 143.

⁴² ALMEIDA, T. Apud DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994. p. 150.

Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1779, em três volumes. A obra foi reeditada em 1786, edição que veio para Pernambuco.

Afirmava-se nos meios críticos, ser a obra um plágio do *Telêmaco*, de Fénélon. Entretanto, em terras da Colônia, a leitura do livro repercutia de outro modo e, para Antonio Ferreira do Amaral, “no silêncio dos matos do Brasil, [veio] proporcionar-lhe a ocasião azada para refletir sobre muitas idéias e precaver-se contra aqueles perigos [da Filosofia pagã]”, confessou ao Padre José de Azevedo [1739-1799].⁴³

Nesse mesmo ano, em 9 de setembro, o Irmão Joze Nunes, esclarecendo ser da Congregação do Oratório da Corte de Lisboa, solicitava a remessa de *folhinhas de rezas* para o ano de 1798. Em 10 de dezembro o Irmão, assinava *Padre Joze Nunes* recebe outra autorização, desta vez para portar oito livros, entre missais, rituais romanos, um jogo do *Theatro Ecclesiástico*, as *Horas Marianas* e um *Dicionário de Bluteau*, ou melhor, de Rafael Bluteau, C.R. [1638-1734], o *Vocabulario Portuguez e Latino*, publicado em Coimbra, no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, entre 1712-1728, em 10 volumes. Outra coleção do dicionário seria solicitada por Antonio Joze Soares, em junho desse ano.

As requisições continuaram no mês de fevereiro: uma de Julião Gervasio de Aguiar, residente em Pernambuco, para levar pessoalmente seis missais romanos e seis cadernos das missas de defuntos. Essa quantidade poderia atender algum pedido específico para os padres da cidade ou do interior ou ir para alguma botica, porque, não sendo o portador religioso, vez que não constou dos *Apontamentos Biográficos do*

⁴³ DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994. p. 151. Ver tb.: Biblioteca Nacional, Lisboa, Reservados. *Cartas*. Cx. 69, n. 7.

*Clero Pernambucano*⁴⁴, provável fossem os livros destinados a atender algum pedido.

A outra petição era de 27 de fevereiro de 1796, assinada por Joze dos Santos Homem, para levar “a cidade de Pernambuco hum jogo de Breviários Beneditinos da edição de Veneza, anno de 1790”, tendo João Mariano como procurador. Seis meses depois nova lista foi aprovada, contendo quatro títulos de Teologia, com um exemplar de cada, a começar por: Francisco Larraga, *Promptuario da Theologia Moral... composto em castelhano Fr. Francisco Larraga, traduzido em portuguez e offerecido a EL-REY Nosso senhor Dom João V [por] Manoel da Sylva Moraes*; republicado em 1760, 1766 e 1790. Um autor que se firmaria em Pernambuco e fizera parte, embora, com outro título, da Livraria da Casa da Vigia, do Colégio Santo Alexandre, no Pará⁴⁵. Outra obra foi de Fulgentio Cuniliati, *Universae Theologiae Moralis Accurata Complexio Instituendis Candidatis Accommodata.... Venetiis, 1756*, obra enviada em anos posteriores. Não foram encontrados dados biográficos a respeito do requerente, entretanto, à época havia um jovem beneditino Padre Eduardo de São Bento Homem⁴⁶, com o mesmo sobrenome, que talvez pudesse estar interessado nessas obras.

Disse Ignácio Joze de Sampaio Freire de Andrade, de profissão desconhecida, pretender levar para Pernambuco três exemplares dos livros de Direito, em latim: dois títulos de Paschoal José de Melo [1738-1798], o primeiro, *Historiae Juris Civilis Lusitani liber singularis adcedunt de Jureconsultis Lusitanis et recta patrii juris interpretandi ratione*. O segundo, *Institutiones Juris Civilis Lusitani cum publici tum privati*.

⁴⁴ PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano* [1535-1935]. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. 2 v.

⁴⁵ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália, 1943. p. 404.

⁴⁶ PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano* [1535-1935]. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. v. 1, p. 387.

Paschoal José de Melo Freire dos Reys⁴⁷, do Real Colégio das Ordens Militares, era lente substituto da Cadeira de Direito Pátrio da Universidade de Coimbra, efetivado na Conezia doutoral da Santa Catedral da Guarda, em 22 de março de 1771. Em 1783 foi nomeado pela Rainha D. Maria para fazer parte da Junta do novo Código das Leis do Reino. A partir daí alguns episódios ocorreram envolvendo o autor e sua obra.

Lecionando em Coimbra, em 1784, foi acusado injustamente de ter escrito poema sobre a sociedade portuguesa dividida entre o progresso e o atraso, mas vencida pelo atraso dominante. O folheto apareceu ou correu de mão em mão anônimo, provocando réplicas e epístolas satíricas. O manuscrito *O Reino da Estupidez*, circulou durante “o ferrenho regime inquisitorial de espionagem e denúncias; esse regime foi regulamentado pela carta regia de 3 de junho de 1782, que estabelecia as *Informações Moraes*, que existiram na Universidade até 1870!”⁴⁸

Era uma forma de controlar os alunos, por parte dos professores, suscitando prisões e revolta em vários estudantes, ação comandada pelo Reformador Reitor da Universidade, José Francisco de Mendonça, Principal da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, do conselho da Rainha D. Maria, conhecido como Principal Mendonça.⁴⁹

Vários foram os acusados da autoria do manuscrito, além de Paschoal José de Melo, o professor Dr. Antonio Ribeiro dos Santos, o poeta brasileiro Antonio Pereira de Souza Caldas, que saíra da Inquisição de Coimbra, e Ricardo Raymundo Nogueira.

⁴⁷ Ver: LARA, Tiago Adão. Melo Freire e os primórdios do tradicionalismo luso-brasileiro. In: PAIM, Antonio [Org.]. *Pombal e a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p. 44-49.

⁴⁸ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 666-7.

⁴⁹ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 663.

Ninguém imaginava que *O Reino da Estupidez*⁵⁰ era uma sublime vingança do estudante de medicina [brasileiro] Francisco de Mello Franco, que jazera nos cárceres da Inquisição de Coimbra por o acusarem de Enciclopedista. O seu poema herói-cômico teve o poder da Nemesis, da justiça implacável: lançou por terra o governo do Principal Mendonça e provocou as novas reformas encetadas sob o governo do Principal Castro.⁵¹

Outra acusação ao lente deu-se em 1786, quando o Reformador Reitor Principal Castro, divulgou por edital as medidas disciplinares que foram implantadas. Uma delas, abolindo as “sebentas” ou lições manuscritas que passavam pelos estudantes. A substituição do material deveria ser feita pelos professores com a elaboração de Compêndios para os alunos. Paschoal José de Melo preparou texto em latim sobre *História do Direito Pátrio*. O manuscrito ao ser submetido à Mesa Censória foi examinado pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo, “que manifestou um íntimo azedume contra o homem de gênio. [...] O Padre Antônio Pereira começa por atacar a latinidade”⁵², descendo às minúcias, dizendo serem erros históricos até citar os defeitos tipográficos. Rebatidas as críticas pelo autor, o Padre Antonio Pereira de Figueiredo C.O. [1725-1797], para atacar a obra, fez publicar *Resposta de Pascoal José de Mello contra a censura do compendio Historia Juris Civilis Lusitani*, na Imprensa Regia, com 38 páginas⁵³. Mesmo assim, o manuscrito seguiu para o secretário da Academia Real das Ciências, o desembargador Magro de Moura, para formular e expor juízo sobre a obra:

⁵⁰ FRANCO, Francisco de Melo. *Reino da Estupidez* [1785]. São Paulo: Giordano, 1995.

⁵¹ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 663.

⁵² BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 708.

⁵³ Livro que viria para a Capitania de Pernambuco em 1799, por remessa de Simão Pires Sardinha.

O compêndio tem methodo, tem philosophia, e a matéria está annunciada por toda a parte com bastante decência. Não vejo que por nenhum d'estes títulos se deva embaraçar a edição. [Falando dos reparos que acompanham o livro]. Eu encontro n'elles um azedume de censura, que não parece próprio de um Philosopho que ama e que procura só descobrir a verdade. – Os defeitos que chama de omissão são tratados muito vaga e genericamente... a que eu vejo responder o Autor, fazendo-se cargo de cada uma das Notas e satisfazendo a todas com modéstia e acerto.⁵⁴

Assim, teve impressão pela Academia Real de Ciências, possivelmente essa edição foi remetida para Pernambuco.

Em 9 de agosto, Manoel de Miranda Correa, sem declarar profissão, tendo como procurador Guilherme Joze Salgado, teve a primeira das três licenças concedidas para 29 livros. Em março haviam sido liberados oito sermões, sendo uma coleção com 14 exemplares e orações sacras⁵⁵. Da segunda lista foram aprovados três filósofos: Genuense ou Genovesi e Fléchier, autores que haviam sido remetidos em requerimento de 1769, mais um título sobre “filozofia” de Verney. Ainda, autores como: Ligorio, “Homo Apostolico” e Fonseca, “Rethorica de Quintiliano” [1793]. A terceira petição, de 23 de agosto, incluía 12 livros, dos quais um autor não localizado de imediato, mas que se tratava de Joanne Duhamel, e da obra, *Philosophia Universalis, sive commentarius in universam Aristotelis philosophiam ad usum scholarum comparatam* e conforme indicações na página de rosto publicado em *Lutetiae Parisiorum*. Ainda nessa petição mencionava Genovesi e Fléchier, mais alguns títulos de Verney.

⁵⁴ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 709-10.

⁵⁵ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*: livros para a Capitania de Pernambuco: 1796. Anexo.

De autoria de Luís Antônio Verney [1713-1792] foram cinco títulos, indicados precariamente: “Methafizica” [Lisboa, 1765], “Filozofia” [Roma, 1769], “Lógica” [Neapoli, 1769], “Grammatica Latina” [Lisboa, 1790] “Aparato Filozófico” [Roma, 1751].

A obra de Verney, *Grammatica Latina, tratada por hum método novo e fácil...* Lisboa, Regia Officina Typographica, edição de 1790, já fora solicitada. Depois, em outubro desse mesmo ano, seria enviado novo exemplar a pedido dos comerciantes Antonio Joze da Silva e de Manoel Ferreira de Ascensão, em novembro. Um exemplar do segundo título, *De Re Logica ad usum Lusitanorum adolescentium Libri sex*, impresso em Neapoli: ex. Typografia Raymundiana, 1769, a *Lógica* para uso dos adolescentes foi remetida por solicitação de Manoel de Miranda Correa.

Essas obras escritas em latim têm na *De Re Lógica* a demonstração do pensamento de Verney, de “raiz essencialmente lockeana e newtoneana, anti-sistemática e anti-cartesiana, muito mais anti-metafísico e mais radicalmente sensualista que a do seu êmulo e amigo italiano”⁵⁶, isto é, de Antonio Genovesi. Afirmação que contestava “a acusação de plágio lançada superficialmente a primeira vez por Menendez Pelayo”⁵⁷. A idéia central do texto foi difundir as “luzes”, reformar “a golpes de ilustração”, os vícios dos povos. “Iluminar, iluminismo, iluminado” era uma espécie de religião para Verney, que devia ser professada, porque, vivendo sempre na Itália, percebia faltar em Portugal cultura e uma certa ilustração, com conteúdo e orientação⁵⁸ suficientes para operarem mudanças no país.

⁵⁶ Mariana Amélia Machado dos Santos. Apud MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz Antônio Verney*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 15.

⁵⁷ MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz Antônio Verney*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 15.

⁵⁸ MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz Antônio Verney*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 28.

À distância, vivendo recluso, confiando em muito pouca gente, por causa da sabatina que os Jesuítas mantiveram contra ele, provocada pela publicação do *Verdadeiro Método*, vivia em Roma. Conservava alguns contatos com iluministas italianos e contemplava a pátria-amada, assim, Verney era tomado pelo mal-estar diante do:

Profundo abismo que separava Portugal dos restantes países da Europa no estado de adiantamento das ciências e das artes e no tocante aos progressos das luzes da Razão em todos os domínios da vida nacional. A miserável decadência dos estudos, de que considerava exclusivamente culpada a Filosofia aristotélica dos escolásticos, ou seja, os Jesuítas; as formas retrógradas que revestia em muitos dos seus aspectos o sentimento religioso, dominado pelo fanatismo da Inquisição e dum clero boçal e pouco instruído; o predomínio político de Roma nas questões temporais...⁵⁹

Esses pontos absorvidos e reiteradamente repetidos por Pombal e divulgados na *Dedução Chronologica* continuavam ampliados:

Sugando as riquezas da nação e impedindo muitos progressos; os excessos da instituição monacal, defraudando a riqueza e as atividades econômicas do país; os preconceitos anti-semitas. O atraso da higiene e dos serviços de assistência; a complexidade e a morosidade dos serviços dos tribunais; a falta de comunicações; o estado lastimoso do comércio e da indústria – eram algumas das mais profundas chagas sociais que impressionavam o seu espírito culto.⁶⁰

Para Verney não bastavam as ciências, a economia e a política se desenvolverem, seria preciso atacar o que ele supunha fosse a origem de

⁵⁹ MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII*: Luiz António Verney. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 25.

⁶⁰ MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII*: Luiz António Verney. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 26.

todos os infortúnios dos povos: a falta de ilustração, de progresso intelectual, de luzes, o desconhecimento dos ditames da razão e da lógica. Uma questão nacional, porém, antes de tudo, uma questão de cultura,⁶¹ que se estenderia à educação filosófica dos príncipes, porque iluminados entenderiam: “são os reis que existem para os povos, e não os povos para os reis”.⁶²

Outras temáticas foram trazidas por António Martins Pedra, no mês de março: *Pharmacopeia Geral para o Reino, e dominios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I.* Impressa em Lisboa, na Impressão Regia. Uma coleção do *Repertorio das Ordenações e Leys do Reyno de Portugal*, publicada em Lisboa, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1769. Escrito em português na petição, mas impresso em latim, o livro de Jo Gotlieb Heinecius, *Elementa Philosophiae Rationalis, et Moralis ex principiis admodum evidentibus justo ordine adornata. Praemissa est Historia Philosophica*, publicado em Veneza, na ex Typographia Balleoneana, em 1792. De Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal*, impresso em Lisboa, na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1785, um livro a ser reimpresso com frequência até 1820.

Em julho, os procuradores Viúva Bertrand e Filhos, atendendo pedido de Antonio Joze Soares, de profissão não identificada, mandaram nove exemplares da obra *Recreação Filosófica ou dialogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas que não freqüentaram as aulas*, de Teodoro de Almeida C.O. [1722-1804]. Junto, mais dois exemplares de Antonius Genuensis [Genovesi], *Elementa Physicae Experimentalis usui tironum aptatae. Accedunt nonnullae dissertationes physico-mathematicae*

⁶¹ MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz António Verney*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 27

⁶² MONCADA, L. Cabral de. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz António Verney*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1941. p. 56.

conscriptae a Nicolao Fergola, publicado em Veneza, por Thomam Bettinelli, 1781.

Frei Miguel de Azevedo, da Ordem do Carmo, embora não tenha sido referenciado nos *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano*⁶³, havia composto e intitulado a obra que solicitava trazer, em 50 exemplares, *Regra da Ordem Terceira do Carmo*. Por autorização da Mesa da Comissão Geral, havia sido duas vezes impressa na Officina Regia, como alegava na petição de 16 de junho de 1796.

Almanaques de 1796 e os *Mercurio Historico Politico e Litterario de Lisboa*, para 1794, 1795 e 1796, editados por J. Baptiste Reycend foram por ele enviados em 19 de julho, juntamente com exemplares de “Adoração ao Santíssimo Sacramento”, “Conselhos e Máximas”, “Provérbios de Salomão”, “Summa dos Concílios”, mais um título em dez volumes, de “Geografia Moderna”.⁶⁴

O Padre Henrique Martins Gayo, natural do Recife, nascido em 1740, foi professor de Latim e Retórica na Ordem de Christo, Cônego da Sé de Olinda, Comissário do Santo Ofício da Inquisição⁶⁵. Sobre o Padre Inquisidor consta, nos *Apontamentos Biográficos*:

Embora arrefecido o fervor católico da Santa Inquisição nos exaltados espíritos da gente da época e embora já abolida a odiosa distinção de cristãos novos e cristãos velhos pelo Decreto de D. José I de 25 de maio de 1773, mesmo assim permaneceu intacto por todos os lugares e era assim que, em 1786, havia um comissário do Santo Ofício em Pernambuco que era o padre Henrique Martins Gayo, como consta da averbação de juramento e posse lançada no

⁶³ PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano* [1535-1935]. Recife: Apeje, 1994.

⁶⁴ Ver: Complemento à *Tinta sobre papel*: livros para a Capitania de Pernambuco, 1796. Anexo

⁶⁵ Cf. disse no requerimento à Rainha D. Maria, de 12 de outubro de 1796, dirigido à Mesa da Comissão.

verso da carta de familiar conferida a Manoel Antonio Ribeiro, escrita em 24 de fevereiro de 1786.⁶⁶

O Padre Gayo, como representante da Inquisição em Pernambuco, em 1796 requereu à Mesa Censória autorização para transportar 21 livros, incluindo uma biografia do Padre Antonio Vieira, outros títulos sobre rituais da Igreja Católica, cadernos de Santos Novos, Estatutos da Ordem de Christo e Regimento da Bula da Cruzada e mais folhinhas de reza e de algibeira para os anos de 1797 e 1798.

Em 10 de novembro, foram autorizados, para Joze Rodriguez Pereira, ajudante de Infantaria, Auxiliar dos Pardos da Repartição do Sul da Guarnição do Recife, Auxiliar da capitania de Pernambuco, ajudante do Terço de Auxiliares dos Homens Pardos do Recife⁶⁷, a remessa de seis títulos com nomes de autores incompletos, incluindo sermões e um exemplar do *Flos Sanctorum, ou Historia das vidas de Christo Nosso Senhor, de Sua Santissima Mãe, e dos Santos, mezes de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, e Mayo e no tomo segundo pelos mezes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, com as praticas e festas que nelles se celebrão*. Acrescentado também de Bernardo de Brito O. Cist. [1569-1617] *Elogios Históricos dos Senhores Reis de Portugal*, publicado em Lisboa, na Typografia Rollandiana, em 1786.

Os demais requerentes levaram à Mesa da Comissão petições com assuntos diversos, constando dicionários, atlas, livros de Teologia, Direito, Filosofia, Literatura Latina, História, Educação Física e várias publicações impressas pela Real Academia de Ciências.

⁶⁶ PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano* [1535-1935]. Recife: Apeje, 1994. v. 1 p. 346, 353.

⁶⁷ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. *Índice*. [Inédito]

Simão Pires Sardinha, supostamente comerciante, vez que em seu pedido figuram livros para Pernambuco, Bahia e Maranhão, trazia entre outros títulos, o de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo e Governador de Pernambuco, *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas colônias*.

Joze Antonio da Silva, comerciante, em seu requerimento de 29 de outubro solicitou a remessa de 74 títulos, incluindo Fernão Lopes de Castanheda [1500-1559] *História do Descobrimento, e Conquista da Índia pelos Portuguezes*, em uma edição de 1797. Publicações sobre Devoção, Teatro Eclesiástico, Aritmética, Medicina, Cirurgia. Sobre política: *Revolução e Estado Actual de França*. Impresso em Lisboa, na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793. Estavam os autores franceses chegando à Capitania para ocupar espaço nas estantes e no tempo das leituras.

O Padre Antonio Ribeiro de Mattos trouxe 52 títulos dos quais dois títulos de Bossuet, o primeiro, *Historia de las Variaciones de las Iglesias Protestantes, y exposicion de la doctrina de la Iglesia Catholica, sobre los puntos de controversia, publicado em Madrid*, na Impr. del Mercurio, 1755. O segundo, *Elevações a Deus sobre todos os mistérios da religião cristã*, impresso em Coimbra, na Imp. da Universidade, 1794.

Entre os autores franceses trazidos pelo Padre estavam Voltaire, *Mafoma*; Condillac [1714-1780], *Oeuvres philosophiques*. Ainda, o *Dicionário dos termos técnicos de história natural, Index do reino animal, Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen*, de Domenico Vandelli [1735-1816].

Em 2 de dezembro, João Gomes de Lima, presbítero secular, conseguiu autorização para transportar 43 títulos entre os quais “Telêmaco”, de Fénelon, um exemplar em português, dois em francês. Na verdade, a obra de François de Salignac de La Mothe Fénelon, *Aventuras*

de Telemaco, filho de Ulysses, traduzida e impressa em Lisboa, na Regia Oficina Silviana, 1765, em 2 tomos, de tamanho pequeno [17 cm] apareceu na França em 1699, incompleto, com o título “continuação do quarto livro da Odisséia” de Homero, ou das *As Aventuras de Telêmaco filho de Ulisses*. Em 1717, depois da morte do autor, o sobrinho, o Marquês de Fénélon, dividindo a obra em 24 livros, o mesmo número de cantos da *Ilíada* e da *Odisséia*, lançou o livro no mercado. Obra de circunstância, escrita quando preceptor dos três filhos do Grande Delfim, na França, tomou um dos três, o duque de Borgonha, o mais difícil para orientar, como incentivo à escrita. O texto foi considerado fundador da literatura para jovens. Foi discreta a presença no autor na Capitania.

De André Michel Ramsay, *Viajens de Cyro: obra utilissima, politica e moral, acompanhada de hum discurso sobre a mythologia, e theologia dos antigos*. De Baltasar Gracián [S.J. 1601-1658], *El Criticon: primera [tercera] parte. En la primavera de la niñez, y en el estio de la juventud*. Mais foi acrescentado: um assunto em evidência e discussão na Europa : *Elementos da Civilidade e da Decencia para Instrucção da Mocidade de ambos os sexos*, impresso em Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1788.

Os requerentes não deixaram sinais sobre os modos de circulação ou leitura dos livros que trouxeram. Mas alguns títulos indicavam as tendências advindas da Metrópole aceitas ou impostas no espaço social e literário da Capitania: Filosofia, Teologia, Devoção, Moral, Gramática latina, Retórica, História, Geografia, Teatro, Dicionários. Como novidade, houve o caso de dois requerentes trazerem o mesmo título sobre normas de conduta ou *Elementos da Civilidade e da Decencia ...*

NOVO
ATLAS
PARA USO
DA mocidade portugueza,

QU
PRINCIPIOS CLAROS,
PARA SE APRENDER FACILMENTE, E EM MUITO
POUCO TEMPO

A GEOGRAFIA:
COM HUM

TRATADO METHODICO DA ESFERA,
Onde se explica o movimento dos Astros, os
diversos Syistemas, e o uso dos Globos.

TRADUÇÃO
Accrescentada, corrigida, e Adonitada.



LISBOA,
NA TYPOGRAFIA ROLIANALANAS

1782.

Com Licença da Real Mesa Censoria.



Livros na Capitania de Pernambuco: 1799

O ano de 1799 começou com a autorização a Joze Fernandes de Mattos, em 18 de janeiro, para transportar 21 títulos, dos quais 18 versavam sobre Religião: *Bíblia*, *Horas Marianas*, *Missal Romano*, *Flos Sanctorum* também a *Imitação de Christo*, escrita em latim por Thomaz de Kempis [1380-1474], traduzido por Frei Antônio de Pádua, o *Pecador Convertido ao Caminho da Verdade*, de Frei Manoel de Deus, e outros.

Incluído também o livro *Promptuario de Theologia Moral*, do Padre espanhol Frei Francisco Larraga. Desse autor houve várias edições em 1727, 1735, 1749, 1795, 1780, 1798, 1803, 1813-14, 1817, 19-? A obra foi impressa em Lisboa, Coimbra, no Porto, tendo mais de um tradutor responsável pela versão em português. Confirmando grande divulgação, o título constou do inventário de João Martins da Cunha, 1751, em Mariana, Minas Gerais¹, o que poderia indicar, em alguns casos, simultaneidade na distribuição das obras entre a Metrópole e a Colônia. A obra seria trazida para a Capitania por mais cinco portadores, em outros meses, nesse mesmo ano.

Três títulos completaram a lista apenas ao requerimento: *O Secretario Portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*, do Padre Oratoriano Francisco José Freire, que usava o pseudônimo de Cândido Lusitano, publicado em Lisboa, na Oficina de Ignacio Nogueira Xisto, 1759. *O Novo Methodo da Grammatica Latina*, de Antônio Venâncio da Costa, [fl. 1799], publicado em Lisboa, na Oficina de João Procópio Corrêa da Silva, 1799. *Luz da liberal e nobre Arte da*

¹ ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, BA: Editus, 1999. p. 248.

Cavalaria, de Manuel Carlos de Andrade [fl. 1790], impresso em Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1790.

Em 8 de fevereiro, Antonio Manoel Policarpo da Silva, denominando de “gazetas portuguesas”, requeria trazer a *Gazeta de Lisboa*, publicada na Oficina de Antonio Correa Lemos [1741-1759], um periódico em formato de livro, medindo 20 cm. Entre 1715 e 1760, a *Gazeta* foi chamada de *Gazeta de Montarroyo*, título atribuído ao redator e proprietário do periódico, que não fazia “jornalismo” de opinião.²

À época, redator era quem exercia e acumulava os papéis de copista, ou chefe dos copistas, colecionador, proprietário, editor, tradutor, curioso, mas nunca de autor. O cargo era discreto, mesmo sem ser anônimo. Na condição de proprietário poderia vender o produto, perdendo todo o direito sobre o trabalho realizado. A distinção entre redator, copista e cronista era uma questão de *status* social em relação ao suporte da informação. As três funções reproduziam notícias ou histórias recebidas, lidas e entendidas, que poderiam ser reproduzidas e difundidas de imediato ou algum tempo depois, na Capitania.³

A *Gazeta de Lisboa* era um periódico noticioso, incluía a divulgação de livros, dando ênfase às traduções que tanto sucesso faziam em Portugal. Assim, valeria registrar que, em 1794, a novidade foi a primeira tradução do *D. Quixote* impresso pela Typografia Rollandiana:

Saio a luz o Engenhoso Fidalgo *Dom Quixote de La Mancha*,
por Miguel de Cervantes Saavedra, traduzido em português, em 8^o ,
6 vol. Vende-se por 2880 reis em casa de Francisco Rolland, no

² LISBOA, João Luís. Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d’Histoire et Civilisation, 1998. p. 408. [Tese]

³ LISBOA, João Luís. Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d’Histoire et Civilisation, 1998. p. 407-8. [Tese]

largo e nas casas novas de N. Senhora do Loreto. Esta obra, vertida em todas as línguas das nações cultas da Europa, de justiça aparece agora na nossa, para recreio e instrução dos Portugueses: ela é a primeira entre todos os Romances Cômicos...⁴

À publicidade da matéria foi também acrescentado: “Já pelo gosto, simplicidade e graça, já pela pureza e natural do estilo, já pela verdade dos retratos, já pela arte de narrar e misturar as aventuras sem nada estragar”⁵. Porém, a obra de Cervantes só chegaria às terras da Capitania, em 1799, pela lista de Joze Antonio da Silva, autorizada pela Mesa Censória, em espanhol: Miguel de Cervantes [1547-1616] *Vida y echos del ingenioso cavallero Don Quixote de la Mancha*, impresso em Madrid, a costa de San Martin, em 1741.

O historiador João Luís Lisboa chama a atenção para o conteúdo da gazeta, difundido na França, especialmente classificado por Furetière, em seu *Dictionnaire Universel*⁶ como feito por “nobres arruinados e indolentes que, em geral, são romancistas ou genealogistas”⁷. Assim, na *Introdução da Histoire de Portugal*, Laclède, comentando a historiografia tradicional, refere-se a Frei Antonio Brandão como um *séc gazetier*.⁸

A palavra, de origem italiana *gazetta*, designava uma pequena moeda, valendo meio centavo francês. A primeira gazeta, como periódico, foi fundada em Veneza no começo do século XVII, onde os venezianos

⁴ CAIEIRO, Francisco da Gama. Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, v. 35, p. 162-3, 1980.

⁵ CAIEIRO, Francisco da Gama. Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, v. 35, p. 163, 1980.

⁶ Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

⁷ LISBOA, João Luís. Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d’Histoire et Civilisation, 1998. p. 408-409. [Tese]

⁸ LACLÈDE. Apud LISBOA, João Luís. Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d’Histoire et Civilisation, 1998. p. 409. [Tese]

compravam uma folha por uma *gazetta*⁹. Na França, *La Gazette* apareceu em 1631, fundada por Théophraste Renaudot, circulando semanalmente e, a partir de 1792, todos os dias. No mesmo estilo, apareceu o *Mercure Galant*, fundado por Jean Donneau de Vizé, chamado *Le Mercure de France*, em 1672. Os dois periódicos tiveram a proteção de Richelieu.¹⁰

Essas folhas impressas evidenciavam as diferenças entre o livro, considerado como depositário do saber reconhecido, e os periódicos, representantes da leveza dos romancistas ou contistas. Resultavam daí as diferenças entre o escritor e o redator de gazetas, o que fez com que José Freire de Montarroyo Mascarenhas tivesse sua candidatura à Academia Real de História recusada em 1721. Indignado, Montarroyo escreveu ao intelectual Luís de Menezes, Conde de Ericeira, seu padrinho para a eleição à Academia. Na carta, tomava o exemplo de Théophraste Renaudot [1584-1653], justificando¹¹:

Como o bispo francês, ele não tinha disponibilidade de tempo e méritos necessários? Por que ele, Montarroyo, redator da gazeta da Corte portuguesa, um *expert* em história genealógica, que se vangloriava de saber latim, castelhano, francês, inglês, neerlandês, alemão, danês, conhecedor do alfabeto grego, que tantas vezes

⁹ Ver: <<http://www.jcraymond.freemove.fr/Celebrities/Renaudot/RenaudotGazette.html>>

¹⁰ Ver: MERCURE . Disponível em: <http://mapage.noos.fr/mlopez/quot_journaux.htm>

¹¹ Théophraste Renaudot, médico que atendia de graça os clientes, foi nomeado conselheiro e médico ordinário do Rei em 1612, considerado “fundador do jornalismo”, porque, em 1613, havia criado a *Gazette*, tendo o primeiro número uma dedicatória a Sua Majestade o Rei Luís XIII. O periódico, que aparecia uma vez por semana, em quatro páginas, de pequeno formato, tivera a proteção e a colaboração de Richelieu, divulgando o que desejava a Europa ficasse sabendo. O mesmo fazia o Rei, usando o meio impresso como um instrumento moderno de propaganda, tanto para a formação da opinião francesa, quanto para demonstrar a luta contra os protestantes. Disponível: <<http://www.jcraymond.freemove.fr/Celebrities/Renaudot/RenaudotGazette.html>>

viajara à Europa, era excluído da Academia, enquanto outros, sem nenhum mérito ou sem disponibilidade eram eleitos?¹²

Para compensar a decepção, Montarroyo conseguiu tornar efetiva sua participação em duas outras *Academias*, a dos *Aplicados* [1723] e a dos *Renovados* [1734], com vários adeptos das atividades de Genealogia. Enquanto isso, crescia o número de redatores, alguns nobres ou clérigos interessados nesse assunto e em difusão da informação. Foram essas atividades de jornalismo que, na segunda metade do século XVIII, definiram a profissão, “se for considerado que ela qualifica alguém que se consagra inteiramente a um trabalho de difusão de notícias e disso faz sua fonte de renda”.¹³

Valeria lembrar que Antonio de Souza Macedo foi considerado o primeiro jornalista, com o *Mercúrio Português*, publicado entre 1663 e 1666. Porém, coube a Montarroyo ter o título, pelo fato de dedicar-se à atividade de redação antes de qualquer outra. A *Gazeta* tornou-se um meio de circulação oficial, permitindo às congêneres, espanholas, italianas, francesas, holandesas e inglesas tomarem conhecimento e reproduzirem notícias portuguesas. Foram números antigos publicados, entre 1741-1759, os que vieram para Pernambuco.

Para a Mesa Censória e para a Capitania, os dois requerimentos do mês de março foram significativos: o primeiro atendia a Igreja, o segundo, pretendia dar elementos para a educação de jovens. Assim, no dia 6 daquele mês, o Procurador dos Religiosos Carmelitas Descalços, Frei Joze do Rosário, do “Convento de Nossa Senhora do Desterro da cidade de

¹² LISBOA, João Luís. *Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Florence, IT: Institut Universitaire Européen, Département d'Histoire et Civilisation, 1998. p. 410. [Tese]

¹³ LISBOA, João Luís. *Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Florence, IT: Institut Universitaire Européen, Département d'Histoire et Civilisation, 1998. p. 412. [Tese]

Pernambuco, em Olinda, precisava remeter para o dito Convento três Missais.”

A segunda petição do mês, de Joze Bernardo Girão solicitava três títulos para a educação da juventude, sendo “methodos de contar”, “donzellas instruídas” e “Gulliver”. Assim, para um professor não identificado foram trazidos 50 exemplares de *Escola Fundamental, ou Methodo Facil para aprender a ler, escrever e contar: com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor*, publicado em Lisboa, na Typografia Rollandiana. Não foi localizada a data da primeira edição.

Do outro título foram mandados 150 exemplares, sendo de José Lopes Batista de Almeida, a remessa de: *Prendas da adolescência, ou adolescência prendada com as prendas, artes, e curiosidades mais uteis, deliciosas, e estimadas em todo o mundo; obra utilissima nam só para os ingenuos adolescentes, mas para todas, e quaesquer pessoas curiosas, e principalmente para os inclinados às Artes, ou Prendas de Escrever, Contar, Letrear, Dibuxar, Illuminar, Pintar, Colorir, Bordar, Entallar, Miniaturar etc, compostas e offerecidas ao glorioso Patriarcha S. Joseph, esposo de Maria Santissima... pelo Doutor Jozé Lomathepez Baptista de Almeida transmoutano da Villa de Chaves*, impresso em Lisboa, na Oficina de Francisco da Silva, 1749, contendo ilustrações.

O livro *Prendas da Adolescência*, foi referenciado no *Dicionário Bibliográfico Português*, volume 4 à página 422: "Livro muito curioso, e para o seu tempo de grande utilidade". Também em Barbosa Machado, volume 4, p. 193: "para instruir a mocidade portugueza nas artes de escrever, contar e colorir nos quaes he insignemente feito. Um raro e

curioso livro sobre a educação, com inúmeros pormenores sobre os adolescentes e as matérias que estes devem aprender”.¹⁴

Enviados também vinte e cinco exemplares de *Viagens de Gulliver a varios Paizes Remotos*, de Jonathan Swift [1667-1745], traduzidos por J. B. G. e impressos em Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1793. Tratava-se do segundo título das Belas-Letras enviado para a Capitania. O primeiro havia sido *As Aventuras de Telêmaco*, de Fénelón, trazido em dezembro de 1796, por João Gomes de Lima.¹⁵

Lançado em 1776, *As Viagens de Gulliver a varios Paizes Remotos* foi escrito para adultos, como uma crítica à sociedade, usando metáforas para ridicularizar os vícios e o comportamento da humanidade. Pela quantidade enviada talvez os exemplares fossem destinados aos jovens alunos da Capitania, renunciando uma leitura para crianças. As quatro viagens de Limuel Gulliver a lugares incríveis, primeiro o levaram a um reino minúsculo, onde as pessoas cabiam na palma da sua mão. Depois, aconteceu o oposto, chegou a um lugar onde os gigantes eram as pessoas locais. Foi também a uma ilha voadora habitada por sábios loucos, chegando, por fim, a um lugar onde os cavalos dominavam os antropóides degradados. Com essa empolgante viagem literária, Swift pretendeu ridicularizar a moda dos livros de viagem, que na época, se transformaram numa obsessão da classe média.

Em 19 de setembro, Julião Gervásio de Aguiar confirmou pedidos anteriores, não apenas com a Bíblia, Eduardo Job, Larraga, Ferraris, Gouget ou Catecismo de Montpellier, o *Atlas para uso da Mocidade*, mas trouxe, ainda, de François Thomas Marie de Baculard d' Arnaud, [1718-1805]. *Recreações do Homem Sensível, ou collecção de exemplos*

¹⁴ Disponível em: <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

¹⁵ Ver: Complemento à *Tinta sobre Papel*: livros para a Capitania de Pernambuco: 1799. Anexo.

verdadeiros e patheticos nos quaes se dá un curso de Moral prática, sendo este título repetido por mais dois portadores, a saber: Joze Antonio da Silva e Joze Gomes Claro.

A novidade foi a inclusão de títulos novos, técnicos e científicos que, pela primeira vez, apareceram nas petições à Mesa Censória, destinados à Capitania de Pernambuco. Para os interessados, em estudos de Aritmética, Metalurgia, Botânica e Zoologia, os primeiros exemplares, sem perder de vista os demais assuntos citados:

AGUIRRE, Fr. Josephus Saenz de. *Philosophia moralis ab Aristotele tradita decem libros ethicorum ad nicomachum : a 10 anne Argyropilo Bizantino latine reddita* . - Salmanticae : apud Lucam Perez, 1675. 1 v. [[Ed. solicitada: Coimbra, 1794, não licalizada]]

ARNAUD, François Thomas Marie de Baculard d', [1718-1805]. *Recreações do homem sensível, ou collecção de exemplos verdadeiros e patheticos nos quaes se dá un curso de moral prática*.

BARGONE, Agostinho. *Lezioni di metallurgia e metallografia*. [S.l.]: Del Bianco Editora, 1946. il. Parte prima: Elementi di chimico-fisica metallurgica la chimica della combustione. 248 p.

BÉZOUT, Étienne, [1730-1783]. *Elementos de Arithmetica*. 1794.

HERVEY, James [1714-1758]. *Meditações do doutor James Hervey sobre as sepulturas, e sobre varios objectos*. Trad. José Freire da Ponte. Segunda impressão. Lisboa: Na Régia Officina Typographica Vendese na loja da Viuva Bertrand e Filhos, 1794.

LINNAEUS, Carolus. *Philosophia botanica, in qua explicantur fundamenta botanica*. Editio secunda revisa et emendata, curante D. Johanne Gottlieb Gleditsch . Berolini : [s.n.], 1780.

NUNES, Pedro, 1502-1578 *Libro de algebra en arithmetica y geometria* / compuesto por el doctor Pedro Nuñez, Cosmographo mayor dl Rey de Portugal, y Cathedratico jubilado en la Cathedra de Mathematicas en la Universidad de Coymbra . - Anvers : en casa de la

Biuda y herederos de Juan Stelsio, 1567. - [16], 341, [1 br.] f. : il. ; 8º(17 cm) . [[Ed. solicitada de 1794, Coimbra]]

PAIVA, Franciscus Antonio Ribeiro de. *Introductiones Zoologicae: in quibus termini ad historiam animalium intelligendam explicantur. Additis tabulis zoologicis systematicis. Conimbricae: Typis Academicis, 1794.*

Um outro título trazido por Jacynto da Conceição somava-se à temática da História Natural:

LINNEO, Carlos. *Parte práctica de Botánica, que comprehende las classes, ordenes, géneros, especies y variedades de las plantas, con sus caracteres genéricos y específicos, sinónimos mas selectos, nombres triviales, lugares donde nacen, y propiedades*, impresso em oito volumes.

BERTRAND, Jean *Elementos de agricultura: Fundados sobre os mais solidos principios da razão, e da experiência, para uso das pessoas do campo, Que mereceram o premio da Sociedade Economica de Berne em 1774.* Traduzidos por Francisco Xavier do Rego Aranha . Lisboa: Of. Filippe da Silva e Azevedo, 1788.

Esses livros vieram, pelas diferenças de datas entre a publicação e a chegada no Recife, demonstrar como se tornou lenta a travessia desses saberes para a Capitania. Por trás desses poucos títulos enviados estava o andamento das Ciências em Portugal. De forma quase imperceptível pela quantidade, esses livros possibilitariam a divulgação ou confirmação desses autores na Capitania a alguns poucos nomes.

Os pequenos esforços de remeter um exemplar de novos estudos não podiam atenuar as diferenças entre a Coroa e os súditos do Ultramar. Afinal, embora poucos tivessem conhecimentos teóricos de Economia, imperava a linha do pensamento fisiocrata, como alertou Pinto de Aguiar¹⁶, indicada pelas palavras de consenso no Reino, confirmadas em discurso

¹⁶ AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 281, jan./mar. 1973.

pelo Abade Correia da Serra, na recém-criada Academia Real das Sciencias de Lisboa:

O primeiro passo de uma Nação para aproveitar as suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. [...] Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo; escolher na imensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animais e culturas análogas aos climas, e terrenos que os portugueses habitam; dá-las a conhecer...¹⁷

Essa posição seria válida apenas para ser aplicada e valorizada em Portugal. Para os territórios do Ultramar “continuava-se a pensar e agir nos duros e egoístas termos do Pacto Colonial”¹⁸. Ou seja, de forma breve, nos termos da relação contratual entre a Coroa como centro de decisão e a Colônia subordinada econômica e politicamente aos interesses mercantis e aos mecanismos político-institucionais¹⁹ em vigor, inclusive no plano educacional. Nesse sentido, os “pensadores” pareciam não se dar conta que a sociedade colonial desenvolvia interesses próprios e inquietações demonstradas em movimentos e lutas políticas.

Por isso, vale aqui acentuar que os livros remetidos formavam uma pálida amostra dos avanços e estudos de Botânica e de Zoologia iniciados em 1791, na Faculdade de Filosofia, da Universidade de Coimbra, com um curso de Botânica e Agricultura, entregue ao sábio Felix de Avelar Brotero,

¹⁷ SERRA, José Correia da, *abade. Discurso preliminar*. Apud AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 280, jan./mar. 1973.

¹⁸ AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 281, jan./mar. 1973.

¹⁹ PACTO colonial. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial [1500-1808]*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 442.

que convivera com Buffon, Condorcet, Cuvier e Lamark²⁰. A cadeira se dividia em quatro seções: Zoologia e Mineralogia, Botânica e Agricultura, Física Experimental, Química e Metalurgia.

Na tentativa de modernizar o país, sem ter que quebrar sua tradição mercantilista, o Marquês de Pombal considerara as ponderações dos “estrangeirados”, Ribeiro Sanches, Jacob Sarmiento, Luís Antônio Verney, sobre as reformas do ensino universitário. As medidas começaram com a formação da Junta de Previdência Literária para estudar o funcionamento de cursos, princípios e programas, ouvir especialistas e autorizar a montagem e instalação de laboratórios e instrumentos destinados às Ciências Exatas²¹. Professores foram contratados para os cursos de Medicina, Agricultura, Direito, visando à reforma da Universidade de Coimbra, assinada em 1772. Com o objetivo de capacitar os alunos foram programadas viagens “de caráter científico e de reconhecimento geográfico, estas em geral a cargo de militares, e aquelas de homens como Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio [de Andrada e Silva] e [Manuel] Arruda [da] Câmara”.²²

A reforma dos estudos propiciou a concretização do projeto de D. João Carlos de Bragança e Sousa Tavares Mascarenhas da Silva e Ligne [1719-1806], 2.º Duque de Lafões, de instituir a Academia Real das Sciencias de Lisboa que, apesar da benção da Rainha, era mantida pelo seu fundador. Na elaboração dos estatutos e na definição dos objetivos da Academia teve a colaboração de José Francisco Correia da Serra [1750-

²⁰ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 290.

²¹ BRAGA, Theophilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. t. 3, p. 467-9.

²² AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 290, jan./mar. 1973.

1823], mais conhecido por Abade Correia da Serra²³, sob os auspícios da Rainha D. Maria I, aprovando os estatutos em 24 de dezembro de 1779.

A Academia Real das Sciencias de Lisboa dividia-se em três classes: Ciências Naturais, Ciências Exatas e Literatura ou Ciências Morais e Belas-Letras. Tornaram-se membros alguns sócios que haviam feito parte da Academia Real da História Portuguesa [1720]. Em 1799, ao lado da Academia de Ciências foi fundada a Academia de Geografia, “incumbida, entre outras tarefas, da elaboração de uma carta territorial”²⁴, mais: o Jardim Botânico, os Gabinetes de História Natural, de Física e de Química.

Em nome do impulso econômico que as ciências proporcionariam, algumas prerrogativas foram alcançadas pela Academia: denominar-se Real, pela declaração da Protetora, a Rainha D. Maria I, ser autorizada a celebrar missa na Capela Real durante a festa anual da padroeira, a Rainha Santa Isabel. Poder autorizar pessoas idôneas a descobrir e “remover lápides de inscrições existentes no Reino”, bem como fazer escavações em busca de monumentos. Firmada, ainda, a competência de

Imprimir sem dependência alguma das Censuras dos Tribunaes as suas obras; e bem assim o privilégio exclusivo de 10 annos para todas ellas. Alvará de 22 de março de 1781.

Terem os seus Sócios livre entrada no Real Archivo da Torre do Tombo, para consultar Documentos e extrahir delles os apontamentos necessários ao bom serviço da Academia.

Poderem os mesmos Sócios dedicar suas obras, impressas pela Academia, a seus Augustos Protectores, sem ulterior licença especial.

²³ AYRES, Christovam. *Para a história da Academia das Sciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. p. 16-7.

²⁴ AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 291, jan./mar. 1973.

Com essas licenças ou autorizações, os professores e cientistas ficavam a salvo do controle da Mesa Censória, podendo imprimir sem restrições os produtos das pesquisas. Portanto,

Serem-lhe dispensados nas Alfândegas os Direitos do papel que para seu uso mandasse vir de fora. Aviso de 2 de fevereiro de 1790.

Transportar livremente para qualquer parte do Ultramar, e países estrangeiros, as obras que publicar; e bem assim receber livres as que lhe vierem de fora para seu serviço. Avisos de 17 de junho de 1795.

Serem-lhe recebidas no Correio, como do Real Serviço, as Cartas que expedir e lhe vierem para qualquer parte do Reino.²⁵

Por isso, ficaria mais fácil trabalhar para a formação de um núcleo bibliográfico, montar uma tipografia e imprimir com privilégio exclusivo o resultado dos trabalhos desenvolvidos no Reino, contratar e associar pesquisadores. Daí surgiram várias publicações.²⁶

As crises econômicas, inclusive de falta de cereais para alimentação da população resultaram em estudos do professor de Química e de História Natural, Domenico Agostino Vandelli [1735-1816]²⁷. Autor de *Dissertatio de arbore draconis, seu dracaena. Accessit dissertatio de studio Historia Naturalis necessario in Medicina, Oeconomia, Agricultura, Artibus et Commercio*. Olisipone: apud Antonium Rodericium Galliardum, 1768.

²⁵ DO LIVRO das Actas das Assembleas da Academia das Sciencias de Lisboa do anno de 1780. In: AYRES, Christovam. *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. p. 21-23.

²⁶ Ver: Complemento à Tinta sobre Papel: livros para a Capitania de Pernambuco.

²⁷ Domenico Vandelli, nascido em Pádua, Itália, doutor em Medicina, chegando a Portugal por volta de 1765, convidado e nomeado pelo Marquês de Pombal [1699-1782] para participar da reforma da Universidade de Coimbra. Na Faculdade de Filosofia foi responsável pela seleção do local de implantação do Jardim Botânico, do estabelecimento do Laboratório Químico e do Museu de História Natural da Universidade. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/p10.html>>

Em 1787, participando da Academia das Ciências, Vandelli foi para Lisboa, tornando-se o primeiro diretor do Jardim Botânico da Ajuda, sendo nomeado Deputado da “Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios”. Ao mesmo tempo, continuou como diretor do Laboratório Químico da Universidade até 1791, apesar de estar ausente de Coimbra.²⁸

Importante para o Brasil, Vandelli publicou junto com Carlos Lineu, *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen et epistolae ab erudits viris / Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli*. Publicado em Coimbra, 1788. Elaborou o *Dicionário dos Termos Técnicos de História Natural; Index do Reino Animal; Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen*, publicado em Coimbra na Real Oficina da Universidade, 1788. – Livros que viriam em 1801 e 1802 para Pernambuco.

Os avanços nos estudos da Botânica e a influência de Domenico Vandelli levaram o Vice-Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, sempre preocupado com a higiene e a saúde pública, encarregar Frei José Mariano da Conceição Velloso [1742-1811] de recolher espécies animais, vegetais e minerais pelo interior do Rio de Janeiro. O naturalista, nascido em São José Del Rei, comarca do Rio das Mortes [atual Tiradentes], Minas Gerais, foi batizado com o nome de José Velloso Xavier, mas ao tomar o hábito aos dezenove anos, sendo ordenado em 1766, no Convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro, onde estudou Filosofia e Teologia adotou Frei José Mariano da Conceição Velloso. Foi docente de Geometria no Convento de São Paulo, autodidata, estudando Botânica montou um museu e um herbário em sua própria cela.

Ao receber a incumbência da pesquisa, se fez acompanhar de um desenhista-naturalista, Francisco Solano e de um auxiliar, Anastácio de

²⁸ Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia /p10.html>>

Santa Inês, encarregado de descrever e classificar as espécies. Durante as viagens entre 1783 e 1790, Veloso teve a atribuição de selecionar e enviar espécimes para o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa.²⁹

Em 1790, seguiu para Lisboa, levando o material recolhido, os textos originais da *Florae Fluminensis*, o herbário e material museológico diverso, como por exemplo, coleções de peixes de água doce e salgada, de insetos e de borboletas. Tendo ido a Lisboa acompanhando Luís de Vasconcelos e Souza, um aristocrata, considerado um “gentleman naturalista”, logo fez parte dos círculos do poder, o que lhe rendeu a notícia e reprodução, na *Gazeta de Lisboa*, em 1792, do decreto real assegurando à obra “muito merecimento, trabalho, e estudo, e digna de se dar à luz”, mandando fosse impressa com as respectivas estampas, “à custa da sua Real Fazenda, e encarregava ‘a Academia Real das Sciencias do cuidado da referida impressão, para que haja de publicar-se com a exactidão, correcção e critério, que he devido a huma Obra desta Natureza’”.³⁰

Mas o fato de não ostentar um percurso acadêmico formal e o seu afastamento dos grandes centros europeus de produção teórica haveriam de pesar na avaliação crítica que os botânicos “profissionais” formularam sobre a monumental *Florae Fluminensis*, que permaneceria, aliás, inédita até muito depois da sua morte. É, por isso, significativo que tenha conseguido os favores da elite política materializados no amplo apoio financeiro às propostas de atividade editorial mas que, ao invés, a sua aceitação no meio científico lisboeta tenha ficado marcada pela

²⁹ GAMA, José de Saldanha. Biografia do botânico brasileiro José Marianno da Conceição Veloso, memória lida no Instituto Histórico perante S. M. o Imperador. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, 4. trimestre, p. 138-305, 1868.

³⁰ GAZETA de Lisboa, 24 de julho de 1792. Apud NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 73.

exclusão da Academia das Ciências de Lisboa e pela censura científica de Brotero à sua obra fitológica.³¹

O brasileiro, mesmo não pertencendo ao meio acadêmico, firmou-se pelas pesquisas, sendo comparado a Linneo:

O próprio percurso cultural e social de Mariano Veloso no Reino também proporcionou evidentes motivos para a ‘reconstrução da memória’ que dele se fez de fato, sem nunca ter abandonado os conhecimentos que trazia dos fazendeiros de Minas, com especial enfoque para os de Vila Rica, o contacto e a sociabilidade que soube manter com a elite intelectual brasileira na Corte, valeram-lhe uma auréola de mito fundador da Nação brasileira.³²

Além de pesquisador incansável, não seria possível esquecer a atuação de vulto e a imagem pública projetada por Frei Mariano Veloso. O “divulgador de História Natural”, à frente da Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego [1799-1801], patrocinada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar [1796-1801].

O ministro-economista, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, desenvolvera, ao longo de sua trajetória no exterior, a capacidade de observar, escrever constantemente, de forma sistemática, cartas, ofícios e relatórios, utilizando, além da língua materna, o francês,

³¹ NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 51.

³² NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 74.

dedicando também algum tempo ao hábito de ler jornais, gazetas, obras de referência.³³

Desde então, a política externa e a organização dos saberes representavam para D. Rodrigo uma oportunidade de executar parte do projeto maior do Iluminismo português, de operar reformas no Reino³⁴, incentivando a difusão do livro, que se iniciara com a restauração da tipografia de Coimbra, a Régia Oficina Tipográfica e a permissão para a instalação da Oficina da Academia das Ciências. Para:

Difundir obras que fomentassem o progresso do Brasil, na agricultura, e que o afirmassem enquanto colônia portuguesa.³⁵

Em texto lido perante o Ministério da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho expressava a visão econômica para as Conquistas:

Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países, deve ser outro grande objeto do legislador político, unindo-lhe também o cuidado de segurar-lhes, com a mais extensa navegação, o seu consumo na Europa, *por meio da metrópole*, e nas outras partes do mundo por meio de outros domínios, que a nossa rela coroa possui.³⁶

³³ CURTO, Diogo Ramada; FRANCO, Luís F. Farinha. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 24-5.

³⁴ NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 66.

³⁵ CURTO, Diogo Ramada; FRANCO, Luís F. Farinha. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 19.

³⁶ FUNCHAL, Marquês de. *O Conde de Linhares*. Lisboa: Tipografia Bayard, 1908. p. 49-50. Apud AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas

Criar uma rede de tipografias disponíveis para, a exemplo das ‘nações cultas e civilizadas’, dar conhecimento da ‘Nova Agricultura’ baseada nos princípios agronômicos decorrentes da Filosofia Natural setecentista.³⁷

Portanto, em 1796, Frei Veloso conseguiu publicar em Lisboa, na Officina Patriarchal, um periódico de pequeno formato, tratando sobre Agricultura em Portugal, *Palladio Portuquez: ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio, etc.*³⁸

Em seus planos estava a divulgação oficial de livros e folhetos para Portugal e o Brasil, conseguindo distribuir em 1798, para Pernambuco, em carta endereçada a Dom Thomas José de Melo, o folheto em oito páginas, em pequeno formato, traduzido do inglês: *Extracto do Modo de se fazer o Salitre nas Fabricas de Tabaco da Virginia*. Impresso em Lisboa, na Oficina de João Antônio da Silva, 1797.³⁹

Essas iniciativas confirmaram a confiança do Ministro nos trabalhos de tradução e divulgação do Frei Veloso, a quem foi dada a incumbência de:

Ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais no mesmo continente,

doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 283, jan./mar. 1973.

³⁷ NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 63.

³⁸ Disponível em : <<http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

³⁹ APEJE, Recife. MS. OR 22.

assim na quantidade como na qualidade dos seus gêneros e produções”.⁴⁰

Com essa diretriz, memórias estrangeiras foram coligidas por Frei José Mariano da Conceição Velloso, em cinco tomos, *O Fazendeiro do Brazil melhorado na Economia Rural dos Generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto*. Edição de 1798, na Regia Officina Typografica, dada continuação, em 1800, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. A obra abrangeu questões sobre cana-de-açúcar, tinturaria, bebidas alimentares.

Com a instalação, em 1799, da Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, ou Casa Literária do Arco de Cego, além dos 83 títulos publicados até 1801, portanto, uma grande produção tipográfica, o local “converteu-se igualmente num cadinho intelectual de jovens brasileiros que se encontravam na Metrópole e que gravitavam em torno de Mariano Veloso. Hipólito José da Costa, os irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrade e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Seabra da Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Manuel Arruda da Câmara, muitos deles fizeram traduções ou edições próprias nos prelos tipográficos do Arco do Cego”.⁴¹

⁴⁰ O FAZENDEIRO do Brazil. Prefácio. 1798. Apud NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 63.

⁴¹ CARVALHO, Augusto da Silva. As academias científicas do Brasil no século XVIII. Lisboa, 1939. [Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências] Apud NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 66.

Na Casa Literária do Arco de Cego, dirigida por Frei Mariano Veloso, ponto de reuniões e discussões temáticas entre mineiros e outros, alguns trabalhando como tradutores ou adaptadores de textos, ou colaboradores, com o direito de apor sua profissão e terra de origem ao lado título da obra. Para os “portugueses-brasileiros, já dotados de personalidade própria junto da opinião pública, bastava o nome para atestar a sua importância e prestígio cultural e científico; são claros os exemplos de Hipólito José da Costa Pereira e de Vicente Coelho de Seabra Silva Teles”.⁴²

Valeria lembrar o livro de Manuel Arruda da Câmara, na Ordem Carmelita chamado Frei Manuel do Coração de Jesus Arruda,⁴³ formado em Medicina, em 1791, pela Universidade de Montpellier, *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A S. A. REAL, o Príncipe Regente, Nosso Senhor /por Manuel Arruda da Câmara, formado em Medicina, e Filosofia, e Sócio de varias Academias, etc. Impressa de Ordem do mesmo Senhor por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso*. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799, contendo 87 páginas, seis folhas com gravuras desdobradas e 19 cm.⁴⁴

Manuel Arruda da Câmara [1752-1810], não se sabendo aonde nascera, se na Paraíba ou em Pernambuco, naturalista, projetara seu nome em Lisboa, com participação na Academia das Ciências e estudos, segundo suas preferências, sobre espécies do reino vegetal, animal e mineral do sertão do Nordeste brasileiro. Contou o historiador José Antônio Gonsalves de Mello que o médico teria retornado ao Recife em

⁴² NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 67.

⁴³ MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 18.

⁴⁴ A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

1793 e em 1795 escrevera a Frei Veloso [1741-1811] agradecendo, um ano depois, por não ter recebido antes, “uma bela exposição” e “sábios documentos que devem servir de guia ao Naturalista Viajante” e que “nunca os perderei de vista”.⁴⁵

Em seguida, o pesquisador iniciou uma longa viagem pelo sertão até o Piauí, porque, “desprezando “obras de gabinete” preferia “ensinar aos seus colonos os mais preferíveis e proveitosos métodos de cultura”, daí ter preferido realizar um “trabalho notável”:

Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros [datada de 1797, mas impressa em 1799] é, de fato, uma enciclopédia do algodoeiro situado nos trópicos brasileiros, versando nele desde a história do uso antigo do algodão, às variedades botânicas, solo apropriado [segundo ele, as várzeas], clima, métodos de plantio e cultivo, moléstias e pragas que o afetam, descaroçamento e ensacamento do produto. Além das suas ‘observações agrônômicas’ inventou máquina de descaroçar e de ensacar o algodão, [...] ‘a que mais útil me parece’, acrescentando que ‘tenho tido o consolo que o povo, em cuja opinião sempre pesam mais os prejuízos [isto é, os preconceitos] do que mesmo a conveniência de novas invenções, se decidisse a adotá-la’.⁴⁶

Manuscrita, a obra fora enviada ao Conde de Linhares, que não acusou recebimento. Entretanto, no ano anterior, em 10 de novembro de 1796, D. Rodrigo em carta ao Governador e Capitão-General de Pernambuco, D. Thomaz José de Melo, determinara fossem localizadas na Capitania “Nitreiras naturais donde se possam tirar grandes quantidades de salitre”, devendo, para isso, fosse encarregado Manuel Arruda da Câmara, a quem identificou como “filho do Capitão-mor do Pinhancó,

⁴⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 25.

⁴⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 27-28.

atualmente residente na Paraíba do Norte”, que receberia “uma recompensa proporcionada ao seu serviço e à quantidade de salitre que descobrir”.⁴⁷

A ordem de D. Rodrigo foi reiterada no ano seguinte, visto o naturalista não ter iniciado as pesquisas em virtude de moléstia, do conhecimento do Ministro. Nesse outro momento, ficaram definidas as importâncias a receber por ano e por ajuda de custo pelo trabalho, conforme carta do Governador ao Ministro, de 31 de agosto de 1797⁴⁸. Em carta ao Ministro, Arruda da Câmara informa ter encontrado minerais diversos, mais especificamente o salitre: “ele é belo e do melhor”, diria.⁴⁹

Em 5 de abril de 1799⁵⁰, D. Rodrigo determinou aos Governadores, o triunvirato encabeçado pelo Bispo Azeredo Coutinho, “que mandassem fazer por naturalista indagações sobre plantas que pudessem servir para fabricar papel”. Em carta de 25 de outubro, do mesmo ano, os governadores encarregaram dessa indagação Manuel Arruda da Câmara e Frei José da Costa e Azevedo [1763-1822], professor de Filosofia do Seminário de Olinda, ‘por serem os naturalistas que presentemente conhecemos nesta Capitania’.⁵¹

Naquele momento, Arruda da Câmara compartilhava com o Padre João Ribeiro Pessoa de Albuquerque Melo Montenegro, a quem chamava de “meu Amigo e Discípulo”,⁵² também dedicado às pesquisas em História Natural, tendo feito um estudo sobre as mangabeiras, e com outras

⁴⁷ APEJE, Recife. MS. Livro OR- 38. [CC-7]

⁴⁸ APEJE, Recife. MS. Livro CC-7, fl. 130. Ver tb.: MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.] *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 30-1.

⁴⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 32.

⁵⁰ APEJE, Recife. MS. Livro CC-11. Ver tb.: MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 34.

⁵¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 34.

⁵² MELLO, José Antônio Gonsalves de [Org.]. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982. p. 34.

pessoas, os estudos de espécies botânicas, minerais e animais existentes no Nordeste. Assim, foi bem possível que tais livros, muito acima citados, tivessem chegado ao Recife para atender às demandas dessa seleta clientela. Poderia também ser dito que outros títulos ligados às Ciências vieram completar os demais. São eles:

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas. Lisboa: Na Officina da mesma Academia, 1789-1815. - 5 tomos

BROTERO, Félix de Avelar [1744-1828]. *Compêndio de botânica*. Lisboa: Casa de Paulo Martins, 1788. - 2 v.

Joze Antonio da Silva, possivelmente um mercador-livreiro, pela grande quantidade de livros que solicitou para remessa, perfazendo 133 títulos, conseguiu trazer novos temas e títulos que se difundiam com sucesso na Europa. Com dois exemplares em média vieram: Religião, Filosofia, História Sagrada, História de Portugal, Medicina e Cirurgia doméstica, Direito, Gramática Latina, Língua Francesa, Dicionários, Belas-Letras.

Entre outros, o Padre Joze da Silva, da Congregação do Oratório, da Casa do Espírito Santo, em 29 de outubro, tendo como procurador Joze Mendes, enviou 33 títulos, alguns com mais de dois exemplares sobre Teologia, Filosofia, sendo três títulos de Genovesi, Eduardo Job, Matemática de Bezout, História Natural, Química. Ao lado das ciências sempre figurava o texto de Genovesi.

O ano a findar e Ângelo Gonçalves Aires, em 28 de novembro, reforçou o pedido com *Flos Sanctorum*, Escritura Sagrada, Ceo de Graça, Horas Marianas, Horas Portuguesas, Cartilhas do Mestre Ignácio. Era uma

nítida volta aos títulos do começo da coleção, em que predominava a Teologia.

A partir desse ano cresceram as remessas dos livreiros-mercadores de grande fama: Reycend, Borel e Borel, Viúva Bertrand & Filhos. Contudo, aqui valeria ressaltar que, no ano anterior, Dom Azeredo Coutinho havia providenciado oitenta nomes para compra de assinaturas da tradução do *Mercúrio Britânico*, um periódico Londrino que fazia sucesso em Lisboa, concorrendo com a *Gazeta de Lisboa*.



5^a 82-8-3
BREVES 6643
INSTRUCCOES
AOS CORRESPONDENTES
D A
ACADEMIA DAS SCIENCIAS
DE LISBOA

TOSEE
AS REMESSAS DOS PRODUCTOS,
E
NOTICIAS PERTENCENTES

A
HISTORIA DA NATUREZA,
PARA FORMAR HUM MUSEO NACIONAL.

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.



29
LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO M.DCC.LXXXI.
Com licença da Real Meza Censoria.

1781

Palavras em números

Seria possível uma sociedade sem livros no século XVIII? Quantos títulos formariam uma biblioteca para uma reduzida população letrada na sociedade colonial? Seriam bibliotecas conventuais ou particulares? Quantas pessoas, religiosas ou leigas, poderiam, deveriam ou quereriam passar horas lendo, tendo o direito ao estudo ou à fruição da leitura? Quais autores e livros eram impressos em Lisboa e enviados à Capitania de Pernambuco por autorização da Real Mesa Censória? Quais assuntos chegaram entre a segunda metade do século XVIII o início do XIX? Se as perguntas não encontraram respostas completas, foram os números que revelaram como o Reino se organizou para exportar livros da Metrópole para os seus domínios.

A quantidade de solicitações à Mesa Censória para envio de livros pôde ser apresentado na Tabela 1, demonstrando que a remessa de títulos foi menor nos anos de 1769, 1795 e 1804, sendo mais elevado em 1802, com oscilações em todo o período. Contudo, não foi possível caracterizar um crescimento constante.

Os números apontados revelam o alcance e a medida da pesquisa, diante da difícil tarefa de chegar às fontes primárias. Por isso, algumas hipóteses podem ser levantadas. Primeira, o controle da Real Mesa Censória justificaria as poucas ou inexistentes solicitações de 1769 a 1795. Segunda, as petições onde algumas informações deveriam ter sido registradas estariam perdidas, porque dificilmente inexistentes. Terceira, não teria havido demanda, nem procura, o que seria quase inviável acontecer. Assim, os dados abaixo permitem visualizar os pontos referidos.

Tabela 1 – Número de solicitações por ano

Ano	Frequência de solicitações	
	Absoluta [n]	Percentual [%]
1769	20	1,0
1795	37	1,8
1796	303	14,5
1799	290	13,9
1800	196	9,4
1801	214	10,3
1802	376	18,0
1803	305	14,6
1804	44	2,1
1807	303	14,5
TOTAL	2088	100,0

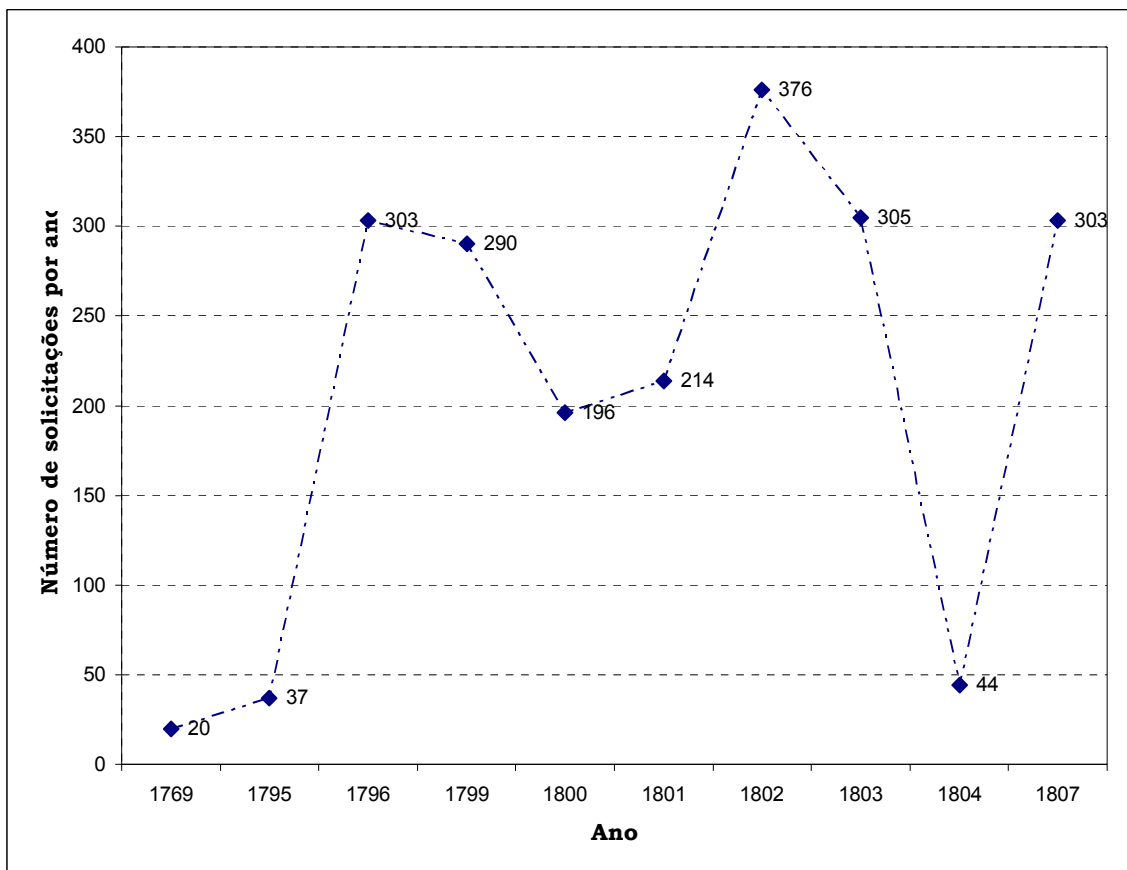
Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Observa-se que no período de 1799 a 1804 os dados eram anuais. Este intervalo de apenas seis anos corresponde a 80% das solicitações no período delimitado, de mais de três décadas.

Contudo, seria preciso lembrar que as remessas ou encomendas representavam o que foi ou estava sendo impresso ou disponibilizado para venda em casas especializadas na Metrópole.

O Gráfico 1 abaixo permite melhor visualizar os anos em que os livros vieram em menor ou maior quantidade para a Capitania. Não tendo sido possível saber as razões da falta de registros nos acervos da Torre do Tombo, em Lisboa, as lacunas tornam-se evidentes, deixando em aberto a quantificação e identificação de autores, títulos ou assuntos enviados no período em estudo.

Gráfico 1 – Número de Títulos por ano



Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

A Tabela 2 a seguir corresponde às 2.088 publicações identificadas e catalogadas, distribuídas e organizadas segundo área temática, conforme classificação por adotada por François Furet.¹ Os dados coletados na documentação original cobrem os 10 anos de registros das remessas. A mesma Tabela destaca, ainda, os números correspondentes às maiores frequências de solicitações registradas. Teologia [Classificação 1 com 26,0%]; Belas-Letras [Classificação 5 com 10,1%]; Direito [Classificação 2 com 8,3%]; Filosofia e Moral [Classificação 4 A com 7,9%]; Gramáticas [5,7%]; Dicionários [5,6%] e História [5,0%]. Um olhar cuidadoso para as referências bibliográficas do Catálogo anexo [complemento à tese], permite

¹ FURET, François. La "librairie" du royaume de France au 18e siècle. In: BOLLÈME, G. et al. *Livre et société dans la France du XVIII siècle*. Paris: Mouton, 1965. p. 14-16. Tabela em anexo.

afirmar que, dentre o total de dicionários contabilizados, parte deles poderia ser classificado no campo da Teologia. Isso implica em admitir um percentual superior a 26,0%, configurando a Teologia como tema mais freqüente entre as solicitações.

Encontrar a área de conhecimento predominante através dos títulos enviados, mostrou-se tarefa necessária para corroborar o papel histórico da Igreja na formação religiosa de Pernambuco. Por outro lado, o projeto de construção das idéias, com o elevado percentual de solicitações de livros ligados às Belas-Letras, às Poesias, às Gramáticas, aos Dicionários, poderia delinear uma nova concepção de cultura por meio desses equipamentos ideológicos enviados para a Colônia.

Títulos em português seriam veículos de comunicação para dar unidade cultural, pela adoção de uma língua única, embora a Tabela 6 possa mostrar que, nem sempre, o predomínio deste idioma tenha sido total em relação às demais solicitações. Pode ser evidenciada a diversidade temática, embora em algumas áreas tenha havido poucas petições. Mesmo limitadas aos seletos leitores, as idéias representadas poderiam ser divulgadas e ganhar força com a oratória de clérigos e de homens públicos. Portanto, em Pernambuco ficou delineada uma amostra significativa da abrangência de publicações existentes em Portugal, com repercussão na Capitania.

Além do latim utilizado nos meios eclesiásticos e aprendido nas escolas menores havia leitores para outros idiomas, como francês, inglês, italiano, ainda que não tenha sido possível identificar onde viviam ou trabalhavam.

Tabela 2 – Classificação das publicações

Classificação da Publicação		Frequência de solicitações	
		Absoluta (n)	Percentual (%)
Teologia	1	542	26,0
Oratória	1 C	74	3,5
Direito	2	173	8,3
História	3	105	5,0
H. sagrada	3 A	39	1,9
Biografia.Biblioteca	3 B 3	79	3,8
Geo. Viagem. Carto.	3 C	60	2,9
Ciências. Artes	4	15	0,7
Filosofia. Moral	4 A	164	7,9
Pedagogia	4 A 3	14	0,7
Física	4 B 1	5	0,2
Matemáticas	4 B 2	44	2,1
C.N. Botân. Min. Zoo.Quím.	4 B 3	58	2,8
Med. Cirurgia. Farmácia	4 B 4	62	3,0
Economia	4 C	20	1,0
Arquitetura. Música	4 E	14	0,7
Belas-Letras	5	210	10,1
Dicionários	5 A	117	5,6
Gramáticas	5 B	118	5,7
Poesia	5 C	89	4,3
Teatro	5 C 2	43	2,1
Humor	5 E	14	0,7
Jornais. Periódicos	5 F	5	0,2
Almanaques	5 G	6	0,3
Diversos	5 H	18	0,9
TOTAL		2088	100,0

Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Na Tabela 3, a maior diferença percentual ocorrida entre o primeiro período, que vai até 1799 e o segundo, compreendido entre 1800-1807, ficou dentre as publicações de Teologia. Uma redução de 10,8 pontos percentuais marca a diferença do primeiro em relação ao seguinte [de

33,4% caiu para 22,6%]. Nas demais classificações, a diferença máxima foi de 3,2%, para as publicações classificadas como Biografias e Bibliotecas. Devido ao reduzido número de obras para alguns itens da classificação, não foi preciso usar o teste de associação entre os períodos e a classificação das publicações.

Tabela 3 – Avaliação da classificação segundo o período da solicitação

Classificação da publicação		Período da solicitação				Grupo total	
		Até 1799		1800-1807			
		N	%	n	%	n	%
Teologia	1	217	33,4	325	22,6	542	26,0
Oratória	1 C	22	3,4	52	3,6	74	3,5
Direito	2	46	7,1	127	8,8	173	8,3
História	3	19	2,9	86	6,0	105	5,0
H. sagrada	3 A	14	2,2	25	1,7	39	1,9
Biografia.Biblioteca	3 B 3	39	6	40	2,8	79	3,8
Geo. Viagem. Carto.	3 C	17	2,6	43	3,0	60	2,9
Ciências. Artes	4	9	1,4	6	0,4	15	0,7
Filosofia. Moral	4 A	51	7,8	113	7,9	164	7,9
Pedagogia	4 A 3	2	0,3	12	0,8	14	0,7
Física	4 B 1	3	0,5	2	0,1	5	0,2
Matemáticas	4 B 2	8	1,2	36	2,5	44	2,1
C.N. Botân. Min. Zoo.Quím.	4 B 3	9	1,4	49	3,4	58	2,8
Med. Cirurgia. Farmácia	4 B 4	11	1,7	51	3,5	62	3,0
Economia	4 C	3	0,5	17	1,2	20	1,0
Arquitetura. Música	4 E	4	0,6	10	0,7	14	0,7
Belas-Letras	5	54	8,3	156	10,8	210	10,1
Dicionários	5 A	23	3,5	94	6,5	117	5,6
Gramáticas	5 B	42	6,5	76	5,3	118	5,7
Poesia	5 C	26	4	63	4,4	89	4,3
Teatro	5 C 2	14	2,2	29	2,0	43	2,1
Humor	5 E	3	0,5	11	0,8	14	0,7
Jornais. Periódicos	5 F	3	0,5	2	0,1	5	0,2
Almanaques	5 G	5	0,8	1	0,1	6	0,3
Diversos	5 H	6	0,9	12	0,8	18	0,9
TOTAL		650	100	1438	100	2088	100

Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Na Tabela 4, na análise da classificação por período destacou-se o percentual de publicações sobre Teologia. Foi mais elevado no primeiro período do que no segundo [36,8% versus 26,2% respectivamente] enquanto que o contrário ocorreu com as publicações de Ciências e Artes [7,1% versus 8,8% respectivamente], Belas-Letras [27,1% versus 30,9%] e Direito [7,1% versus 8,8%]. A associação entre as duas variáveis mostrou-se significativa [$p < 0,05$]. Os percentuais das publicações classificadas em História ficaram próximos [13,7% no primeiro período e 13,5% no segundo].

Tabela 4 – Avaliação da classificação segundo o período da solicitação

Classificação da área	Período da solicitação				Grupo total		Valor de <i>p</i>
	Até 1799		1800-1807		n	%	
	N	%	N	%			
Teologia	239	36,8	377	26,2	616	29,5	<i>p</i> ⁽¹⁾ < 0,0001*
Direito	46	7,1	127	8,8	173	8,3	
História	89	13,7	194	13,5	283	13,6	
Ciências e Artes	100	15,4	296	20,6	396	19,0	
Belas Letras	176	27,1	444	30,9	620	29,7	
*							
TOTAL	650	100,0	1448	100,0	2088	100,0	

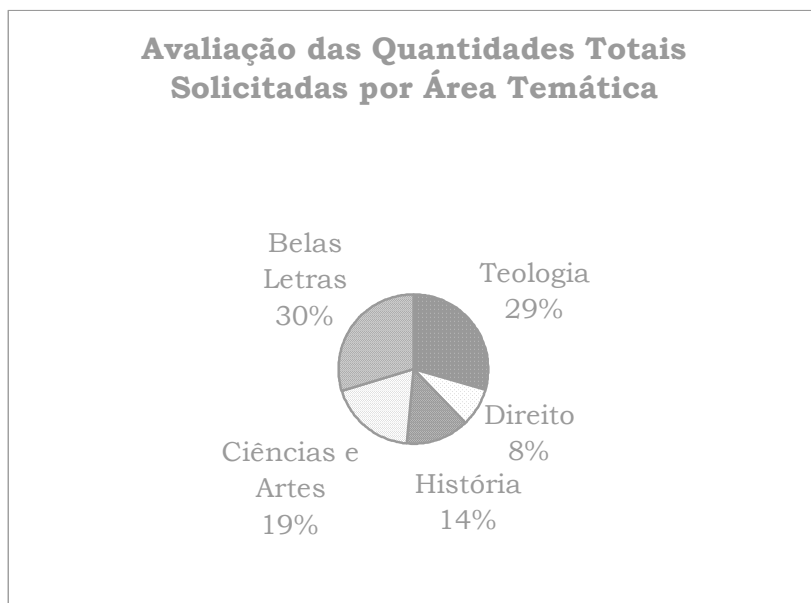
Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

(*) – Associação significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

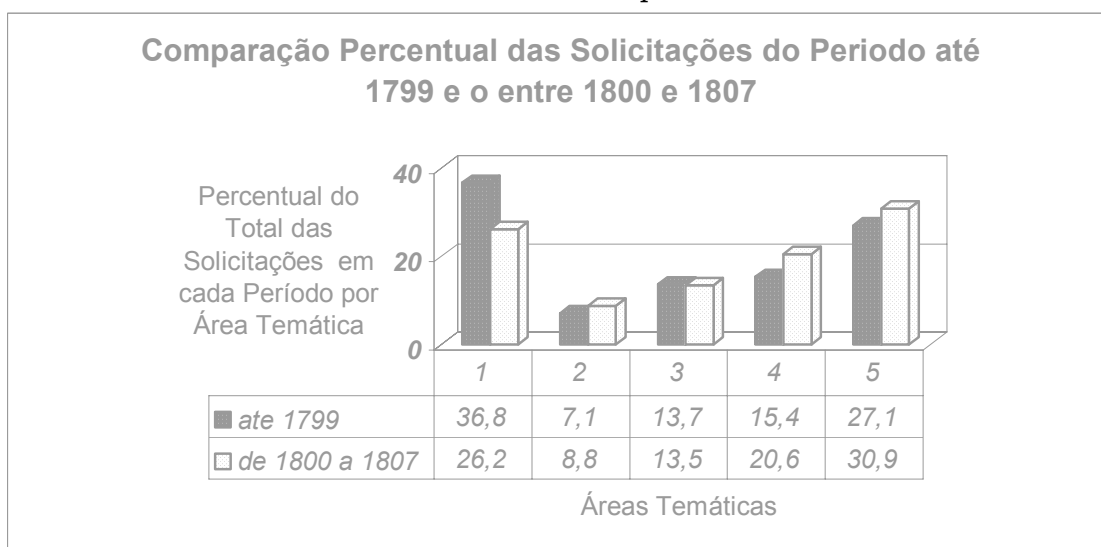
Essas constatações têm significativamente mais fácil visualização nos gráficos abaixo:

Gráfico 2 – Avaliação das quantidades totais solicitadas por área temática



Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Gráfico 3 – Percentual de solicitadas por área temática até 1799



Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Na Tabela 5, o percentual das publicações em língua portuguesa foi maioria em cada uma das áreas, sendo que este percentual foi mais elevado em Teologia [74,4%], História [71,0%] e Belas Artes [69,8%] e menos elevado em Ciências e Artes [56,8%]. Quanto às publicações em latim, os maiores percentuais corresponderam às áreas de Direito [24,3%] e Teologia [22,7%] e menos elevada em História [10,6%].

O percentual das publicações em francês foi mais elevado na área de Ciências e Artes [23,5%] e o mais baixo foi em Teologia [2,3%]. Para os outros idiomas [espanhol, inglês e italiano] o percentual variou de 0,6% [Teologia] a 5,0% [História] existindo uma associação significativa entre a classificação da área e do idioma da publicação [$p < 0,05$].

Tabela 5 – Avaliação da classificação segundo o idioma

Classificação da área	Português		Latim		Francês		Outros		Grupo total		Valor de p
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	
Teologia	458	74,4	140	22,7	14	2,3	4	0,6	616	29,5	$p^{(1)} < 0,0001^*$
Direito	104	60,1	42	24,3	25	14,4	2	1,2	173	8,3	
História	201	71,0	30	10,6	38	13,4	14	5,0	283	13,6	
Ciências e Artes	225	56,8	63	15,9	93	23,5	15	3,8	396	19,0	
Belas Artes	433	69,8	95	15,3	70	11,3	22	3,6	620	29,7	
TOTAL	1421	68,1	370	17,7	240	11,5	57	2,7	2088	100,0	

Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

(*) – Associação significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

Da Tabela 6 foi observado que a maioria [68,1%] das solicitações correspondeu ao idioma português, seguido do latim [17,7%] e francês [11,5%]. Esses três idiomas totalizam 97,3% das solicitações. Ao ser

observado em detalhe o catálogo anexo [Complemento à Tese], foi possível supor um significativo número de dicionários português–francês. Também foi relevante o registro de dicionários sobre ciências da natureza na língua francesa.

Tabela 6 – Idiomas das solicitações

Idioma	Frequência de solicitações	
	Absoluta (n)	Percentual (%)
Português	1421	68,1
Latim	370	17,7
Francês	240	11,5
Espanhol	33	1,6
Italiano	13	0,6
Inglês	11	0,5
TOTAL	2088	100,0

Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

Na Tabela 7 foi relacionado o idioma segundo o período de solicitação, com: espanhol, inglês e italiano agrupados numa única categoria denominada de outros idiomas. Desta tabela verificou-se que o percentual de solicitações em Português foi mais elevado até 1799 do que no período 1800-1807 [80,2% versus 62,6%]. O contrário ocorreu com o latim e o francês que tiveram percentuais mais elevados no período [1800-1807] do que no período até 1799: no latim, os percentuais variaram de 14,0% para 19,4%. As solicitações de títulos em francês saltaram de 2,5% para 15,6%. O aumento de petições de livros em francês ofereceu mais um indício à crescente força do Império Francês na Europa durante poder Napoleônico.

Os percentuais dos outros idiomas [espanhol, italiano e inglês] mantiveram-se baixos [sem alteração significativa] nos dois períodos. Através do teste estatístico uma associação significativa entre o idioma e o período pôde ser comprovada, considerando que o *valor de p* foi inferior a 0,05 [margem de erro do teste].

Tabela 7 – Idioma segundo o período da solicitação

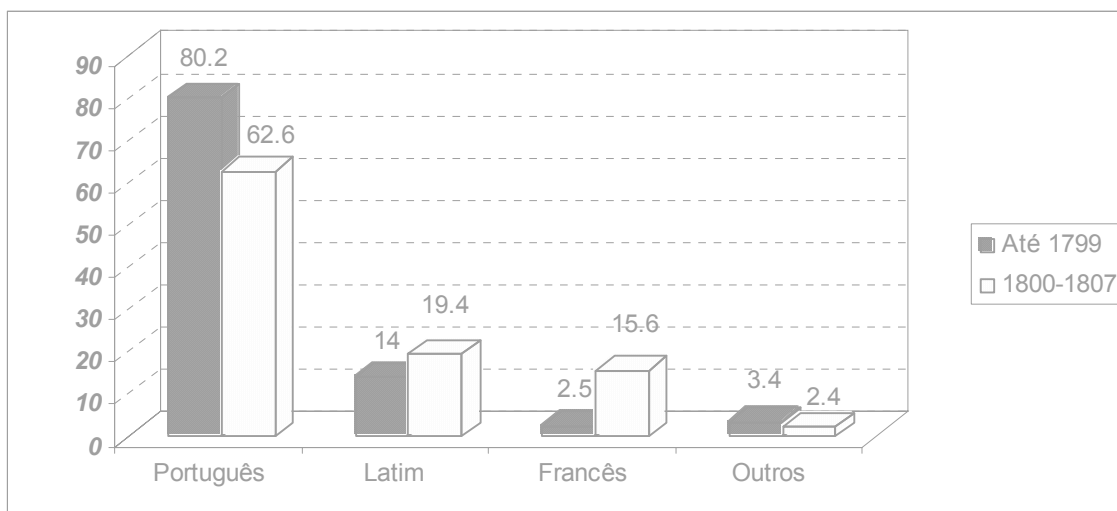
Idioma	Período da solicitação				Grupo total		Valor de p
	Até 1799		1800-1807		n	%	
	N	%	N	%			
Português	521	80,2	900	62,6	1421	68,1	p ⁽¹⁾ < 0,0001*
Latim	91	14,0	279	19,4	370	17,7	
Francês	16	2,5	224	15,6	240	11,5	
Outros	22	3,4	35	2,4	57	2,7	
TOTAL	650	100,0	1438	100,0	2088	100,0	

Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

(*) – Associação significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Qui-quadrado de Pearson.

Gráfico 4 – Distribuição Percentual das Publicações dos Idiomas Segundo o Período da Solicitação



Fonte: IANTT. RMC. Cx. 161

A biblioteca imaginária, quase real

No curso final da segunda metade do século XVIII e começo do dezanove, os livros aprovados e remetidos ao Recife circularam em maior quantidade e mais facilmente. Talvez estivessem fora da biblioteca dos Oratorianos, passassem por franciscanos ou seminaristas de Olinda, ou pousassem fora dos espaços institucionais, parando em moradas, em mãos ainda não acostumadas ao livro, como sugeriam os títulos das Belas-letras.

Administradores, servidores civis, professores e religiosos, formando a denominada classe média que, direta ou indiretamente vivia da “renda da corte”, poderiam ter preferência por encontros literários. Era isso o que demonstravam as sessões das academias, das irmandades, os serões musicais, em busca de experiências culturais conjuntas, em contextos frágeis, mas possíveis de construir uma prática de leitura que se firmasse como tradição para esses grupos. Para esses letrados com acesso a tão poucos livros, a semelhança com os longínquos filósofos ou a classe média alemã do século XVIII não podia se completar, porque, para os nórdicos, “mente e livros são seu refúgio e domínio, e as realizações na erudição e na arte seu motivo de orgulho”¹. Para os alemães,

¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. p. 43.

O meio de comunicação mais importante é o livro, e é uma língua escrita unificada, e não uma falada, que essa classe intelectual desenvolve.²

Assim, mesmo diante de “sua longa impotência política, e a tardia unificação nacional”³ a classe media alemã se apercebia:

O que legitima a seus próprios olhos a *intelligentsia* de classe média do século XVIII, o que fornece os alicerces à sua auto-imagem e orgulho, situa-se além da economia e da política. Reside no que, exatamente por esta razão, é chamado de *das rein Geistige* [o puramente espiritual] em livros, trabalho de erudição, religião, arte filosofia, no enriquecimento interno, na formação intelectual [*Bildung*] do indivíduo, principalmente através de livros, na personalidade.⁴

Do outro lado do Atlântico, ocorria o oposto, o livro era objeto raro, a alfabetização passava ao largo e a oralidade em expansão envolvia vários idiomas ou dialetos, apesar da tentativa do governo português em adequar e unificar uma língua para as massas.

Em Pernambuco, a formação cultural passara por uma maneira de pensar construída na vivência das lutas políticas, tendo como referência a recente Guerra dos Mascates [1709-1715] e a Conspiração dos Suassunas [1801]. Alguns membros da classe média, afinavam seus comportamentos sociais inspirados em sentimentos nativistas e ideais republicanos

Ainda não bem versados no estudo da política, eles imaginavam que qualquer instituição caracterizada útil era aplicável

² ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. p. 45.

³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. p.44.

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. p.43-4.

a todos os povos, sem se lembrarem que com facilidade pode-se transplantar a lei, mas não o espírito de Nação; não pensavam que no Brasil existia um trono, e ocupado por um Rei.⁵

Para alguns, pensamentos e discussões eram animados por exemplos provindos da divulgação dos princípios liberais que levaram à Independência dos Estados Unidos e à Revolução Francesa, à propagação dos ideais maçônicos, às repercussões da Inconfidência Mineira [1788-9] e da Baiana também chamada Revolução dos Alfaiates [1798], fazendo crescer o interesse por movimentos políticos, expandindo o sonho de libertação do jugo da Coroa.⁶

Mesmo sob a cerrada vigilância do Reino e da governadoria local, pessoas diversas, estudantes de retorno da Europa, navegantes de embarcações francesas, ultrapassavam o cais do porto, trazendo notícias, livros e jornais, inflamando e direcionando os pensamentos daqueles que se auto-intitulavam pernambucanos.⁷ Esses traços denotavam a percepção das pessoas diante das formas de ação e intervenção do Estado, controlando e regulamentando a vida social e econômica da Capitania.

Mas era da França donde provinham as idéias revolucionárias, o perigo temido pela Coroa⁸. Interesse logo identificado por Tollenare, em sua primeira visita a um convento em Olinda, quando

⁵ TAVARES, Muniz. *História da revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Casa Civil de Pernambuco, 1969. p. 36-37.

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil no século XVIII*. In:____,____ [Org.]. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*: Brasil, 1701-1824. Brasília: CNPq; Recife: Fundaj, 2000. p. 18.

⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil no século XVIII*. In:____,____ [Org.]. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*: Brasil, 1701-1824. Brasília: CNPq; Recife: Fundaj, 2000. p. 18.

⁸ BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco*. AHU. *Ofício do gov. da Capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre a execução da ordem recebida referente à saída dos navios do porto do Recife e a situação com os franceses, informando que a corveta*

Me foi preciso fazer frente ao guardião e a um outro frade, aos quais nenhuma das circunstâncias da nossa Revolução francesa era estranha; as suas infundáveis controvérsias demonstravam a sua erudição e o desejo de se instruir.⁹

Informações e leituras, os religiosos e os habitantes mais abastados adquiriam por viajarem com frequência ao Rio de Janeiro, capital do vice-reino desde 1763, e Salvador, antiga sede do vice-reino, onde mantinham contatos diversos. Rumavam também para algumas cidades da Europa ou moravam em Coimbra enquanto estudavam Direito, ou cursavam Medicina em Montpellier.

Em Lisboa podiam freqüentar livrarias estabelecidas na Rua dos Livreiros, chamada depois do terremoto, de Rua do Arco da Graça, ou outros locais de vendas¹⁰, aonde teriam acesso aos catálogos dos importadores, como Viúva Bertrand e Filhos, ou Borel e Borel & Cia. Além dessas lojas, mesmo sob cerrada vigilância nos portos de Portugal também era possível encontrar jornais, folhetos, contrafações, ou pessoas estrangeiras que repassavam idéias ou livros. Assim foi registrado pelo sueco Carl Ruders, em viagem por Portugal, em fins do século:

Nas livrarias também se vendiam livros proibidos: estes, porém, não se encontravam expostos nas estantes com os outros; são vendidos sem testemunhas e saem naturalmente mais caros que aqueles cuja circulação é permitida.¹¹

Santa Rosa e o navio Invencível apresentaram equipamentos suficientes para uma possível defesa caso sejam abordados pelos franceses.: AHU, 2004. Cx. 184, Doc. 12763.

⁹ TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 26.

¹⁰ GUEDES, Fernando. *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*. Lisboa: Verbo, 1993. p. 75-6.

¹¹ RUDERS, Carl Israel. *Viagem a Portugal, 1798-1802*. Tradução: António Feijó. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981, p. 225. Apud MARTINS, M. T. E. Payan. *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Universidade Nova, 1995. p. 15. [Dissertação]

Dessa forma, aqueles que quisessem ter acesso à leitura encontrariam meios para alcançar os livros. Porque,

Se não havia nos tempos coloniais bibliotecas públicas na capitania tão pouco havia estabelecimento comercial de venda de livros. Quem os queria, mandava vir de Lisboa, desde que não fossem dos proibidos pela cúria romana ou pelo governo da metrópole. Era costume então remeter o governo alguns raros livros para serem vendidos, mas que tinham difícil saída...¹²

Esses indícios mostravam que alguns livros remetidos pelo governo poderiam ser adquiridos no Recife, em alguma botica. As tímidas tentativas do Governo em remeter livros em caixotes para venda não obtiveram sucesso. Mas os títulos enviados podem ser conferidos no quadro abaixo.

Quadro 1

Livros enviados pelo Estado Português para a Capitania de Pernambuco

Ordem	Título	Ano Remessa	Governador PE
1	BERCHTOLD, Leopoldo <i>Ensaio de varios meios com que as intenta salvar e conservar a vida dos homens em diversos perigos, a que diariamente se acham expostos / Leopoldo Berchtold . - Lisboa : Regia oficina..., 1790 ? . - [4 fl], 110 p. ; 16 cm</i>	1798	Dom Thomas José de Melo
2	COMPÊNDIO HISTÓRICO DO ESTADO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA <i>Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra: 1771 . - Coimbra : Por Ordem da Universidade, 1972. - XV, [3], 124, [3] p. ; 23 cm</i>	1767	Luís José da Cunha Ataíde e Melo, Conde de Povolide
3	EXTRACTO DO MODO DE SE FAZER O SALITRE NAS FABRICAS DE TABACO DA VIRGINIA <i>Extracto do modo de se fazer o</i>	1798	Dom Thomas José de Melo

¹² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 9, 229.

	<i>salitre nas fabricas de tabaco da Virginia</i> . - Lisboa : Off. João Antônio da Silva, 1797. - 8 p. ; 16 cm . - Jeito da Obra inglesa a method of making Salpeter in Virginia by Jeremias Brovvu pelos Editores do Jornal des Scavans do mez de Outubro de 1765, trasladado em Portuguez		
4	PETIÇÃO DE RECURSO DO PROCURADOR DA COROA A SUA Magestade... <i>Petição de recurso do Procurador da Coroa a sua Magestade...</i> . - Lisboa : Off. de Miguel Rodrigues, 1765. - p. 457-503 ; 32 cm.	1767	Luís José da Cunha Ataíde e Melo, Conde de Povolide
5	SARMENTO, J. de Castro <i>Materia medica physico-historico-mechanica: Reyno mineral</i> / J. de Castro Sarmento . - Londres : Guilherme Strahan, 1758. - 1 v. . - Parte I. A que se ajuntam os principaes remedios do prezente estado da materia medica, como sangria, sanguesugas, ventoras sarjadas, emeticos, purgantes, vesicatorios, diureticos, sudorificos, ptyalismicos opiados, quina quina, e, em especial	1798	Dom Thomas José de Melo
6	SILVA, José de Seabra da, 1732-1813 <i>Dedução chronologica, e analytica na qual se manifestão pela successiva serie de cada hum dos reynados da moranquia portugueza...</i> / Jozeph de Seabra da Sylva . - Em Lisboa : Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1767. - 2 v. ; 29 cm	1767	Luís José da Cunha Ataíde e Melo, Conde de Povolide
7	STAUNTON, George, 1737-1801 <i>Methodo de preparar a cochonilha</i> / segundo Stauton (Inglez) . - Lisboa : na Off. de Joaõ Procopio Correa da Silva, 1797. - 7 p. ; 8° (14 cm) . - Bibliografia consultada não regista.	1798	Dom Thomas José de Melo
8	VELOSO, Fr. José Mariano da Conceição <i>Memoria sobre a cultura do Loureiro cinamomo vulgo canelleira de ceilão: Que acompanhou a remessa das plantas da mesma feita de Goa para o Brazil pelo Illustrissimo Francisco da Cunha Menezes</i> / Por Fr. José Mariano da Conceição Vellozo . - [Lisboa] : Of. Simão Thaddeo	1798	Dom Thomas José de Melo

	Ferreira, 1798. - 31 p. : il. ; 18 cm		

Fonte: APEJE [Arquivo Público Jordão Emerenciano], Recife. OR. 14, 22. MS

No Rio de Janeiro, ao contrário, possuía um loja para venda de livros, como demonstrou o *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792*, de autoria desconhecida, mas conferida ao Primeiro Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia, Antônio Duarte Nunes¹³. Mostrava o *Almanaque* uma oferta de lojas existentes no Rio, incluindo um só livreiro, pelo menos, durante dois a quatro anos seguidos.

Quadro 2
Profissionais no Rio de Janeiro
1792, 1794

Profissionais	1792	1794
Alfaiates	90	90
Barbeiros	52	52
Cabelereiros	27	30
Caldeireiros	7	7
Entalhadores	7	7
Ferreiros	23	23
Lapidadores	36	36
Latoeiros	21	21
Livreiro	1	1
Pintores	8	8
Relojoeiros	6	6
Sapateiros	111	111
Segeiros	6	6
Seleiros	28	28
Seringueiros	20	20
Serreiros	19	19
Tintureiros	6	6
Viroleiros	6	6
TOTAL	474	477

Fonte: ABN, Rio de Janeiro, v. 59 (1), p. 281-2, 1937

¹³ MACARTNEY. *An authentic account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*. London, 1798. Apud MORAES, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979. p. 39.

Os dados retratavam a demanda da população por serviços profissionais especializados, deixando entrever a procura reduzida, por consequência, apenas uma loja oferecia oportunidade para quem quisesse folhear ou comprar livros. Para os dois anos recenseados, a oferta de profissionais manteve-se equiparada, exceto o aumento de cabelereiros. Quanto à existência de lojas houve pequenas variações. A presença da “livraria” ou de um livreiro se manteve inalterada. Nesse estabelecimento eram vendidos livros religiosos e de medicina, como constatou o Lord Macartney, em 1793.¹⁴

Quadro 3
Lojas no Rio de Janeiro 1792, 1794

Lojas	1792	1794
Boticas	31	31
Casa de café	32	36
Casa de pasto	17	18
Estando de tabaco	18	18
Ferragem	15	15
Livraria	1	1
Louça da Índia	12	14
Tabaco	7	7
Tabernas	216	216
TOTAL	349	356

Fonte: ABN, Rio de Janeiro, v. 59 [1], p. 281-2, 1937

Em 1792, foram atracados no porto do Rio de Janeiro dez navios portugueses provenientes de Pernambuco, com mercadorias diversas. Para 1794, o número de embarcações subiu para dezessete¹⁵, confirmou o *Almanaque*, segundo o autor que se revelara, Antônio Duarte Nunes. Não foi possível identificar quais mercadorias vieram nesses navios ou se teria havido encomendas de livros.

¹⁴ ALMANAQUES da Cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 59 (1), p. 348-9, 1937. Disponível em: <<http://www.bn.pt>>

¹⁵ ALMANAQUES da Cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 59 [1], p. 348-9, 1937. Disponível em: <<http://www.bn.pt>>

Do porto do Recife, a documentação alfandegária relativa à entrada e saída de cargas ou aos assentamentos portuários dos caixotes de livros, não foram encontrados no Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Assim, dos livros enviados sob encomenda para a Capitania de Pernambuco entre 1769 e 1807 ficaram as petições submetidas ao exame e aprovação da Mesa Censória em Lisboa, mantendo-se como fundos e coleções da Torre do Tombo. Parece não existir registros em Pernambuco.

Dos livros autorizados, destinados a atender determinados grupos ou segmentos sociais com objetivos políticos, filosóficos ou educacionais, firmou-se um total de 2088 títulos referenciados. Portanto, em algum convento ou entre as moradas dos habitantes letrados do Recife ou de Olinda, ou nos acervos conventuais de cidades interioranas deveriam ter estado esses exemplares. Dado que, em *Relatório ao Governo do Estado*, em 1836, Pereira da Costa¹⁶ afirmara, porque fora pessoalmente confirmar, o desaparecimento quase total das bibliotecas conventuais, seria impossível saber, vez que os catálogos foram extraviados, quais livros lá estiveram e se seriam os mesmos remetidos no século anterior. Esse lugar do livro ficou em aberto.

Entretanto, o levantamento das petições indicou terem sido enviados por 160 requerentes, 2.088 [dois mil e oitenta e oito] livros identificados, durante os anos de 1769, 1795, 1796, 1799, 1800-1804, 1807. Diante dessas obras representadas por um levantamento completo das referências bibliográficas, foi perguntado: Onde teriam estado esses exemplares ? Quem foram seus leitores?

As fontes escritas disponíveis fizeram pouquíssimas alusões a respeito do lugar ou às pertencas de livros. Com efeito, os únicos dados que poderiam elucidar as questões seriam os inventários *post-mortem*,

¹⁶ COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 9, 224.

onde apareceriam a descrição e a avaliação de todos os bens, ativos e passivos do patrimônio de uma pessoa que tivesse vivido à época. Portanto, foram localizados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano 185 inventários, em condições de manuseio e leitura, a partir de 1770 até 1820. Do total compulsado, foram encontrados apenas sete processos de homens e mulheres onde havia indicação de posse de livros, ainda assim, sem especificação dos títulos, tornando quase impossível a identificação.

Quadro 4
Inventários contendo Livros,
1802, 1806, 1814, 1815, 1817, 1818, 1819

Dados do Processo	Ano	Bens Inventariados
Ano	1802	
Inventariado [não foi requerente à MC]	Francisco de Oliveira Antunes e sua mulher d. Úrsula Maria das Virgens	
Inventariante	Sebastião José Rodrigues Barbosa	
Bens	Dinheiro, ouro, prata, móveis [livro], escravos [10], raiz [2 casas], dividas ativas e passivas <u>“onze livros de vários autores já velhos avaliados em 2\$000 [dois mil reis].</u>	
Valor da fazenda	35:993\$836 rs [trinta e cinco contos, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e seis reis], deste valor, 29:692\$328 reis foi abatido para pagamento das dividas, funeral, custas do inventário, etc.	
Herdeiros	9 herdeiros [nenhum herdou os livros]	
Observação	É provável que tenha residido na Rua da Cadeia do Recife, num prédio de três sobrados e um sótão. Parece ser comerciante, porque muita gente lhe deve dinheiro.	
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx. 1800-I [processo arquivado na caixa nº 008].	

Ano	1806
Inventariado [não foi requerente à MC]	Manoel Pinto de Souza
Inventariante	Lauriana Rosa Candido Regueira Pinto
Bens	Ouro, prata, móveis [livro], escravos [12], raiz [um engenho] “ <u>uma estante para livros com porta de amarelo, avaliada em 5\$000 rs (cinco mil reis)</u> ”
Valor da fazenda	superior a 3:000\$000 rstrês contos de reis]
Herdeiros	Ilegível
Observação	Sargento-mor, proprietário de várias casas sendo 12 na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife; 15 casas na freguesia do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio; 11 chãos que recebe foro na mesma freguesia de Santo Antônio; além de sítios no Manguinho e Castanheira. Parece que vivia de renda.
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx.1800-II [processo arquivado na caixa nº 009].

Ano	1814
Inventariado [não foi requerente à MC]	Maria do Rosário
Inventariante	Agostinho José Franco, viúvo
Bens	Dinheiro, ouro, prata, móveis [livros], raiz [casa], dividas ativas e passivas “ <u>Quatro livros de pillotage, avaliado em 1\$600 rs</u> ”
Valor da fazenda	1:613\$030 rs [um conto, seiscentos e treze mil e trinta reis]
Herdeiros	viúvo + 2 filhos
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx. 03

Ano	1815
Inventariado	Maria Leocádia Joaquina da Conceição, comerciante
Inventariante [consta um requerente à MC, Jozé de Matos Simões, 1807]	Manoel de Matos Simões, viúvo
Bens	Dinheiro, ouro, prata, móveis [livros], escravos [5], raiz [sobrado], loja de Fazenda, dividas ativas e passivas. “ <u>Vinte livros da Escritura Sagrada e</u>

	<u>oito ditos do Evangelho [...] [...] avaliados todos em quatorze mil reis – 14\$000”</u> Obs.: provavelmente estes livros seriam para vender em sua loja.
Valor da fazenda	37:682\$639 rs [trinta e sete contos, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e nove reis]
Herdeiros	viúvo + 4 filhos
Observação	Moradores na Rua da Cadeia Velha, nº 55, ou na Rua da Senzala Velha, nº 158, ambas na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife.
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx. 04 [processo arquivado na caixa nº 016).

Ano	1817
Inventariado	Maria Rita de Albuquerque Mello *
Inventariante	Guilherme Patrício Cavalcanti Bezerra
Bens	Ouro, prata, móveis (livro), animais, escravos (85), raiz (engº Suassuna) <u>“Arrematou Guilherme Patrício Bezerra outenta Livros velhos por quatro mil e duzentos reis – 4\$200 rs”</u>
Valor da fazenda	61:212\$595 rs (sessenta e um contos, duzentos e doze mil, quinhentos e noventa e cinco reis)
Herdeiros	viúvo + 6 filhos
Observação	Moradora no engenho Suassuna, na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão. Eram agricultores.
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx. 05. [processo arquivado na caixa nº 018]

* Era casada com o Capitão-Mor Francisco de Paula Cavalcanti, mais conhecido em nossa história como Coronel Suassuna, revolucionário de 1800 e 1817, que se encontrava, na época da morte de sua mulher, preso na Bahia.

Ano	1818
Inventariado	Antonio Correia Leal, viúvo, e sua mulher d. Thereza de Jesus [c/ testamento]
Inventariante	Domingos José Martins Vieira

Bens	Dinheiro, ouro, prata, móveis [livro], escravos [3], raiz [casa, engenho Genipapo em Porto Calvo que foi vendido], dividas passivas. <u>“Um Missal Romano avaliado em 6\$000 reis.”</u>
Valor da fazenda	16:747\$353 rs [dezesseis contos, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinqüenta e três reis]
Herdeiros	8 herdeiros
Observação	Moradores no sítio do Poeta, freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea eram provavelmente agricultores. Talvez esse sítio fosse desmembrado do engenho Poeta.
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx. 1810-III [processo arquivado na caixa nº 019]

Ano	1819
Inventariado [não foi requerente à MC]	Bazilio Aranha do Espírito Santo, Padre [c/testamento]
Inventariante	Anacleto Antonio de Moraes
Bens	Prata, móveis [livros], raiz [casas], dividas ativas e passivas. <u>“Vinte e dous livros velhos e rotos sem nenhum valor.”</u> <u>“Dous livros de Benedito, quatorze muito velhos, avaliados em trezentos e vinte reis - \$320 rs”</u> <u>“Dous ditos muito velhos avaliados em quatrocentos reis - \$400 rs”</u> <u>“Cinco ditos pequenos velhos avaliados em quatrocentos reis - \$400 rs.”</u>
Valor da fazenda	1:688\$326 rs [um conto, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte e seis reis]
Herdeiros	8 herdeiros
Observação	Morador, provavelmente, na Rua das Cruzes; ou no Beco do Padre nº 4, na freguesia do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife; ou ainda na Rua da Glória, na freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista. Era Presbítero Secular, faleceu aos 80 anos de idade, no dia 8 de junho de 1819, sendo sepultado na igreja de São

	Pedro, freguesia de Santo Antônio, sepultado em vestes sacerdotais.
Arquivo	IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cx. 05 [processo arquivado na caixa nº 021]

Fontes: IAHGP, Arquivo do Tribunal de Justiça, Recife

O levantamento mostrou que Francisco de Oliveira Antunes, que não foi requerente, nem estudante em Coimbra, nem patriota da revolução de 1817, interessava-se por leituras. Daí possuir onze livros, já velhos, de vários autores, avaliados em dois mil réis – 2\$000 que, sem indicação de autor ou título, tornou uma incógnita os assuntos preferidos.

Maria Leocádia Joaquina da Conceição, comerciante, deixou para o viúvo e quatro filhos entre outros bens, uma loja de Fazenda, dívidas ativas e passivas e vinte livros da Escritura Sagrada e oito ditos do Evangelho [...] avaliados todos em quatorze mil réis – 14\$000. Portanto, era possível encontrar Bíblias à venda.

Em 1817, Maria Rita de Albuquerque Mello deixou para o viúvo, o Capitão Mor Francisco de Paula Cavalcanti, mais conhecido na história de Pernambuco como Coronel Suassuna, revolucionário de 1800 e 1817, preso na Bahia, bens identificados como *outenta* livros velhos arrematados por quatro mil e duzentos réis – 4\$200 rs.

Em 1818, o senhor de engenho Antonio Correia Leal, viúvo, deixou para oito herdeiros: um Missal Romano avaliado em 6\$000 rs (seis mil réis). No ano seguinte, o padre Bazilio Aranha do Espírito Santo, que possuía uma biblioteca, deixando para oito herdeiros, “*vinte e dous* livros velhos e rotos sem nenhum valor”. “*Dous livros* de Benedito, quatorze muito velhos, avaliados em trezentos e vinte réis – \$320 rs”. “*Dous ditos* muito velhos avaliados em quatrocentos réis – \$400 rs”. “Cinco ditos pequenos velhos avaliados em quatrocentos réis – \$400 rs”.

Ao contrário do imaginado, os inventários pouco disseram a respeito dos livros em moradas. Os elementos do patrimônio apresentaram características comuns: dinheiro, ouro, prata, escravos, bens semoventes, roupas, imóveis e livros velhos sem valor comercial. Mas se o estado físico era desalentador, poderia ter havido outros exemplares de títulos diversos que, por falta de cuidados ou pela fragilidade da capa ou encadernação, não tivessem resistido ao manuseio ou ao tempo. O mesmo poderia ter ocorrido aos demais inventários, em que nenhuma menção a livros fora feita.

Da mesma forma, em outras capitanias, nos fins do século XVIII, o inventário do ouvidor Lourenço de Almeida Prado [1732-1796], em Itu, São Paulo, revelou vestígios de uma biblioteca e seu valor:

Avaliação de livros no *Inventário que mandou fazer o Juiz de Orfaons* (sic) *Trienal Capitam Eufrasio de Arruda Botelho dos beins* (sic) *que ficaram por falecimento de Lourenço de Almeida Prado*: "Hum livro metodo de falar com Deus ... \$600 rs. - Hum dito combate Espiritual \$ 640 rs. - Hum dito dissionario (sic) Latino ... 2\$560 - Hum ditto (sic) quinto curso aumentado ... \$480 - Seleta primeira ... \$ 200 - Hum ditto quinto curso velho ... \$ 240 - Hum ditto xamado (sic) o Indice Universal ... \$ 600 - Hum ditto o Crioulo Triste...\$240¹⁷

Assim, nos montes a partilhar, apenas a existência de uns poucos livros velhos, rotos, quase todos de religião. Os dados propõem algumas interpretações que poderiam ser inseridas nas dimensões do mundo colonial do Antigo Regime nos trópicos. Os inventariantes não consideravam os livros objetos de valor e os exemplos provaram ser verdade. Poderia ser pensado que os herdeiros teriam retirado os objetos antes do levantamento oficial. Ou o encarregado do cartório não percebia

¹⁷ MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos; Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1979. p. 25.

utilidade em mencionar objetos de pequeno valor. A Justiça aceitava as declarações do inventariante. Seriam poucos ou não haveria livros nas residências a mencionar.

A aquisição do livro na Colônia era duplamente difícil e restrita, pela pequena oferta de pontos de venda, pela necessidade de encomendar na metrópole e transportar, limitando assim, a posse do objeto a alguns indivíduos. Porque dependia de uma escolha previamente definida, controlada por julgamento para a impressão e a divulgação.

Como esses livros foram lidos, interpretados ou divulgados entre pessoas conhecidas entre si e contextualizados, ainda não há como saber, por enquanto faltam correspondências, diários pessoais, que pudessem comprovar em gestos e palavras as leituras e interpretações dos textos impressos apresentados como objetos permitidos pelo crivo da censura.



Conclusão

O período compreendido entre 1769-1808 constituiu um dos mais conturbados para a História no Mundo Ocidental, em particular para Portugal e França. As transformações sociais e políticas não cabiam aqui serem estudadas, embora, não devessem ser esquecidas as repercussões para a História das Idéias, dos avanços e retrocessos provocados nas relações sócio-antropológicas. Esse foi o tempo, entre a expulsão dos Jesuítas e a chegada da família Real ao Brasil, considerado para a identificação dos livros autorizados pela Mesa Censória, para envio à Capitania de Pernambuco.

Para a História do Livro em Portugal e no Brasil não foram pequenas as ressonâncias: aprisionamento ou liberdade de formas de expressão ou visões de mundo, contidas em folhas soltas ou costuradas, impressas ou manuscritas às claras ou clandestinamente. Confisco e constrangimentos, uso de táticas de resistência e de desvio para alterar hábitos sociais existentes ou adoção de novos, interferiram nos processos de construção da sociedade portuguesa. Mesmo guardando distância, chegaram à Capitania de Pernambuco interrogações e conflitos que se desdobrariam em movimentos políticos de insatisfação e revolta, em começos do XIX.

A travessia pelos mares dos livros permitidos e a distribuição entre os letrados, ou entre os indivíduos que liam, interpretavam e discutiam Humanidades e Ciências propiciavam atitudes sensíveis, ou seja, ler, ver e entender¹. A questão poderia remeter a duas interpretações. A primeira

¹ ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 44.

seria quanto à ação cultural e disseminadora por indivíduos ou grupos. A segunda, quanto ao alcance e a distribuição dos livros em quantidades de autores, assuntos e línguas.

No primeiro caso, indivíduos ou grupos, pensando em uma outra forma de sociedade, porque das novas idéias políticas e filosóficas tinham notícias. Talvez não pudessem demonstrar que as pequenas quantidades de exemplares em circulação, depois dos assuntos de Teologia, não poderiam dar à Filosofia a condição de porta-voz, de intermediação entre a razão e as formas de viver em sociedade, podendo suscitar um “mundo de sociabilidade democrática”, como dizia François Furet. Um mundo que se alargaria pelas Luzes, onde as lojas maçônicas instauradas nos finais do século XVIII não poderiam atuar, por serem indivisíveis. Mundo Novo que talvez pudesse ser:

Fundado sobre essa coisa confusa que se chama ‘opinião’ e que se produz nos cafés, nos salões, nas lojas e nas ‘sociedades’. Podemos chamar-lhe sociabilidade democrática, mesmo que não estenda, a sua rede a todo o povo, para exprimir a idéia de que as linhas de comunicação se formam ‘em baixo’ e horizontalmente, ao nível de uma sociedade desagregada em que um homem iguala outro homem, entre os indivíduos desta sociedade.²

Essa forma de sociabilidade democrática poderia facilitar a instituição e organização de sociedades de reserva do pensamento. A exemplo das bibliotecas, de modo a libertar a comunicação dos meios utilizados pela Censura, que fazia desaparecer dos leitores os filósofos do Iluminismo. Mas assegurava em acervos dos censores os livros interditos. Esse meio de divulgação de idéias não seria tudo, nem fácil, apenas um caminho para:

² FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 61.

A saída do homem de sua autoculpável menor idade. Menoridade significa a incapacidade de servir-se do seu próprio entendimento sem a orientação do outro. Um indivíduo é culpado desta menoridade quando a causa dela não reside em carência de entendimento, mas falta de decisão e valor para servir-se por si mesmo, sem o outro por guia.³

Sobre essas breves conjecturas político-filosóficas, a verificação da produção editorial do período levantado para estudo, conduziu ao segundo aspecto da questão: o estabelecimento de séries e classificações que permitiram uma avaliação quantificada das obras e temas. Dessa forma, a natureza e o significado da obra não poderiam ser medidos em termos de valores ou de conteúdo de informações. Mas permitiram uma interação da cultura letrada na Capitania.

O livro era considerado um objeto para ser percebido e lido, quando possível. Porque “sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação”⁴. Era este o sentido dado pelas autoridades censórias. Uma ordem baseada em princípios religiosos, filosóficos, norteadores do comportamento cultural.

Para alcançar o controle da leitura, o Estado Monárquico e a Igreja Católica encontraram modos peculiares para definir, garantir e repartir a censura aos livros. Os letrados, pensadores quase sempre religiosos, pretendiam dar novas diretrizes políticas a Portugal e estendiam o olhar à Colônia que, vista à distância, era apenas o celeiro, o solo fértil pronto para exportar riquezas minerais, vegetais e animais. O livro e a leitura

³ KANT, Immanuel. Respuesta a la pregunta: que es la ilustracion? In: ERHARD, J. B. et al. *Que es Ilustración?* Estúdio preliminar de Agapito Maestre. Traducción de Agapito Maestre y Jose Romagosa. 4. ed. Madrid: Tecnos, 2002. p. 17.

⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Rio de Janeiro: Edunb, 1998.

seriam instrumentos de sustentação desse projeto político e cultural absolutista esclarecido, que o Marquês de Pombal e depois D. Rodrigo de Souza Coutinho transformaram em medidas efetivas, com a distribuição de exemplares aos Governadores, para venda. Veículos de publicidade do Governo nem sempre adquiridos pela população, ou pelos letrados da terra.

Com esses parâmetros sócio-culturais as práticas da leitura na Capitania não seguiram os princípios do Iluminismo, de divulgação ampla da cultura. Assim, não contaram com as várias tipografias do Reino que multiplicavam os objetos para leitura. As pequenas quantidades de exemplares de cada título não poderiam percorrer muitos caminhos. Bibliotecas públicas não havia. As conventuais eram abertas apenas a uma clientela selecionada. A multiplicação dos títulos foi ocorrer nos primórdios do século XIX. Novas idéias políticas circulando por influência da França, da Inglaterra, enquanto isso, a Capitania de Pernambuco esperava por um Novo Século.



APÊNDICES

Lista nominal dos requerentes e procuradores

às licenças para envio de livros a Pernambuco¹

Aguiar, Julião Gervázio de, 15.02.1796; 19.09.1799
Aires, Ângelo Gonçalves, 28.11.1799
Alcântara, Manoel de São Pedro de, *Irmão*, 27.04.1807
Almeida, Joze Maria de, 10.04.1807
Alves, Antonio Francisco, 15.12.1800
Alves, Francisco Joze, 01.06.1802
Alves, Lourenço Joze, 14.03.1803
Anacleto Severino, Procurador, 18.07.1807; 11.08.1807; 04.09.1807
Andrade, Ignacio Joze de Sampaio Freire, 06.08.1796
Anjos, Joze Antonio dos, 19.09.1799
Aquino, Manoel de Santo Thomas de, *Padre Frei*,
Procurador geral da Província, 27.07.1807
Araújo, Joze Bento, 15.09.1802
Ascensão, Manoel Ferreira da, Presbítero secular, pernambucano,
08.11.1796
Azevedo, Miguel de da Ordem do Carmo, *Frei*, 26.10.1795; 16.06.1796
Autor e impressor da Officina Regia.
Baptista, Manoel Joze Moreira Pinto, Procurador, 26.11.1800; 30.04.1803;
15.11.1803; 08.07.1807; 04.09.1807; 17.10.1807
Barocho, Antonio Salome, freguesia de São Pedro,
de Pernambuco, 27.09.1796
Batalha, Francisco Rodriguez, 29.04.1796
Bertrand, Jorge, livreiro, 05.12.1795
Bertrand, Viúva e filhos, livreiros, 07.01.1796; 10.06.1796; 18.01.1799;
19.09.1799; 13.01.1800; 04.04.1800; 05.02.1801; 22.05.1801;
15.07.1801; 04.03.1802; 08.02.1803; 19.10.1803; 09.10.1804;

¹ Licenças encaminhadas à Mesa Censória. Os nomes estão com a ortografia original. As datas correspondem à entrada ou à concessão de licença.

10.04.1807; 06.08.1807
Borel, Borel & Cia., livreiros, 18.12.1800; 28.01.1801; 12.01.1802;
13.10.1802; 16.12.1803; 30.04.1807; 03.10.1807
Borges, Manoel Joze de Oliveira, 21.02.1800
Braga, Andre (Seneca), 03.07.1802
Brandão, Manoel Joze Muniz, 04.02.1803
Calheiros, Manoel Joze Antunes, 30.04.1803
Campos, Bernardo Joze Agostinho de, 14.10.1796; 22.11.1799;
26.11.1800
Carneiro, André João, [Navio Amizade], 04.06.1803,
Carril, Leandro do Reis, 18.02.1807
Carvalho, Francisco Alves, 04.03.1802
Chaves, Joze Caetano Pereira, 21.02.1801; 29.10.1803
Claro, Joze Gomes, 06.11.1799; 23.11.1799; 10.01.1807
Coelho, Antonio Joze, Procurador, 26.07.1800
Conceição, Antonio Joze da, 17.09.1796
Conceição, Jacynto da, *Frei* 16.10.1799
Conceição, Joze da, *Frei* [Agostinho Descalço],
doutor em Teologia, 17.09.1796; 14.10.1796; 08.01.1801;
06.08.1801; 27.01.1802;
Corrêa, Francisco Nunes, 25.05.1803
Correa, Manoel de Miranda, 04.03.1796; 09.08.1796; 23.08.1796;
03.10.1807; 03.10.1807
Coutinho, Gregorio Joze da Silva, CE, 10.07.1802; 19.06.1802
Coutinho, Padre Manoel Tavares da Silva [Vigário de Nossa Senhora do
Desterro, convento de Santa Tereza, carmelitas descalços], 18.08.1802
Cruz, Antonio Gonçalves da, 15.11.1803
Dantas, Domingos Joaquim, 21.07.1800
Deville, Joze, 11.05.1801
Domingues, Bento Antonio, 19.01.1807
Duarte, Antonio da Fonseca, 22.09.1801
Durão, Francisco Antonio, 22.12.1796
Esteves, Manoel, Procurador, 28.07.1803

Farinha, Lino Joze, 14.04.1801
Fonseca, Costodio Joze da, 29.07.1807
França, Simão Taddeo, 05.07.1800
Francisco de Santo Antonio, Procurador
 Geral da Província do Brazil, 06.05.1803
Franco, Joze Gomes, 29.05.1801
Freire, Antonio Joze, 03.10.1796
Gayo, Padre Henrique Martins, 12.10.1796
Girão, Joze Bernardo, 11.03.1799
Gomes, Mathias Joze, cirurgião, 13.10.1802
Gomez (s), Joze dos Santos, 09.03.1807
Gonsalves, Padre Manoel da Costa, 15.07.1801
Grijó, Daniel Eduardo Rodrigues, negociante, 20.04.1807
Guimaraens, Antonio Rodrigues, 14.05.1804
Guimaraens, Manuel Jose Mendes, 07.02.1799
Guimarães, Joaquim Joze Marques, 03.10.1795
Guimaraes, Joze Antonio Rodrigues, 05.10.1802; 19.10.1803
Hoffmansegg, Mavignie, *Conde de*, 02.06.1801
Homem, Joze dos Santos, 27.02.1796; 26.07.1796
João Mariano, Procurador, 27.02.1796
Laboureiro, Joze Joaquim de Santa Anna, *Frei*,
 religioso de São Jerônimo, 13.10.1802
Leite, Antonio Moreira, 19.09.1795
Lemos, Frei Antonio de São Joze, 15.06.1802
Lemos, Padre (Francisco), 10.03.1800
Lemos, Frei Antonio de Souza Joze, 17.07.1799; 10.03.1800; 13.08.1800;
 15.06.1802
Lima, Antonio Moreira, 26.10.1796
Lima, João Gomes de, Presbítero secular, 02.12.1796
Lima, Joze dos Campos, 30.07.1803
Lisboa, Antonio Francisco, 04.04.1800
Luzarte, Joze da Silveira, Procurador, 04.02.1796
Mallen, Alexandre, 09.12.1802

Marques, Joaquim Joze, 06.10.1795
Martins, Padre Antonio, 11.10.1799
Mattos, Joze Fernandes de, 05.12.1795; 18.01.1799
Mattos, Felix Teixeira de, 02.03.1796
Mattos, Padre Antonio Joze Ribeiro de, 29.11.1796
Mello, Bento Joze de, Procurador, 26.10.1795
Mendes, Joze, [Vasco], Procurador, 24.11.1796; 29.10.1799;
09.08.1800; 20.07.1802
Menezes, João (Christovão) de, Procurador, 20.09.1800; 09.07.1801
Menezes, Joaquim Felix de, 26.08.1803
Mesquita, Joaquim Coelho, bacharel, 29.10.1799
Miguel Joaquim, 13.08.1800
Miranda, Joze de, 09.07.1801
Monteiro, Antonio Francisco Alves, 23.12.1803
Moreira, Antonio Xavier, 11.08.1807
Moura, Roque de, 12.07.1796
Müller, João Guilherme Christiano, Procurador, 02.06.1801
Muniz, Antonio, 27.09.1796
Nascimento, Manoel Alves do, 24.05.1802
Natividade, Frei João de Nossa Senhora da, Procurador, 08.01.1801;
06.08.1801
Neves, Alexandre Antonio das, 28.11.1795
Nunes, Francisco Jozé, Procurador, 25.06.1802;
Nunes, Irmão [frei] Joze,
Congregação do Oratório da Corte, 09.09.1796; 18.05.1799;
09.08.1800
Padre, 10.12.1796
Presbítero secular, 04.02.1796
Oliveira, Marcos Joze de, 07.01.1796; 15.07.1796
Pedra, Antonio Martins [Muniz] 14.03.1796; 13.01.1800
Pedro, Rvr, 23.11.1799
Pereira, Jozé Rodrigues, 10.11.1796
Pereira, Vasconcelos,

Pestana, Izidoro, *Frei* religioso do Carmo
Calçado, 09.07.1802

Pires, Lino Pereira d'Almeida, 27.06.1807

Porciuncula, Manoel Fernandes da, 17.10.1807

Rangel, Jozé de Souza, 26.07.1800

Rebello, Padre Francisco Candido 16.12.1803

Reis, Pedro Jozé, Procurador, 08.11.1796; 24.11.1800

Rey, Pedro Jozé, 26.02.1801, 16.05.1801; 11.01.1802; 10.05.1803

Reycend, João Baptista, mercador de livros, 09.11.1795; 08.10.1795;
19.17.1796; 15.05.1801

Riolo, Frei Christovão de [Barbadinho], 21.07.1802

Rios, Manoel Machado, 17.07.1807

Rocha, Joze da, Procurador, 18.07.1803

Rolland, Francisco, Procurador, 09.12.1802

Roza, Joze Gomes, Procurador, 15.12.1800

Rozario, Jozé do, *Frei*, P Rel Carm. Descalços
Convento Nossa Senhora do Desterro, 06.03.1799

Salgado, Antonio Pedro Chaves, 04.04.1799, Ceará

Salgado, [Joze] Guilherme, Procurador de, 06.11.1795; 04.03.1796;
15.07.1796; 03.10.1796

Salgado, Joze Pinheiro, Procurador, 12.12.1799

Sampaio, Marcelino Pires Ribeiro Pereira de, 16.03.1779

Santo Antonio, Franscisco, Procurador geral da Província do Brazil,
06.05.1803

Santos, Antonio dos, 24.09.1800

Santos, João Fernandez dos, 06.11.1795

Santos, Joze Cazimiro Antonio dos, Procurador, 11.05.1801

Santos, Joze Fernandes dos, 08.07.1807

Santos, Joze Rodrigues Pereira dos, 14.10.1802

São Bento, Frei Joze de, de religioso da Ordem da
Santíssima Trindade, 22.03.1803
Procurador Geral de S. Bento do Brasil, 02.02.1769

São Boa Ventura, Francisco Xavier de, 26.08.1801; 31.08.1801

São Joze, Izidoro de, *Frei*, Procurador, 09.07.1802
São Payo, [Paulo] Padre Manoel, Congregação
do Oratório, Cidade do Porto, 18.07.1803
Sardinha, de Simão Pires, Procurador 17.11.1799, BA, MA, PE
Seabra, Bento Antonio de, 10.02.1800
Serpa, Francisco Joze de, 28.11.1799; 20.09.1800
Sette, Luiz Antonio Rodrigues, 22.05.1801; 28.01.1803; 18.07.1807;
04.09.1807
Severino, Antonio Xavier, Procurador, 11.08.1807
Silva, Antonio Manoel Policarpo da, Procurador, 18.02.1799; 22.11.1799;
13.03.1800; 25.05.1802
Silva, Francisco da, 04.09.1807
Silva, João Procopio Correa da, 31.10.1796
Silva, Joaquim Joze, 13.03.1800
Silva, Joaquim Joze de Castro e, 19.11.1804
Silva, Joze Antonio da, 09.12.1796; 14.10.1799; 10.03.1801
Silva, Joze da, padre, Congregação do Oratório
da Caza do Espírito Santo, 22.11.1796; 29.10.1799; 10.01.1800;
28.07.1800; 04.09.1800; 29.09.1800; 13.01.1802; 23.02.1802;
20.07.1802; 26.07.1802; 17.08.1802; 02.06.1803; 12.08.1803; 07.04.1807
Silva, Maximiano Soares da, capelão
do Navio Boa Fortuna, 18.06.1803
Simões, Jozé de Matos, 17.07.1807
Soares, Antonio Jozé, 10.06.1796
Souza, Guilherme Joze de, Procurador, 19.06.1802
Souza, Manoel Caetano da Motta e, 03.09.1802
Teixeira, Padre Domingos da Motta do,
Ceará, 27.08.1804
Torres, Domingos de Meira, 08.11.1796
Valle e Perez, mercadores, 23.01.1769
Veiga, Jozé da, padre, Congregação Oratório, [Secretário]
Procurador, 12.05.1807; 12.03.1807
Vianna, Antonio Rodrigues, Procurador, 12.12.1799

Vianna, Bento Joze da Cunha, 28.07.1803

Vianna, Joaquim Joze, 18.05.1801

Villela, Joze Antonio Pereira, 16.05.1801

Xavier, Antonio, 02.12.1800, /1801/

Xavier, Joze Caetano, Procurador, 03.09.1802

Xavier, Antonio Moreira, 11.08.1807

Estudantes pernambucanos na Universidade de Coimbra [1772-1872]¹

Agra, Francisco da Costa, 1767
Agra, Francisco da Costa, 1772
Aires, Padre José, 1729
Albuquerque, Joaquim José Cavalcanti de, 1774
Albuquerque, José Feijó de Melo e, 1751
Albuquerque, Manuel Caetano d'Almeida e, 1801
Almeida, João da Fonseca e, 1807
Alves, Padre Manuel, 1703
Amaral, José Garcia do, 1798
Amaral, Padre Luís Garcia Velho do. 1749
Amaral, Padre Manuel Garcia Velho do, 1750
Antunes, Feliciano Jose, 1743
Araújo, João Carlos de Melo e, 1785
Arruda, Manuel do Coração de Jesus, 1786
Arruda, José de Almeida, 1707
Azevedo, Adrião de Souza de, 1712
Azevedo, Caetano Dias, 1731
Bacalhau, Antonio José Marques, 1787
Bandeira, Manuel Torre, 1750
Baptista, Padre Manuel Ribeiro, 1726
Barros, Jose Caetano de, 1750
Barros, Padre Luís de, 1706
Bastos, Antonio Francisco, 1778
Bastos, João Coelho, 1779
Bastos, Manuel Francisco, 1778
Braga, Manuel Gomes, 1744
Branco, Hipólito José de Sequeira Varejão Castelo, 1729
Branco, Manuel Antonio de Sequeira Varejão Castelo, 1729
Brandão, Inácio de Souza, 1738
Brito, Francisco Xavier Pereira de, 1801
Britto, Caetano Xavier Pereira de, 1813
Cabral, Antonio Ramos, 1735
Campelo, João Rodrigues, 1721
Carvalho, Antonio Moreira de, 1770
Carvalho, José Bento Dias DE, 1777
Carvalho, Manuel Inácio de, 1802
Carvalho, Padre Manuel de Araújo, 1751
Castro, Antonio Ferreira de, 1716

¹ ESTUDANTES brasileiros na Universidade de Coimbra [1772-1872]
relação elaborada por Dom Francisco de Moraes, Conservador
da Sala do Brasil daquela Universidade. Braga. *Anais da Biblioteca
Nacional*, Rio de Janeiro, v. 32 [5]

Castro, Antonio José de Miranda e, 1775
Castro, Inácio Ferreira de, 1773
Castro, Manuel Antonio de, 1798
Cavalcanti, Francisco de Brito Bezerra, 1773
Cavalcanti, João Carlos de Melo Araújo, 1784
Cavalcanti, João Luis Serra, 1738
Cavalcanti, Manuel de Araújo, 1738
Coelho, Francisco de Lemos Moniz, 1783
Coelho, Manuel Rodrigues, 1722
Correia, Manuel Rodrigues, 1735
Costa, Manuel da Silva, 1791
Coutinho, Gregório José da Silva, 1783
Coutinho, José Raimundo de Gouveia, 1779
Cristóvão, Antonio Ferreira, 1769
Cruz, Felipe João da, 1775
Cruz, Manuel do Carmo Teixeira da, 1779
Cunha, Antonio Filipe Bulhões da, 1749
Cunha, Jose Carneiro Carvalho, 1801
Cunha, Jose Inácio da, 1747
Cunha, Jose Soares da, 1731
Cunha, Manuel Xavier Carneiro da, 1780
Cunha, Manuel Carneiro da, 1706
Cunha, Manuel Francisco Lopes da, 1777
Cunha, Padre Fabrício da, 1730
Dantas, João da Rocha, 1752
Dantas, José da Rocha 1752
Dormentes, Antonio Jose, 1767
Espinola, Padre João Alves,
Faria, Francisco Jose de, 1801
Ferreira, Antonio José Alves, 1796
Ferreira, Antonio Pires, 1768
Ferreira, Domingos Malaquias de Aguiar Pires, 1807
Ferreira, Domingos Pires, 1770
Ferreira, Domingos Pires, 1772
Ferreira, Francisco Afonso, 1794
Ferreira, Gervásio Pires, 1781
Ferreira, João de Deus Pires, 1776
Ferreira, Manuel Pires, 1772
Figueiredo, Antonio Alves de, 1754
Figueiredo, Plácido Rodrigues de Conceição e, 1733
Fonseca, Antonio Desidério Basílio Coutinho d'A., 1786
Fonseca, Antonio Gomes da, 1732
Fonseca, Manuel José da, 1766
Fonseca, Padre Antonio da, 1733
Franco, Antonio da Rocha, 1736
Gaio, Antonio José Venceslau, 1799
Gaio, João Machado, 1776
Galvão, Inácio José Aprigio da Fonseca, 1784
Gama, Bernardo José da, 1802
Garcia, Inácio de Souza, 1756

Gomes, Jose Tavares, 1798
Gomes, Padre Antonio Correia, 1744
Gomes, Vicente Correia, 1720
Gondim, Antonio Jose Duarte de Araújo, 1800
Gondim, Francisco de Carvalho Maciel d'Oliveira, 1805
Guimarães, Miguel Ferreira, 1756
Gusmão, Antonio Jose de, 1759
Gusmão, Domingos Filipe de, 1721
Gusmão, Francisco Ribeiro de, 1727
Gusmão, José Filipe de, 1731
Henriques, Jose de Miranda, 1731
Jesus, Manuel dos Santos de, 1756
Landim, Bento Dias de Carvalho, 1783
Leão, Padre Antonio Saraiva de, 1732
Lima, Francisco Lopes, 1761
Lima, Isidoro José de, 1774
Lima, Joaquim Inácio de, 1800
Lima, Manuel Dantas, 1774
Lobato, José Pereira, 1749
Lopes, Manuel Francisco, 1775
Luz, Francisco Antunes Tavares da, 1756
Maciel, Domingos Ferreira, 1774
Maciel, Padre João Correia, 1734
Magalhães, Francisco Xavier Neto de, 1729
Magalhães, Jacinto Teixeira de, 1728
Magalhães, Luis de Souza, 1729
Mariz, Francisco Soares, 1779
Mariz, João Rodrigues, 1775
Marques, Manuel da Fonseca, 1711
Melo, João da Silva e, 1729
Melo, Jose Valente de, 1729
Melo, Manuel Caetano de Albuquerque e, 1757
Melo, Padre Antonio da Silva e, 1704
Melo, Padre José Teixeira de, 1721
Mendonça, João Antonio Salter de, 1760
Menezes, Pedro Jose César de, 1793
Monteiro, Antonio José, 1779
Monteiro, Domingos da Costa, 1757
Monteiro, Francisco Antonio, 1781
Monteiro, José Francisco Maciel, 1791
Monteiro, Manuel Francisco Maciel, 1779
Monteiro, Tomas Antonio Maciel, 1803
Neves, Francisco Valente das, 1729
Nunes, Franklin, Francisco, 1801
Oliveira, Antonio Tereso de, 1764
Oliveira, Patrício José de, 1780
Paiva, Manuel Pacheco, 1751
Paz, Joaquim de Santa Ana da, 1802
Peixoto, Padre Manuel Ribeiro, 1729
Pereira, Francisco Rebelo, 1752

Pereira, João Gomes, 1787
Pereira, Miguel Joaquim, 1776
Pessoa, João Ribeiro, 1731
Pinto, Manuel de Oliveira, 1769
Pires, Brás de Araújo, 1751
Portela, Antonio Machado, 1769
Portela, Manuel Rodrigues Machado, 1787
Portugal, Bernardo Luiz Ferreira, 1779
Ramos, Antonio Gonçalves, 1729
Ramos, Padre Luís, 1703
Rego, João Batista de Guimarães Peixoto e, 1783
Sacramento, Leandro do, 1801
Sampaio, Antonio Joaquim Ferreira de, 1786
Santos, Manuel Rodrigues dos, 1735
Santos, Pedro de Souza dos, 1800
Seibliz, D. Francisco Xavier Locio e, 1799
Seibliz, D. Nuno Pereira de Locio e, 1799
Seixas, Manuel Francisco dos Santos, 1786
Silva, João Coelho da, 1773
Silva, Manuel Felix da, 1770
Silva, Manuel Felix da, 1773
Silva, Mateus da, 1708
Souza, Inácio Rodrigues de, 1742
Souza, João Francisco de, 1775
Teixeira, Manuel de Souza, 1721
Tenório, Pedro de Souza dos Santos, 1801
Veloso, João Salvador Aires da Cunha, 1745
Viana, Inácio Pereira, 1779
Viana, Joaquim Pereira, 1778
Viana, José Gonçalves de Medeiros, 1759
Viana, Manuel Policarpo, 1802
Vieira, Antonio Marques, 1776
Vieira, José Marques, 1776

TÍTULO: Alvará sobre a arrecadação do Subsidio Literario.

LOCAL: Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

DATA: 15 de Fevereiro 1773

REFERÊNCIA: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. Legislação de 1763 a 1774.

PÁGINA[S]: 649 a 650.

Eu ElRei Faço saber aos q. este Alvará de Declaração virem: Que Eu tive informação, de que na pratica da Minha Carta de Lei, e Alvará de dez de Novembro do anno proximo precedente, em que estabeleci o Subsidio Literario, e a fôrma da arrecadação d'elle, se offerecêrão as duvidas seguintes. Primeira, sobre o Paragrafo Setimo da referida Lei, em quanto, que os pagamentos se farão em *grosso* pelas Pessoas, que fizerem as vendas nos seus Armazens, ou nas suas Adeas; e o Paragrafo Terceiro, em que foi ordenado, que se recebam na Cidade do Porto em *grosso*, ou em *bruto* os Direitos dos Vinhos, que nella forem desembarcados. Segunda, sobre o mesmo Paragrafo Terceiro no Referido Alvará, em quanto determina, que os Vinhos paguem sem distincção alguma os seiscentos réis, que até agora pagarão para o Subsidio Militar: Duvidando-se se esta Disposição comprehende os Vinhos *Verdes*, e os Vinhos de *Embarque*, que vão para o Brazil. E querendo remover toda a hesitação em huma materia de tanta importancia para o Bem commum dos Meus Vassallos: Sou Servido Declarar: Quanto á Primeira dúvida; que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ao tempo do desembarque, deve fazer a arrecadação dos Vinhos desembarcados com as declarações dos Lavradores, que os houvessem vendidos, sómente para mandar cobrar delles o que justamente deverem, na fôrma da sobredita Lei; e não para que se repitão outros novos Direitos, além dos que se devem pagar na fôrma da mesma Lei: Quanto à segunda dúvida; que não foi da Minha Real

Intenção accrescentar ao Cofre do Subsidio Militar, nem a outro algum Cofre, que não seja o de Subsidio Literario, Direito algum, além dos que por elles forão até agora recebidos; posto que nas Informações, que a respeito delles se derão, houvesse qualquer ommissão, ou menos exactidão nos Informantes.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; Inspector Geral do Meu Real Erario; Regedor da Casa da Suplicação; Governador da Relação e Casa do Porto; Real Meza Censoria; Conselho da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Meza da Consciencia, e Ordens; Provedores, e Deputados das Juntas do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; e da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; e bem assim a todos os Desembargadores Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, e mais Pessoas dos mesmos Reinos, e Dominios a quem o conhecimento deste Meu Alvará de Declaração pertencer, que o cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar inviolavelmente, não obstantes quaesquer outras Leis, Regimentos, Disposições, Ordens, ou Estilos que sejam contrario; porque todas e todos Hei por derogados, como se dellas, e delles fizesse especial menção para este effeito sómente, ficando aliás em seu vigor: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe; e que o seu effeito haja de durar mais hum, ou muitos annos; sem embargo das Ordenações, que o contrario determinão: e se registrará nos Livros da Real Meza Censoria; da Relação, e Casa do Porto; da Junta do Commercio; e da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; mandando-se este Original para o Meu Real Archivo da Torre do Tombo. Dado em Salvaterra dos Magos, em 15 de Fevereiro de 1773. – Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro III das Cartas, Alvarás, e Patentes a folha 115, e Impresso na Régia Officina Typografica.

Referências Bibliográficas

Sumário

Abreviaturas

Apeje	Arquivo Publico Estadual Jordão Emerenciano, Recife
Cepe	Companhia Editora de Pernambuco, Recife
DCI/UFPE	Departamento de Ciência da Informação, UFPE, Recife
Edufpe	Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife
Edunb	Editora da Universidade de Brasília
Edusc	Editora da Universidade do Sagrado Coração, Bauru, SP
Edusp	Editora da Universidade de São Paulo
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCCR	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Fundaaj	Fundação Joaquim Nabuco, Recife
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Imesp	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
MINC	Ministério da Cultura, Brasília, Rio de Janeiro.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco, Recife
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fontes Primárias Manuscritas

Arquivo Público Estadual
Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, Lisboa
Projeto Resgate

Abreviaturas

Artigos
Bibliografias e catálogos
Capítulos de livros
Fontes de referência
Iconografia
Livros e folhetos
Teses e Dissertações
Textos em meio digital

Fontes Primárias Manuscritas

Arquivo Público Estadual

Séries	OR – 10, 1755-1760;	OR – 11, 1758-1815
	OR – 12, 1759-1763;	OR – 13, 1761-1767
	OR – 14, 1767-1773;	OR – 15, 1774-1777
	OR – 16, 1778-1779;	OR – 17, 1780-1781
	OR – 18, 1752-1787;	OR – 19, 1787-1793
	OR – 20, 1787-1798;	OR – 21, 1794-1797
	OR – 22, 1798	OR – 23, 1799
	OR – 24, 1799-1801;	OR – 25, 1800-1801
	OR – 26, 1800-1816;	OR – 27, 1802-1803
	OR – 28, 1802-1804;	OR – 29, 1802-1816
	OR – 30, 1804-1807;	OR – 31, 1805-1807
	OR – 32, 1808-1811;	OR – 33, 1808-1810

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, Lisboa

IANTT/RMC – Cx. 1 [completa]

IANTT/RMC – Cx. 161 [Capitania de Pernambuco]

Projeto Resgate

BRASIL. MINC. Rio de Janeiro. *Projeto Resgate de Documentação Histórica sobre o Brasil Colonial Existente no Exterior “Barão do Rio Branco”* [1759-1808]. Consulta de manuscritos em meio digital.

Fontes Impressas

Artigos

AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII: as novas doutrinas, o bloqueio e o conflito com a Inglaterra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 298, p. 231-295, jan./mar. 1973.

ANDRADE, Antonio Alberto de. Contribuição dos Oratorianos portugueses para a formação do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, 1965, Coimbra. *Actas*. p. 1-9. [Separata]

____, _____. Processo pombalino contra os oratorianos. *Arquivos do Central Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. v. 1, p. 250-296.

ANTUNES, Manuel. O Marquês de Pombal e os jesuítas. *Brotéria*, Lisboa. v. 115, n. 2-4, p.123-142, ago./out. 1982.

ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches. In: ACTAS do Colóquio Ribeiro Sanches: a cultura e a sociedade portuguesa no século XVIII, Coimbra, 1984.

BARATA, José do Carmo, *cônego*. Apontamentos para a historia ecclesiastica de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 24, p. 319-428, 1922.

BARRETO, Dalmo. *De Brasiliae rebus Puribus*: o primeiro livro impresso no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 314, p. 51-74, 1977.

BORGES, L. A biblioteca do padre João Ribeiro. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 223-232, jul. 1961.

BOSCHI, Caio C. A. Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 100-111, 1991.

CAIEIRO, Francisco da Gama. Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, v. 35, 1980.

CARDOSO, Manuel Silveira. *Os padres do Oratório do Recife e a guerra dos Mascates*: quatro certidões de 1711 do Arquivo Histórico Ultramarino. Coimbra: Universidade, 1970. Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. 14, p. 229-236.

CARDOZO, Manoel. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, governador interino e Bispo de Pernambuco, 1798-1802 [Alguns documentos elucidativos do Arquivo Histórico Ultramarino]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 282, p. 3-45, jan.-mar. 1969.

A CENSURA literária inquisitorial. *Boletim da Segunda Classe*, Coimbra. V. 12, 1917-18, p. 473-560, 1920.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

COELHO, Jacinto do Prado. Presença da França nas letras portuguesas nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro. a. 6, n. 25, p. 75-93, mar. 1964.

CORREIA, Regina Helena Machado de Aquino. Cândido Lusitano e o discurso preliminar do tradutor. *Terra Roxa e outras terras, Revissta de Estudos Literários*, São Paulo, v. 1, p. 16-23, 2002.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. Debate jurídico e solução pombalina. *Brotéria, cultura e informação*, Lisboa, v. 115, n. 1, p. 143-169, jul. 1982.

O DIÁRIO do Governador Correia de Sá, 1749 a 1756. Introdução e notas por José Antonio Gonsalves de Mello. Transcrição do texto pelo prof. Deoclécio Leite de Macedo. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 56, p. 9-378, 1983.

DIAS, A. A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal. *Revista de História*, Porto. v. 8, p. 159-168, 1988.

_____, J. S. da Silva. *Portugal e a cultura européia*. (sécs. XVI a XVIII). *Biblos, revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, v. 28, p. 204-461, 1952.

_____, M. Odila da. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos. *Ler História*, Lisboa, v. 39, p. 19-34, 2000.

FALCI, Miridan Britto. Leituras de uma mulher rica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. a. 164, n. 419, p. 213-225, abr./jun. 2003.

FONDA, Enio Aloísio. A “Academia dos Felizes” [1770] e a poesia latina de Frei Antonio de Sant’Ana Galvão, religioso franciscano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 13, p. 67-84, 1972.

GAMA, José de Saldanha. Biografia do botânico brasileiro José Marianno da Conceição Veloso, memória lida no Instituto Histórico perante S. M. o Imperador. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, 4. trimestre, p. 138-305, 1868.

GOMES, Joaquim Ferreira. Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino. In: VERNEY e o iluminismo em Portugal. *Actas do Colóquio Verney e a Cultura do seu Tempo*. Braga: Universidade do Minho, 1992. p. 7-27.

_____, _____. Pombal e a reforma da Universidade. *Brotéria, cultura e informação*, Lisboa. v. 114, p. 536-551, 1982.

_____, _____. A reforma pombalina da Universidade [Nótula comemorativa]. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, a. 6, p. 25-63, 1972.

HOLANDA, Lourival de. *Leitura: perspectivas informacionais*. In: PERSPECTIVAS PARA O LIVRO E A LEITURA NO SÉCULO XXI, Seminário, 1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. [Inédito].

IDEA da população da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, ... *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 1918.

IPANEMA, Marcello; IPANEMA, Cibelle de. Subsídios para a história das livrarias. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro. a. 11, n. 32, p. 23-31, 1968.

LANGE, Francisco Curt. Documentação musical pernambucana. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 51, p. 335-406, 1979.

LESSA, Clado Ribeiro de. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais [apontamentos para um estudo histórico] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 339-345, abr.-jun. 1949.

LIMA, Ebion de. As missões oratorianas no Brasil: informação sobre as missões dos oratorianos do Nordeste. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 232, p. 69-116, abr./jun. 1979.

LIMA JUNIOR, Augusto de. A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 331-346, 1945.

LIMA, Manuel de Oliveira. Beckford e a sociedade portuguesa do século XVIII. *Revista Brasileira*, a.1, t. 4, 1895, p. 193-203.

MACEDO, Jorge Borges de. Dialéctica da sociedade portuguesa no tempo de Pombal. *Brotéria, cultura e informação*, Lisboa. v. 115, n. 6, p. 451-459, dez. 1982.

_____, Roberto. D. Rodrigo, o luso-brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 306, p. 19-32, jan./mar. 1975.

_____, Ubiratan de. As origens do empirismo do pensamento luso-brasileiro. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo. v. 23, n. 92, p. 425-447, out./dez. 1975.

MARQUES, M. Adelaide Salvador. Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória. *Brotéria, cultura e informação*, Lisboa. v. 115, n. 2, 3, 4, p. 181-208, ago./out. 1982.

MATOS, M. T. do Vale de. O Iluminismo pombalino: para uma contextualização cultural. *Revista do Século XVIII*, as origens do Estado Moderno, Lisboa. v. 1, t. 1, p. 209-219, maio 2000.

MELLO, J. A. Gonsalves. Nobre e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 53, p. 113-262, 1981.

MELLO, J. A. G. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho (1689-90). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 51, p. 257-300, 1979.

MELO, Mário. Chorographia de Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico Histórico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 24, n. 115-8, p. 138, 1922.

MONTENEGRO, João Alfredo S. O contexto da reforma pombalina da Universidade portuguesa. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 26, n. 103, p. 325-338, jul.-set. 1976.

NEVES, Guilherme Pereira das. Como um fio de Ariadne no intrincado labirinto do mundo: a idéia do império luso-brasileiro em Pernambuco [1800-1822]. *Ler História*, Lisboa, v. 39, p. 35-58, 2000.

_____, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Comércio de livros e censura das idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço [1795-1822]. *Ler História*, Lisboa, v. 23, p. 61-78, 1992.

NÃO devem consentir se edifiquem conventos sem ordem de Sua Magestade como se vê da ordem seguinte. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28 (13), p. 154-5, 1906.

PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. *Revista da SPHC* [Sociedade Brasileira para a História da Ciência] Rio de Janeiro, n.1, p.21-28, 2003.

PESSOA, Marlos de Barros. Os modos de falar do escravo nos anúncios de jornal. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 20, 2. sem., p. 85-93, 2000.

PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 21, n. 42, 2001.

PINA, Luís de. Verney. Ribeiro Sanches e Diderot na História das universidades. *Studium Generale: Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto, v. 2, n. 1-2, p. 53-90, 1955.

PORTUGAL e a cultura européia [sécs. XVI a XVIII] *Biblos, revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, v. 38, p. 204-461, 1952.

RAMOS, Luís A de Oliveira. A inquisição pombalina. *Brotéria, cultural e informação*, Lisboa, v. 115, n. 1, p. 170-180, jul. 1982.

RODRIGUES, Manuel Augusto. A biblioteca de António Nunes Ribeiro Sanches. *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, Coimbra. V. 2, 1986. Separata: p. 1-24.

SILVA, Ana Rosa Clotet da. A formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, a. 2, v. 2, p. 1-31, 2003.

_____, Maria Beatriz Nizza da. O comércio de livros de Portugal para o Brasil e a censura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. a. 164, n. 4219, p. 195-211, abr./jun. 2003.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. Questionamentos acerca do espaço urbano na Colônia: Recife- Olinda. *Clio: revista do Curso de Mestrado em História*, Recife. n. 10, p. 74-84, 1988.

SUMMULA Triunfal da nova e grande celebridade do glorioso e invicto martyr São Gonçalo Garcia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. v. 153, t. 99, p. 7-104, 1926.

VEIGA, Gláucio. A biblioteca dos Oratorianos. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 50, p. 51-65, 1978.

_____, _____. O Iluminismo em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. v. 48, p. 127-156, 1976.

VILLALTA, Luiz Carlos. Posse e uso dos livros. *Oceanos: viver no Brasil Colônia*, Lisboa. n. 42, p. 132-144, abr./jun. 2000.

VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a Ilustração na América Latina: a Filosofia da Luzes e as camadas letradas Latino-Americanas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 40-51, set./dez. 1988.

WEHLING, Arno. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 162, n. 410, 51-66, jan./mar. 2001.

WILLEKE, Venâncio, frei. Os livros dos guardiães. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 306, p.5-18, jan./mar. 1975.

Bibliografias e Catálogos

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Catálogo de manuscritos*. Lisboa: 1978.

ARQUIVOS NACIONAIS. Torre do Tombo. Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário. *Real Mesa Censória: inventário preliminar*. Lisboa: 1994. 196 p.

ARQUIVO Público Estadual, Recife. *Catálogo de obras raras*. Recife, 1982.

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL, Recife. I *Catálogo de livros dos séculos XVI, XVII e XVIII da Biblioteca Pública Estadual* [de Pernambuco]. Recife: Fundarpe; Recife Gráfica, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia no Rio de Janeiro [1808-1822]*. São Paulo: Edusp, 1993.

CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil [1881]. Introdução de José Honório Rodrigues; apresentação e organização de Ramiz Galvão. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 v.

DOCUMENTOS manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo [1644-1830]. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Fapesp; Imesp, 2000.

IMPrensa NACIONAL: actividade de uma casa impressora, 1768-1800. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

MALCLÈS, Louise-Noëlle. *Cours de bibliographie*. Genève: E. Droz; Lille: Giard, 1954.

MARQUÊS de Pombal: catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

PASSO, Manoel Rodrigues do. *Catálogo dos livros pertencentes à Bibliotheca Provincial de Pernambuco*. Organizado por Manoel Rodrigues do Passo, guarda da mesma bibliotheca. Recife: Typographia Universal, 1854.

PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano [1535-1935]*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. 2 v.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis*: que comprehende a noticia dos códices e papeis relativos às cousas da América, África e Ásia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El-Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. Legislação de 1750 a 1762.

VERRI, G. M. W. *Viajantes franceses no Brasil*: bibliografia. Recife: Edufpe, 1994.

_____, ____; VILELA, Karine Falcão. *Referências para a História da Leitura entre os séculos XVIII e XX*. Recife: UFPE/DCI, 2001. Série: Levantamentos Bibliográficos, 3.

Capítulos de Livros

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. O Marquês de Pombal e o ensino no Brasil (revisão crítica do tema). In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos [Org.]. *Pombal revisitado*: Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2.º centenário da morte do Marquês de Pombal. Lisboa: Estampa, 1984. v. 1, p. 226-240.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A redenção dos pardos; a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris [Org.]. *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001. v. 1, p. 417-444.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: DOCUMENTOS manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo [1644-1830]. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp; Imesp, 2000. p. 301-316.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Para reler o Recife e suas origens. In: REZENDE, Antônio Paulo de [Org.]. *Recife: que História é essa?* Recife: FCCR, F. Nacional Pró-Memória, 1987. p. 17-36.

BUESCU, Ana Isabel. O “*Peregrino Instruído*”: viagem e poder na Europa setecentista. In: _____. *Memória e poder: ensaios de história cultural [séculos XV-XVIII]*. Lisboa: Cosmos, 2000. p. 109-133.

CARVALHO, Marcus. Pernambuco, capitania de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da [Org.]. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. p. 627-630.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 99-115.

CURTO, Diogo Ramada; FRANCO, Luís F. Farinha. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 15-49.

DARTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992. p. 199-236.

DOMINGOS, Manuela D. Os catálogos de livreiros como fontes da história do livro: o caso dos Reycend. In: COLOQUIO SOBRE O LIVRO ANTIGO, Lisboa, 1988. *Actas*. Centenário do livro impresso em Portugal, 5, 1487-1987. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992. p. 305-322.

DINES, Alberto. As aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca: nova documentação sobre malograda tipografia do Rio de Janeiro no século XVIII, com achegas aos 190 anos da imprensa brasileira. In: FALBEL, Nachman; MILGRAM, Avraham; DINES, Alberto [Org.]. *Em nome da fé: estudos in memoriam de Elias Lipiner*. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 75-89.

FOUCAULT, Michel. O que é Iluminismo. [Transcrição. Curso inédito de Michel Foucault no College de France, 1983] In: MICHEL Foucault [1926-1984]: o dossier, últimas entrevistas. Introdução e organização Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Taurus, 1984. p. 103-121.

FRANCA, Leonel, *padre S.J.* O método pedagógico dos jesuítas: o *Ratio Studiorum*. In: ____ , _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FURET, François. La “librairie” du royaume de France au 18^e siècle. In: BOLLÈME, G.; EHRARD, J.; FURET, F. *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*. Paris: Mouton, 1965.

GÉRSON, Brasil. Sob D. João VI e antes até. In: ____ , _____. *O regalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978. p. 13-36.

KANT, Immanuel. Respuesta a la pregunta: que es la ilustracion? In: ERHARD, J. B. et al. *Que es Ilustración?* Estúdio preliminar de Agapito Maestre. Traducción de Agapito Maestre y Jose Romagosa. 4. ed. Madrid: Tecnos, 2002. p. 17-29.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: ____ , ____; NORA, P. *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 68-83.

____ , _____. Uma metáfora urbana de Guillaume d’Auvergne. In: ____ , _____. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 261-266.

NOGUEIRA, Severino Leite, *monsenhor*. Estudo introdutório. In: LUNA, Lino do Monte Carmello, *padre*. *Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*. 2. ed. Recife: SEC, 1976. p. 5-13.

NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso [1742-1811] – Um frade no Universo da Natureza. In: A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 51-75.

MELLO, J. A. Gonsalves de. Loreto Couto e os desagrvos do Brasil e glórias de Pernambuco. In: ____ , _____. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. 2. ed. aumentada. Recife: Fundarpe, 1986. p.195-224 .

PELBART, Peter Pál. Literatura e loucura. In: RAGO, Margareth et al. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

QUINTAS, Amaro. Antonio Pedro de Figueiredo. *O Progresso, revista social, litteraria e científica*. Reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira. Prefácio de Amaro Quintas. Recife: Imprensa Oficial, 1950. p. I-XXVI.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Alguns aspectos da reforma pombalina da Universidade de Coimbra – 1772. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos [Org.]. *Pombal revisitado: Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2.º centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Estampa, 1984. v. 1, p. 210-223.

SANTOS, Piedade Braga. *Actividade da Real Mesa Censória: uma sondagem*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1983. p. 377-440.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia [Org.]. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; Fapesp, 1999. p. 147-164.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Antonil e sua obra: estudo bibliográfico por Affonso d'Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p.21-59.

VERRI, G. M. W. Entre as linhas da história. In: VERRI, G. M. W.; BRITTO, Jomard Muniz de. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Edições Bagaço, 2003. p. 115-128.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia [Org.]. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; Fapesp, 1999. p. 183-212.

_____. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e [Org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

Fontes de Referência

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. ampliada e atualizada Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BAIÃO, Antonio. *A censura literária inquisitorial*. In: BOLETIM da segunda classe: Actas e pareceres, estudos, documentos e notícias. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. v. 12, p. 473-560, 1917-1918.

BURGUIÈRE, André [Org.]. *Dicionário das ciências históricas*. Tradução: Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CANAVEIRA, Rui. *Dicionário de tipógrafos famosos*. LISBOA: Agora, 1997.

CATALOGO de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente; para servir no expediente da Caza da Revizão [1768-1814]. In: MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Ed., 1963. p. 118-207.

CODIGO Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. 14. ed., adicionada com diversas notas... por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. [Ed. fac-similar]

CONSTITUIÇÔENS primeyras do arcebispado da Bahia feytas & ordenadas pelo illustrissimo, e reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, 5 ° Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva impressor de sua Magestade, 1719. 618 p.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. 10 v.

____, _____. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Prefácio de J. A. Gonsalves de Melo. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

____, _____. *Vocabulário pernambucano*. 2. ed. Prefácio de Mário Souto Maior. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

DOMINGOS, Manuela D. *Bertrand*, uma livraria antes do terramoto. *Bertrand*, une librairie avant le tremblement de terre. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. Tradução Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.

GALVÃO, Sebastião. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. 2 v.

JANCSÓ, István. [Org.] *Cronologia de História do Brasil Colonial [1500-1831]*. São Paulo: USP-FFLCH, 1994.

LARA, Silvia Hunold. *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Livro 5.

LUFT, Celso Pedro. *Novo guia ortográfico*. Ed. revista e aumentada. São Paulo: Globo, 2003.

MACHADO, Álvaro Manuel. *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996.

MELLO, Antonio Joaquim de [Org.]. *Obras políticas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Typographia Mercantil, 1875.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1999.

MORAIS, Carlos Alexandre de. *Cronologia geral da Índia portuguesa, 1498-1962*. 2. ed. revista e aumentada. Lisboa: Referência; Estampa, 1997.

_____, Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra: Universidade, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos novos; fontes para a história de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Casa da Moeda, Liv. Camões, [s.d.].

PEREIRA, Isaiás da Rosa. *Notas históricas acerca de índices de livros proibidos e bibliografia sobre a Inquisição*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1976.

PINTO, Orlando da Rocha. *Cronologia da construção do Brasil: 1500-1889*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. 2 v.

RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

_____, José Honório. *História da História do Brasil: Historiografia colonial*. São Paulo: Nacional, 1979.

SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed., corrigida e actualizada. Porto: Porto Ed., 2000.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1985. v. 5.

SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. Legislação de 1791 a 1801.

_____, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

VAINFAS, Ronaldo [Org.]. *Dicionário do Brasil Colonial [1500-1808]*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Iconografia

FERREZ, Gilberto. *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Recife: Fundarpe, 1984.

Livros

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: ABL; FAPESP; Mercado de Letras, 2003.

ABREU, Martha; SOUHET, Rachel. *Ensino da história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*, Pernambuco – século XVII. Apresentação de Denis Bernardes. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Edufpe, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Campo Grande, MS: Cortez; Editora UFMS, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Vernei e a filosofia portuguesa*. No 2º. centenário do aparecimento do Verdadeiro Método de Estudar. Braga: Liv. Cruz, 1946.

_____, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1978.

_____, Gilberto Osório de. *Morão, Rosa & Pimenta: notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a Medicina no Brasil*. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte. Recife, Apeje, 1956.

_____, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury Fernandes [Org.]. *O Nordeste brasileiro e a revolução francesa*. Recife: Fundaj; Massangana.1992.

_____, _____. [Org.]. *Formação histórica da nacionalidade brasileira: Brasil 1701-1824*. Brasília: CNPq; Recife: Fundaj, 2000.

_____, _____. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife: Edufpe, 1998.

_____, _____. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Cepe, 1997.

_____, _____. *Recife: uma trajetória secular*. Recife: Artelivro, 2003.

ANSELMO, A. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997.

ANSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René [Org.]. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Archives d'Architecture Moderne, 1989.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ANUNCIAÇÃO, Miguel Arcanjo da, frei. *Crônica do Mosteiro de S. Bento de Olinda até 1763*. Recife: 1940. [Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano]

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2. ed. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, BA: Editus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 1999.

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. *Guia de história da arte*. Lisboa: Estampa, 1994.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*, contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas etc. Tradução: Bruno Fregni Bassetto; Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ASSUNÇÃO, Paulo. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Administração pombalina*. Brasília: Edunb, 1983.

AYRES, Christovam. *Para a história da Academia das Sciencias de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996.

_____, J. Lucio d'. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2.ed. com emendas. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova, 1922.

BABO, Maria Augusta. *A escrita do livro*. Lisboa: Passagens, 1993.

BAERS, João, padre. *Olinda conquistada*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1987.

BARBADINO, Teresa. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal [1777-1810]*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura intelectual em Portugal: ensaio sobre a compreensão do pensamento Português*. Lisboa: Moraes, 1983.

BECKFORD, William. *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Introdução e notas de Boyd Alexander, tradução e prefácio de João Gaspar Simões. 2ª ed. revista. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOLLÈME, G.; EHRARD, J.; FURET, F. *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle*. Paris: Mouton, 1965. 2 v.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____, _____. *A Igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa: os Arcades*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

_____, _____. *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1895. 3 v.

BRASIL. MEC. *Documentos holandeses*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1945.

BURKE, Peter [Org.]. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

_____, _____. *Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____, _____. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALADO, Manoel, frei. *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. 4. ed. Recife: Fundarpe, 1985. 2 v.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira [momentos decisivos]*. 6. ed. Belo Horizonte Itatiaia, 1981. 2 v.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo [Org.]. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Brasiliana, 1968.

CARREIRA, Laureano. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: IN - Casa da Moeda [1980]

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas: 1817-1824*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

_____, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto*. 2. ed. ver. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.

_____, Kátia. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

_____, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978.

_____, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Edufpe, 1998.

A CASA Literária do Arco do Cego [1799-1801] Bicentenário “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999. 2 v.

_____, _____. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. 2. parte. v. 2, t. 2.

CASTRO, Dinorah d’Araujo Berbert de. *Padre Mestre Con. D.^{or} Antonio Joaquim das Mercês, 1786-1854, mestre de Filosofia*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1977.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. 2 v.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

____, _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998. 2. v.

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa da Luzes*. 2. ed. Lisboa: Stampa, 1995. 2.v.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: EDUFRS, 2002.

____, _____. *The cultural origins of the French revolution*. Translated by Lydia G. Cochrane. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1991.

____, _____. *Formas e sentido; cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas, SP: Mercado, Associação de Leitura do Brasil, 2003.

____, _____. *Histoire de la lecture*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

____, _____. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

____, _____. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Regime*. Paris: Seuil, 1984.

____, _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

____, _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Rio de Janeiro: Edunb, 1998.

____, _____. *Pratiques de la lecture*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1993.

____, _____. *Les usages de l'imprimé [XV-XIX siècle]*. Paris: Fayard, 1987.

CIDADE, Hernani. *Lições de cultura e literatura portuguesas: da reacção contra o formalismo seiscentista ao advento do Romantismo*. 2. ed. muito ampliada e refundida, do "Ensaio sobre a crise mental do século XVIII". Coimbra: Coimbra Ed., 1939. v. 2.

CIDADE, Hernani. *Lições de cultura luso-brasileira: épocas e estilos na literatura e nas artes plásticas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

____, _____. *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina: as idéias, os factos, as formas de arte, séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Arménio Amadod, 1964.

____, _____. *Portugal histórico-cultural através de alguns dos seus maiores escritores*. Salvador: Universidade da Bahia, 1957.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Forte Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

____, _____. *O trabalho da citação*. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

COSTA, F. A. Pereira da.. *Ordem carmelitana em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COURCELLES, Dominique de. *Le pouvoir des livres à la Renaissance*. Paris: École des Chartes, 1998.

COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação e índice de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

____, _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann, 1990.

____, _____. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

____, _____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. Tradução: Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

____. _____. ROCHE, Daniel. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho. Revisão técnica de Ciro Flammarion Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

____, _____. *Revolução impressa: a imprensa na França*. São Paulo: Edusp, 1996.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Centro Integrado de Ordenamento Territorial; Alva, 1997.

DIAS, J. S. da Silva. *O primeiro rol de livros proibidos*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1963.

DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

DOMINGOS, MANUELA D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.

DINIZ, Jaime C. *Músicos pernambucanos do passado*. Recife: Edufpe, 1971.

DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1991.

DUBY, Georges. *Para uma história das mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999.

EIRAS, Maria das Mercês Monteiro. *A censura e o impacto da filosofia das luzes na 2ª. metade do séc. XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

____, _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

ERHARD, J. B. et al. *Qué es Ilustración?* Madrid: Tecnos, 2002.

ESCARPIT, Robert. *Le littéraire et le social*: éléments pour une sociologie de la littérature. Paris : Flammarion, 1970.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FARINHA, M. do Carmo Jasmins Dias. *Os arquivos da Inquisição*. Lisboa: IANTT, 1990.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no século XVIII*: a gramática portuguesa. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

FEBVRE, Lucien. *Amour sacré, amour profane*. Paris: Gallimard, c1944.

____, _____. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

____, ____; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FERRÃO, Antonio. *A censura literária durante o governo pombalino*: subsídios para a história do pensamento em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Edufpe, 1996.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ensaios filosóficos*. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

FERREZ, Gilberto. *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Recife: Fundarpe, 1984.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

____, _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1997.

____, _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRAGOSO, João; BICHALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima [Org.]. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa [séculos XVI-XVIII]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

____, ____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c1790-c1840. 4. ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Francisco de Melo. *Reino da estupidez [1785] seguido do Novo reino da estupidez de Francisco de Mello Franco*. Apresentação Antônio Callado. São Paulo: Giordano, 1995.

FREITAS, Jordão de. *O Marquês de Pombal e o Santo Offício da Inquisição*. Lisboa: Sociedade Ed. José de Bastos, 1916.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da guerra Brasília*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Como era Gonzaga? E outros temas mineiros. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.

FURET, François; OZOUF, Jacques. *Lire et écrire: l'alphabétisation des français de Cavin à Jules Ferry*. Paris: Éditions de Minuit, 1977.

____, _____. *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições 70, 1988.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAMA, J. Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da Província de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977. v. 4.

GENOVESI, Antônio. *A instituição da lógica*. Rio de Janeiro: PUC; Conselho Federal de Cultura; Documentário, 1977.

GHISALBERTI, Alessandro. *As raízes medievais do pensamento moderno*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, [s.d.]

GOMES, Joaquim Ferreira et al. *Verney e o Iluminismo em Portugal*. In: ACTAS do Colóquio Verney e a cultura do seu tempo, Minho, 1992. Minho: Universidade, 1995.

GUEDES, Fernando. *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*. Lisboa: Verbo, 1993.

_____, _____. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987.

GUERRA, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise. Avec une préface inédite de l'auteur. Traduit de l'allemand par Marc B. de Launay*, Paris: Payot, 1993.

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII [de Montesquieu a Lessing]*. Lisboa: Presença, 1989.

HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HOLANDA, Lourival de. *Sob o signo do silêncio: vidas secas e o estrangeiro*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____, Sérgio Buarque de [Org.]. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. v.2. t. 1.

_____, _____. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antonio Cândido. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris [Org.]. *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001. 2 v.

JONARD, Norbert. *A vida cotidiana em Veneza no século XVIII*. Lisboa: Livros do Brasil, [s. d.]

KANT, Emmanuel. *Qu'est qu'un livre? Textes de Kant et de Fichte*. Paris: Quadrige, PUF, 1995.

KEITH, Henry H; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

KREIMENDAHL, Lothar [Org.]. *Filósofos do século XVIII*, uma introdução. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

____, _____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

____, ____; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

____, ____; _____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, c1996.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugal, 1943. v. 4, 5, 6.

____, _____. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

LIMA, Durval Pires de. *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*, conferência pronunciada no Palácio Galveias [...] 1942 [...] Lisboa: Câmara Municipal, 1943.

____ JUNIOR, Francisco Pinheiro; CASTRO, Dinorah d'Araújo Berbert de. *Padre Mestre Con. D.ºr Antonio Joaquim das Mercês, 1786-1854, mestre de Filosofia*. Salvador: Universidade Católica, 1977.

____, Luiz Costa. *O fingidor e o censor no Ancien Régime*, no Iluminismo e hoje. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

____, M. de Oliveira. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. 3. ed. Recife: Fundaj, 1997.

LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha. *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

LUCAS, Fábio. *Luzes e trevas: Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

LUNA, Lino do Monte Carmello, padre. *Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*. 2. ed. Recife: SEC, 1976.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Introdução de Sergio Milliet. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia; 1980.

McKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994.

MAN, John. *A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e de uma invenção que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998.

_____, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.

MARTIN, Henri-Jean. *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Avec la collaboration de Bruno Delmas. Paris : Albin Michel, 1996.

MARTINS, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Mira-Sintra: Europa-América, 1991.

_____, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1977. 5 v.

_____. _____. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

MASSEAU, Didier. *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIII siècle*. Paris : PUF, 1994.

MEDEIROS, M. do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa: Idéia, 1993.

MEIRELES, Maria Adelaide. *Os livreiros no Porto no século XVIII – produção e comércio*. Porto: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

_____, _____. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____, _____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

____, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir. [Ed.] *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

____, _____. *Estudos pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1986. p. 196.

____, _____. [Ed.] *Fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: MEC, Fundação Pró-Memória, 1981. 1. A economia açucareira.

____, _____. [Org.] *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: FCCR, 1982.

____, _____. *Tempo de jornal*. Apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundaj; Massangana, 1998.

____, _____. *Tempo dos flamengos*. Recife: Fundaj, Massangana, 1987.

MELLO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Mira-Sintra: Europa-América, [s.d.]

MIRANDA, Carlos Alberto. *A arte de curar nos tempos da Colônia*. Recife: FCCR, 2004.

MONCADA, L. Cabral de. *Estudos de História do Direito: século XVIII – Iluminismo católico*: Verney: Muratori. Coimbra: Universidade, 1950. v. 3.

____, _____. *Um “iluminista” português do século XVIII: Luiz Antônio Verney, com um “apêndice” de novas cartas e documentos inéditos*. São Paulo: Liv. Acadêmica, 1941.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme [Org.]. *Viagem incompleta: a experiência brasileira [1500-2000]*. São Paulo: Senac; Sesc, 2000.

____, _____. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo; Perspectiva, 1972.

MOTA, Roberto. *Santo Tomás de Aquino e São João da Cruz*. Recife: Círculo Católico, 1998.

MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest et al. *O século XVIII, o último século do Antigo Regime*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. t. 5.

NEGRONI, Bárbara de. *Lectures interdites: le travail des censeurs au XVIIIe. siècle, 1723-1774*. Paris: Albin Michel, 1995.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

____, Luiz Felipe Baeta. *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NOGUEIRA, Severino Leite, *mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1985.

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

PAIM, Antonio [Org.]. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

____, _____. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

____, _____. *Pombal e a cultura brasileira: ensaios de Adolpho Crippa, Antonio Paim, Duarte Klut, Elídio Marcolino Cardoso, Ricardo Vélez Rodriguez e Tiago Adão Lara*. Rio de Janeiro: Fundação Cultura Brasil-Portugal; Tempo Brasileiro, 1982.

PALMA-FERREIRA, João. *Literatura portuguesa: história e crítica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Edunb, 2000.

PIRENE, Henri. *Las ciudades de la Edad Media*. Madrid: Alianza Ed. 2001.

PIWNIK, Marie-Hélène. *Echanges erudits dans la Peninsule Ibérique [1750-1767]*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1987.

PRIORE, Mary del. *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

RAMOS, Luís A de Oliveira. *Sob o signo das "Luzes"*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

RANCIERE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizontes: Autêntica, 2002.

REZENDE, Antônio Paulo [Org.]. *Recife: que História é essa?* Recife: FCCR, 1987.

RIBEIRO JUNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba [1759-1780]*. São Paulo: Hucitec, 1976.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994. 3 v.

RIEDEL, Dirce Côrtes [Org.]. *Narrativa, ficção & história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822, com um breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc. com numerosas ilustrações*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal, tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992.

_____, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 1980.

RUDÉ, George. *A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SALDANHA, Nelson. *Romantismo, evolucionismo e sociologia: figuras do pensamento social do século XIX*. Prefácio de Sebastião Vila Nova. Recife: Fundaj; Massangana, 1997.

SALVADOR, Vicente do, frei. *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Arcádia, [s.d.]

SANTOS, Manuel dos. *Calamidades de Pernambuco*. Prefácio: José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1986.

_____, Piedade Braga. *Actividade da Real Mesa Censória*. Lisboa: Universidade Nova; Centro de História da Cultura, 1983.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. corrigida e actualizada. Porto: Ed. Porto, 2000.

____, _____. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1993.

____, José Mendes da Cunha. *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941.

SARRAILH, Jean. *La España Ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Tradução: Maria Paula Duarte. Revisão : Carlos Roberto Nogueira. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

SCHOONBRODT, René [Org.]. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Archives d'Architecture Moderne, 1989.

SCHOPENHAUER, Arthur. *La lectura, los libros y otros ensayos*. Madrid: Biblioteca Edaf, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis, do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1987.

SIQUEIRA, Sonia A. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

____, _____. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

____, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito português: fontes de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

SMITH, Robert C. *Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira*. Recife: UFPE; IPHAN, 1979.

SOARES, Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Edunb, c1961.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981; v. 3.

SYLVA, Jozeph de Seabra. *Dedução chronologica, e analytica*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, por ordem de sua Magestade, 1767. 2. v.

TAVARES, Muniz. *História da revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Casa Civil de Pernambuco, 1969.

TENGARRINHA, José [Org.]. *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1978.

VEIGA, Gláucio. *História das idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Edufpe, 1981. v. 2.

VERISSIMO, Ignácio José. *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

VERNEY, Luís Antonio. *Verdadeiro método de estudar*. Ed. organizada pelo prof. Antonio Salgado Júnior. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1949. 5 v.

VERRI, G. M. W.; BRITTO, J. M. de [Org.]. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: Edições Bagaço, 2003.

VIANNA, A. J. Barbosa. *Recife, capital do Estado de Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

VIANA, Hermógenes. *A fundação do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1959.

VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Introdução de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário* [história da literatura brasileira]. Tradução, prefácio e notas de Jamil Almansur Haddad. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

Teses e Dissertações Inéditas

ASSIS, Virgínia M. Almoêdo de. *Palavra de rei... autonomia e subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Recife: UFPE, PP-GHistória, 2001. [Tese].

BERNARDES, Denis A. de Mendonça. *O patriotismo constitucvional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: USP, CP-GHSocial, 2001. [Tese].

COUTO, José Jorge da Costa Couto. *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património* [1759-1777]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. 2 v. [Dissertação].

LISBOA, João Luis. *Ciência e política na leitura em Portugal [1780-1820]*. Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de C. Sociais e Humanas, 1987. [Dissertação].

____, _____. *Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème. siècle au Portugal*. Florence, IT: Institut Universitaire Européen, Département d'Histoire et Civilisation, 1998. [Tese].

MARTINS, M. T. Esteves Payan. *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Universidade Nova, 1995. [Dissertação].

SOUZA, George Félix Cabral de. *Os homens e os modos de governança: a Câmara Municipal do Recife do século XVIII num fragmento da história das instituições municipais do Império Colonial Português*. Recife: UFPE, PP-GHistória, 2002. [Dissertação].

TAVARES, Rui. *O labirinto censório: a Real Mesa Censória sob Pombal [1768-1777]*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. [Dissertação].

Textos em meio digital

ALMANAQUES da Cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 59 [1], p. 281-2, 1937. Disponível em: <<http://www.bn.pt>>

BERTI. In: Giovanni Lorenzo Berti. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/02522a.htm>>

BRASIL. MINC. Projeto Resgate de Documentação Histórica sobre o Brasil Colônia existente no Exterior “Barão do Rio Branco”; Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 25 CD-ROM.

CALAFATE, Pedro. *Iluminismo em Portugal*. Disponível em: <http://www.Instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/ilu0html>

LE CATALOGUE des livres censurez par la Faculté de Theologie de Paris, 1544. [Em latim]. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

CRESPO, Júlia Paletta. *Música no Brasil colonial*. Disponível em: <http://www.pus.ufjf.br/opus_4/Musica%20%Brasil%20%Colonial.htm>

CRUZ, Antônio. *Observações sobre o estudo da paleografia em Portugal*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/revistas/documentos/revista_15/artigo511.doc>

CUNHA, Xavier da. *Impressões deslandesianas: divagações bibliográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em:
<http://bnd.bn.pt/od/cam-158-v/incm-xcunha1_0003_rosto_t0.jpg>

DICIONARIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Chronologie des supports, des dispositifs spatiaux, des outils de repérage de l'information*. Paris: Université de Paris 1, 1997. [Solaris, n° 4, Décembre 1997]. Disponível em:
<http://biblio-fr.info.unicaen.fr/bnum/jelec/Solaris/d04/4fayet_3bib.html>

FERRÃO, António. Biblioteca da Ajuda. In: ____, ____. *Os arquivos e as bibliotecas de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. p. 142-150. Disponível em: <www.ippar.pt/sites_externos?bajuda/htm/opusc/ferrao.htm>

FLECHIER, Esprit. *Introduction, notes biographique et bibliographique*. In: *Oeuvres choisies* (1911). Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

FURETIERE, Antoine, abbé de Chalivoy, 1619-1688.
Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français, tant vieux que modernes, et les termes des sciences et des arts... La Haye: P. Husson, 1727. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>

LORSCHIEDER, José Ivo, dom. *Jubileu de ouro da CNBB* [1952-2002]. Disponível em: <www.cnbb.org.br/estudos/encar626.html>

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana* [1741-1759]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Biblioteca Nacional [s.d.] CD-Rom.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. Disponível em:
<www.tdx.cesca.es/TESIS_UPC/AVAILABLE/TDX1019104163925/04aLRC04DE07pdf>

MARTINS, William de Souza. *A oratória sagrada na corte joanina e na regência do príncipe D. Pedro* [1808-1822]. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS CONCEITOS, 7, Rio de Janeiro, Paineis. Disponível em:
<www.historia.uff.br/artigos/guilherme_conferencia.pdf>

McKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: University Press, 1999. Disponível em:
<www.worldcatlibraries.org/wcpa/servelet/OUFrance/jsessionId>

MERCURE . Disponível em: <http://mapage.noos.fr/mlopez/quot_journaux.htm>

NEVES, Guilherme Pereira das. *Pombalismo e constitucionalismo*, linguagens políticas no ocaso do Império. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

DOS CONCEITOS, 7, Rio de Janeiro, Painei. Disponível em:
<www.historia.uff.br/artigos/guilherme_conferencia.pdf>

____, Lúcia Bastos P. *Revolução: em busca do conceito no império luso-brasileiro* [1789-1822]. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS CONCEITOS, 7, Rio de Janeiro, Painei. Disponível em: <www.historia.uff.br/artigos/guilherme_conferencia.pdf >

PICOT, FLORENCE. Comment s'informe un intellectuel au siècle des Lumières : le cas de Voltaire. *Solaris*, Paris, n. 4, déc. 1997. Disponível em:
<<http://biblio-fr.info.unicaen.fr/bnum/jelec/Solaris/d04/4picot.html>>

PROGRAMME et règlement des études de la Société de Jésus [*Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*]. Traduction par H. Ferté. Paris: Hachette, 1892. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/N0062076.PDF_1_194>

QUENTAL, Antero de. *Discurso proferido numa sala do Casino Lisbonense, no dia 27 de maio de 1871, durante a 1. sessão das Conferências Democráticas*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portal/discurso>>

SOCIETES savantes en France. Disponível em:
<http://gallica.bnf.fr/SocietesSavantes/ChronoListe.htm>

TANCK, Dorothy. *Libros del México Colonial*. In: BIBLIOTECA Daniel Cosío Villegas. Disponível em: <<http://biblio.colmex.mx/info/tanck/htm>>

THÉOPHRASTE RENAUDOT : Disponível em:
<<http://www.jcraymond.freesurf.fr/Celebrities/Renaudot/RenaudotGazette.html>>

WATERTON, Charles. *Wanderings in South America*. Disponível em:
<<http://ia200118.eu.archive.org/hdb1/texts/8wnsa10/8wnsa10.txt1>>



